UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RICARDO MARTINS RIZZO

**Espectros vencidos:
a teorização negativa do sistema internacional em Marx e Engels**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação (Doutorado) em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Doutor Jorge Luís da Silva Grespan.

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2015

Ricardo Martins Rizzo. “Espectros vencidos: a teorização negativa do sistema internacional em Marx e Engels.”

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação (Doutorado) em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Doutor Jorge Luís da Silva Grespan.

Defesa em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradeço ao professor Jorge Grespan pelo incentivo, pela interlocução abrangente e pela orientação sempre precisa e inspiradora deste trabalho,

Aos professores Osvaldo Coggiola e Lincoln Secco, que participaram da banca de qualificação, pelas importantes observações em um momento em que algumas das principais definições e hipóteses do trabalho estavam ainda em elaboração,

A Gildo Marçal Brandão (em memória), pela amizade e decisivas palavras de encorajamento,

A Sara Albieri, pelo acolhimento e apoio constante,

A Adriano Botelho, Ana Paula Pacheco, André Pinto Pacheco, Christiana Lamazière, João Augusto Costa Vargas, Evan Keeling, Fabio Weintraub, Francisco Floriano, Leonardo Abrantes, Marcelo Câmara, Pádua Fernandes, Paulo Ferraz, Pedro Andrade, Rafael Baitz, Raquel Krempel, Ruy Proença, pelas conversas e contribuições,

Ao professor Marcio Vicente Rizzo, pela cobrança, e à doutora Patrícia Rizzo, pela cobertura,

A Chantal Castelli, pelas muitas horas de escuta e discussão que passaram tão rápido, e por haver tornado tudo tão mais interessante.

Resumo

Parte significativa dos escritos de Marx Engels sobre política internacional são marcados por uma dificuldade teórica, que não deixou de causar desconforto na própria tradição marxista: diante dos êxitos da contra-revolução após 1848, e de uma perspectiva revolucionária plasmada na crítica ao sistema internacional herdado do Congresso de Viena em 1815, as categorias centrais do materialismo histórico pareciam perder capacidade de formulação política. Se o avanço da concorrência capitalista no mercado mundial possibilitava que as contradições sociais dos países mais avançados fossem universalizadas, por meio da universalização das relações de produção burguesas, o sistema internacional parecia atuar em sentido contrário, permitindo que os tempos sociais do “atraso” arbitrassem o ritmo das transformações políticas na Europa. *Negada* pelo sistema internacional, a marcha da “história social” em Marx e Engels dá lugar a uma *teorização negativa*. Suas categorias clássicas dão lugar a outras. Classes sociais cedem terreno, em Engels, aos “povos sem história”. Em Marx, a causalidade é substituída pela analogia; processos, por indivíduos; realidades sociais concretas, por encarnações abstratas. A contemporaneidade política de tempos sociais divergentes que caracteriza a “complexa duração” do absolutismo na Europa fornece o terreno em que os problemas da teorização negativa eclodem. O fato de que o Estado absolutista de tipo “oriental” por excelência, a Rússia czarista, pudesse de alguma forma empregar, por meio de sua diplomacia, a coerção de tipo feudal encarnada em sua própria formação para arbitrar o ritmo das revoluções burguesas no ocidente, em pleno século XIX, constitui a principal *negatividade* com que Marx e Engels se depararam ao pretenderem retomar a marcha revolucionária interrompida em 1815.

Palavras-chave: Marx, Engels, sistema internacional, história moderna da Europa, século XIX, Rússia, Inglaterra, revolução, marxismo, relações internacionais, mercado mundial, capitalismo, diplomacia.

Abstract

An important part of Marx and Engels's writings on international politics is characterized by a theoretical difficulty, one which has been the cause of significant uneasiness in the Marxist tradition itself. Faced with the strides of counter-revolution in Europe after 1848, and departing from a revolutionary standpoint centered on the criticism of the international system as set forth by the Vienna Congress in 1815, the core categories of dialectic materialism seemed to lose power of political formulation. If the advancement of capitalist competition in the world market was bound to universalize the social contradictions of the most advanced countries, by the universalization of bourgeois production, the international system, on the other hand, appeared as the medium by means of which the social temporalities of backwardness managed to impose themselves on the European political order. Denied by the international system, the march of “social history” in Marx and Engels gives room to the a *negative theorization*. Its classic categories give way to new ones. In Engels, social classes give way to “nonhistorical peoples”; in Marx, causality is replaced by analogy, processes by individuals, concrete social realities by abstract representations. The international coexistence of different political temporalities that characterizes the “complex duration” of absolutism in Europe sets the stage for the problems of the negative theorization. The fact that the most typical form of “oriental” absolutist State, czarist Russia, could successfully deploy its feudal coercion, through its diplomacy, to dictate the rhythm of bourgeois revolutions in the West in the nineteenth century constitutes the main *negativity* with which Marx and Engels are faced in their quest to resume history’s course after its “interruption” in 1815.

Keywords: Marx, Engels, international system, modern European history, nineteenth century politics, Russia, England, revolution, Marxism, international relations, world market, capitalism, diplomacy.

Comparação das tentativas dos outros com empreendimentos de navegação, nos quais os navios são desviados do Pólo Norte magnético. Encontrar esse Pólo Norte¹.

Walter Benjamin

¹ *Passagens*, p. 499.

Índice

Introdução.....	8
Parte 1: As “Revelações da História Diplomática do Século XVIII” e a teorização negativa.....	16
1 - Arquitetura e sistema.....	26
2 - A produção da política.....	39
2.1 Rondeau a Walpole, 1736.....	40
2.2 George Macartney ao Conde de Sandwich, 1765.....	42
2.3 James Harris a Lord Grantham, 1782.....	45
2.4 As impressões de um capelão.....	52
2.5 O comentário de Marx.....	53
3 - O espelho do Báltico.....	57
3.1 A invasão da Scania e o cisma liberal.....	60
3.2 Um panfleto extraordinário.....	64
3.3 Conhecimento e indiciamento.....	73
4 - O século dezoito diplomático de Marx e a crítica de Riazanov.....	82
5 - A Rússia moderna como princípio político.....	103
6 - A exteriorização do príncipe-escravo.....	119
Parte 2: A teorização negativa e a política externa do proletariado.....	131
7 - O tema russo.....	139
8 - Internacionalismo e revolução: a revisão do sistema de 1815.....	155
8.1 O Manifesto do Partido Comunista.....	157
8.2 Acúmulo e compressão: a aceleração pré-revolucionária da história social.....	163
8.3 Dois discursos sobre a Polônia.....	188
8.4 A crítica objetiva da burguesia ao sistema de 1815 – concorrência e livre comércio.....	197
9 - A política exterior da Nova Gazeta Renana.....	206
9.1 A partilha da França.....	213
9.2 Engels na prisão das nacionalidades: uma teoria da não-história.....	222
10 - O século negativo.....	249
10.1 A tomada de Constantinopla: David Urquhart e Lord Palmerston.....	267
10.2 A guerra negativa.....	293
11 - Epílogo: a questão difícil.....	307
11.1 O novo Manifesto.....	308
11.2 Duas Rússias.....	317
Conclusão.....	332
Referências.....	340
Mapas.....	348
Europa em 1648.....	348
O Báltico em 1701.....	349
O Báltico em 1772.....	350

Expansão da Rússia na Europa, 1300-1796.....	351
Império Otomano em 1801.....	352
Grande Guerra do Norte (1700-1721), de Riga à Batalha de Poltava (1709).....	353
Grande Guerra do Norte (1700-1721), de Poltava (1709) ao tratado de Nystad (1721).....	354
Partições da Polônia.....	355
Europa em 1815.....	356
Revoluções de 1848-1849.....	357
Nacionalidades no Império Austro-Húngaro.....	358

Introdução

Nos anos 1850, tempos de reação política e forte arranque econômico na Europa, Karl Marx e Friedrich Engels, exilados na Inglaterra, continuaram a interpretar de maneira crítica a realidade internacional, empenhados sempre em apontar o caminho para a prática revolucionária. Seu objetivo político, a revolução social, era também um acontecimento destinado internacionalizar-se, a coincidir ao cabo com uma reconfiguração do sistema internacional, até porque dependia dessa reconfiguração para se viabilizar. A contra-revolução européia, que saíra vitoriosa em 1815, após 1830 e novamente após 1848, confrontava Marx e Engels com um problema político e teórico, ao se mostrar não apenas como a vitória das classes dominantes em cada país afetado pelas dinâmicas revolucionárias, mas também, e decisivamente, como uma articulação política internacional.

A dificuldade política que a concertação internacional das forças reacionárias representava é auto-evidente; sua dimensão teórica, nem tanto. A resposta dos movimentos revolucionários ao problema político foi desde logo a (difícil) reivindicação do internacionalismo, à qual Marx e Engels, a seu modo, se filiaram. A resposta que Marx e Engels *foram capazes de dar* ao problema teórico é, em parte, o objeto deste trabalho: aquilo que chamaremos de uma *teorização negativa do sistema internacional*.

Em Marx e Engels, contudo, a reivindicação da convergência entre a política e a teoria é constitutiva de ambas, o que faz com que o internacionalismo seja orientado a partir da teoria, e a teoria, a partir dos problemas com que o internacionalismo se defronta. Mais ainda, essa convergência entre teoria e política está firmada no solo comum de uma filosofia da história. Em termos muito gerais, essa filosofia acompanha a marcha de uma história social, como o próprio processo da sociedade em desenvolvimento. É nessa marcha que a crise da sociedade burguesa – o

horizonte da revolução – se anuncia. O conceito mais desenvolvido, a totalidade mais abrangente que representa a universalização das relações burguesas de produção no planeta – essa tarefa histórica que, para Marx e Engels, somente a burguesia podia realizar –, é o conceito de mercado mundial. Ele é não apenas a última instância em que se dá a realização do valor no capitalismo, mas também a expressão concreta, determinada, da tendência expansionista do próprio capital como processo de valorização do valor, em relação à qual todas as fronteiras, particularidades nacionais, modos tradicionais de reprodução da vida, são colocadas como “barreiras” a serem superadas. A própria divisão internacional do trabalho capitalista, decorrente da estrutura de classes das sociedades e responsável pela relação de exploração entre as nações, passaria a constituir um limite ao movimento do capital, assim como, ao cabo, as próprias relações capitalistas de produção.

No terreno demarcado por essa marcha da história social e do mercado mundial, as leis orgânicas do desenvolvimento da sociedade capitalista vigoram de forma implacável, fazendo com que as contradições sociais se apresentem sob a sua forma histórica mais desenvolvida, correspondente à crescente incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. É nessa crescente incompatibilidade, a própria substância da “história social” se quisermos, que se instala a dinâmica social da luta de classes, e a dinâmica política da revolução². Daí que a dimensão internacional da revolução em Marx e Engels – a “política externa” defendida por eles –, tenha assumido a forma de uma crítica à política internacional das grandes “potências” europeias, e uma crítica política ao sistema internacional de 1815. Era afinal nesse plano político internacional que o destino da revolução como ponto de chegada da história social seria selado. Sobretudo a partir de 1849, portanto, foi no repertório dessa crítica (que em Marx algumas vezes se confunde também com a crítica da diplomacia secreta³), que Marx e Engels foram buscar os elementos para responder à questão colocada pela contra-revolução.

² Recordamos a esse respeito a observação de Perry Anderson sobre um dos importantes postulados do materialismo histórico, o de que “a luta secular entre as classes é resolvida em última instância no nível *político* – não econômico ou cultural – da sociedade. Em outras palavras, *é a construção e destruição de Estados que sela os deslocamentos básicos nas relações de produção, enquanto existirem classes*”. *Lineages of the Absolutist State*, p. 11 (daqui em diante citado como *Lineages...*), grifo nosso.

Parte dos escritos em que essas respostas se plasmaram constituem obras canônicas da análise histórica marxista, como o *18 de Brumário de Luis Bonaparte*, sobre o caso francês. Outra parte dedica-se à estratégia internacional do proletariado e compõe um vasto conjunto de textos e intervenções, que assume sobretudo a forma de artigos políticos, por meio dos quais Marx e Engels buscam acompanhar, interpretar, compreender e denunciar as articulações internacionais anti-revolucionárias na Europa. A dificuldade teórica dessa compreensão, e por conseguinte dessa denúncia, reside no fato de que o sistema internacional aparece, no plano político, como *negação prática* das determinações históricas contidas no conceito de mercado mundial, como uma barreira na qual a lógica da história social, com a qual Marx e Engels descrevem a marcha da generalização das relações burguesas, é suspensa, e confrontada, ao contrário, com o movimento *real*, mas “contra-histórico”, da política europeia. Em outras palavras, se o mercado mundial possibilita que as contradições sociais dos países mais avançados sejam universalizadas, por meio da universalização das relações de produção burguesas, o sistema internacional parece atuar em sentido contrário, permitindo que os tempos sociais do “atraso” sobredeterminem os resultados políticos, por meio do enquadramento internacional herdado pelo capitalismo na ordem europeia.

Já em 1849, Marx chegaria à fórmula um tanto imatura da “*escravidão anglo-russa*” para descrever a situação do proletariado europeu entre essas duas ordens: o mercado mundial dominado pela Inglaterra, e o sistema internacional dominado pela “fortaleza da reação”, a Rússia⁴. Mas essa configuração da contra-revolução baseada em uma espécie de dupla determinação já “burguesa” e ainda “feudal” esconde a tensão entre esses dois níveis em Marx e Engels – tensão que se aprofundaria sobretudo nos anos de 1850. No confronto com a ordem do sistema internacional, as categorias da ordem da história social parecem perder capacidade de formulação política. *Negada*

³ Em artigo no *New York Daily Tribune* (NYDT) de 5 de setembro de 1859, Marx cita uma longa passagem de um discurso do revolucionário húngaro Lajos Kossuth contra a política externa do Segundo Império francês. Kossuth se refere à diplomacia secreta como “essa maldição da nossa época” (MECW, 16, p. 499). A denúncia da diplomacia secreta constituía uma das dimensões do discurso político dos revolucionários de meados do século XIX, terreno em que Marx muitas vezes esforçou-se para se afirmar como uma autoridade.

⁴ MECW, 9, p. 197.

pelo sistema internacional, a marcha da história social dá lugar a uma *teorização negativa*. Suas categorias clássicas dão lugar a outras, que surgem à sua sombra: classes sociais cedem terreno, em Engels, aos “povos sem história”; em Marx, a causalidade é substituída pela analogia, processos por indivíduos, realidades sociais concretas por encarnações abstratas.

O mal-estar que essa *teorização negativa* provoca no interior da tradição marxista é palpável: os intérpretes falam em excentricidades, obsessões, ilusões, fantasmagorias. David Riazanov em relação a Marx, e Roman Rosdolsky em relação a Engels, dedicaram importantes esforços para colocar de volta as categorias da teorização negativa sobre os trilhos “normais” do materialismo histórico. Os escritos em que essas categorias aparecem com mais força são frequentemente vistos como “não”, ou “pouco” marxistas, apesar da bem documentada importância que Marx e Engels atribuíam a eles. Talvez possamos dizer sem exagero que nossos autores se orgulhavam especialmente de alguns desses textos. Marx, certamente, os via como um meio de afirmar a sua autoridade intelectual e política, bem como uma forma de alertar o proletariado sobre os perigos escondidos nos mistérios da política internacional.

É preciso ter presente que a teorização negativa, por sua própria natureza, não é formulada enquanto tal, e nem sempre coincide com um *corpus* definido, ou com estratégias de apresentação conceitual ou categorial tal como formalizadas habitualmente nos textos mais “canônicos”. Ela foi a teorização possível. Seu andamento subordinado à formulação da política externa da revolução e à crítica ao sistema internacional de 1815, sua relação direta com as dificuldades e exigências concretas dessa crítica, é a um tempo a chave do seu significado teórico e a causa da sua relativa dispersão.

O texto que corresponde ao “manifesto” da teorização negativa, e por isso é o ponto de partida e fio condutor da nossa investigação, é provavelmente o texto de Marx que maior estranheza tem causado dentro da tradição marxista: as “fantasmagóricas”⁵ *Revelações da História*

⁵ O adjetivo é usado por Perry Anderson, *Lineages...* p. 23.

Diplomática do Século XVIII, escritas em 1856, no final da Guerra da Criméia (1853-1856). É a partir dele que procuraremos traçar a metodologia própria da teorização negativa, suas características mais salientes, algumas de suas fontes, materiais, problemas, estilo de interpretação e também o seu alcance crítico. A ele dedicaremos uma análise mais pormenorizada na primeira parte deste trabalho, estruturada em torno da questão “histórica” que ele formula, a saber: o “espírito russo” da diplomacia inglesa desde o começo do século XVIII e a natureza do poder internacional da Rússia na Europa.

Na segunda parte, procuraremos reconstruir a emergência da teorização negativa em Marx e Engels desde o período de formação da sua filosofia da história, tendo como referência os dois “eixos” a partir dos quais se organizou a sua crítica ao sistema internacional de 1815: o internacionalismo revolucionário e o que chamaremos de “tema russo” – as representações críticas da Rússia czarista entre os setores liberais, radicais e revolucionários europeus em meados do século XIX. Partindo da formação teórica do internacionalismo comunista em Marx e Engels desde início da década de 1840, na Alemanha, até à sua formulação no *Manifesto Comunista*, em 1848, esse percurso nos levará a outros dois momentos principais de cristalização da teorização negativa: a “política externa” da *Nova Gazeta Renana* (NGR) em 1848 e 1849, e os artigos de Marx e Engels sobre “política internacional” nas páginas do *New York Daily Tribune* (NYDT), entre 1852 e 1856.

Percorrendo essas duas linhas de força – o internacionalismo e o “tema russo” –, examinaremos em um breve epílogo (capítulo 11) as manifestações da teorização negativa posteriores à escrita das *Revelações* em 1856, como forma de verificar tanto a recorrência de alguns de seus principais elementos, como também as inflexões provocadas pelas novas realidades internacionais a partir do final da década de 1850 e da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864.

Por fim, dois esclarecimentos pontuais sobre o escopo da pesquisa e sobre o contexto histórico dos textos de que nos ocuparemos: não se pretende aqui tratar da totalidade das questões

de “política internacional” estudadas por Marx e Engels. Alguns temas internacionais fundamentais ficarão, portanto, de fora do nosso recorte (é o caso dos escritos sobre França, Estados Unidos, Irlanda, Itália, Espanha, Prússia, Indonésia, Afeganistão, sobre assuntos militares, etnológicos, entre outros, além dos escritos políticos do último Engels, que mereceriam uma análise à parte). Outros temas serão tratados apenas lateralmente, como os escritos de Marx sobre o colonialismo inglês na Índia e na China. Por outro lado, nossa análise não se limita aos textos sobre “assuntos internacionais”, porque a teorização negativa não pode ser adequadamente demonstrada sem recuperarmos a sua relação com conceitos fundamentais do materialismo histórico e da crítica da economia política, como os conceitos de “história social” e “mercado mundial”, o que será feito ao longo sobretudo da segunda parte do trabalho.

Em relação ao contexto histórico, cabe sublinhar que o “sistema internacional” sobre o qual Marx e Engels teorizaram é essencialmente o moderno sistema de estados nacionais na Europa. Ao referir-nos a esse sistema, procuraremos contextualizar as suas características históricas relevantes. Em todo caso, o ponto de partida teórico que adotamos para uma caracterização *geral* desse sistema é a sua descrição como resultado histórico do processo de formação dos estados absolutistas na Europa, tal como analisado por Perry Anderson em seu *Linhagens do Estado Absolutista*, inclusive com as características herdadas do seu desenvolvimento em dois tipos básicos, um absolutismo “ocidental” e um absolutismo “oriental”, sendo o segundo derivado do primeiro, em razão das pressões militares e políticas que a centralização das grandes monarquias a oeste do Reno exerceu sobre a evolução política das monarquias do “Leste”. Veremos a profunda incidência dessa divisão no contexto ideológico e no léxico político europeu do século XIX, nos quais Marx e Engels estão imersos.

Alguns aspectos desse sistema merecem ser enfatizados, porque constituirão matéria-prima da teorização negativa em Marx e Engels. Um é precisamente a disparidade temporal, ou a “complexa duração”, com diz Anderson, que o desenvolvimento dos estados absolutistas na Europa

encerra, permitindo que as primeiras “revoluções burguesas” tenham ocorrido muito antes das “últimas metamorfoses” do Estado absolutista⁶. Não é à toa, portanto, que Marx e Engels se entreguem com uma quase volúpia ao exercício da analogia histórica, em que os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX trocam de lugar, chocam-se uns contra os outros, ressurgem inesperadamente para comparar os acontecimentos em diferentes partes da Europa e do mundo, tendo sempre a revolução francesa do final do século XVIII como eixo principal em torno do qual tudo mais se organiza.

Outro aspecto é o que Anderson chama de uma das “grandes invenções institucionais da época”: a diplomacia, como uma das principais “funções exteriores” do Estado absolutista, e o conseqüente aparecimento na Europa de um sistema de Estados como “um conjunto claramente demarcado de unidades políticas homogêneas”. Finalmente, é importante assinalar que o sistema internacional europeu surge da própria integração política que o estabelecimento derivado e paradoxal do Estado absolutista nas condições “desfavoráveis” do leste do continente (que não havia, segundo Anderson, conhecido a síntese “romano-germânica” que dera origem ao feudalismo medieval) termina por produzir: o nascimento de uma “ordem política multilateral, como único campo de competição e conflito entre Estados rivais”, como causa e ao mesmo tempo efeito da generalização do absolutismo no continente. Anderson aponta que, muito ao contrário de levar a um desenvolvimento homogêneo de suas unidades políticas individuais, a construção desse sistema internacional integrado, a partir da paz de Westphalia (1648), daria lugar a “trajetórias divergentes”, como as típicas revoluções burguesas no “ocidente”, a unificação da Itália e da Alemanha por revoluções burguesas “pelo alto”, e o destino do czarismo russo, derrubado apenas no século XX por uma revolução proletária⁷.

É precisamente essa *contemporaneidade política de tempos sociais divergentes* que dará à

⁶ *Lineages*, p. 10.

⁷ *Idem*, pp. 430-431.

teorização negativa o seu lastro último. O fato de que o Estado absolutista de tipo “oriental” por excelência, a Rússia czarista, pudesse de alguma forma empregar, por meio de sua diplomacia, a coerção de tipo feudal encarnada em sua própria formação para *arbitrar o ritmo das revoluções burguesas no ocidente*, em pleno século XIX, constitui a principal *negatividade* com que Marx e Engels se depararam, ao pretenderem retomar na teoria e na prática a marcha revolucionária interrompida em 1815.

Os textos de Marx e Engels utilizados na pesquisa são, via de regra, da edição dos *Marx/Engels Collected Works* (MECW), inclusive o texto das *Revelações da História Diplomática do Século XVIII*. Nas citações, a sigla MECW virá seguida do número do volume correspondente e do número da página. Todas as traduções para o português do inglês, francês e espanhol são, salvo indicação em contrário, próprias do autor.

PARTE 1: As “Revelações da História Diplomática do Século XVIII” e a teorização negativa

Nossa reconstrução de uma teorização negativa do sistema internacional em Marx e Engels começará, como já apontamos, pelo texto que vem sendo considerado por muitos autores como talvez o “menos marxista” dos textos de Marx, ou pelo menos o menos marxista de seus textos maduros: o conjunto de artigos publicado em Londres entre junho de 1856 e março de 1857, intitulado “*Revelações da História diplomática do século XVIII*”⁸.

O principal objetivo de Marx nesse texto é, com base em documentos históricos descobertos em suas pesquisas nos arquivos do Museu Britânico, demonstrar: (1) a existência de um “espírito russo” na política externa inglesa que remontaria ao começo do século XVIII, período do reinado do Czar Pedro I (1682-1725); e (2) o fato de que esse “caráter russo” da diplomacia inglesa e as suas implicações futuras para as relações de poder na Europa haviam sido denunciados no curso do próprio debate político da época. Além dessas duas conclusões, o texto de Marx propõe também uma interpretação histórica da natureza da influência russa na Europa cujo fundamento último seria a herança política do domínio mongol sobre a Rússia, transformada em método de ação internacional pelo Czar Pedro I. Como nota um dos comentadores mais atentos dos textos de Marx e Engels sobre política internacional, o húngaro Miklos Molnár, tão importante quanto o conteúdo dessas conclusões de Marx e o seu objetivo, é o método que ele empregará: para Molnár, trata-se da utilização da analogia histórica para suplantir as “lacunas” da sua argumentação, o que faz com que “um século de política britânica face à Rússia apareça (...) como uma trama ininterrupta de complôs, de traições e mesmo de corrupção”⁹.

⁸ MECW, 15, pp. 25-96.

⁹ Marx, Engels et la politique internationale, pp. 158-159.

A história das *Revelações* pode ser contada por meio das diferentes manifestações do mal-estar que elas causaram no interior da própria tradição marxista. Em certo sentido, esse mal-estar começa com Engels, em 1890. O seu artigo intitulado “A Política Externa do Czarismo Russo”¹⁰, dirigido em certo sentido aos revolucionários russos do final do século XIX, pode ser visto ao mesmo tempo como uma das primeiras manifestações desse mal-estar, sendo ele ainda uma manifestação da própria teorização negativa do sistema internacional. Para Engels, a “interferência” da diplomacia russa nos “assuntos do ocidente” é um fator que “aleija e perturba” o “nosso desenvolvimento normal”¹¹. Além de dirigir indiretamente uma crítica ao exagero de Marx na apreciação do poder da diplomacia russa, Engels procura explicar essa influência não por meio da conivência da Inglaterra, nem por meio da herança política do domínio mongol, mas sobretudo pela ação de um inescrupuloso e talentoso corpo de diplomatas russos – uma “moderna Ordem dos Jesuítas” recrutada desde o século XVIII entre estrangeiros, sobretudo alemães e italianos – que na sua busca pela conquista, pilhagem e “dominação universal” soube explorar as “fundações materiais” da Rússia no século XIX: um território colossal, habitado por uma “raça peculiarmente homogênea”, “ignorante”, pronta a ser “moldada” para fins militares, em uma trajetória de crescimento populacional, e em uma posição geográfica equivalente a uma fortaleza natural blindada contra qualquer ataque do “ocidente”, face a um sistema europeu fraturado entre rivalidades e fragmentação política¹². Coube a ninguém menos do que Josef Stalin, em 1934, apontar os exageros do próprio Engels em seu “arrebatemento” anti-russo. Para Stalin, Engels superestima o papel da política “conquistadora” do czarismo. No século XIX, os inescrupulosos métodos russos na busca pela conquista territorial não eram privilégio do czarismo. Mesmo um conquistador de “extração burguesa” como Napoleão valia-se deles. Para Stalin, Engels parece

¹⁰ MECW, 27, p. 12.

¹¹ Idem, p. 13, grifado.

¹² Ibid, p. 16.

sugerir que na “história exterior” da Rússia “foi a diplomacia que fez tudo”, e não o Czar, os senhores feudais, os comerciantes, “e outros grupos sociais”¹³.

Curiosamente, a crítica de Stalin ao texto de Engels é semelhante à crítica que David Riazanov havia feito em 1908 ao texto de Marx, como veremos adiante. O ensaio de David Riazanov de 1908¹⁴ permanece possivelmente como o único estudo histórico-crítico de maior fôlego sobre as *Revelações*. Publicadas em livro pela primeira vez em 1899¹⁵, cumprindo um desígnio de Eleonor Marx (anunciado no prefácio da reedição, em 1897, dos artigos de Marx e Engels sobre a Guerra da Criméia¹⁶) o destino editorial das *Revelações*, assim como o dos artigos de Marx e Engels sobre a Rússia, permaneceu durante a maior parte do século XX atrelado inevitavelmente à Guerra Fria e à denúncia do stalinismo. Banidas das edições das obras de Marx na União Soviética, elas ressurgem, juntamente com textos jornalísticos de Marx e Engels sobre a Rússia, na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos a partir dos anos 1950¹⁷.

Na tradição marxista acadêmica mais recente, as *Revelações* são ao mesmo tempo um conjunto de textos pouco comentados, vistos no mais das vezes como mero acidente contextual, quase puramente “biográfico” ou psicológico. Essa avaliação é encontrada por exemplo em uma reedição recente dos textos políticos de Marx (2008)¹⁸. Para Perry Anderson, as *Revelações* dão, em

¹³ J. V. Stalin, *Works*, vol. 14. Londres: Red Star Press, 1978, p. 13.

¹⁴ Incluído em Riazanov, D. B. *Marx and Anglo-Russian relations and other writings*. Org. Brian Pearce. Londres: Francis Boutle Publishers, 2003.

¹⁵ *Secret Diplomatic History of the Eighteenth Century*, by Karl Marx, edited by his daughter Eleonor Marx Aveling. Londres: Swan Sonnenschein & Co., 1899.

¹⁶ *The Eastern Question*, Londres: Swan Sonnenschein & Co., 1897.

¹⁷ A mais sugestiva dessas edições é *The Russian Menace to Europe*, publicada em 1953 no Reino Unido. Não contempla, contudo, o texto das “Revelações”. Nos EUA, destacam-se *The Unknown Marx* (1971), que as publica, juntamente com os artigos sobre Palmerston, com comentários do editor; e a edição anotada e com textos introdutórios por Lester Hutchinson, de 1969 (*Secret Diplomatic History of the Eighteenth Century and The Story of the Life of Lord Palmerston*). Na França, a edição traduzida e comentada por Benoît P. Hepner (*La Russie et L'Europe*, 1954) investe também na utilização do texto de Marx como denúncia do stalinismo.

¹⁸ Apesar de evocar o contexto da crise econômica de 2008 no prefácio de Tariq Ali, a edição de escritos políticos de Marx da editora Verso (Londres, Nova York) reproduz, no volume dedicado ao período de 1848 a 1863 (*Surveys from exile*), o texto introdutório de David Fernbach, de 1973. Fernbach, depois de acusar o erro de julgamento de Marx e Engels sobre a importância da influência russa na reação européia após 1848, assinala: “Há ao menos um traço de paranóia no vigoroso apoio de Marx e Engels à aliança anti-russa de três outros impérios – Inglaterra, França e Turquia”. E adiante: “É particularmente triste que as contribuições de Marx ao *People's Paper* de Ernest Jones, o órgão revolucionário da classe trabalhadora britânica nesse período, tenham consistido em grande medida de artigos encorajando os trabalhadores britânicos a apoiar a vitória de seu governo no que era essencialmente uma guerra inter-imperialista”, *Surveys from exile*, p. 29.

negativo, o testemunho da freqüente superioridade de Engels como analista e conhecedor da história européia¹⁹. Não haveria nada na obra de Engels, segundo Anderson, que possa ser comparado às “ilusões e preconceitos dos quais Marx ocasionalmente foi capaz nesse campo, como a fantasmagórica História Diplomática Secreta do Século XVIII”²⁰.

Para Eric Hobsbawn, trata-se, sem mais, de um dos textos menos relevantes de Marx²¹. Para um latino-americano, é sobretudo demonstração de eurocentrismo²². Em luz mais positiva, elas são vistas, quando muito, como amostra de tenacidade intelectual e variedade de interesses de uma mente renascentista crepuscular²³. Em outra frente, o seu significado se dilui em referências simplificadoras à “russofobia” da “esquerda” européia de meados do XIX em geral²⁴.

A “russofobia” europeia no século XIX, de que trataremos no início da segunda parte deste trabalho, é sem dúvida um dos planos em que a teorização negativa deve ser compreendida, mas não esgota a sua interpretação, nem o seu contexto. No caso das *Revelações*, é necessário ter em conta o debate político na Inglaterra a partir do começo da década de 1850, às vésperas da Guerra da Criméia (1853-1856). O processo de gestação do texto remonta a 1853, quando Marx publica na imprensa cartista de Londres um conjunto de artigos críticos às políticas do carismático e popular Lord Palmerston (Henry John Temple, o III Visconde Palmerston, 1784-1865), o político britânico mais proeminente do período, longo Secretário de Estado para Negócios Estrangeiros (1830-1834; 1835-1841; 1846-1851), Secretário do Interior (1852-1855) e Primeiro-Ministro (1855-1858; 1859-1865). Remonta também à forma específica que o debate sobre a Rússia e a política externa britânica na Guerra da Criméia assumia no movimento operário inglês²⁵.

¹⁹ Cabe ter em conta, entretanto, que no último capítulo das *Revelações*, Marx se baseou em artigos escritos por Engels. Em carta a Engels de 9 de abril de 1857, Marx menciona o fato: “No último usei o texto de um de seus artigos, no qual você fala de Pedro I” (MECW, vol. 40, p. 120).

²⁰ *Lineages*, p. 23.

²¹ *Sobre História*, p. 172. Hobsbawn afirma tratar-se da única obra de Marx que teria a palavra “história” no seu título. A observação é problemática, já que muitos dos artigos de Marx no NYDT têm a palavra história no título, e já que as *Revelações* a rigor foram também apenas uma série de artigos de jornal, aparecendo em livro pela primeira vez, como uma “obra”, apenas em 1899.

²² Leopoldo Zea, *Discurso desde a marginalização e a barbárie*, p. 128.

²³ Francisco Fernández Buey, *Marx sem ismos*.

²⁴ Como ocorre em Bruno Nardeen, “Marx and Russia”, in: *History of European Ideas*, v.12, n. 6, 1990, p. 785.

²⁵ A respeito da repercussão dos artigos sobre Palmerston, que foram publicados também em forma de panfleto,

Trata-se, portanto, de um texto construído em muitos planos, que evoca acontecimentos e personagens do século XVIII com a carga crítica que Marx utilizava para analisar as questões do dia do século XIX (o alcance pleno dessa analogia histórica ficará claro na segunda parte), e termina problematizando, como mostram seus (poucos) intérpretes subsequentes, a sua recepção dentro do próprio marxismo do século XX. Revisitá-lo em pleno século XXI, quando a leitura de documentos diplomáticos secretos e a disputa em torno da Criméia voltam a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional²⁶, exige, por conseguinte, a recuperação não apenas das suas referências históricas, mas do sentido desse jogo de espelhos que constitui a sua política.

Marx referiu-se em diversas ocasiões aos objetivos que tinha em mente ao escrever *s Revelações* e aos materiais que utilizou. Em uma nota do *Herr Vogt* (1860), Marx esclarece que os artigos foram concebidas como introdução a uma “detalhada investigação” sobre as relações entre Inglaterra e Rússia desde Pedro, o Grande. Essa detalhada investigação, contudo, não chegou a ser escrita. A mesma nota lança luz sobre a circulação que alcançaram os artigos sobre Lord Palmerston, republicados em forma de panfletos, bem como as fontes utilizadas por Marx desde 1853 e a sua colaboração com os jornais dirigidos pelo conservador David Urquhart, o mais proeminente representante da “russofobia” na Inglaterra em meados do século XIX (de quem voltaremos a tratar):

Os escritos de Urquhart sobre a Rússia e contra Palmerston haviam me interessado mas não convencido. De modo a chegar a uma opinião firme, levei adiante uma laboriosa análise dos *Hansard's Parliamentary Debates* e dos *Blue Books* diplomáticos de 1807 a 1850. O primeiro fruto desses estudos foi uma série de artigos principais no *New-York Tribune* (fim de 1853) nos quais demonstrei o envolvimento de Palmerston com o gabinete de São Petersburgo sobre a base de suas transações com Polônia, Turquia, Circássia, etc. Pouco depois os artigos foram republicados no *The People's Paper*, o

Henry Collins e Chimen Abramsky anotam: “Mais especificamente, os duros ataques de Marx a Palmerston lhe valeram o apoio de cartistas e radicais que acusavam o Secretário do Exterior de tramar a derrota da democracia e do nacionalismo revolucionário na Europa”. *Karl Marx and the British Labour Movement*, p. 10. Como veremos adiante, essa avaliação deve ser tomada com ressalvas, já que a Guerra da Criméia (1853-1856) coincide com o auge da popularidade de Palmerston, inclusive entre os radicais e os trabalhadores em Londres.

²⁶ Cf. Leigh, David. *WikiLeaks: Inside Julian Assange's War on Secrecy*. Nova York: PublicAffairs, 2011. Greenwald, Glen. *No Place to Hide – Edward Snowden, the NSA, and the U.S. Surveillance State*. Nova York: Metropolitan Books, 2014. “Crimea's referendum to leave Ukraine: how did we get here?”, *The Guardian*, 13/4/2014.

órgão dos cartistas editado por Ernest Jones, junto com passagens adicionais sobre as atividades de Palmerston. Enquanto isso o *The Glasgow Sentinel* também reimprimiu um dos artigos ("Palmerston e a Polônia"), que atraiu a atenção do Sr. D. Urquhart. Após um encontro comigo ele persuadiu ao Sr. Tucker em Londres a publicar alguns dos artigos em forma de panfleto. Esses panfletos sobre Palmerston mais tarde venderam em várias edições entre 15.000 e 20.000 exemplares. Após minha análise do *Blue Book* sobre a queda de Kars – publicada no órgão cartista em Londres em abril de 1856 – recebi uma carta de agradecimento do Comitê Sheffield para Assuntos Internacionais. Quando pesquisava os manuscritos diplomáticos sob a guarda do Museu Britânico, deparei-me com uma série de documentos ingleses, cobrindo desde o final do século dezoito ao tempo de Pedro, o Grande, que revelavam a contínua colaboração secreta entre os gabinetes de Londres e São Petersburgo, e pareciam indicar que esse relacionamento fora estabelecido no tempo de Pedro, o Grande. Até agora, tudo que publiquei de uma detalhada investigação sobre o assunto foi uma introdução com o título *Revelações da História Diplomática do Século XVIII*. Ela apareceu no *Sheffield* e em seguida no *London Free Press*, ambos publicados por Urquhart. O último recebeu contribuições ocasionais minhas desde a sua fundação. Meu interesse em Palmerston e nas relações diplomáticas anglo-russas em geral surgiu, como se pode ver, sem que eu tivesse a mínima suspeita de que a figura de Herr Karl Vogt estava por trás da de Lord Palmerston.²⁷

Como vemos, um dos aspectos centrais das *Revelações*, que chega mesmo a determinar a sua estrutura expositiva, é o tratamento das fontes primárias²⁸. Marx referiu-se a essas fontes em uma carta a Engels em fevereiro de 1856, na qual comenta as importantes “descobertas históricas” que fizera no Museu Britânico sobre “a luta entre Pedro I e Carlos XII” (entre Rússia e Suécia na Grande Guerra do Norte, 1699-1713) e sobre “o papel decisivo desempenhado pela Inglaterra nesse drama”²⁹. Menciona cinco panfletos (um dos quais considera “um dos mais extraordinários

²⁷ MECW, 17, p. 116.

²⁸ As fontes consultadas por Marx estão bem estabelecidas. Parte das notas tomadas em preparação aos artigos de 1853 sobre Palmerston e diversos artigos sobre a guerra da Criméia no NYDT foram publicadas no volume IV/12 do MEGA, em 2007, cobrindo o período de setembro de 1853 a janeiro de 1855. As notas referentes às “Revelações” fazem parte do acervo do Instituto Internacional de História Social em Amsterdã (cadernos B77, B78, B80 e B82, sobretudo). Uma das principais fontes são os papéis de Willaim Coxe sobre a Rússia, Dinamarca e Suécia (nos. 9255 e 9258, na seção de manuscritos da Biblioteca Britânica). Sobre a coleção Coxe, que Marx consultara no Museu Britânico, escreve Vladimir Burtsev: “Independente do quão interessante possam ser, a importância dos arquivos de Coxe’s para o estudo da história russa não deve ser exagerada. Vimos que, dos 206 volumes, apenas quatro lidam diretamente com a Rússia. Documentos separados sobre o país podem ser encontrados em outros volumes, embora Coxe parece ter usado em suas últimas edições a maior parte desse material, e seu deixou algum de lado, era porque provavelmente considerava de pouca importância. Trata-se portanto apenas de informação de interesse secundário a que será provavelmente encontrada pelo estudante que tiver a paciência de percorrer os 2016 volumes dos arquivos de Coxe (“Russian Documents in the British Museum”, in: *The Slavonic Review*, Vol. 4, No. 12, 1926, p. 684).

²⁹ MECW, 40, p. 8. Marx menciona em uma correspondência subsequente, em 29/2/1856, as cartas dos embaixadores ingleses que compõem o primeiro capítulo das *Revelações*. Refere-se às cartas como “de fato muito

panfletos jamais escritos”); uma edição dos diários de Pedro, o Grande, em alemão; e um conjunto de cartas do Rei Carlos XII da Suécia e seus ministros publicadas na Inglaterra por ordem da coroa dinamarquesa em 1717.

Os documentos mencionados por Marx na carta a Engels e na polêmica contra Karl Vogt referem-se essencialmente à denúncia do espírito russo da diplomacia inglesa. No entanto, foi na Rússia que as *Revelações* causaram o maior embaraço político, suficiente para atrasar a publicação do Volume 15 dos “Marx/Engels Collected Works” (MECW). O volume 15 foi publicado apenas em 1986, seis anos após a publicação do volume 14 e do volume 16, que são de 1980. Brian Pearce, em sua introdução à recente edição inglesa dos escritos de Riazanov sobre as *Revelações*, alude ao fato: “Era óbvio que o volume 15, que deveria conter as 'Revelações', estava causando problemas aos editores”³⁰. Para Pearce, “apenas com Gorbachev e a *glasnost*” teria sido possível a publicação do Volume 15. Como se sabe, os MECW são uma edição conjunta de editoras americana, inglesa e russa, em colaboração com o Instituto de Marxismo-Leninismo, e sob a coordenação de comissões editoriais nos três países.

O prefácio do Volume 15 não alude, naturalmente, a qualquer dificuldade de ordem editorial que possa ter causado o atraso da publicação. Ao procurar situar criticamente as *Revelações* em relação à obra de Marx, o prefácio de Valentina Smirnova e Tatyana Andrushchenko utiliza o texto de Riazanov como principal referência para julgar as deficiências e “unilateralismos” históricos de Marx, assim como as suas observações mais perspicazes. Sentencia, no entanto, de forma um tanto peremptória, que o texto “é mais um panfleto político do que uma peça de pesquisa histórica”³¹. Essa distinção artificial e anacrônica parece indicar antes de tudo as dificuldades editoriais que o texto causava na Rússia mesmo na década de 1980 – já que, como panfleto político, sua principal arma é precisamente a “revelação” histórica. Marx mesmo é quem atesta essa centralidade: quando

comprometedoras”, MECW, 40, p. 17.

³⁰ “Introduction”, in: Riazanov, op. cit. p. 24.

³¹ MECW, 15, p. xxi.

discutia com os editores do *The Sheffield Free Press* a publicação das *Revelações*, uma das suas principais preocupações era a de manter a completa autoridade sobre o texto e a prerrogativa de suspender a publicação caso o jornal suprimisse “qualquer ponto” considerado por ele de “decisiva importância histórica”³². Em carta ao editor Isaac Ironside, em junho de 1856, Marx declara a importância central que atribuía precisamente à matéria *factual* das *Revelações*: “Ao contrário da maneira usual dos escritores históricos, não começarei essa publicação com considerações gerais, mas com fatos. O primeiro capítulo será composto de despachos pertencentes a diferentes épocas daquele século, de modo a mostrar o espírito russo da diplomacia inglesa durante o XVIII”³³.

Não era, portanto, a denúncia da diplomacia inglesa a fonte do desconforto dos editores soviéticos. A dificuldade residia nos últimos capítulos das *Revelações*, que tratam da história russa e da sua influência na formação da política externa do czarismo desde a fundação de São Petersburgo. Em relação a esses capítulos, sabemos que Marx utilizou trechos de artigos de Engels, mas não temos uma discussão específica das fontes da “história russa” a que ele recorreu. É exatamente em relação a essas fontes e ao tratamento da história russa por Marx que David Riazanov dirige a sua crítica retificadora. Como veremos, o aspecto da denúncia dos diplomatas ingleses não chega a representar um problema para Riazanov. Escrito no começo de 1908 e publicado originalmente como suplemento da revista da Social Democracia alemã, *Die Neue Zeit*, em 1909, o texto de Riazanov insere-se no debate em torno da política exterior da social democracia europeia, que atingiria um ponto crítico às vésperas da I Guerra Mundial, quando sentimentos anti-russos eram mobilizados nas discussões sobre o apoio do Partido Social-Democrata alemão ao Kaiser Guilherme II³⁴. Em certo sentido, é ainda esse debate que repercute na crítica de Stalin ao artigo de

³² MECW, 40, p. 58.

³³ Idem. A relação de Marx com os editores do *The Sheffield Free Press* foi conturbada, e interferências no texto das *Revelações* levaram à interrupção da publicação naquele órgão. A publicação foi retomada integralmente pouco mais tarde no *The Free Press*, de Urquhart.

³⁴ Com Francisco Fernández Buey: “De modo que quando, com a primeira guerra mundial, voltou a soar a hora dos nacionalismos, boa parte dos sociais-democratas alemães utilizaram o tradicional ódio democrático e revolucionário ao expansionismo russo como álibi para cobrir a própria justificação subalterna do imperialismo alemão, e quando o patriotismo grão-russo se impôs na Rússia soviética dos anos trinta, Josef Stalin e seus pseudo-historiadores fizeram desaparecer da obra de Marx aquela parte dedicada à crítica da política exterior czarista que a razão de

Engels de 1890.

Inseparável, portanto, da sua marca de nascença – a disputa pela política externa do movimento revolucionário na Europa – o texto das *Revelações* apresenta complexidades e especificidades que vão certamente além do que se espera normalmente de um “mero” panfleto político. Também a esse respeito o texto de Riazanov é duplamente significativo: na introdução à edição russa de 1918, ele esclarece que a Revolução de 1905 na Rússia provocara a necessidade de submeter a uma revisão crítica “o velho programa de política exterior” que a social-democracia, “na esteira de Marx e Engels”, havia herdado dos democratas radicais. Riazanov introduz assim, com notável elegância, o tema das tradicionais inclinações anti-russas do movimento democrático na Europa, que tanto influenciaram Marx e Engels. A referência à Revolução de 1905 não faz menos do que reivindicar, para o contexto russo de 1908-09, a mesma necessidade encontrada por Marx e Engels de compreender criticamente o fracasso do movimento revolucionário na Europa após 1848. Afinal, como assinala Isaiah Berlin, valendo-se de analogia histórica tão ao gosto de Marx, “o '1848 russo' ocorreu naquele país em 1905, quando a classe média no ocidente não era mais revolucionária ou sequer militantemente reformista”³⁵.

A tarefa a que se propõe Riazanov ao encetar a revisão do “velho programa de política externa” da social-democracia resume, por conseguinte, a significativa encruzilhada histórica a partir da qual se debruçará sobre o problemático texto de Marx: sua revisão, ela mesma em um horizonte revolucionário, procura ao mesmo tempo superar as limitações históricas de Marx e “restaurar” o significado crítico de suas opiniões sobre política internacional. Para Riazanov,

Estado considerava excessiva" ("Evolución de las opiniones de Karl Marx sobre Rusia", p. 105).

³⁵ “Russia and 1848”, in: *The Slavonic and East European Review*, Vol. 26, No. 67 (1948), pp. 341-360, p. 343. Claro que o potencial revolucionário na Rússia era bem compreendido por Marx e Engels já no final do século XIX, como mostra o texto do prefácio à segunda edição russa do Manifesto Comunista em 1882 (“E agora a Rússia! Durante a Revolução de 1848-9, não apenas os príncipes da Europa, mas também a burguesia européia encontraram sua única salvação contra o proletariado, que começava a despertar, na intervenção russa. O Czar fora proclamado o chefe da reação européia. Hoje, ele é o prisioneiro de guerra da revolução em Gatchina, e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa (...). Se a Revolução Russa tornar-se o sinal para a revolução proletária no Ocidente, de forma que se complementem uma à outra, a atual propriedade comunal da terra na Rússia poderá oferecer o ponto de partida de um desenvolvimento comunista”. MECW, 6, p. 519). O texto ocupa uma posição-chave na reconstrução do pensamento de Marx e Engels sobre a Rússia e a evolução do sistema internacional, tema a que voltaremos mais adiante.

fundador do Instituto Marx-Engels, encarregado pelo Partido Social-Democrata alemão, e depois por Lênin, de editar as obras completas dos fundadores do materialismo histórico, a revisão duplamente histórica do texto de Marx – porque esclarecedora de seus limites históricos e retificadora de seu alcance para a Rússia de 1908 – é uma tarefa política de primeira grandeza.

Riazanov terminou vitimado, em 1938 (sob falsas acusações de conspiração trotskista) pela mesma violência política que banira as *Revelações* das edições das obras de Marx na União Soviética³⁶. É interessante ver que o texto de Stalin sobre o artigo de Engels, embora tenha sido elaborado como um “parecer” em 1934, foi publicado apenas em 1941, às vésperas da invasão alemã da União Soviética, e após a morte de Riazanov e de tantos outros. Podemos constatar assim a alta voltagem política que determina os momentos de aparição e esquecimento nesse estranho e macabro diálogo histórico que se estabelece, de um lado, entre Marx e Riazanov, e de outro, entre Engels e Stalin, em torno da disputa pela política externa da revolução e pelas linhas de força da interpretação histórica que lhes são subjacentes.

Embora essa história “exterior” seja importante para a compreensão adequada do texto de Marx, nesta primeira parte do trabalho trataremos essencialmente de analisar as *Revelações* em seus próprios termos, a partir de suas próprias questões, e dentro de seus próprios limites. Riazanov será naturalmente o principal interlocutor nessa reconstrução. Aqui e ali seu argumento pode ser complementado por outros comentários que procuraram também servir como introdução didático-analítica ao texto – o que procuraremos indicar, quando for o caso. Mas nenhuma das introduções ou comentários às edições mais recentes das *Revelações* põe em questão as avaliações gerais de Riazanov ou chega a oferecer uma visão mais articulada dos problemas suscitados. Fica evidente que Riazanov, tendo em vista o horizonte revolucionário russo, foi o leitor mais sensível das articulações entre dimensão histórica e potência política no texto de Marx, mesmo que não tenha enfrentado a questão posta pela sua *negatividade*.

³⁶ cf. a introdução de Maximilien Rubel a *Marx y Engels contra Rusia*. Trad.: M. H. Giacchini. Buenos Aires: 1965.

1 - Arquitetura e sistema

Uma das primeiras características das *Revelações* que nos importa para traçar o percurso de uma teorização negativa é a sua própria estrutura. Como já vimos, Marx tinha clara consciência da armadura do argumento, e via na forma de apresentação do problema – a exposição inicial dos fatos, e não de “considerações gerais” – uma forma de se distinguir dos historiadores convencionais. Curiosamente, entretanto, os comentadores das *Revelações* não tendem a dar atenção a seus aspectos "formais". Benoît P. Hepner, por exemplo, afirma que a estrutura mesma dos artigos é um dos fatores que complica a sua decifração. Essa estrutura, entretanto, responde a uma preocupação metodológica claramente enunciada: como dissera a Engels, ao comentar os seus achados na Biblioteca do Museu Britânico³⁷, Marx queria demonstrar não apenas que a Inglaterra havia contribuído para "fazer da Rússia uma potência báltica", mas também que essa política havia sido denunciada já no começo do século XVIII, por observadores contemporâneos aos fatos.

No texto das *Revelações*, essa preocupação central está refletida também na estratégia expositiva, que parte da justaposição de dois conjuntos documentais principais: um formado pela documentação diplomática secreta; e outro por panfletos políticos, publicados muitas vezes anonimamente, que faziam parte do debate político inglês do início do século XVIII. Além dessa justaposição, o texto das *Revelações*, dividido em cinco capítulos, traz um encadeamento muito particular entre o material escolhido por Marx para a reprodução ao leitor e seus próprios comentários, num estilo de *anotações críticas* que se aproxima dos seus estudos econômicos e do andamento das *Teorias da Mais-Valia*, por exemplo. Marx quer dar voz ao passado, e antes mesmo de contextualizar o material recolhido em suas pesquisas, o reproduz, apenas com notas de rodapé. Em certo sentido, essa escolha deixa entrever a expectativa de que o público interessado nas intrigas

³⁷ MECW, 40, p. 8.

da diplomacia europeia reconhecesse desde logo o valor das "descobertas" que Marx julgava trazer a lume. A sua simples reprodução, num primeiro momento, teria a força do melhor argumento. A principal fratura formal no texto, por conseguinte, é entre uma primeira parte, inteiramente constituída pela correspondência diplomática seleccionada por Marx, e as demais, em que sua voz "sobe" das notas de rodapé para o corpo do texto, sobretudo como comentários aos panfletos por ele "descobertos". Apenas o quarto artigo, dedicado à história da Rússia, é constituído, à exceção de poucas citações, de texto seu (veremos, contudo, que há um texto ao qual Marx remete com insistência, mesmo quando não o cita explicitamente). Na quinta e última parte, como já tivemos ocasião de apontar, Marx valeu-se de material preparado por Engels. A incidência de um argumento mais marcadamente geográfico, e de referências mais frequentes à "raça eslava" permitem ao leitor familiarizado com os textos de Engels reconhecer logo os empréstimos.

Essa colisão entre a correspondência "secreta" dos diplomatas, exposta inicialmente sem maiores mediações, e os panfletos que merecem o comentário da voz autoral de Marx, e vão aos poucos se associando a ela, evoca os diferentes circuitos potencialmente envolvidos na disputa pela política externa e pela determinação de seus interesses principais na Inglaterra. Marx faz colidirem, assim, não apenas a voz de grupos sociais com interesses diversos, mas antes disso, duas culturas documentais distintas, sem esconder sua tomada de partido contra a diplomacia secreta. Antes mesmo de entrarmos no mérito dos comentários que ele fará aos despachos diplomáticos, cabe ter em conta as ambigüidades necessariamente envolvidas no seu tratamento como fonte – aspecto nem sempre presente em Marx. Como assinala Jeremy Black, a própria natureza da documentação diplomática pode terminar fazendo com que o papel dos diplomatas seja acentuado, embora a implementação da política exterior envolva diversos outros meios para além dos mecanismos de persuasão baseados nas relações diplomáticas formalmente estabelecidas³⁸. Ao fazer essa observação, Black tem em mente precisamente os desafios historiográficos colocados pelo debate

³⁸ *Debating Foreign Policy in Eighteenth-Century Britain*, p. xiii.

sobre a influência da opinião pública na política externa na Inglaterra do século XVIII. Embora a institucionalização da correspondência diplomática reverta em benefício do historiador, argumenta Black, as características desenvolvidas no processo de burocratização, como a atribuição de confidencialidade, que carrega consigo um sentido de priorização e hierarquia, pode gerar imagens distorcidas dos processos decisórios efetivos.

Ao tratar do papel dos panfletos, da imprensa, e do parlamento inglês no século XVIII, Jeremy Black destaca a importância que a imprensa inglesa dava às questões internacionais, em um século durante o qual a Inglaterra quase sempre esteve em guerra – uma das razões pela qual, segundo o autor, questões estratégicas e de política externa formavam um *continuum*³⁹ naquele debate. As controvérsias por meio de panfletos, e as polêmicas travadas entre os panfletos e os órgãos de imprensa, foram uma marca do período. Era comum que políticos fizessem referência aos panfletos, cuja cultura teria experimentado um relativo declínio após as primeiras décadas do século face ao papel da imprensa e à maior publicidade dos debates parlamentares⁴⁰. A cultura dos panfletos alude ainda tanto à disputa pela "opinião" como à sua própria instrumentalização pelos políticos e pelos diplomatas.

Jeremy Black comenta como, nesse contexto de disputa dos atores internacionais pela “opinião pública” inglesa, governos estrangeiros buscavam promover, por meio da imprensa, seus interesses políticos ou comerciais específicos – o quem nem sempre conseguiam. É interessante que ele mencione um caso em particular, que nos interessa de perto, como exemplo característico. Em 1716, o embaixador sueco em Londres, o Conde Gyldenborg, fazia publicar na imprensa londrina artigos contrários à política britânica no Báltico, no contexto da Grande Guerra do Norte (1700-1721)⁴¹. Gyldenborg, de quem voltaremos a falar, é normalmente apontado como o autor daquilo que Marx considerava um “dos mais extraordinários panfletos jamais escritos”, *The Northern*

³⁹ Idem, p. 3.

⁴⁰ Ibid. p. 28.

⁴¹ Ibid. p. 33.

Crisis, a pedra angular das Revelações.

Em outras palavras, as características da política inglesa no começo do século XVIII adicionam complexidade não desprezível às questões de interpretação histórica. Aí estão em jogo os interesses da casa de Hanover (recém instalada no trono inglês, em 1714); os interesses dos partidos e dos conspiradores contra-revolucionários, os “jacobinistas”; e as demandas dos outros setores organizados, como o dos comerciantes, que constituem fatores de diferente peso relativo na definição de alianças e interesses internacionais. Inserido ele mesmo, em 1856, nessa série histórica de disputa pela opinião e pela política externa, Marx assinala duplamente a complexidade das interações entre opinião e política na Inglaterra: evoca, de um lado, a importância dos panfletos da época como testemunho de uma “consciência” política, e também alude, nas notas à correspondência diplomática, aos debates parlamentares, inclusive como forma de fixar o caráter dos personagens da política inglesa que desfilam no texto. Ele mesmo, autor de um panfleto anti-russo no século XIX, vê-se imerso nos pontos de vista de seus pares do século XVIII. Por isso, concebe uma *forma* que procura essencialmente *ressuscitar* essas vozes, fazendo-as falar em lugar da sua.

Na carta em que relata a Engels suas “descobertas” no Museu Britânico, Marx atribui, como vimos, especial importância aos panfletos como forma de provar que, já no começo do século XVIII, no tempo do Czar Pedro I, as perspectivas de crescimento do poder da Rússia na Europa eram apontadas no curso do debate sobre política exterior na Inglaterra. A carta de fevereiro de 1856, traz alguns importantes elementos, reveladores do ponto-de-vista a partir do qual se iniciam as *Revelações*:

1) Marx estava convencido de que a Inglaterra desempenhara papel importante na “luta entre Pedro I e Carlos XII”, rei da Suécia, no curso da Grande Guerra do Norte, que resultou na consolidação do poder russo no mar Báltico, com a fundação de São Petersburgo;

2) da mesma forma, Marx afirma que “naqueles dias a política externa dos *Tories* e *Whigs*

diferia simplesmente nisto, que os primeiros se vendiam à França e os últimos à Rússia”, sendo que a “venda” seria um fato reconhecido, comentado pelos contemporâneos;

3) afirmava ainda que os ministros do monarca inglês, William III, agiam contra a sua “tendência” de desconfiança em relação a Pedro I⁴², que estaria na raiz da aliança defensiva e ofensiva entre Inglaterra e Suécia no início do dezoito; e

4) apesar da “singular complacência” ou mesmo “ajuda direta” que o Czar encontrava entre os funcionários britânicos, ele ao mesmo tempo “conspirava” com o “Pretendente” ao trono da Inglaterra, James III, ou seja, a suposta boa vontade dos ministros ingleses estaria longe de corresponder a alguma reciprocidade do lado russo.

Marx quer demonstrar, em suma, que a atitude da Inglaterra na Grande Guerra do Norte foi importante para um desfecho favorável à Rússia e desfavorável à Suécia, apesar da aliança pré-existente entre Inglaterra e Suécia; e que tal atitude correspondia à inclinação pró-russa dos ministros *whigs*, a despeito das desconfianças de William III em relação a Pedro I, e também a despeito da falta de reciprocidade – já que o Czar mantinha tratativas com os partidários de James Stuart, o representante da dinastia deposta pela “Revolução Gloriosa”. Marx assinala ainda que os *whigs* teriam encontrado, a partir de 1714, com a ascensão de George I ao trono inglês, maior facilidade para implementar sua política pró-russa, já que, na qualidade de Príncipe-Eleitor de Hanover, George I perseguiria “tolas políticas de família” e veria na posse das províncias de Verden e Bremen, parte do império sueco desde 1648, o “foco de seus interesses europeus”⁴³.

⁴² Marx curiosamente não chega a fazer referência à visita de Pedro I à Inglaterra em 1698 ou a seu encontro com William III em Utrecht, um ano antes.

⁴³ Nas palavras de um historiador consultado por Marx, “Ao chegar à Coroa da Inglaterra, Sua Majestade não havia de nenhum modo ampliado suas visões para além das limitadas fronteiras do Eleitorado. Seu orgulho de seus novos domínios não chegaram a distraí-lo de seus objetivos, ou a abalar seu zelo em relação aos assuntos meramente hanoverianos”. *History of England from the peace of Utrecht to the peace of Paris, Volume I, Philip Henry Stanhope Stanhope* (Earl), p. 166. É um erro contudo, supor que a posse de Bremen e Verden não tinha interesse para a Inglaterra. As províncias haviam sido capturadas pela Dinamarca e então cedidas a George I em troca de subsídios e da entrada de Hanover na coalizão contra a Suécia. O tratado com a Dinamarca em 1715 contara com a aprovação de todos os ministros britânicos de George I, como Walpole, Townshend e Stanhope. Mesmo Townshend, crítico dos interesses “hanoverianos” de George I, considerava ser do interesse inglês a anexação de Bremen e Verden a Hanover. Argumentos desde a influência francesa nas províncias então sob domínio sueco, até a abertura do Elba e do Weser ao comércio inglês, podiam ser apontados. Stanhope, em uma correspondência a Townshend que Marx cita mais adiante em seu texto (embora sem dar a fonte), lembra que mesmo Cromwell havia

Marx diz ainda a Engels que as principais “fontes para toda essa história misteriosa” são oito panfletos ou conjuntos de documentos, que ele lista e comenta. Não há, portanto, menção à correspondência diplomática propriamente dita. Dos panfletos referidos na carta, três são reproduzidos nas *Revelações*. A um deles, como aludimos, Marx classifica como “um dos mais extraordinários panfletos jamais escritos”⁴⁴. Trata-se do panfleto intitulado “*The Northern Crisis, or Impartial Reflections on the Policies of the Czar, occasioned by Mynheer Von Stocken's reasons delaying the descent upon Schonen...*”, publicado em 1716, e comumente atribuído a Carl Gyllenborg, o então embaixador sueco em Londres. Marx não poupa elogios à obra: “Poderia ter aparecido no ano de 1853 apenas com modificações insignificantes”⁴⁵. Marx menciona ainda dois grupos de documentos cuja publicação está diretamente relacionada a um episódio que retomaremos adiante: a prisão de Gyllenborg em Londres, e a apreensão de papéis em sua posse, sob acusações de conspiração jacobita (o suposto plano de Carlos XII da Suécia para invadir a Inglaterra e restaurar a casa dos Stuarts)⁴⁶. A mesma acusação levaria à prisão, no ano seguinte, na Haia, do Barão von Görtz, o poderoso ministro de Carlos XII. Marx mostra ter pleno conhecimento das circunstâncias em que tais documentos vieram a lume: comenta serem os papéis “bem conhecidos” dos historiadores, que não possuiriam ainda, contudo, a “chave” para compreendê-los. Pode-se especular até que ponto a “chave” estaria, afinal, na correspondência diplomática secreta que Marx crê tornar pública pela primeira vez, a revelar, a seu ver, a extensão da cooperação entre Inglaterra e Rússia no século XVIII.

Marx faz ainda um comentário mais geral sobre as atitudes inglesas em relação a Pedro I.

tentado obter Bremen da Suécia, como forma de assegurar a liberdade de comércio no Báltico. Vê-se, por esse prisma, que embora a característica hanoveriana da política de George I tenha sido decisiva para sua aderência à coligação anti-sueca, ela não era de todo destituída de significado *propriamente inglês*, pelo menos na opinião de Stanhope e Townshend, personagens que estariam de lados opostos no “cisma” liberal de 1717, de que trataremos adiante.

⁴⁴ MECW, 40, p. 9.

⁴⁵ idem.

⁴⁶ Voltaremos adiante aos detalhes relevantes do episódio. Cabe indicar apenas que a prisão de Gyllenborg e a publicação de seus papéis – uma violação do direito internacional à época – provavelmente contribuiu para fortalecer os interesses “hanoverianos” de George I na Inglaterra, contrários à Suécia naquele momento.

Diz com ironia que os *whigs* estimulavam a versão de que o Rei da Suécia era “católico romano”, enquanto o Czar seria “um bom protestante”. Na verdade, é o autor do panfleto *The Northern Crisis* quem alude à argumentação que sugere a irônica inversão de papéis. Vemos que Marx tende a dar aos argumentos do panfleto uma objetividade exagerada. Aponta ainda a contradição entre a indignada (e “ridícula”, acrescenta) reação dos ingleses diante da criação da Companhia das Índias de Ostend, pela Áustria, ao mesmo tempo em que “põem oficialmente sua frota à disposição de Pedro e o ajudam a construir portos no Báltico”. Uma vez mais, Marx insinua que a ajuda da Inglaterra ao Czar não encontrava reciprocidade, já que os comerciantes ingleses reclamavam a Londres sobre o tratamento que recebiam na Rússia. Recorda o fato de que a Inglaterra foi o primeiro país a reconhecer ao Czar o título de Imperador (o que tinha significado político relevante na política europeia do século XVIII). Mas, acima de tudo – prossegue – os panfletos do início do século XVIII provariam que a Inglaterra não agiria “por ilusão ou inocência”.

Há claramente, por conseguinte, um esquema argumentativo por trás da escolha de Marx sobre como apresentar a documentação que havia coligido. Para desentranhá-lo do texto é necessário ainda, como passo preliminar, sobrepor ao texto das *Revelações* a imagem do século XVIII que sua própria cronologia ajuda a formar. Marx apresenta, ao todo, sete documentos. Três panfletos e excertos de quatro cartas, que estão todas na primeira parte das *Revelações*. Esse conjunto nos oferece, portanto, sete datas, na seguinte ordem: 1736, 1765, 1782, 1800⁴⁷, 1716, 1717, 1719. Colocadas em ordem cronológica, vemos que as fontes cobrem o período entre 1716 e 1800, entre o final da Grande Guerra do Norte e o início do reinado do Czar Paulo I na Rússia, já no contexto da guerra contra Napoleão. Os três panfletos extensamente comentados por Marx cobrem o período final da Grande Guerra do Norte (1700-1721), embora entre os dois primeiros, de 1716 e 1717 e o último, de 1719, exista uma importante mudança de fase, particularmente no que diz respeito à posição da Inglaterra em relação à Rússia. A esse respeito, é importante assinalar que

⁴⁷ Aproximadamente. O documento diz apenas que fora escrito nos começos do reinado de Paulo I, em 1796. O conteúdo da carta, no entanto, parece se referir a eventos de 1800. Paulo I foi assassinado em 1801.

aquele conflito coincidiu, em boa parte, com a Guerra da Sucessão Espanhola.

A primeira correspondência publicada por Marx, de 1736, está no contexto da guerra que opôs Rússia e Áustria ao Império Otomano entre 1735 e 1739. As demais cartas datam de períodos posteriores à Guerra dos Sete Anos (1756-1763), duas delas do reinado de Catarina II (1762-1796), e a última do período imediatamente posterior à sua morte, e que assume o tom de um certo "fechamento", um tanto macabro, como veremos.

Esse esquema cronológico permite a Marx mapear momentos importantes da emergência da Rússia como potência européia ao longo do século XVIII, ao lado das outras "potências do leste", Áustria e Prússia – fato que, para a historiografia recente⁴⁸, constitui uma das principais características do sistema internacional do século XVIII, com importância central, ainda, para a configuração política da Europa que persistiria em termos gerais até a véspera da I Guerra Mundial. Com efeito, tendo como principal ponto de inflexão a Guerra dos Sete Anos, a emergência das "potências do leste" constitui provavelmente a principal transformação sistêmica do período no plano internacional até 1789. A ascensão política da Rússia, Prússia e Áustria concorre, ao mesmo tempo, com o declínio de atores que haviam protagonizado a política européia após a paz de Westphalia, a partir de 1648, como Holanda, Espanha e Suécia e, no entorno russo e austríaco, a Polônia e o Império Otomano.

Esse deslocamento do centro de gravidade da política europeia do mediterrâneo ocidental em direção ao bloco que viria a constituir, no século XIX, a Santa Aliança, corresponde ao eixo sobre o qual evolui, ainda que implicitamente, o argumento das *Revelações*. Mas é necessário lembrar que a histórica rivalidade entre a Inglaterra e a França⁴⁹ persiste como uma das mais permanentes características do sistema europeu do dezoito, ainda que ressignificada à luz desse deslocamento do centro de gravidade político da Europa em direção ao leste do continente. Em seus traços muitíssimos gerais, esses são os pontos cardeais da geografia histórico-política em que as

⁴⁸ cf. Scott, H. M. *The Emergence of the Eastern Powers, 1756-1775*.

⁴⁹ cf. Black, Jeremy. *Natural and Necessary Enemies: Anglo-French Relations in the Eighteenth Century*.

Revelações evoluem.

Ao lado desse dinamismo do sistema internacional, um outro eixo em torno do qual o argumento das Revelações se estrutura diz respeito à evolução política da Inglaterra após a Revolução Gloriosa, que coincide, entre 1714 e 1760, com um período de *supremacia whig*⁵⁰. É esse eixo que permite compreender o delineamento um tanto brusco que Marx faz entre a política dos conservadores e liberais ingleses como resolvendo-se em afinidades respectivamente francesas e russas no começo do século XVIII. Durante esse momento de estabilização na política inglesa, que compreende a primeira metade do século XVIII, o peso da ameaça da restauração da dinastia dos Stuarts, deposta em 1688, não pode ser subestimado⁵¹. Essa instabilidade política do governo da aristocracia liberal e protestante na Inglaterra é o fator que nos permite associar os dois eixos históricos contemplados por Marx: as evoluções do sistema internacional europeu do século XVIII e a política inglesa.

No começo do dezoito, os liberais ingleses procuravam desacreditar a política externa dos conservadores sobretudo por meio da crítica aos termos da Paz de Utrecht, que encerrara a Guerra da Sucessão Espanhola. A guerra em torno da sucessão no trono espanhol inaugurara um novo período de disputa entre Inglaterra e França, em torno da influência sobre o vasto império colonial sob domínio espanhol e pelo controle sobre o seu comércio⁵². A Inglaterra lograra ganhos territoriais, mas não conseguira evitar que o rei Felipe V, neto de Luis XIV, se mantivesse no trono

⁵⁰ Segundo Basil Williams, o período da “supremacia whig” caracteriza-se pela estabilidade e circunspecção política, pela estabilização da casa de Hanover no trono inglês, sobretudo nos ministérios Stanhope e Walpole, entre 1714 e 1742, e pela “indiscutível predominância” das ideias políticas de John Locke. Em suas palavras: “Entre 1714 e 1760 o povo inglês, cansado das lutas e saciado de glórias, estava satisfeito em estabilizar os resultados da revolução sob uma dinastia pela qual não nutria nenhum amor e em aceitar um sistema oligárquico de governo que, por ora, parecia perfeitamente ajustado às suas necessidades”. *The Whig Supremacy, 1714-1760*, p. 13.

⁵¹ Como sustenta Paul S. Fritz, “Insatisfação com o sistema existente sob os hanoverianos, e a presença de uma escolha alternativa no continente, eram dois fatos que não podiam ser desprezados”. Daí que todos os ministérios ingleses, entre 1715 e 1745, tenham perseguido políticas ativas para contrarrestar a influência jacobita. Para Fritz, esses esforços constituíam um autêntico sistema de inteligência, por meio essencialmente de interceptação de correspondência e uso de espões. Cf. “The Anti-Jacobite Intelligence System of the English Ministers, 1715-1745”, in: *The Historical Journal*, Cambridge University Press, Vol. 16, No. 2 (1973), pp. 265-289.

⁵² Cf. Black, op. cit. Logo após a morte de Luis XIV, a Inglaterra e a França concluem uma aliança, em novembro de 1716, à qual acederia mais tarde a Holanda. Como comenta Basil Williams, esse “sistema” de convívio entre os principais rivais durou nominalmente até 1744, e logrou evitar um conflito europeu aberto na esteira dos descontentamentos com a paz de Utrecht, que são a principal fonte de tensões no período. Cf. Williams, op. cit. p. 161.

espanhol. Fizera com que renunciasse a qualquer direito de sucessão ao trono francês, o que impediria a temida extensão do domínio francês sobre a Espanha, mas a legalidade da renúncia era questionável. Se a superioridade naval permitira à Inglaterra desafiar o poderio da França na península ibérica, por outro lado a influência dos Bourbon na Espanha mantinha-se como uma ameaça após a Paz de Utrecht, vista pelos *whigs* mais críticos como porta deixada aberta à ameaça de uma restauração da casa dos Stuarts com o apoio da França. Para Jeremy Black, até 1790, a disputa entre França e Inglaterra no eixo do mediterrâneo ocidental, com suas ramificações comerciais, diplomáticas e mercantis, mantém-se como uma das mais importantes características da política européia. Black recorda que importantes políticos ingleses, como James Stanhope, um dos mais influentes ministros sob George I, e protagonista do "cisma" liberal em 1717⁵³, como veremos, lutaram na guerra da sucessão espanhola.

Se o tradicional eixo "ocidental" do sistema europeu do dezoito não pode, por conseguinte, ser negligenciado, está claro que o eixo propriamente *dinâmico* do período está na consolidação das "potências do leste", e é ele que domina, naturalmente, o argumento de Marx. A razão é simples: alguns dos fatos fundamentais para a configuração do sistema internacional do XIX estavam ganhando a sua fisionomia própria nesse eixo dinâmico do sistema do século XVIII. As *Revelações* podem ser lidas, nesse sentido, como uma tentativa um tanto confusa em Marx de tatear e traçar a origem e a evolução de certas estruturas do sistema internacional do século XIX, baseada em uma intuição afinal acertada de que essas estruturas começam a ganhar a sua forma mais característica precisamente com a ascensão das "potências do leste".

Essa passagem coincide com a transformação de um sistema dominado originalmente pelo esforço de contenção do "formidável" absolutismo francês após 1648, esforço esse que produzira o "velho sistema" de alianças entre Inglaterra e Holanda, as "potências marítimas", com a Áustria, que predominou entre 1680 e 1740. A "ponta" austríaca desse sistema – cimentado em grande medida

⁵³ Resultado, entre outros fatores, da divergência em torno do peso dos interesses de Hanover na política externa inglesa.

pelo interesse comum na defesa do *status quo* definido em Utrecht – tocava o Império Otomano, cuja influência, após as derrotas militares para a Áustria entre 1683 e 1718, já era declinante. Essa transformação ficou plasmada, no leste do continente, em algumas importantes modificações territoriais, principalmente as perdas sofridas pela Polônia e pelo Império Otomano, derrotado militarmente pela Áustria e sobretudo pela Rússia em um contexto de declínio relativo do poder francês e absorção crescente da Inglaterra em suas preocupações coloniais. Como sublinha H. M. Scott⁵⁴, um fato marcante do período, além da primeira partição da Polônia em 1772 (um fato central para Marx e para o “progressismo” europeu ocidental), é a rejeição russa da mediação “ocidental” na Guerra Russo-Otomana de 1768-1774, ao final da qual, com a paz de Kuchuk-Kainardji, Catarina II assegurara o domínio russo no norte do Mar Negro. Alguns anos mais tarde, durante o conflito anglo-bourbon (1778-1783), no contexto da guerra de independência norte-americana, Rússia e Áustria se ofereceriam para mediar um conflito entre potências “ocidentais”, invertendo a prática histórica anterior e selando o novo protagonismo político da Europa do leste. Em certo sentido, o século XIX de Marx começa portanto em torno de 1772-1774, entre a partição da Polônia e paz de Kuchuk-Kainardji.

Embora os ganhos territoriais da Rússia na Polônia, no Império Otomano e no Báltico fossem vistos com alarme na Inglaterra e na França – argumenta Scott –, era o realinhamento político entre Rússia, Áustria e Prússia – esse “ensaio” da Santa Aliança – que causava a maior apreensão em Londres, na medida mesma em que significava uma diminuição da margem de manobra diplomática inglesa na obtenção de alianças continentais contra a França. A primeira partilha da Polônia, entretanto, marca uma inflexão fundamental na percepção desse processo de ascensão das potências do leste entre na Inglaterra. David Hume, ao comentar o episódio, lamentava que “as duas nações mais civilizadas, a inglesa e a francesa”, estivessem em declínio, e “os bárbaros, os Godos e Vândalos da Alemanha e da Rússia” estivessem em “acensão de poder e

⁵⁴ Op. cit. p. 3

influência"⁵⁵.

Do lado francês, ainda segundo Scott, tal redistribuição do poder europeu tinha impactos ainda mais imediatos, ao enfraquecer a tradicional “barreira do leste” – formada pela Suécia, Polônia e Império Otomano – com que a França contava para circunscrever a princípio seus tradicionais adversários Habsburgos na Áustria, e em seguida a crescente influência russa. Scott recorda que a partição da Polônia levava a França do duque de Aiguillon a ensaiar uma reaproximação com a Inglaterra, sem êxito. Recorda, ao mesmo tempo, que entre Rússia, Prússia e Áustria nunca existiu uma aliança formal⁵⁶.

O esquema de alinhamentos que traçamos aqui, para dar suporte ao mapeamento feito por Marx e permitir reconstruir melhor seus argumentos não deve ser entendido, contudo, com demasiada fixidez, particularmente para um século marcado por uma "Revolução Diplomática"⁵⁷ e pela reconfiguração da paisagem político-diplomática européia, com suas implicações coloniais. Em outras palavras, sem o centro estabilizador dado pela articulação da contra-revolução continental, o sistema internacional do século XVIII na Europa foi significativamente mais mutável e instável do que o sistema que resultaria do Congresso de Viena, em 1815. Naturalmente, a explicação dessa instabilidade não precisa ser discutida aqui. Ela não impede, contudo, que tenhamos em conta ao mesmo os eixos dinâmicos do sistema e os seus elementos mais persistentes: de um lado a emergência das potências do leste, de outro a inimizade “natural” entre Inglaterra e França. No entrecruzamento dessas duas dimensões, a trajetória das relações entre a Inglaterra a Rússia pode ser vista com maior clareza. Entre o fim da guerra da sucessão espanhola com a paz de

⁵⁵ *apud* Scott, *ibid.*

⁵⁶ cf. Scott, *ibid.* p. 234.

⁵⁷ A expressão refere-se geralmente à formação da aliança entre a Áustria e a França em 1756, que durou até 1792, um dos fatores que impelia a Inglaterra em direção à Rússia na busca de um sistema de alianças alternativo à aproximação dos Bourbons e Habsburgos. Após a paz de Utrecht, a tradicional aliança entre Inglaterra e Áustria constituía o “velho sistema”, que a Inglaterra ainda tentaria reconstruir após a Guerra dos Sete Anos. Como nota Jeremy Black, a aliança é normalmente referida como um realinhamento da política austríaca, interessada em retomar a Silésia e proteger-se dos avanços da Prússia. Cf. “Essay and Reflection: On the 'Old System' and the 'Diplomatic Revolution' of the Eighteenth Century”, in: *The International History Review*, Vol. 12, No. 2, 1990, pp. 301-323.

Utrecht e a guerra de independência dos Estados Unidos, a Inglaterra se vê na contingência de precisar recriar uma aliança no continente contra a França, uma nova aliança em substituição ao “velho sistema” com Holanda e Áustria, ao mesmo tempo em que o progressivo ingresso ou aparecimento da Rússia no centro do sistema internacional europeu torna uma aliança política com a Inglaterra um objetivo estratégico para que a Rússia pudesse de uma vez por todas transcender as preocupações defensivas que ainda a circunscreviam a um status de potência de segunda classe no começo do século XVIII. Esse entrecruzamento, naturalmente, é fundamental para contextualizar as *Revelações*.

Com todas as instabilidades e redefinições políticas do período no plano internacional, é lícito dizer que os momentos escolhidos por Marx captam instantâneos importantes para acompanhar as suas tendências estruturais – sem entrar ainda no mérito de sua interpretação. Com efeito, após a Guerra dos Sete Anos, a Europa exibia um fisionomia já decisivamente mais próxima àquela do século XIX contemporâneo de Marx, a partir de 1815. Os eixos que sumariamente traçamos são necessariamente esquemáticos, são eixos de um plano cartesiano que poderia ter – e tem – muitas outras dimensões. Uma delas, a talvez mais óbvia, é a interseção entre todas as considerações mais gerais e comuns ao analisar a política externa dos Estados – comerciais, estratégicas, políticas, geográficas – com os aspectos dinásticos⁵⁸. O século viu guerras de sucessão na Espanha, Áustria, Polônia, Bavária, entre outras. Outra transição que H. M. Scott identifica no período dá-se no âmbito da compreensão, pelos contemporâneos, da própria natureza do poder nas relações internacionais. Para Scott, o século XVIII assiste à transição entre as concepções associadas à fórmula da *balança de poder*⁵⁹, em direção àquelas relacionadas ao conceito de

⁵⁸ Para Jeremy Black, a dificuldade precisamente de operar com as questões dinásticas na Europa era um problema para próprios os políticos ingleses do século XVIII. De outro lado, como lembra Basil Williams, os ministros britânicos de George I de Hanover não lhe disputavam o conhecimento das nuances e complicações da política no norte da Europa e no Império Germânico, muitas delas atravessadas por essas considerações dinásticas, o que afinal reforçava o poder de George I e seus assessores alemães em questões internacionais. Cf. *Debating...*, p. 121.

⁵⁹ Para Jeremy Black, a preferência dos políticos ingleses do início do século XVIII por considerações afeitas à balança de poder era índice de sua dificuldade de compreender a importância das considerações dinásticas na política européia. Cf. *Debating...*, p. 117.

*grandes potências*⁶⁰: entre uma política internacional compreendida em termos de configurações estratégico-militares pautadas pela competição territorial-comercial entre Estados e dinastias, e uma política de afirmação das qualidades nacionais, dos fatores internos de progresso e dinamismo.

Situadas apenas, portanto, as coordenadas político-diplomáticas muito gerais que estruturam o pano de fundo do período histórico, e destacadas algumas características mais significativas, deixemos que o texto de Marx nos conduza por elas, e pelas dimensões *extras* que seja necessário evocar. Nossa análise procurará respeitar o andamento do texto das *Revelações*, procurando contextualizar os comentários e juízos de Marx na medida em que eles forem sendo articulados à margem da correspondência diplomática e dos panfletos políticos reproduzidos. Para efeitos de organização do argumento, dividiremos nossa análise em duas partes ou dois núcleos principais: a primeira tratará propriamente do material diplomático, concentrado nos três primeiros capítulos das *Revelações*. A segunda tratará da incursão de Marx pela história russa, objeto principalmente do quarto e quinto capítulos das *Revelações*. Ao final da exposição de cada um desses núcleos, faremos um balanço crítico das conclusões de Marx, a partir dos estudos críticos disponíveis, principalmente o de David Riazanov. Dado o grau de detalhamento dos comentários de Marx sobre a documentação diplomática e histórica, será necessário recuperar com alguma minúcia contextos, personagens, processos e interpretações. Para tanto, procuraremos sempre que possível aludir às fontes utilizadas pelo próprio Marx.

2 - A produção da política

Como já assinalamos, o primeiro capítulo das *Revelações* contém a reprodução de quatro manuscritos, acompanhados de notas de rodapé de Marx: o primeiro, datado de 1736, é de uma carta do embaixador inglês em São Petersburgo, Claudius Rondeau, a Horace Walpole⁶¹, então

⁶⁰ cf. op. cit.

⁶¹ O tradutor de Riazanov para o inglês, Brian Pearce, comete um erro ao anotar tratar-se do filho de Robert Walpole,

embaixador britânico na Holanda. O segundo, de 1765, provém da correspondência do embaixador britânico na Rússia, George Macartney, ao Conde de Sandwich, então Secretário de Estado para o Departamento Norte; o terceiro, de 1782 – a *pièce de résistance* do conjunto, para Benoît Hepner –, é extraído da correspondência de James Harris, representante de Londres em São Petersburgo, a Lord Grantham, Secretário de Estado dos Assuntos Estrangeiros, em 1782.

O quarto excerto é o único que não provém de comunicação de representante formal do Governo inglês em São Petersburgo. Trata-se de trecho de uma “Account of Russia during the Commencement of the Reign of the Emperor Paul” de autoria de capelão inglês na estação comercial inglesa na Rússia, L. K. Pitt, “parente próximo” de William Pitt. A sua “account” é endereçada a William Coxe – o historiador em cujos arquivos, no Museu Britânico, Marx encontrara todo o material. Daremos a seguir uma condensada descrição dos aspectos essenciais desses textos, e das questões históricas envolvidas, evitando contudo entrar em detalhes que não sejam relevantes para o argumento de Marx.

2.1 Rondeau a Walpole, 1736

A primeira carta reproduzida por Marx foi escrita em 17 de agosto de 1736 por Claudius Rondeau, representante residente da Inglaterra na Rússia desde 1731. Ele escrevia a seu colega Horace Walpole, então embaixador inglês na Holanda. A única nota de Marx ao excerto resume-se a nos informar que a carta se refere à guerra entre Rússia e o Império Otomano, iniciada pela czarina Anna, que ascendera ao trono russo em 1730. Marx anota também que, na carta, Rondeau descreve

e não de seu irmão (cf. *Marx and Anglo-Russian relations*, p. 55). O erro encontra-se também nas notas da edição organizada por Lester Hutchinson. Horace, o filho, Conde de Oxford, que mais tarde se notabilizaria como escritor e historiador, era um jovem de 19 anos à época do despacho de Rondeau. O irmão mais novo de Robert Walpole, de mesmo nome, Horace, Barão de Walpole, havia sido por sua vez embaixador britânico na Haia em 1716, como o próprio Marx lembra no Capítulo III das *Revelações*, e embaixador em Paris, em 1723, momento de reaproximação com a França. Recebeu a carta de Rondeau quando estava de volta à Holanda, como embaixador, onde permaneceria até 1740. A razão pela qual Rondeau escrevera ao seu colega na Haia é que Inglaterra e Holanda buscavam mediar conjuntamente a paz no conflito que Rússia e Áustria travavam então contra o Império Otomano.

seus esforços para levar a Rússia a concluir a paz com Constantinopla, esforços dos quais a Holanda também participava. Como se recorda, em 1736, as duas “potências marítimas”, a Inglaterra e a Holanda, eram aliadas.

A carta trata de uma complicação diplomática: o orgulho russo ferido impedia que a Rússia tomasse a iniciativa de propor a paz. Rondeau mostra-se convencido de que os russos esperariam até que a "Porta" – como se referiam então os contemporâneos ao governo otomano, por alusão à "sublime porta" do palácio Tokapi, em Istambul – desse "o primeiro passo". O orgulho ferido russo adviria do fato de que a Czarina e seus ministros não suportavam o “desprezo” com que o Império Otomano referia-se à corte de São Petersburgo⁶². A Rússia precisava ser convencida, portanto, de que naquela altura do conflito o Império Otomano desejava a paz e estaria pronto a aceitar a mediação anglo-holandesa. O Conde Ostermann, chefe da diplomacia russa entre 1734 e 1740, não parecia disposto a ser persuadido. A forma encontrada por Claudius Rondeau para contornar essa dificuldade foi uma calculada inconfidência: Rondeau diz ter mostrado a Ostermann e ao poderoso Conde Biron – amante da Czarina, e para muitos governante “de fato” – duas cartas confidenciais endereçadas pelo Grão-Vizir do Império Otomano ao Rei da Inglaterra. As cartas continham "duras reflexões" sobre a Rússia, e Rondeau pede aos ministros russos que não deixassem saber à Porta que haviam tomado conhecimento do teor dos documentos – o que agravaria a situação entre os países, ao invés de apaziguá-la. Ao confidenciar as cartas do Grão-Vizir a seus “inimigos”, Rondeau atuava claramente com o objetivo – diríamos com um vocabulário atual – de “construir a confiança” da Rússia na mediação inglesa. Conde Biron, nos conta Rondeau, não se impressionou com as "duras reflexões" – acostumado que estava a ser "tratado daquela maneira" pelos "turcos".

⁶² MECW, vol. 15, p. 27.

2.2 George Macartney ao Conde de Sandwich, 1765

A segunda correspondência reproduzida por Marx avança quase trinta anos até março de 1765, já no reinado de Catarina II na Rússia, e após a Guerra dos Sete Anos. George Macartney, embaixador em São Petersburgo, escrevia a Sandwich, em Londres, quando a Inglaterra negociava um tratado comercial com a Rússia. Aqui a primeira anotação de Marx ao corpo do texto aparece logo na primeira linha, ao lado do nome de um personagem importante da diplomacia russa da época: Nikita Panin. Tem um teor anedótico, ao assinalar que o influente político russo estaria “a soldo” do Rei Frederico da Prússia, restando a saber apenas se com a bênção de Catarina ou não. Marx acha provável que sim⁶³.

Macartney informa a Londres que a Rússia havia concluído uma aliança com a Dinamarca. Por essa aliança, a Dinamarca se obrigava a tratar uma eventual guerra entre a Rússia e o Império Otomano como *casus foederis*, que a obrigaria ao pagamento de subsídios à Rússia. Os frequentes conflitos com o Império Otomano eram a principal preocupação de “segurança” da Rússia na época, juntamente com a manutenção de sua influência na Suécia, e por isso em todas as negociações com outros países a Rússia procurava assegurar alianças políticas contra a ameaça otomana, por meio da inserção da “cláusula turca” nos tratados que celebrava. A aliança com a Dinamarca contemplava, ao mesmo tempo, outra preocupação central da Rússia: o isolamento da influência francesa no norte

⁶³ MECW, 15, p. 28. Catarina II era conhecida, entre inúmeros atributos, pelo zelo com que supervisionava os temas de política externa. Logo no começo de seu reinado, pedia para ler os despachos dos embaixadores russos em sua integralidade. Uma de suas preocupações em relação a Nikita Panin parece ter sido a de contar com seus importantes conhecimentos e habilidades, sem contudo atribuir-lhe poder em demasia. cf. *Catherine the Great: Life and Legend*. John T. Alexander, pp. 121-122. Em relação à influência de Frederico da Prússia na corte de São Petersburgo, Michael Roberts anota que o soberano prusso teria sido um dos políticos que melhor compreendia o realinhamento político causado pelo desfecho da Guerra dos Sete Anos, e como a vitória inglesa sobre a França fortalecera a Rússia no continente. Percebendo a mudança do centro de gravidade europeu em direção ao leste, concluiu com a Rússia de Catarina a aliança de 1764, e lutou ativamente para impedir que qualquer outra potência européia obtivesse esse “privilegio” (Cf. Michael Roberts, “Great Britain and the Swedish Revolution, 1772-73”, in: *The Historical Journal*, Cambridge University Press, Vol. 7, No. 1, 1964, p. 3). Como assinala Isabel de Madariaga, a hipótese de que Nikita Panin estivesse “a soldo” de Frederico da Prússia pertencia a James Harris, embaixador britânico na Rússia a partir de 1777. Harris encontrara, como veremos, um ferrenho opositor dos interesses ingleses em Panin, zeloso da aliança russo-prussa de 1764. Para Madariaga, Panin via pouco ganho para a Rússia em seu eventual envolvimento na rivalidade entre Inglaterra e França. A preferência de Panin era por seu próprio “sistema do Norte”, uma aliança com Prússia e Dinamarca (cf. “The Use of British Secret Funds at St Petersburg”, 1777-1782, in: *The Slavonic and East European Review*, Vol. 32, No. 79, 1954, pp. 464-474).

da Europa. Por isso, Copenhague estava obrigada, por um artigo “secretíssimo”, a se “desengajar” de “quaisquer conexões francesas”. Deveria, ainda, entrar em acordo com a Rússia quanto às suas ações e interesses na Suécia.

Em 1765, ao lado das discussões de um tratado comercial, a situação na Suécia consistia em fator de aproximação entre a Inglaterra e a Rússia. O objetivo comum da Inglaterra e Rússia era principalmente o de evitar a todo custo que a marinha sueca no Báltico ficasse à disposição da França. Como sustenta Michael Roberts, “a Suécia tornou-se o exemplo *par excellence* das possibilidades de ação conjunta anglo-russa, a demonstração de uma comunidade de interesses essencial”⁶⁴. A influência estrangeira na Suécia era conseguida por diversos meios, sobretudo financeiros, especialmente quando se tratava de contrarrestar a tradicional influência francesa em Estocolmo, que remontava ao século XVII. Para se ter uma ideia do que era essa histórica influência, basta lembrar, com Perry Anderson, que durante a Guerra dos Trinta Anos os subsídios pagos pela França à Suécia, sua aliada, equivaliam a cerca de um terço de toda a renda do Estado sueco. A “idade da liberdade de 1720 a 1772”, afirma Anderson, “estabeleceu um regime de parlamentarismo aristocrático corrupto, dividido por conflitos faccionais entre os partidos Hat e Cap, que eram manipulados por seu turno pela burocracia nobiliária, e lastreado por gratificações e subvenções inglesas, francesas e russas”⁶⁵.

Esse é o verdadeiro objeto da carta de Macartney: uma barganha entre Inglaterra e Rússia, tendo de um lado o interesse inglês em um tratado comercial, e de outro o interesse russo de que a Inglaterra pagasse as despesas financeiras do esforço de liquidar a influência francesa na Suécia – evitando, assim, uma presença francesa no Báltico. Para Macartney, ainda que a Rússia desejasse que a Inglaterra pagasse pelos custos dessa operação conjunta, jamais estaria disposta a abrir mão da liderança política em relação aos assuntos relativos a seu tradicional adversário no Báltico. Macartney, em uma frase que mereceu o grifo de Marx, assinala contudo não crer que a Rússia

⁶⁴ Op. cit. p. 5.

⁶⁵ *Lineages...*, pp. 185 e 190.

fosse "irrazoável o suficiente" a ponto de esperar que a Inglaterra arcasse com a totalidade dos custos de uma tal operação conjunta. Diz-nos Macartney que os russos tinham um valor em mente: mil e quinhentas libras anuais, do lado inglês, deveriam bastar para conter a influência francesa em Estocolmo.

Dada a extrema sensibilidade sueca à situação de dependência e vulnerabilidade em que então se achava em relação a cortes estrangeiras, os russos propunham aos ingleses, conta-nos Macartney, uma ação discreta mas bem coordenada – não a criação de "facções" inglesas ou russas na corte sueca, mas antes a identificação dos "amigos" da Inglaterra e da Rússia sob a tradicional bandeira inglesa da defesa "da liberdade e da independência", e o convencimento de que, para a Suécia, a associação com interesses franceses trouxera apenas a ruína. Podemos imaginar a reação de Marx diante do cinismo russo de propor que essa “partilha da Suécia” fosse executada sob a bandeira inglesa da “liberdade”.

Macartney volta ao tema da aliança entre a Rússia e a Dinamarca. Ele avalia que, com a conclusão dessa aliança, Nikita Panin teria alcançado, “em alguma medida”, o objetivo de concluir o seu "grande esquema de união das Potências do Norte". À avaliação de Macartney, corresponde uma nota de Marx: “Assim ficamos sabendo por meio de Sir George Macartney que aquilo que comumente conhecemos como 'a grande concepção da Aliança do Norte de Lord Chatham' era, na verdade, o 'grande esquema de união das Potências do Norte' de Panin”. E conclui, mordaz: "Chatham foi *ludibriado* a conceber o plano moscovita"⁶⁶.

Traduzida, a frase de Marx perde algo da aspereza do original em inglês (“Chatham was

⁶⁶ Traduzida, a frase de Marx perde algo da aspereza do original em inglês: "Chatham was *duped* into fathering the Muscovite plan". MECW, vol. 15, p. 29, grifo original. A aspereza e o grifo são relevantes, já que para Marx a diplomacia russa operaria sobretudo por meio do engano e da exploração de rivalidades, levando seus parceiros a promoverem o interesse russo. A frase é muito reveladora também da forma como Marx caracterizava o que, para a historiografia mais recente, constitui uma coincidência de interesses entre Inglaterra e Rússia de formarem um “sistema do Norte” contraposto à “formidável Liga do Sul”: a aliança entre os ramos francês e espanhol dos Bourbon e os Habsburgos. Nesse contexto, a Rússia (alienada pela França que recusara a Catarina II o tratamento de “Imperadora”) era vista pela diplomacia inglesa como “aliado natural”, cujos interesses seriam complementares aos de Londres (cf. Michael Roberts, op. cit. p. 3). As dificuldades com que os diplomatas ingleses em São Petersburgo se defrontariam ao tentar concluir a aliança que parecia tão natural é o tema da terceira missiva apresentada por Marx, e mostra como a ascensão russa, o re-equilíbrio de forças na Europa e a própria situação de isolamento da Inglaterra terminaria eludindo os esforços britânicos.

duped into fathering the Muscovite plan”⁶⁷). A aspereza e o grifo são relevantes, já que para Marx, a diplomacia russa operaria sobretudo por meio do engano e da exploração de rivalidades, levando seus parceiros a promoverem sempre o interesse russo antes do seu próprio. A frase é muito reveladora também da forma como Marx caracterizava o que, para a historiografia mais recente, constitui uma coincidência de interesses entre Inglaterra e Rússia de formarem um “sistema do Norte” contraposto à “formidável Liga do Sul”: a aliança entre os ramos francês e espanhol dos Bourbon e os Habsburgos. Nesse contexto, a Rússia, alienada pela França que recusara a Catarina II o tratamento de “Imperadora”, era vista pela diplomacia inglesa como um “aliado natural”, cujos interesses seriam complementares aos de Londres⁶⁸.

As dificuldades com que os diplomatas ingleses em São Petersburgo se defrontariam ao tentar concluir a aliança que parecia tão natural é o tema da terceira missiva apresentada por Marx, e mostra como a ascensão russa, o re-equilíbrio de forças na Europa e a própria situação de progressivo isolamento da Inglaterra terminaria eludindo os esforços britânicos.

Macartney aduz que, para uma eventual aliança com a Inglaterra dessa natureza, o lado russo exigiria – tal como o fizera em relação à Dinamarca – um subsídio em caso de guerra entre a Rússia e o Império Otomano: a “cláusula turca”. Macartney diz ter recebido indicações de que, se a Inglaterra contemplasse aderir à “cláusula turca”, o lado russo mostraria flexibilidade em relação a artigo relativo a taxas de exportação, no contexto do tratado comercial que então os dois países negociavam.

2.3 James Harris a Lord Grantham, 1782

Chegamos, afinal, à “*pièce de résistance*”, o despacho de James Harris a Lord Grantham, em 1782. Aqui as notas de Marx são mais longas e frequentes. Entretanto, a correspondência que,

⁶⁷ MECW, 15, p. 29, grifo original

⁶⁸ cf. Michael Roberts, op. cit. p. 3

segundo Marx, seria a mais vexatória para a diplomacia inglesa, é também a que revela mais cabalmente o seu erro de julgamento. Afinal, a correspondência de James Harris já havia sido publicada por seu neto, em 1844, como informam Riazanov e Benoît Hepner. Em todo caso, a tomar pela extensão das notas de Marx ao texto, fica clara a importância central que lhe atribui.

A missão de James Harris na Rússia não era simples: ele buscava o apoio russo em um momento de agudo isolamento inglês na Europa continental, no contexto da guerra de independência dos EUA (1775-1783), em que a Inglaterra enfrentava os Bourbon da França e Espanha. A sua carta narra os obstáculos que enfrentava em São Petersburgo, onde precisava reverter a influência da Prússia e da França. França e Rússia haviam se aproximado, com a mediação conjunta do conflito entre a Prússia e a Áustria em 1779 (em torno da sucessão no trono da Bavária e da influência, por conseguinte, na Alemanha).

Harris expõe as diversas estratégias que adota para navegar o emaranhado de interesses que disputavam a atenção de Catarina II. Convencido de que Nikita Panin trabalhava para evitar uma aliança entre a Inglaterra e a Rússia, buscava a ajuda do Príncipe Potemkin, cuja amizade cultivava. Potemkin era um dos "favoritos" da Czarina, seu amante e personalidade que disputava a Panin a influência na corte, com particular interesse no desenvolvimento da presença e do comércio russo no seus então recém-conquistados domínios no Mar Negro. Nas ocasiões em que se encontrava com a Czarina, Harris procurava reverter a influência de Panin, reafirmando "os interesses inseparáveis da Grã-Bretanha e da Rússia".

Em duas ocasiões durante o curso de sua missão em São Petersburgo (que começara em 1777), Harris, segundo seu próprio testemunho, acreditava haver conseguido fazer com que a Czarina chegasse à iminência de professar o apoio russo à Inglaterra: uma, quando os "inimigos" da Inglaterra conjuravam a "neutralidade armada de 1780"; outra, quando lhe comunicara a oferta inglesa de cessão da ilha de Minorca, possessão inglesa no Mediterrâneo, para que a Rússia abandonasse a neutralidade armada.

Por meio da neutralidade armada anunciada por Catarina II em 1780, os países neutros dela participantes resguardavam-se o direito de comerciarem livremente com os beligerantes na guerra de independência dos EUA. Valia o princípio de que os bens a bordo de navios “neutros” estavam livre de confisco pelas forças beligerantes⁶⁹. Para a Inglaterra, como dissera à Czarina em uma de suas audiências o próprio James Harris, a neutralidade armada significava que seus inimigos transportariam tropas em seus próprios navios e contariam com os navios dos países neutros para transportar os materiais de guerra⁷⁰. O fato que levou a Rússia a proclamá-la foi originalmente a apreensão de navios russos pela Espanha. Na ocasião, Harris tentara explorar o incidente. Talvez seja esta a primeira oportunidade a que ele se refere, quando quase teria conseguido selar a aliança com a Rússia. O resultado do incidente com a Espanha, entretanto, acabou, com a neutralidade armada, isolando ainda mais a Inglaterra.

Para Marx, entretanto, a linguagem de Harris, ao aludir ao tempo em que a neutralidade armada estava sendo urdida, evidenciaria a crença do Embaixador britânico na boa-fé russa. Harris não acreditaria, argumenta Marx, que a própria Czarina pudesse estar entre os formuladores da doutrina de neutralidade. Na primeira nota ao texto de Harris, Marx observa: “É um dos grandes estratagemas da Corte de São Petersburgo atribuir aos seus próprios esquemas a forma de propostas sugeridas e impostas a ela por cortes estrangeiras”. Para Harris, a Inglaterra reagira mal à declaração da neutralidade armada pela Rússia em 1780. Deveria ter reconhecido os efeitos da declaração apenas em relação à Rússia, para com esse gesto buscar uma mediação favorável de São Petersburgo de que tanto precisava em tempos de isolamento. Contra a opinião de Harris, a Inglaterra dera uma resposta ambígua e evasiva. Mais ainda, sugere Harris, palavras “inadvertidas” ditas ao embaixador russo em Londres, teriam “irritado profundamente” a Czarina, que passara a nutrir então uma grande antipatia pelo Governo britânico de Lord North (Primeiro-Ministro entre

⁶⁹ Para o texto completo da declaração de Catarina em 1780, das respostas dos países a ela aderentes, e diferentes opiniões sobre a sua origem e significado, cf. *The Armed Neutralities of 1780 and 1800 - A Collection of Official Documents Preceded by the Views of Representative Publicists*. New York: Oxford University Press, 1918.

⁷⁰ Cf. Isabel de Madariaga, *Britain, Russia, and the Armed Neutrality of 1780*, p. 252.

1770 e 1782).

Marx aqui apõe a esta altura algumas notas. Uma, para lembrar ao leitor que Harris seria “exaltado” mais tarde pelos historiadores britânicos por ter conseguido que a Inglaterra não cedesse seus “direitos de inspeção” marítimos quando das negociações da Paz de Paris, que pôs fim à guerra de independência dos estados Unidos em 1783. Esse comentário é uma referência específica ao final da Guerra da Criméia, quando se discutia precisamente uma regra geral para dar imunidade aos navios mercantes.

Em seguida, Marx considera uma ilusão imaginar que a Czarina houvesse encontrado no Governo de Lord North um inimigo (ou, nas sugestivas palavras de Marx, um “tártaro”). Ao contrário. O Governo de Lord North fora marcado – acusa Marx – pela indiferença em relação à primeira partilha da Polônia entre Prússia, Rússia e Áustria em 1772; e pelos esforços para evitar que a França atacasse a Rússia no Báltico, no contexto da guerra entre a Rússia e o Império Otomano e da deterioração da situação na Suécia após o golpe de Estado de Gustavo III em 1772, apoiado pela França (a Rússia, por sua vez, como já apontamos, apoiava a oposição sueca e entraria em guerra com a Suécia em 1788). A Inglaterra estaria disposta até mesmo a enviar uma frota ao Báltico para neutralizar uma eventual ofensiva naval francesa contra a Rússia ali.

Marx faz questão de recordar que, nesse contexto, em que a superioridade russa se afirmava de maneira inédita no sul e no norte, a França tentara convencer a Inglaterra dos perigos que a ascensão russa na Europa representava. Marx reproduz duas citações de uma conversa entre Lord Stormont, então embaixador britânico em Paris, e D'Aguillon, o ministro de Luis XV, em que a ameaça inglesa de neutralizar qualquer tentativa francesa de intervir no Báltico se materializara. Marx parece concordar com o "escritor complacente" de quem tomara de empréstimo a reconstituição do episódio, ao concluir, com ele, que a resistência inglesa a qualquer envolvimento francês contra a Rússia no Báltico facilitou a conclusão do tratado de Paz de Kutchuk-Kainardji com o Império Otomano (1774). Como já assinalamos, com a Paz de Kutchuk-Kainardji

consolidava-se a projeção russa no norte do Mar Negro e sua ascensão definitiva na Europa.

O "escritor complacente" é o historiador vitoriano T. S. Hughes⁷¹, cujo texto é marcado pelo sentimento de “superioridade” inglês em relação à França – aspecto que Marx negligencia ao interpretar a sua versão dos fatos. Para Hughes, a França de Luis XV vivia então um período de “declínio”⁷². Absorvidos em intrigas palacianas, Luis XV e sua corte “não tinham tempo de entrar em amplas considerações de diplomacia estrangeira”. Enquanto os governos em São Petersburgo, Viena e Berlim estavam ocupados com “esquemas de ambição incontida” – evidente alusão à partição da Polônia –, a corte de Versalhes debatia “se a delfina deveria ser compelida a visitar a amante do Rei”. Hughes nos explica que a Rússia, não contente com o “saque” contra a Polônia e a tentativa de “desmembrar a Turquia”, ameaçava ainda a “independência” da Suécia, o que levava o ministro francês D'Aiguillon, contra a relutância do Rei, a cogitar a intervenção no Báltico.

O outro momento em que James Harris acreditava ter se aproximado de conseguir o apoio russo foi quando concebera o plano de oferecer à Rússia a ilha de Minorca – então considerada “uma das chaves” para o Mediterrâneo. O que a Inglaterra buscava com mais essa tentativa de atrair a Czarina para o seu campo era já não uma aliança (afinal, a Rússia fizera da neutralidade a sua principal bandeira), mas antes uma “mediação armada”⁷³. Nas considerações de James Harris, em tempo de guerra e isolamento, se a Inglaterra se visse diante da necessidade de fazer concessões territoriais, era melhor fazê-las para buscar assegurar alianças do que sob obrigações impostas por seus inimigos.

O “plano” de Harris envolvia, em seu cálculo original, a mediação pela Czarina, e por ela somente, da paz entre a Inglaterra e os Bourbon (França e Espanha). Harris contava com a vaidade de Catarina (e com a ajuda do Príncipe Potemkin, entusiasta da ideia), e observava que a cessão de Minorca seria percebida, nesses termos, como uma *gratificação*. Sua sugestão, informa-nos Harris,

⁷¹ *History of England: From the death of George the Second in 1760 ...*, Volume 15, By David Hume, Tobias George Smollett, Thomas S. Hughes, 1835, p. 131.

⁷² Idem, p. 130.

⁷³ Nas palavras de Isabel de Madariaga (*Britain, Russia, and the Armed Neutrality of 1780*, p. 299).

fora acatada por Londres em toda a sua extensão.

Marx não perde a ocasião de pontuar que o Governo inglês, “não satisfeito em ter feito da Rússia uma potência báltica, esforçou-se arduamente para fazer dela uma potência mediterrânea”⁷⁴. Indica que a oferta da cessão de Minorca a Catarina havia sido feita entre o começo de 1779 e 1780, pouco tempo após a entrada de Lord Stormont no ministério de Lord North – “o mesmo Lord Stormont”, recorda Marx, “que vimos frustrando as tentativas francesas de resistência à Rússia”. Marx afirma ainda que, enquanto o gabinete liberal oferecia Minorca aos “moscovitas”, os representantes ingleses na Casa dos Comuns criticavam a presença de tropas alemãs do Rei George III naquela mesma ilha. Temiam que esses “estrangeiros”, que eram contudo súditos do Rei da Inglaterra, lhes roubassem “uma das chaves para o Mediterrâneo”⁷⁵.

Nesse comentário, Marx omite um dado importante. Ao criticarem a presença das tropas alemãs do Rei da Inglaterra nas ilhas inglesas do Mediterrâneo, os parlamentares ingleses tinham outro objetivo: evitar o precedente que permitisse ao Rei arregimentar forças sem a permissão do Parlamento⁷⁶, afinal, os militares de Hanover permitiriam que as guarnições inglesas em Minorca fossem lutar contra os rebeldes norte-americanos. Nesse contexto, toda a retórica sobre as “chaves

⁷⁴ MECW, vol. 15, p. 33.

⁷⁵ Para a nota em que Marx comenta o assunto, tomamos como referência a tradução francesa das *Revelações*, de Benoît Hepner (op. cit, p. 107). A edição dos MECW não atentou para o evidente erro editorial no texto, reproduzido em todas as edições em língua inglesa consultadas, inclusive a edição de 1899 – o que nos leva a crer que o erro está no original publicado em 1856, em que a edição dos MECW se baseou. Marx relata o debate sobre a fala do trono de George III em outubro de 1775, em que o Rei informara ao Parlamento haver substituído os regimentos ingleses estacionados nas guarnições em Gibraltar e Minorca por tropas de Hanover, para que as tropas inglesas pudessem ser empregadas para conter a revolta nas colônias da América do Norte. Suas citações são novamente de T. S. Hughes. Há um súbito truncamento no texto, entretanto, que passa a fazer referência a debates parlamentares de 1854 sobre a conduta naval inglesa no Mediterrâneo durante a Guerra da Criméia. A nota editorial dos MECW procura esclarecer que Marx estaria tentando traçar um “paralelo” entre os eventos do século XVIII e aqueles do século XIX entre Inglaterra e Rússia no Mediterrâneo, mas estranhamente não acusa o problema, que foi corrigido por Hepner na edição francesa. É provável que Marx quisesse desenvolver algum paralelo entre a proposta de cessão de Minorca à Rússia e a conduta naval britânica no Mediterrâneo que beneficiara a Rússia em 1854 na guerra da Criméia, e que fora objeto de investigação parlamentar. Algumas considerações que ele faz a respeito no quinto capítulo das *Revelações* sustentam essa tese. Ao final da mesma nota, Marx compara as habilidades parlamentares de Lord Stormont às de Lord Sunderlândia, no começo do século XVIII, mas também às de Lord Palmerston, personagem do século XIX. Entretanto, o texto, tal como reproduzido, não faz sentido – o que nos leva a acreditar na hipótese de um erro editorial. A passagem sobre as investigações parlamentares de 1854 interrompe ao meio uma frase sobre o debate de 1775, que depois é retomada. A consulta ao original de T. S. Hughes permite reconstituir a sequência da citação de Marx em relação a 1775. Deixamos indicada, contudo, a provável intenção original de Marx de comparar a leniência de Lord Stormont em relação a Minorca, com a conduta britânica durante a Guerra da Criméia.

⁷⁶ Cf, Hughes, *History of England*. vol II, p. 200.

do Mediterrâneo” parece estar subordinada ao verdadeiro objetivo da Casa dos Comuns de reafirmar as suas prerrogativas de autorizar o aumento de tropas na luta para manter as colônias da América do Norte. É significativo que Marx tenha optado por não fazer referência a essa dimensão essencial.

A oferta de Minorca fora, contudo, recusada por Catarina II. Sem ter certeza dos motivos, Harris aponta a falta de confiança da Czarina no Ministério North, mas acredita também que ela tenha se consultado com o Governo austríaco, que por sua vez teria informado a França das tratativas, inviabilizando-as. Afora esses fatores, Harris confessa não ter como explicar a súbita “mudança de sentimentos” de Catarina, particularmente diante do decidido apoio que a ideia tinha entre um de seus ministros “preferidos”, o Príncipe Potemkin. Nesse ponto Harris recorda que sua intenção era a de que a ilha de Minorca fosse dada à Rússia em troca da mediação exclusiva da Czarina no conflito entre a Inglaterra e os Bourbon da França e da Espanha. O Governo inglês, contudo, premido pelo seu isolamento e pela neutralidade russa, terminou por sugerir a participação da Áustria como co-mediadora – o que, para Harris, teria colocado tudo a perder⁷⁷. Nas negociações de paz, afinal, a Rússia limitou-se a subscrever todas as propostas austríacas e, para Harris, a Áustria permaneceria parcial à França, sua aliada na Guerra dos Sete Anos.

Marx duvida que a eventual mediação exclusivamente russa fosse vantajosa para a Inglaterra, como sugere Harris, a quem Marx a essa altura chama de “contador servil das inclinações, humores e sentimentos da Czarina”⁷⁸. Recorda que a Rússia fora a mediadora do acordo de paz da Inglaterra com outra parte beligerante: a Holanda. E lembra que, após a conclusão de acordos de paz da Inglaterra com os Estados Unidos, França e Espanha, em 1783, tudo que a mediação russa havia conseguido com a Holanda era uma elevação da cessação de hostilidades a conversas preliminares de paz, e não por influência russa, mas francesa.

⁷⁷ Cabe aqui indicar que a inclusão da Áustria como mediadora partira de Lord Stormont – que buscava reviver os laços entre Inglaterra e Áustria (o “antigo sistema”) que remontavam à primeira metade do século XVIII. Cf, Isabel de Madariaga, op. cit.

⁷⁸ MECW, 15, p. 35.

Após a recusa de Minorca, a missão de Harris perde qualquer ambição. O embaixador inglês busca apenas evitar que a Rússia fizesse mal aos interesses ingleses, já sem esperança de obter favores. Por isso aconselhara que a Inglaterra aceitasse a mediação russa em relação à Holanda, mesmo contra a opinião de seus superiores em Londres. A mudança de Governo na Inglaterra (Lord North havia sido sucedido pelo Marquês de Rockingham em março de 1782) tornara muito mais fácil a sua missão em São Petersburgo. Marx percebe que o enviado britânico estabelece uma “escala” pela qual parece julgar as qualidades dos ministérios ingleses de acordo com a preferência de que gozavam junto à sua “toda-poderosa Czarina”.

2.4 As impressões de um capelão

O leitor chega então ao final do primeiro capítulo das *Revelações*, e defronta-se com curtos excertos de um manuscrito dirigido por um capelão de uma estação comercial inglesa em São Petersburgo, “parente próximo de William Pitt”, ao historiador William Coxe, com a recomendação do destinatário de que fosse queimado após a sua morte. Escrito em torno de 1800, no curto reinado do Imperador Paul, nele o autor reflete sobre o legado de Catarina II.

O capelão elogia a perspicácia da Czarina, que teria percebido desde logo a força dos “novos princípios” na Europa: aqueles que irradiavam da Revolução Francesa. Não a desagradava, segundo Pitt, ver as demais potências européias “esgotarem-se em uma luta que elevava, na proporção de sua violência”, a importância da Rússia. Para Catarina, diz-nos o capelão, era sobretudo o destino da Polônia, e o medo de revoltas nos territórios poloneses recém-conquistados, que importava. Esse mesmo temor impedira que a Czarina entrasse desde logo no teatro da guerra contra-revolucionária – o que faria apenas quando a ameaça dos exércitos franceses representasse um risco inadmissível.

O capelão passa em seguida a tratar das dificuldades eventuais entre a Inglaterra e a Rússia⁷⁹

⁷⁹ Segundo a nota editorial do MEWC, refere-se à saída da Rússia da segunda coalizão contra a França em 1800, o que ajuda a precisar a datação do documento.

em 1800, que derivariam da personalidade excêntrica e instável do novo Czar. Essas dificuldades não deveriam afetar os laços que uniam os dois países, “formados pela natureza, e invioláveis”. Unidas – prossegue o capelão – as duas potências poderiam fazer face ao resto do mundo. Divididas, “a força e a importância de cada uma é fundamentalmente afetada”. Era lamentável, portanto, que o trono russo se achasse então ocupado por um “espectro” tão “inconstante”, já que apenas a figura do novo Czar impedia a plena cooperação dos dois impérios. Em tom algo misterioso, o capelão considera que “o desespero de algum indivíduo enraivecido” lhe pareceria afinal o método mais eficiente para por fim àquele estado de “opressão”, e restaurar a dignidade do trono russo. O Czar Paul I terminaria, como se sabe, assassinado, em 1801.

2.5 O comentário de Marx

É apenas na abertura do segundo capítulo das *Revelações* que Marx comenta de maneira mais sistemática os documentos diplomáticos que reproduzira no primeiro. Ele mesmo dá a razão de haver reproduzido os excertos da misteriosa carta do capelão Pitt: ela articulava, com máxima eloquência, o “dogma” da diplomacia inglesa: o que de os laços que unem a Inglaterra à Rússia eram então “formados pela natureza, e invioláveis”.

Marx inicia o seu comentário não sobre o conteúdo das cartas dos embaixadores ingleses, mas sobre a sua forma: o fato de que os despachos diplomáticos tenham sido classificados como “secretos”. Apesar da confidencialidade, Marx estranha o tom de “reserva”, o “servilismo abjeto”, a “cínica submissão” que os enviados ingleses revelavam nos seus comentários sobre a Rússia. Ao contrário dos diplomatas russos, que se valiam da confidencialidade para esconderem as intrigas que tramavam contra outras nações, os ingleses a empregavam “livremente para expressarem sua devoção a uma corte estrangeira”⁸⁰. Marx investe na comparação dos estilos dos despachos ingleses

⁸⁰ MECW, 15, p. 38.

e russos, embora não reproduza ao leitor nenhum exemplo destes últimos⁸¹. A eles atribui o "*fumée de fausseté*" e a mácula de uma "*littérature de mauvais lieu*", afetação de superioridade e astúcia. “Nisso” – diz Marx – “os despachos secretos ingleses se mostram muito superiores. Eles não fingem superioridade, mas tolice”. A estratégia inglesa estaria precisamente aí: “A princípio, a infâmia do ato é diluída na tolice do indivíduo”⁸².

Marx dá exemplos: a tolice de George Macartney ao perceber que a Rússia já não parecia “irrazoável o suficiente” a ponto de exigir que a Inglaterra arcasse com todos os custos da operação conjunta para influenciar os rumos da política sueca, sob liderança russa. Ou ainda a maneira como o próprio Macartney se gabava de ter persuadido São Petersburgo a não exigir dos ingleses, em tempos de paz, subsídios em caso de guerra contra o Império Otomano, “então aliado da Inglaterra” – diz Marx. Ou ainda a tolice de Harris ao “sussurrar nos ouvidos de Lord Grantham que Catarina II era desprovida de 'julgamento, precisão de idéias, reflexão e *l'esprit de combinaison*'”⁸³.

Em contraste, Marx nota também “despudor” em alguns momentos, como quando Macartney alude à opinião russa de que a ação dos dois países na Suécia deveria se acobertar sob as bandeiras britânicas da “liberdade e da independência”. Ou ainda por parte de James Harris, ao defender a cessão à Rússia da ilha de Minorca, dos direitos marítimos ingleses, e do “monopólio da mediação nos assuntos do mundo”, já não mais em troca de algum engajamento militar, mas apenas do “brilho da amizade” da Czarina, e da transferência de seu “mau humor” à França. Em resumo, a comparação de Marx entre as atitudes inglesas e russas chega à seguinte conclusão:

Os despachos secretos russos obedecem à linha de que a Rússia sabe não ter qualquer interesse em comum com qualquer outra nação, mas que todas as nações devem ser persuadidas separadamente a terem interesses em comum com a Rússia. Os despachos ingleses, ao contrário, nunca chegam a insinuar que a Rússia tenha interesses em comum com a Inglaterra, mas apenas se esforçam para convencer a Inglaterra que ela possui interesses russos. Os próprios diplomatas ingleses nos dizem que esse era o único argumento ao

⁸¹ Como veremos adiante, Marx estava familiarizado com a correspondência diplomática russa secreta que havia sido publicada em Londres a partir de 1836.

⁸² Idem, p. 39.

⁸³ ibid.

qual apelavam, quando colocados frente a frente com os potentados russos⁸⁴.

Percebemos, por conseguinte, que o interesse de Marx na correspondência diplomática inglesa reside também no delineamento de uma certa *atitude*. A característica que parece alinhar os excertos, para além dos diferentes contextos em que se inserem, é a de apresentarem um repertório de gestos diplomáticos, nos quais Marx vê uma continuidade abstraída de cada contexto particular. Com a sequência do comentário, notamos que os gestos individuais dos enviados ingleses na busca de obter os favores de São Petersburgo se resolvem, para Marx, em uma caracterização da política externa dos *whigs*. Nisso parece estar a importância de fixar com minúcia o contexto em que a ação individual dos agentes britânicos se desenrola. A implacável perseguição a que Marx submete os personagens *whigs* de seu drama demonstra essa atenção conseqüente ao fio da meada constituído por seus gestos, estratégias, pelo seu *tom*.

Marx singulariza esse traço: diz que, se fossem despachos privados, os documentos assentariam entre amigos a infâmia de seus autores; dirigidos secretamente ao Governo britânico, eles "a pregam para sempre no pelourinho da história"⁸⁵ – daí porque, continua Marx, os escritores *whigs* nunca se atreveram a publicá-los. A alta voltagem retórica de Marx nesse trecho não corresponde, como sabemos, ao real alcance do material por ele publicado. Como notara Benoît Hepner, a correspondência de James Harris (que contém a narrativa do episódio da oferta de Minorca e de suas audiências com Catarina II, Potemkin, Panin e outros personagens da corte russa) fora publicada na Inglaterra já em 1844, fato que escapou a Marx. E não por algum adversário político, mas por seu próprio neto⁸⁶.

Mas Marx crê haver demonstrado "o caráter russo da política externa britânica", que se tornara "tradicional" no curso do século XVIII. Propõe-se, então, a estabelecer a sua origem histórica. Para tanto, propõe "recuar ao tempo de Pedro o Grande, que constituirá por conseguinte o

⁸⁴ Ibid, p. 40.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Ibid. p. 49.

principal objeto de nossas pesquisas”⁸⁷. Esse recuo tem, como já assinalamos, duas funções. Além de estabelecer, com o reinado de Pedro I, um marco nas relações da Rússia com a Europa, Marx pretende utilizar os panfletos do século XVIII como prova, afinal, de que as inclinações pró-russas dos liberais ingleses constituíam uma verdadeira *política*:

Propomos fazê-lo reproduzindo alguns panfletos ingleses escritos no tempo de Pedro I, que ou bem têm escapado à atenção dos historiadores modernos, ou não lhes pareceram merecê-la. Entretanto, eles bastam para refutar o preconceito comum aos historiadores continentais e ingleses de que os desígnios da Rússia não eram compreendidos ou suspeitados na Inglaterra até uma época já muito tardia; que as relações diplomáticas entre Inglaterra e Rússia foram apenas o fruto natural de interesses materiais mútuos dos dois países; e que, portanto, ao acusar os estadistas britânicos do século XVIII de "russianismo", estaríamos cometendo um imperdoável *hysteron proteron*. Se mostramos por meio dos despachos ingleses que já no tempo da Imperadora Anne a Inglaterra traía seus próprios aliados à Rússia, veremos com os panfletos reproduzidos a seguir que, mesmo antes da época de Anne, já na época da ascendência russa na Europa, começando no tempo de Pedro I, os planos da Rússia eram compreendidos, e a conivência dos estadistas britânicos com esses planos era denunciada por escritores ingleses.⁸⁸

A ambição depositada sobre a análise dos panfletos não é pouca. Eles deverão desfazer a ilusão de que as relações entre Inglaterra e Rússia fossem *naturais*. Talvez seja importante sublinhar nesse ponto a insistência com que Marx procura captar e evidenciar as determinantes políticas dessas relações em sua autonomia. É evidente que sua intenção é desentranhar um atributo político da ação dos liberais ingleses, mas ela está associada também, em outro plano, à desnaturalização do mesmo discurso liberal em relação aos fundamentos daquelas relações.

Essa obstinação de Marx em *negar* que as relações anglo-russas fossem determinadas ao cabo por uma coincidência natural de interesses materiais é um dos pontos que têm causado, por razões evidentes, maior surpresa entre os comentadores das *Revelações*. A insistência de Marx na restituição da responsabilidade histórica aos atores políticos (por trás da “tolice” do indivíduo, a infâmia do ato) é um aspecto fundamental da “metodologia” das *Revelações*. Por isso, para Marx, é

⁸⁷ Ibid, p. 40.

⁸⁸ Ibid, pp. 40-41.

fundamental provar que, no debate político da época, as opções foram compreendidas em todas as suas consequências – e mais do que isso, "denunciadas", em razão dessas mesmas consequências. Para que essa responsabilidade possa ser plenamente estabelecida, é necessário denaturalizar o discurso tradicional que associava as relações internacionais às acomodações “naturais” dos interesses materiais dos países. Assim como combatia as ilusões naturalistas na Economia Política, é inegável que Marx aqui também se via motivado a descobrir os fatores efetivos por trás daqueles laços que os próprios políticos buscavam revestir de um caráter supra-histórico, “inviolável”, porque “formados pela natureza”. Por isso, ao tentar explicar o poder russo com base em grande medidas nas circunstâncias geográficas, Engels estava, em 1890, polemizando com Marx.

Marx trata a auto-compreensão dos diplomatas ingleses do século XVIII com o mesmo rigor com que desfazia as ilusões “naturalistas” dos economistas ingleses do mesmo século XVIII⁸⁹. Se em relação aos economistas burgueses ele afirma a historicidade do capitalismo, em relação aos diplomatas *whigs* ele afirma da mesma forma o caráter *artificial* e plenamente *consciente* dessa *produção da política*.

3 - O espelho do Báltico

É com esse espírito que Marx nos apresenta aquele texto que considera “um dos mais extraordinários panfletos jamais escritos”. Trata-se de "*The Northern Crisis ...*", de 1716. No texto das *Revelações*, contamos com o benefício de uma introdução histórica do próprio Marx. Ele recorda que o panfleto se refere a eventos de 1715, no contexto da Grande Guerra do Norte. Mais especificamente, à planejada, e nunca executada, invasão da Suécia por tropas dinamarquesas e

⁸⁹ "Smith e Ricardo ainda se apoiam com os dois pés nos ombros dos profetas do século dezoito, em cujas imaginações, esse indivíduo do século dezoito – o produto de um lado da dissolução das formas feudais de sociedade, de outro das novas forças de produção desenvolvidas desde o século dezesseis – aparece como um ideal, cuja existência eles projetam no passado. Não como resultado histórico mas como o ponto de partida da história. Como o Indivíduo Natural apropriado à sua noção de natureza humana, não surgindo historicamente, mas posto pela natureza. Essa ilusão tem sido comum a cada nova época até hoje. Stuart evitou essa simplificação porque, como um aristocrata e em antítese com o século dezoito, ele tinha em alguns aspectos um fundamento mais histórico". *Grundrisse*, p. 83.

russas. No ano de 1715 formara-se, conta-nos Marx, uma aliança entre Rússia, Dinamarca, Polônia, Prússia e Hanover, para a partilha “não da Suécia propriamente, mas do que poderíamos chamar de Império da Suécia”⁹⁰.

A “partilha” do império sueco constitui, para Marx, nada menos do que “o primeiro grande ato da diplomacia moderna – a premissa lógica da partição da Polônia”⁹¹, que ocorreria em 1772. A partilha da Suécia teria o caráter distintivo de ter “inaugurado a era moderna da política internacional”, por ter sido feita sem qualquer pretexto moral, em violação aos tratados vigentes, e por ter proclamado essa mesma violação como base de um novo tratado. A Polônia do Rei Augusto II (“esse lugar-comum da imoralidade”, diz Marx) teria sido assim levada pela Rússia a assinar “a própria sentença de morte”⁹².

Para Marx, a participação da Inglaterra nessa aliança a lançava na órbita de influência russa, “em direção à qual, desde os dias da Revolução Gloriosa, ela cada vez mais gravitou”. Na condição e Rei da Inglaterra, George I de Hanover estava obrigado por um tratado de aliança assinado com a Suécia em 1700. Mais ainda, na qualidade de Príncipe-Eleitor de Hanover, ele era um dos garantidores da Paz de Travendahl, concluída em um estágio anterior da Grande Guerra do Norte, por meio do qual a Dinamarca comprometia-se a nunca conduzir quaisquer hostilidades contra a Suécia. No entanto – nota Marx –, como Príncipe-Eleitor de Hanover ele declarara guerra à Suécia (aliara-se nessa condição à Rússia em 1710, antes de ascender ao trono inglês), e como Rei da Inglaterra a conduzira⁹³.

⁹⁰ MECW, 15. p. 41.

⁹¹ *idem*.

⁹² *Ibid.* Leitor de Louis-Philippe de Ségur, Marx poderia ter encontrado em seu *Politique de tous les cabinets de l'Europe pendant les règnes de Louis XV et de Louis XVI*, de 1801, a reprodução das “Mémoires” do Conde de Vergennes, ministro dos negócios estrangeiros de Luis XV a partir de 1774. Segundo Scott (op. cit. p. 6), Vergennes foi um dos que melhor percebeu as consequências políticas da ascensão das potências do leste. Se escritores ingleses como Horace Walpole e David Hume deploravam moralmente a partilha da Polônia em 1772, Vergennes viu-a em chave mais sistêmica. Preocupava-lhe a crescente proximidade da Áustria, aliada da França desde 1756, com a Rússia. Mas preocupava-se também com os seus efeitos sobre o conjunto de tratados e acordos políticos e dinásticos que seria mais tarde conhecido, segundo Scott, como o “direito público da Europa”. Para Vergennes, a partilha da Polônia significava a substituição do direito pela força na diplomacia; para observadores ingleses, estabelecia “a lei do mais forte”. Vemos que Marx intervém nesse debate com aguçado propósito histórico, ao buscar situar esse “divisor de águas” meio século antes, com a partilha do império sueco.

⁹³ Como comenta Basil Williams, a “união pessoal” entre a Grã-Bretanha e Hanover (1714-1837) estava destinada a

“Em 1715”, prossegue Marx, “os confederados já haviam destituído a Suécia de suas províncias germânicas, e para tanto introduziram o Moscovita em solo alemão”. Marx está se referindo à entrada de tropas russas, junto com as forças dos demais estados confederados contra a Suécia, na cidade de Wismar, a última de suas possessões germânicas. A presença de tropas “eslavas” em solo germânico e o medo de que a Rússia viesse a substituir a influência sueca no Império Romano-Germânico (inclusive por meio do casamento da sobrinha de Pedro I com o Duque de Mecklenburg) estão entre as causas da crescente desconfiança entre os aliados na coalizão anti-sueca que afinal terminaria por frustrar os planos de invasão conjunta da Suécia⁹⁴. Em 1716, os planos em curso eram para uma invasão da Suécia pelo extremo sul, a partir da península da Scania. Em preparação à invasão, informa-nos Marx, as tropas russas foram estacionadas na ilha dinamarquesa de Zealand, de onde deveriam partir com proteção naval inglesa e holandesa, sob o “falso pretexto” – afirma – de proteção de navios mercantes. Marx menciona ainda dois fatos que são para ele de um particular simbolismo: já em 1715 navios ingleses cedidos por Hanover haviam sido incorporados à frota dinamarquesa contra a Suécia; e em 1716, o Czar Pedro I exerceria pessoalmente o comando sobre navios britânicos.

Concluídos os preparativos, segundo Marx, sobreveio uma dificuldade. Pedro I levava para Zealand 40 mil homens, e não 30 mil, como originalmente estipulado nos planos conjuntos com a Dinamarca. Ao mesmo tempo, as fortes defesas suecas e o inverno escandinavo desaconselhavam a ação. O Czar passara a dizer que disporia de não mais do que 15 mil homens caso a Dinamarca insistisse em efetivá-la a qualquer custo. Essa limitação punha em risco a viabilidade do plano, e ameaçava a segurança da própria Dinamarca. Marx lembra que Pedro I instalou-se em Copenhague, para onde moveu cerca de 10 mil homens. Nessa ocasião, um general dinamarquês chegara a sugerir a Frederico IV, Rei da Dinamarca, liquidar as tropas russas, valendo-se do apoio naval

provar-se problemática em termos de política externa. George I, em particular, não tinha “escrúpulos” em promover os interesses de Hanover antes dos interesses ingleses (op. cit. p. 19).

⁹⁴ cf. John J. Murray, “Scania and the end of the northern alliance”, in: *The Journal of Modern History*, Vol. 16, No. 2 (1944), p. 85.

britânico. “Avesse a qualquer perfídia que exigisse alguma grandeza de propósito, alguma força de caráter, e algum desprezo pelo risco pessoal”⁹⁵, diz Marx, Frederico IV limitara-se a adotar uma postura defensiva e pediu a Pedro I que deixasse a Dinamarca. O soberano dinamarquês comunicara então às cortes européias a frustração do plano de invasão da Suécia, e as razões que haviam levado àquele desenlace. Esse é o ponto de partida do panfleto que Marx nos apresenta.

Marx alude ao fato de que, em uma carta ao Barão von Görtz, o ministro sueco do exterior, apreendida com ele e publicada pelo Governo britânico, o embaixador da Suécia em Londres, Conde Gyllenborg, parecia reivindicar a autoria de “*The Northern Crisis...*”. Entretanto, a leitura das cartas de Gyllenborg a Görtz, segundo Marx, bastaria para afastar a hipótese de que o enviado sueco pudesse ser de fato o autor do “poderoso panfleto”. Antes de entrarmos na análise de “*The Northern Crisis...*”, entretanto, cabe recuperar alguns elementos relativos à frustrada campanha dos aliados contra a Suécia em 1716, que Marx não menciona em sua introdução, mas que são importantes para colocar a obra em perspectiva.

3.1 A invasão da Scania e o cisma liberal

A operação de invasão da Suécia envolvia complicações consideráveis, muitas das quais inseparáveis do próprio grau de envolvimento russo no norte do Império Romano-Germânico. Como lembra John J. Murray⁹⁶, o arranjo original para a ofensiva previa um ataque russo a Estocolmo, enquanto as tropas russas apoiariam a Dinamarca com infantaria e cavalaria na invasão da Scania, ao sul. Parte do plano dependia ainda do apoio naval da Prússia, cuja procrastinação politicamente interessada levou a Dinamarca a pressionar cada vez mais a Inglaterra por um apoio semelhante. Um dos argumentos utilizados pelos dinamarqueses para pressionar a Inglaterra era o de que uma eventual queda da Noruega, então parte da Dinamarca, daria a Carlos XII condições de

⁹⁵ MECW, 15, p. 42.

⁹⁶ op. cit.

invadir a Inglaterra pelo norte, e restaurar James Stuart no trono inglês. O interesse propriamente inglês, entretanto, para além das ambições territoriais de Hanover, parecia limitar-se a aspectos comerciais: os comerciantes suecos assediavam o comércio inglês nos portos bálticos que a Rússia acabara de conquistar da Suécia.

Segundo Murray, a interrupção desse comércio causava sérios prejuízos para a marinha britânica, ao afetar o abastecimento de insumos navais. A hesitação inglesa entre a aliança com a Suécia contraída pela casa de Hanover e seus interesses mais imediatos fica clara. Em julho de 1715, o Almirante britânico Norris havia sugerido aos dinamarqueses o cancelamento da invasão, valendo-se de uma fraude: a mentira deliberada de que o Rei sueco estava prestes a capitular. No meio tempo, enquanto preparativos do lado dinamarquês atrasavam, crescia a desconfiança mútua entre Frederico IV e Pedro I. Os dois lados temiam que os respectivos aliados entrassem em tratativas de paz secretas com a Suécia (os contatos entre Görtz, o ministro sueco, e os russos, de fato existiram). Havia ainda a suspeita, do lado dinamarquês e de parte de outros aliados europeus, em relação à real ambição das movimentações do Czar na Europa. Fator adicional era o casamento da sobrinha de Pedro com o Duque de Mecklenburg-Schwer, o que, temia-se (sobretudo em Hanover e na Prússia), daria à Rússia um ponto de entrada territorial e político no Império Romano-Germânico⁹⁷. Pedro e Frederico divergiam sobre quem comandaria a invasão. Ademais, a operação envolvia dificuldades logísticas e o enfrentamento de fortes defesas suecas, com a perspectiva de uma campanha militar no inverno. Essas foram as razões alegadas pelo Czar para não levar a cabo o plano em 1716, mas apenas no ano seguinte⁹⁸.

Antes de passarmos à análise do panfleto que Marx tem em tão alta conta, um breve

⁹⁷ Os problemas de acomodação da “entrada” da Rússia de Pedro I no sistema europeu traduzia-se também em considerações dinásticas. Segundo Lucien Bély: “A Rússia procurava se imiscuir no jogo complexo das alianças européias, e o Czar ele mesmo buscava entrar em uma sociedade de príncipes à qual ele não pertencia verdadeiramente: as principais casa soberanas não imaginavam uniões matrimoniais com soberanos e soberanas russas, que tinham que se contentar com casamentos com casas de segunda classe”. “Les enjeux européens - la diplomatie de la russie”. In: *L'influence française en Russie au XVIIIe siècle*. Org.: Jean-Pierre Possou. Paris: Presse de la Université de Paris-Sorbonne, 2004, p. 26.

⁹⁸ Murray, op. cit.

comentário sobre as circunstâncias que envolvem a atribuição de sua autoria parece oportuno. O embaixador sueco em Londres, Gyllenborg, fora detido em janeiro de 1717, sob a acusação de participar de uma conspiração para depor o Rei George I e devolver James Stuart ao trono inglês, por meio de uma invasão pela Escócia. No mês seguinte, o ministro sueco, von Görtz, seria preso na Holanda, pela mesma razão. As detenções estiveram entre os principais assuntos discutidos na imprensa londrina da época, e dominavam a cena política⁹⁹. Seria crível a disposição de Carlos XII de invadir a Inglaterra – como queriam fazer crer os dinamarqueses? Ou, por outra, não seria a própria acusação um pretexto para tentar fazer com que a Inglaterra entrasse efetivamente no conflito contra a Suécia, e apoiasse assim o desejo de George I de incorporar Bremen e Verden aos seus domínios? O debate entre *whigs* preocupados em defender a política de Hanover e *tories*, que apostavam na hipótese de uma farsa, travava-se na imprensa e por meio de panfletos. Nesse debate tomava parte, por exemplo, um dos mais notórios panfletários ingleses, Daniel Defoe.

A apreensão dos papéis de Gyllenborg, inclusive sua correspondência secreta com o Barão von Görtz, fortalecia a posição de George I, ao provar que o enviado sueco, seu ministro na Haia, assim como o embaixador sueco em Paris, estavam em contato com os conspiradores jacobitas. Provavam também o intenso envolvimento de Gyllenborg com a edição de panfletos contra a política de Hanover – entre eles, o intitulado *The Northern Crisis*.... A conspiração, entretanto, provavelmente não passava de uma tentativa de Görtz e Gyllenborg de obter empréstimos junto aos apoiadores da causa jacobita. O Governo *whig* do pró-hanoveriano Stanhope publicou os papéis de Gyllenborg, buscando obter o máximo de vantagem política possível às custas da desmoralização dos agentes suecos. A publicação das cartas não fora tarefa simples; envolvia a decifração do código particular, em francês, que Görtz usava para enviar seus despachos a Gyllenborg. As cartas de Gyllenborg a Görtz utilizavam um código com base no sueco. Após a decodificação, havia ainda o trabalho de tradução, inclusive a partir do sueco. Ao cabo, segundo Murray¹⁰⁰, os papéis não

⁹⁹ cf. Murray, "An eighteenth century whitebook".

¹⁰⁰ idem.

justificariam por si só a prisão dos dois diplomatas, em violação ao direito internacional. Precisamente após o colapso do planejado ataque russo-dinamarquês à Suécia, a aliança anti-sueca começava a se desintegrar em dois campos: Dinamarca e Hanover em um lado, Rússia e Prússia em outro. Nesse contexto, o verdadeiro interesse de George I em investigar os papéis de Gyllenborg era antes o de verificar se Carlos XII cogitava abrir conversas de paz com o campo prusso-russo, em desfavor de Hanover. Interessava-lhe também saber se a recém-concluída aliança com a França (em 1716) havia modificado a política francesa em relação à Suécia¹⁰¹.

A publicação dos papéis de Gyllenborg, nesse contexto, parece ser um subproduto, de grande utilidade política, de preocupações mais estratégicas de George I ante a possibilidade de arranjos de paz desfavoráveis a Hanover. O episódio revela, de qualquer forma, algo do funcionamento dos sistemas de "inteligência" na época de que tratamos, que afetava, naturalmente, a redação da correspondência diplomática. Revela também as complicações internacionais provocadas pela implantação da casa de Hanover no trono inglês, que não escapavam a Marx. A publicação dos documentos suecos era também uma tentativa de influenciar a discussão parlamentar sobre o pedido do Rei George I por recursos para seus esforços contra a Suécia no Báltico. Para John Murray, a publicação das cartas de Gyllenborg e Görtz terá contribuído para a aprovação pelo parlamento, por margem estreita (apenas quatro votos) desse pedido de recursos. Cobbett atribui a estreita margem ao silêncio de Robert Walpole na Casa dos Comuns¹⁰². Este silêncio, por sua vez, evidenciava o agravamento de um conflito, no interior do gabinete inglês, entre os dois ministros que apoiavam as políticas *hanoverianas* de George I, Stanhope e Sunderland, e aqueles que se opunham à inflexão *hanoveriana* da política externa inglesa, o próprio Walpole e Townshend. No dia seguinte à aprovação dos recursos pedidos pela coroa, Walpole apresentava a sua resignação como Secretário do Exterior, o que o Rei relutara em aceitar¹⁰³. A

¹⁰¹ Segundo Basil Williams, fora precisamente o medo de George I diante da "agressão" russa em Mecklenburg, mais do que a política de Stanhope, que levava à conclusão da aliança de 1716 com a França (op. cit. p. 19).

¹⁰² Cobbett, *Parliamentary History of England: 1714-1722, Volume 7*, p. 441.

¹⁰³ Idem.

participação inglesa na aliança contra a Suécia terminou produzindo o conflito político que levou, assim, ao “cisma liberal” de 1717. É nesse perigoso terreno de disputa e oscilação entre interesses setoriais que Marx vai procurar a origem do *gesto* britânico em relação à Rússia, ou o *caráter russo* da política externa *whig*. Voltemos, então, ao “poderoso panfleto” de 1716.

3.2 Um panfleto extraordinário

O leitor que espera encontrar um dos mais notáveis panfletos políticos frustra-se com a leitura do texto atribuído ao Conde Gyldenborg. A Marx havia impressionado sobretudo o caráter premonitório do texto, cujo autor julgava haver assegurado sua passagem à posteridade ao ter “advertido” a Europa quanto ao perigo da ascensão russa. À pretensão premonitória não corresponde, entretanto, um estilo digno de nota. Marx parece entusiasmar-se, por conseguinte, mais com o potencial do texto para a elaboração de uma analogia histórica com o século XIX do que com a qualidade da sua prosa, embora conteste, com base nessa qualidade, a autoria comumente atribuída ao Conde Gyldenborg – uma espécie de “Gil Blas” diplomático, nas palavras de David Riazanov. Em termos históricos, o panfleto pouco revela, além de ser ele mesmo um documento da discussão política de seu tempo. Ao buscar rechaçar a hipótese de que o panfleto houvesse saído da pena de Gyldenborg, Marx aludira, como vimos, às cartas que o enviado sueco trocara com seu ministro – que não estariam à altura de *The Northern Crisis*. Entretanto, aquelas cartas foram não apenas traduzidas por uma equipe formada pelo Governo britânico, mas também *decodificadas*. Difícil imaginar que o Governo britânico se preocupasse, para além de seus interesses políticos imediatos, com questões de estilo.

Riazanov considera que o panfleto foi escrito por Gyldenborg ou “por seus assistentes”¹⁰⁴. Nota que os dois primeiros panfletos reproduzidos por Marx contêm praticamente os mesmos

¹⁰⁴ Cf. *Marx and Anglo-Russian Relations*, p. 117.

argumentos de uma série de outros exemplares integrantes da verdadeira campanha iniciada por Gyllenborg a partir de 1715, descobertos entre os seus papéis. Como comenta Riazanov, o núcleo da argumentação gira em torno do esforço de convencer o público inglês de que, apesar dos prejuízos muito concretos impostos pela Suécia ao comércio britânico e holandês, era do interesse inglês restaurar os domínios suecos como forma de proteger o protestantismo e contrabalançar o poder russo no Báltico e no norte da Europa.

A principal “seção” do panfleto, tal como Marx o “edita”, chama-se “reflexões imparciais”. O autor dirige-se, inicialmente, a todo liberal e conservador “honesto”, a comerciantes, particularmente aqueles afetados pela crise no Báltico, e a estudiosos das “leis das nações”. Ora, é precisamente a natureza *interessadíssima* das suas considerações que termina por produzir o retrato que tanto entusiasmou Marx. Embora anuncie, no “prefácio”, rejeitar as visões de radicais partidários, o autor se queixa, ao final, de que tudo o que se dizia a favor da Suécia em Londres fosse logo tachado de “jacobita”. É aí que encontramos aquela anedota que chamou a atenção de Marx na carta a Engels de fevereiro de 1856: a de que, naquela altura dos debates em torno da “crise no norte” em Londres, dizia-se que o Rei da Suécia era católico, e o Czar, um bom protestante¹⁰⁵.

Não é difícil resumir o argumento de *The Northern Crisis*. O texto primeiro rememora as circunstâncias do adiamento da invasão russo-dinamarquesa da Suécia. Enfatiza os complicados preparativos, e as despesas incorridas pela Dinamarca para transportar e manter as tropas russas em Zealand, e a consequente surpresa diante da decisão de Pedro I de não mais efetuar a manobra, até a primavera seguinte. Sublinha sobretudo que o Czar poderia ter anunciado muito antes as suas preocupações, com o que teria poupado os custosos preparativos dinamarqueses e mesmo a sua incômoda presença militar “em solo germânico”.

Após recapitular os fatos, de acordo com a versão oficial dinamarquesa, o texto entra

¹⁰⁵ MECW, 15, p. 54.

propriamente nas “reflexões imparciais” do autor. Na edição de Marx, essas considerações abrem-se com uma interessante observação “metodológica”:

Se quisermos fazer uma verdadeira observação dos homens, e expô-los sob uma luz adequada aos olhos de nossos intelectos, precisamos considerar em primeiro lugar sua natureza, e depois seus objetivos; e por esse método de exame, embora sua conduta se nos apresente cheia de intricados caminhos e perplexidades, revolvendo pelos infinitos meandros dos assuntos de Estado, devemos ser capazes de mergulhar nos recessos mais profundos, abrir caminho entre os mais intrigantes labirintos, e finalmente chegar aos meios mais abstrusos para revelar os segredos de suas mentes, e decifrar seus principais mistérios.¹⁰⁶

Marx ele mesmo está imbuído do propósito de iniciar o movimento revolucionário e os trabalhadores nos “mistérios” da política internacional, como diria mais tarde, em 1864. Ele próprio navega os labirintos diplomáticos do século XVIII. Sua “identificação” profunda com o ponto-de-vista do texto de Gyllenborg (ou de seus assistentes) não deixa de se insinuar, por conseguinte, nesse pretensioso embora pouco original enunciado “metodológico”. Essa identificação estende-se, sem dúvida, ao propósito de ir além dos discursos justificatórios e buscar “a natureza” e os “objetivos” dos homens – diríamos, em certo sentido, a sua *práxis*. Trata-se, contudo, de uma *práxis* que carrega um destacado grau de determinação. O enunciado deixa claro que natureza e objetivos estão ligados, e que a natureza antecipa os objetivos. O texto passará a cuidar, em seguida, da natureza e dos objetivos do Czar Pedro I.

Sua natureza é a de um soberano empreendedor, que reina, entretanto, vastidões rarefeitas. A “natureza” expansionista é consequência da fraqueza de seu reino, seja da insuficiência das rendas dos impostos, que não chegam a encher os cofres – apesar da enormidade de seus territórios – seja pela falta de lealdade de seus nobres, que não lhe provêem a necessária energia militar¹⁰⁷. Acossado por tártaros e cossacos, entre guerras e rebeliões internas, Pedro I não arriscaria a sua sorte militar contra as potências ocidentais, que sabia superiores. Procurará, antes de mais nada, igualar-se a elas

¹⁰⁶ MECW, 15, p. 46.

¹⁰⁷ *idem*.

na arte da guerra, chave também para derrotar de uma vez por todas seus inimigos tradicionais. Na busca desse objetivo, explora politicamente a percepção, da parte do “ocidente”, de que ele mesmo constituiria a última barreira cristã ao leste.

O que se segue é uma descrição bastante sugestiva da obsessão estratégica de Pedro I pelo fortalecimento de sua marinha, seu conhecimento meticuloso das questões técnicas envolvidas na construção de navios, o empenho que demonstrara em sua viagem à Inglaterra (1697-1698), o método com que se dedicara a obter os recursos humanos e materiais necessários para fazer da Rússia uma potência marinha no Báltico e implementar sua agenda de modernização e centralização do Estado. O esforço fora coroado com a fundação de São Petersburgo (1703) – o ato que traduz à perfeição a consistência com que perseguira seu “objetivo”, e a implacabilidade de sua “natureza”.

Por rudimentar que seja, o esquema argumentativo do panfleto influencia Marx. O rastreamento das intenções profundas de Pedro I nos jogos estratégico-militares-diplomáticos do começo do século XVIII o entusiasma, conforme se percebe dos grifos no texto. Mas a forma como Gyllenborg descreve a perfídia de Pedro I, ao arrastar a Dinamarca e a Polônia para a guerra contra Suécia, levando-as a travar por ele as batalhas mais arriscadas, faz tábula rasa dos interesses concretos em jogo. Ignora que, durante o reinado de Carlos XI (1660-1697), a Suécia conquistara à Dinamarca a Scania, e com ela o controle da “entrada” do Báltico¹⁰⁸; não faz nenhuma menção à devastadora invasão da Polônia por Carlos X em 1655, de profundas e duradouras consequências econômicas, demográficas e sociais¹⁰⁹. Ou seja, para enfatizar a ameaça do expansionismo russo, o notável panfleto precisa apagar as feridas deixadas pelo expansionismo sueco. As poucas censuras que faz a Carlos XII ficam por conta de suas trapalhadas militares, que levaram à derrota de seu exército na decisiva batalha contra a Rússia, em Poltava, após haver imposto a derrota a Pedro I em Narva¹¹⁰.

¹⁰⁸ Cf. Perry Anderson, *Lineages*, p. 187.

¹⁰⁹ Idem, p. 200.

¹¹⁰ Ao comentar as equivocadas decisões militares de Carlos XII, particularmente a de aventurar-se na Ucrânia após haver vencido Pedro I em Narva, Perry Anderson conclui que “a dinastia nunca superou um certo provincianismo em sua mirada estratégica” (Ibid, p. 190).

Mas não parece ser o terreno dos fatos propriamente o que interessa a Marx. Afinal, ele valoriza o trabalho de Gyllenborg não como fonte histórica em relação aos fatos, mas às atitudes políticas. Claro que somos tentados a apontar, no panfleto, as parcialíssimas ilações do autor. Marx parece estar interessado, contudo, exatamente no que essas parcialidades revelam em relação às percepções e atitudes políticas na Inglaterra diante da Rússia em 1716, e na “metodologia” que permite não tanto organizar uma narrativa específica, mas antes desentranhar dos fatos uma *intenção*, que correlaciona a “natureza” e os “objetivos” do poder do Czar.

Em relação às atitudes políticas, a obra de Gyllenborg procura claramente acoplar-se a dois temas centrais, muito vivos nos debates na Inglaterra em 1716: a ameaça que a Rússia como potência Báltica poderia representar para o comércio das “potências marítimas”, e a ameaça de sua influência na Europa em relação ao protestantismo. Com respeito ao primeiro tema, argumenta que a Rússia se tornaria um rival tão perigoso quanto era então negligenciado. Dominante no Báltico, poderia não apenas monopolizar o comércio ali, como também reunir sob seu controle todo o comércio “da Turquia e da Pérsia”, por meio das ligações fluviais entre o Cáspio, o Mar Negro e São Petersburgo. As ambições russas em relação ao Báltico estão diretamente associadas, por sua vez, ao tema da ameaça ao protestantismo: a dominância no Báltico exigia um porto no norte da Alemanha, e Pedro cobiçava, como vimos, Wismar, a última possessão germânica a ser arrancada das mãos da Suécia, e também a ilha de Gothland. O nosso premonitório autor passa então a enfatizar o risco de que o Czar, desistindo da campanha na Scania, assinasse a paz em separado com a Suécia, enquanto mantinha suas tropas em solo germânico. Pergunta, retórico: o que farão contra as tropas russas os príncipes germânicos que inadvertidamente as convocaram para defendê-los da Suécia, quando a Áustria achava-se em guerra contra o Império Otomano, e a Polônia obrigada a ajudá-la na luta contra “os inimigos do cristianismo”? Em um exagero inflamado, o panfleto chega ao ápice dramático, ao imaginar que o Czar pudesse seguir o exemplo da católica Áustria, e mobilizar as suas tropas contra os principados germânicos protestantes em cuja vizinhança se

encontravam – entre eles, principalmente o de Hanover. Nesse caso, diz Gyllenborg, “não é impossível que, nesta época do Cristianismo, a religião protestante seja, em grande medida, abolida”¹¹¹. Inaugurar-se-ia uma nova luta pelo “império universal”, protagonizada agora por cristãos do oriente e do ocidente, da Grécia e de Roma, ou seja, ortodoxos e católicos. Em sua tentativa de inflamar a opinião inglesa contra a Rússia, nosso autor acena com nada menos do que o perigo fatal de uma contra-reforma tardia e avassaladora, deflagrada por Pedro I na sua busca pelo domínio já não apenas no Báltico, mas da própria Europa ocidental.

Como vemos, além de sua auto-proclamada clarividência, *The Northern Crisis* procurava mostrar que o apoio da Inglaterra à Rússia contra a Suécia era não apenas contrário aos seus interesses comerciais, como também aos interesses fundamentais da casa de Hanover e dos próprios *whigs* em garantirem a “sucessão protestante” no trono inglês. Tendo em conta o fato de ser um panfleto em defesa dos interesses suecos, toda a sua carga dramática adquire um caráter banal. Mas é precisamente essa carga não apenas de “denúncia” contemporânea, como de *advertência* em relação a uma catástrofe que faria *reverter a história europeia*, que parece estimular de forma irresistível o mecanismo da analogia histórica em Marx. Talvez possamos dizer, portanto, que Marx encontra no panfleto de Gyllenborg uma peça-chave de seu jogo de espelhos, e um dos principais modelos da *teorização negativa* do sistema internacional, como uma teorização que se manifesta muitas vezes também como advertência quanto à catástrofe da reversão do movimento da história – que no caso da Inglaterra de 1716 corresponde à sucessão protestante. Em outras palavras, embora Marx procure situar a importância das Revelações sempre no nível dos fatos, a sua leitura do panfleto de Gyllenborg parece muito mais atraída pela forma específica como a catástrofe do domínio russo na Europa é tratada, ou seja, pela sua capacidade de contemplar o reverso da história.

Afinal, muitos dos fatos narrados em *The Northern Crisis*, as ações do Czar para fortalecer a marinha e o comércio russos, a contratação de artífices na Inglaterra e na Holanda, a conexão por

¹¹¹ MECW, 15, p. 52.

canais entre o Báltico e o Volga, a publicação de manuais científicos, as expedições à Pérsia, China e Mongólia, em suma, as suas ações na determinação de fazer de São Petersburgo “o empório do comércio entre o Oriente e o Ocidente”¹¹², constavam também, e em muito maior detalhe, de relatórios produzidos pelo embaixador da Inglaterra na corte russa, Lord Stanhope, no mesmo ano de 1716. Os riscos da proeminência comercial russa no Báltico para os comerciantes ingleses eram bem conhecidos dos políticos liberais como Stanhope, Whitworth e Townshend, que discutiam também a urdidura dos planos do Czar para exercer sua influência em toda a costa do Báltico, como evidenciava o casamento de sua sobrinha com o Duque de Mecklenburg, às portas de Hanover. Townshend, por exemplo, chegou a evocar riscos de prejuízos ainda maiores para o comércio inglês e para o abastecimento da indústria naval inglesa¹¹³, caso a tensão causada pela estadia das tropas russas em Mecklenburg levasse a hostilidades abertas. A conhecida divergência entre George I e Pedro I, que os levaria ao ódio mútuo e à hostilidade, remonta, por conseguinte, aos preparativos para a invasão da Suécia e mostra que as considerações sobre os perigos dos movimentos russos estavam presentes na tomada de decisão por parte dos políticos ingleses.

Nas palavras de um historiador em 1944, interessado nas lições que a Grande Guerra do Norte poderia ensinar em relação aos desígnios da União Soviética no Báltico, a eventual cooperação naval britânica com a Rússia no contexto da invasão da Suécia era, quando muito, um “compromisso ilusório”, em meio a “relações tempestuosas”. O Rei George I chegara mesmo a contemplar um plano para a captura de navios russos e do próprio Czar como forma de garantir que as tropas russas deixassem a Alemanha¹¹⁴. Esse historiador de 1944, Reymond Lindgreen, atribui

¹¹² J. F. Chance, “The Northern Question in 1717”, *The English Historical Review*, Vol. 20, No. 77 (Jan., 1905), pp. 33-60.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Cf. Reymond E. Lindgren. “A Projected Invasion of Sweden, 1716”. *Huntington Library Quarterly*, Vol. 7, No. 3 (1944), pp. 223-246. Ver também Philip Henry Stanhope, *History of England...*, p. 168. Stanhope acreditava que seria possível dominar as tropas russas e evitar, assim, a eventual conquista pelo Czar de um porto na Alemanha; temia, contudo, que hostilidades abertas com a Rússia deixassem a Inglaterra vulnerável a um ataque sueco, sobretudo em um momento em que ainda não se havia concluído a aliança com a França. É nesse contexto que Townshend adverte quanto aos riscos para o comércio inglês no Báltico. A contar pela narrativa de Philip Stanhope, por muito pouco o próprio Almirante Norris, amigo do Czar, não foi afinal instruído a dominar sua frota e aprisioná-lo pessoalmente.

em parte à hesitação da Inglaterra *hanoveriana* em apoiar mais decididamente os planos russos e dinamarqueses *a própria sobrevivência da Suécia como um Estado independente*, que poderia ter sido posta em questão caso a invasão de consumasse.

Para Lindgren, o objetivo fundamental de Pedro I na campanha contra a Suécia era a segurança de São Petersburgo e deu seus domínios recém-conquistados, além da paz definitiva, aniquilando Carlos XII. Já a Inglaterra, em um contexto marcado pela incapacidade francesa de socorrer seu tradicional aliado (a Suécia), via-se cada vez mais premida a manter um delicado equilíbrio na região, diante do perigo da ascendência russa, do domínio dinamarquês do estreito de Oresund e da crescente influência da Prússia. Entre 1716 e 1721, segundo Lindgren, o principal objetivo inglês, tendo em vista a liberdade e segurança do comércio no Báltico, foi o de conter o avanço russo e trabalhar para o fim da aliança entre a Rússia e a Dinamarca.

Além de estarem bem presentes nos círculos políticos e na tomada de decisões, os fatos contidos no panfleto de Gyllenborg estavam também presentes na percepção da Rússia que começava a se formar na opinião inglesa. Matthew Anderson¹¹⁵ mostra que a Rússia de Pedro I passara a atrair a atenção séria do público inglês com as primeiras vitórias contra Carlos XII, por oposição ao interesse sobretudo anedótico que despertara a visita de Pedro à Inglaterra em 1698. A violência das campanhas militares de Carlos XII não era necessariamente menor do que a que caracterizava os avanços russos nas províncias bálticas. Aludindo aos panfletos da época, Anderson detecta tanto a identificação de Carlos XII com a monarquia absolutista, como a de Pedro I com a pura e simples barbárie. Aqui vemos um Daniel Defoe mobilizando sua energia retórica – que já empregara em elogiar o monarca sueco – contra o Czar: “A Europa regozijar-se-á com a queda de seu Poder como o faria se caísse um Açougueiro Real, e não um monarca cristão”¹¹⁶. Mas foi precisamente o episódio da frustrada invasão da Suécia, com a estadia das tropas russas no norte da

¹¹⁵ “English Views of Russia in the Age of Peter the Great”, in: *American Slavic and East European Review*, Vol. 13, No. 2 (1954), pp. 200-214.

¹¹⁶ Idem, p. 207.

Alemanha, que para Anderson marcou a *primeira aparição de um genuíno sentimento anti-russo na Inglaterra*. Anderson menciona especificamente *The Northern Crisis* como o “mais anti-russo” dos numerosos panfletos aparecidos na época¹¹⁷, ao descrever as pérfidas manobras de Pedro I, sua “natureza” e seus “objetivos” – o que já então começava a ser um lugar-comum. A preocupação com a dependência naval inglesa do comércio com os portos bálticos conquistados pela Rússia, outro tema do momento, havia sido eloquentemente descrita por George Mackenzie, embaixador britânico na Rússia, já em 1715. Para ele, deixar que o Czar controlasse ao mesmo tempo o Báltico e o Mar Branco era “deixar a Nação e a Marinha à sua discrição”¹¹⁸.

Como mostra Anderson, o tema religioso era igualmente explorado pelos “publicistas anti-russos”, esses antecessores de David Urquhart, e denotava algum grau de genuína preocupação com as repercussões, para o protestantismo, de uma derrota completa da Suécia. O sentimento anti-russo daqueles anos de 1716-1717 persistiria até o começo da década seguinte. A paz de Hanover com a Suécia, em 1719, contribuía para consolidar a atitude pró-sueca em Londres. Por outro lado, mesmo após o Tratado de Nystad, de 1721, e do fim da guerra nórdica, o Czar ainda seria visto como uma ameaça aos interesses de Hanover, inclusive pelos crescentes laços que cultivaria com exilados jacobitas.

Vemos assim que, ao reeditar “o mais anti-russo” dos panfletos que energizavam o debate político inglês em 1716, Marx encontra não tanto uma apresentação especialmente original ou bem documentada de fatos históricos, mas antes de mais nada um modelo extremamente sugestivo, porque apropriado à analogia histórica, para a sua própria teorização negativa do sistema internacional – centrada sobre o papel contra-histórico da Rússia nos seus esforços para, como diria Engels muito mais tarde, atrapalhar o “desenvolvimento normal” da Europa.

¹¹⁷ Ibid. p. 209.

¹¹⁸ Ibid. p. 210.

3.3 Conhecimento e indiciamento

No terceiro capítulo das *Revelações*, depois de nos apresentar a correspondência dos diplomatas britânicos e os seus gestos servis em relação à Rússia, e depois de nos convidar a percorrer um extraordinário panfleto político, Marx fala com sua própria voz para enunciar a metodologia histórica que articula o seu argumento: a relação entre compreensão histórica (ou a potência cognitiva da analogia histórica) e julgamento político:

Para compreender uma época histórica limitada é necessário ir além de seus limites e compará-la com outras épocas históricas. Para julgar Governos e seus atos, devemos medi-los por seus próprios tempos e pela consciência de seus contemporâneos. Ninguém condenará um estadista britânico do século XVII por agir com base na crença em bruxaria, quando o próprio Bacon relacionava a demonologia no catálogo das ciências. Por outro lado, se os Stanhopes, Walpoles, Townshends, etc, foram suspeitados, opostos e denunciados, em seu próprio país, por seus próprios contemporâneos, como ferramentas ou cúmplices da Rússia, não será mais possível esconderem sua política atrás da conveniente barreira de preconceito e ignorância, própria de seu tempo.¹¹⁹

Aqui há um duplo movimento a captar, já que as *Revelações* são essencialmente uma analogia histórica entre o século XVIII e o século XIX, e ao mesmo tempo um indiciamento – por meio dessa analogia – dos atores políticos do passado e do presente. É como se Marx pretendesse, portanto, dotar o seu indiciamento político contra a diplomacia britânica da potência cognitiva que atribuía à analogia histórica; como se buscasse *compreender ao acusar*.

Marx considera que os panfletos que publica são as "*pièces des procès*" que move contra os políticos ingleses do começo do século XVIII, precisamente porque permitem julgar os Governos e seus atos de acordo com "o seu próprio tempo e a consciência de seus contemporâneos"¹²⁰. Mas é impossível montar essa acusação sem compreender o seu tempo, o que exige ir além dos limites da consciência contemporânea e encontrar os termos de comparação adequados. O seu esquema metodológico postula, por conseguinte, tanto a diferença entre compreensão e julgamento, como a

¹¹⁹ MECW, 15, p. 56.

¹²⁰ idem.

sua interdependência. E para demonstrar a validade dessa metodologia, Marx recorre mais uma vez a uma analogia entre atitudes e épocas históricas distintas: a dos estadistas do século XVII, contemporâneos de Francis Bacon, e a dos “Stanhopes, Walpoles e Townshends” do século XVIII. Talvez possamos extrapolar a constatação de Miklos Molnár de que a analogia histórica é o método das *Revelações*, e dizer que ela é na verdade quase a sua substância.

No terceiro capítulo, a linguagem de Marx torna-se decididamente *processual*. E a primeira acusação é dirigida contra os “historiadores modernos” e sua conspiração de silêncio, que ignoraria os panfletos anti-russos do século XVIII e a sua denúncia. Trata-se de uma acusação contra o esquecimento. A característica jurídica do empreendimento não está, porém, na mera linguagem processual. Marx evoca também o direito internacional e, em certa medida, a tradição, como elementos de acusação, não sem antes submeter a detalhado escrutínio os dados do comércio entre Inglaterra e Rússia no século XVIII.

Marx espera que os panfletos que publica consigam demonstrar, no plano do julgamento, 1) a natureza do “sistema geral” da Rússia e os riscos que a “russificação da Suécia” representava para a Inglaterra; 2) como as ações inglesas violavam o tratado de aliança contraído pela Inglaterra com a Suécia em 1700; e 3) como os “esquemas” responsáveis pela conversão da Rússia em uma potência báltica contrariavam “a política tradicional que a Inglaterra perseguira por mais de um século”. A demonstração do ponto (1) ficara a cargo de *The Northern Crisis*, como já vimos; a do ponto (2), cabe ao panfleto *The Defensive Treaty*, apresentado no terceiro capítulo das *Revelações*; a do ponto (3) será o assunto do panfleto *Truth is but Truth, however it is Timed*, publicado no último capítulo das *Revelações*, depois da incursão de Marx pela história da Rússia.

Em relação a *The Defensive Treaty*, Marx estima que tenha sido publicado no começo de 1717. Como o Conde Gyllenborg havia sido preso em 30 de janeiro de 1717, não é impossível que o panfleto fosse mais um item de sua campanha anti-russa, como sustenta Riazanov, para quem Gyllenborg seria o autor ainda de diversos outros panfletos de época, dos quais Marx teria um

“conhecimento sem par”¹²¹. O tratado entre Inglaterra e Suécia de 1700 assinado entre William III e Carlos XII, comenta Marx, não expiraria até 1719. E, no entanto, durante todo esse período “vemos a Inglaterra continuamente assistindo a Rússia e em guerra contra a Suécia, seja por meio de intrigas secretas ou da força aberta, embora o tratado nunca tenha sido denunciado, nem a guerra declarada”¹²².

Marx parece aludir tanto à “assistência” da Inglaterra no processo de modernização do Estado e das capacidades militares na Rússia de Pedro I, desde sua grande viagem pela Europa entre 1697 e 1698, quando tinha 26 anos, como à sua limitada intervenção naval na Grande Guerra do Norte em favor de seus comerciantes e contra o bloqueio sueco dos portos conquistados pela Rússia no Báltico. Sua argumentação no terceiro capítulo das *Revelações* concentra-se, entretanto, sobretudo no último aspecto.

A Marx não faltaria material para fazer retroceder a sua acusação ao tempo da visita de Pedro I à Inglaterra, quando William III lhe concedera oficiais, navios, cientistas e artesãos, em troca de monopólios comerciais, como o do comércio de tabaco. Da rede resultante de contatos entre cientistas e comerciantes ingleses com a Rússia de Pedro I adviria o curioso fato da admissão do Príncipe Alexander Menshikov, um dos principais auxiliares do Czar (e depois generalíssimo do exército imperial russo), em 1714, como membro da *Royal Society* de Londres, presidida então por Issac Newton¹²³.

Marx investe principalmente, contudo, em acusar o governo inglês de, essencialmente,

¹²¹ Cf. *Marx and Anglo-Russian relations*.

¹²² MECW, 15, p. 57.

¹²³ Cf. Appleby, John H. "James Spilman, F.R.S. (1680-1763), and Anglo-Russian Commerce". In: *Notes and Records of the Royal Society of London*, Vol. 48, No. 1 (Jan., 1994), pp. 17-29. Riazanov recorda a influência de imigrantes ingleses, escoceses e holandeses em Moscou, muitos dos quais participavam da implantação de manufaturas na Rússia, havendo sido exilados após a ascensão de Cromwell na Inglaterra. Teria sido essa influência "ocidentalizante", sugere Riazanov, responsável pela admiração de Pedro pelas "potências marítimas". Em relação ao comércio de tabaco, Riazanov anota que a concessão do monopólio era limitada a certas áreas de produção, e tinha um sentido sobretudo compensatório, já que, apesar de toda admiração de Pedro I por William III, sua viagem à Inglaterra em 1698 não levou à restauração dos privilégios que os comerciantes ingleses possuíram, no século XVI, na Rússia. Na verdade, segundo Riazanov, durante todo o período em que a guerra nórdica coincidiu com o conflito pela sucessão no trono espanhol, e particularmente antes da vitória da Rússia contra a Suécia em Poltava, as atitudes inglesas em relação à Rússia foram marcadas por uma obstinada frieza. Cf. *Marx and Anglo-Russian relations*, p. 40.

violar o direito internacional. Critica os "historiadores modernos" por ignorarem a "traição" da Suécia; os mesmos historiadores que criticavam a Inglaterra por haver "destruído a frota espanhola em águas sicilianas", igualmente sem declarar guerra à Espanha. Mas ao contrário de seus compromissos com a Suécia, a Inglaterra não tinha, lembra-nos Marx, nenhuma aliança com a Espanha. Como explicar o tratamento diverso desses dois casos por parte dos "historiadores modernos"? Ora, eles replicavam os pontos de vista dos próprios políticos, e por isso a violação da aliança com a Suécia não merecera "as honras da crítica histórica tão implacavelmente despejada sobre o incidente espanhol"¹²⁴.

Essa subordinação política da historiografia das relações anglo-russas ficaria clara, para Marx, nas análises dos historiadores convencionais sobre os interesses comerciais da Inglaterra em relação à Rússia e à Suécia, especialmente a importância do comércio com a Rússia para a Inglaterra. Para Marx, esses historiadores exageravam as dimensões do mercado russo aberto ao comércio inglês desde Pedro I, o que teria se tornado um "lugar comum". Marx então revisita ele mesmo uma série de dados estatísticos relativos ao comércio inglês com Rússia e Suécia em 1697, 1700, 1716, 1730, e 1760 – antes e depois da tomada das "províncias bálticas" suecas pela Rússia, chegando ao começo do reinado de Catarina II. As conclusões de Marx após analisar aqueles dados¹²⁵, são:

- 1) o aumento do comércio inglês com a Rússia entre 1700 e 1716 corresponde a um declínio correspondente no seu intercâmbio com a Suécia, e portanto apenas reflete a conquista das províncias bálticas suecas pela Rússia;
- 2) em 1730, o comércio com a Rússia diminuía, e representava menos de um quinquagésimo do comércio internacional global da Inglaterra;
- 3) em 1760, o comércio inglês com a Rússia crescera apenas cerca de 86% em relação a

¹²⁴ MECW, 15, p. 57.

¹²⁵ Segundo a nota dos editores dos MECW, a fonte utilizada por Marx foi "*An Historical and Chronological Deduction of the Origin of Commerce, from the earliest accounts. Containing an history of great commercial interests of the British Empire*", volumes I, III, IV, (1787, 1789), de A. Anderson.

1730, com grande predominância de importações da Rússia;

- 4) levando-se em conta os custos das freqüentes operações marítimas inglesas no período para garantir a liberdade de comércio no Báltico, a Inglaterra sofrera "uma perda absoluta" em seu comércio com a Rússia entre o reinado de Pedro I e o começo do de Catarina II;
- 5) excetuando-se 1716, quando a Rússia absorvera a conta comercial da Inglaterra com a Suécia, ao tomar as "províncias bálticas", houve queda contínua das exportações inglesas para a Rússia, que representavam em 1760 cerca de 1/3 do que eram em 1716.

Com base nessas conclusões, Marx argumenta que, desde a "absorção" das "províncias bálticas" pela Rússia e da transferência do comércio russo do Mar Branco para o Báltico, via São Petersburgo, o mercado inglês para as matérias-primas russas se expandiu, enquanto o mercado russo para os produtos manufaturados ingleses se contraiu. Tal característica daquele comércio deficitário, nas palavras de Marx, "difícilmente o recomendaria em uma época em que a doutrina da Balança de Comércio reinava suprema"¹²⁶.

Marx abstém-se de considerar as razões que levariam ao aumento desse comércio sob o reinado de Catarina II ("o que nos afastaria muito do período que estamos considerando"¹²⁷, diz). Dando-se conta de que, em geral, o comércio inglês no Báltico no período era "insignificante" em relação ao capital empregado, Marx lembra que sua importância residia em sua *natureza*: ele garantia à Inglaterra os indispensáveis insumos para a sua indústria naval. Desse ponto de vista, argumenta, estaria muito mais "seguro" nas mãos da Suécia do que entregue à Rússia – o mesmo argumento empregado pelo Conde Gyldenborg. E como apoio a tal conclusão, Marx cita uma passagem da correspondência de Stanhope a Townshend em 1716, mostrando que, afinal, os próprios ministros britânicos concordariam com essa avaliação: "É certo que, se o Czar não for

¹²⁶ MECW, 5, p. 60.

¹²⁷ *idem*.

incomodado durante três anos, ele se tornará o senhor absoluto daqueles mares”¹²⁸, dizia Stanhope.

Ora – prossegue Marx –, se nem os interesses comerciais ingleses, nem os interesses de sua indústria naval e sua navegação recomendavam a “traição” à Suécia, havia contudo uma “pequena fração” entre os comerciantes ingleses cujos interesses eram idênticos aos da Rússia: tratava-se da *Russian Trade Company*. Marx sustenta que fora essa “pequena nobreza” quem levantara o “clamor” contra a Suécia na Inglaterra, e faz referência à petição apresentada pela *Russian Company* ao Parlamento inglês. Os ministros ingleses, argumenta Marx, encontraram aí o “pretexto” de que precisavam para “dirigir” o parlamento em direção aos seus objetivos pró-russos.

Neste ponto, é importante compreender bem o raciocínio de Marx, que será discutido por Riazanov. Marx não pretende insinuar que os interesses da *Russian Company* alcançaram uma capacidade de mobilização de tal forma desproporcional à própria dimensão do comércio com a Rússia a ponto de condicionar a política externa britânica. Ou seja, não pretende atribuir à ação dessa “pequena nobreza” a *causa* do caráter “russo” da política externa britânica. De um lado, admite que a influência política desse interesse comercial poderá ter tido um alcance para além das suas reais dimensões econômicas. Mas o papel do comércio na política externa britânica, para Marx, não guarda relação direta com a capacidade de articulação de interesses setoriais. Ele está perfeitamente a par da pulverização e complexificação desses interesses, e subordina a sua capacidade de se fazer presente nas decisões políticas à eventual coincidência com os interesses oligárquicos dos políticos liberais:

A oligarquia que após a “revolução gloriosa” usurpou riqueza e poder às custas da massa do povo britânico via-se, é claro, forçada a procurar aliados não apenas no exterior, mas também no plano doméstico. Foi encontrá-los naquilo que os franceses chamariam *la haute bourgeoisie*, representada pelo Banco da Inglaterra, os agiotas, credores do Estado, corporações de comércio das Índias Orientais e outras, os grandes manufatureiros, etc. O quão carinhosamente ela cuidara dos interesses materiais dessa classe pode-se

¹²⁸ Ibid. Marx não dá a fonte da citação, mas a passagem da correspondência de Stanhope a Townshend está reproduzida em Philip Henry Stanhope, *History of England...*, p. 168. No contexto dessa correspondência, como já tivemos ocasião de referir, os ministros britânicos discutiam abertamente a possibilidade de um ataque às tropas russas estacionadas em Mecklenburg.

depreender do conjunto de sua legislação doméstica – atos bancários, promulgações protestantes, leis de pobres, etc. Em relação à sua política externa, eles buscavam dar-lhe ao menos a aparência de ser em geral regulada pelo interesse mercantil, uma aparência mais fácil de produzir na medida em que o interesse exclusivo de uma ou outra pequena fração daquela classe seria sempre, é claro, facilmente identificável com esta ou aquela medida ministerial. A fração interessada levantava, então, o clamor do comércio e da navegação, que a nação estupidamente ecoava.¹²⁹

Para Marx, portanto, a explicação da “traição” da Suécia em favor dos interesses russos deveria ser buscada não na pressão dos interesses comerciais sobre uma oligarquia recém-chegada ao poder. Era antes essa oligarquia *usurpadora* que se valia do interesse comercial como *pretexto* conveniente para obter apoio interno à sua política externa, enquanto ao mesmo tempo atendia aos interesses de uma ou outra fração da classe de cuja cooptação cuidava com zelo.

A necessidade de proclamar oficialmente pretextos mercantis desapareceria, diz Marx, no século XIX. No tempo de Lord Palmerston, os ministros britânicos deixariam às outras nações a “cansativa tarefa” de desvendar os supostos motivos comerciais “secrets” de sua política externa. O texto segue então por diversos exemplos das conjecturas que buscavam interpretar, com alguma lógica estratégico-mercantil, atos da política de Palmerston que Marx reputava danosos aos interesses ingleses¹³⁰. Em relação ao século XIX e a Palmerston em particular, o raciocínio de Marx é bastante claro: a oligarquia *whig* estaria disposta a sacrificar seus interesses comerciais para favorecer a Rússia, movida pelo seu real interesse de classe, que residia na contenção da revolução na Europa. Já em relação ao século XVIII, esse interesse de classe coincidiria com a própria auto-preservação oligárquica.

Marx prossegue: o “clamor” comercial e marítimo da *Russian Company* devia-se ao bloqueio dos portos bálticos da Rússia pela Suécia. O Governo britânico considerava que seus comerciantes tinham direito ao comércio com os portos “inimigos”, com base em artigo específico do tratado de aliança com a Suécia de 1700 – o que Marx considerava “falso”, já que não se trataria

¹²⁹ MECW, 15, pp. 61-62.

¹³⁰ *idem*, p. 62.

de portos "inimigos", mas sim de portos suecos, tomados pela Rússia. Ele argumenta que os ingleses seguiam assim os holandeses, que já haviam igualmente rompido o bloqueio comercial sueco, apesar da aliança que William III, também na qualidade de soberano holandês, contraíra com a Suécia. A Holanda, no entanto, como potência marítima e comercial, já havia no século XVIII entrado em “declínio”¹³¹. Marx a compara a Gênova e Veneza no tempo da descoberta de novas rotas comerciais. O capital acumulado no período de expansão agora era emprestado a quem o melhor remunerasse, no caso, a Rússia de Pedro I. A Holanda se converteria então, para Marx, no “banqueiro da Rússia” do século XIX, mas já no XVIII lhe fornecia também navios, oficiais e armas¹³².

O “russianismo” dos políticos holandeses teria, portanto, uma base muito mais “sólida”, *material*, do que o de seus congêneres ingleses. Afinal, Pedro I os cultivara. Renovou, em sua estadia na Holanda entre 1716-17, os laços que havia estabelecido na visita pioneira à Haia em 1697. No entanto, argumenta Marx, a influência que a Inglaterra exercia sobre a Holanda no primeiro decênio do século XVIII indica que as “proclamações” dos comerciantes holandeses contra a Suécia não teriam sido levadas a efeito sem a anuência da Inglaterra. Para Marx, de um lado, a Inglaterra servia-se da Holanda para estabelecer, em nome dela, “precedentes” que seriam “resolvidos” em nome dos interesses ingleses; de outro lado, o Czar utilizaria políticos holandeses para levá-los a influenciar seus colegas ingleses. Marx menciona o exemplo de Horace Walpole, o irmão de Robert Walpole que fora embaixador britânico na Haia em 1715-1716, e teria sido induzido a adotar interesses russos “por seus amigos holandeses”¹³³.

Marx termina assim a sua introdução ao segundo panfleto, *The Defensive Treaty*. Não é

¹³¹ Ibid. p. 64.

¹³² Para a predominância da Holanda no comércio e na vida econômico-comercial da Rússia no século XVII, veja-se "The Struggle of the Dutch with the English for the Russian Market in the Seventeenth Century", de Inna Lubimenko, in: *Transactions of the Royal Historical Society*, Fourth Series, Vol. 7 (1924), pp. 27-51. A partir de meados do século XVII, os holandeses tiveram papel importante também na introdução de manufaturas na Rússia, inclusive de metalurgia, que produziam insumos de guerra depois vendidos para a Holanda e a Inglaterra. Em relação ao fornecimento de armas, navios e oficiais, que Marx comenta, Lubimenko lembra que essas transações sofriam a cerrada oposição da Polônia.

¹³³ MECW, 15, p. 65.

necessário comentar em maior detalhe o teor da peça de 1717. O texto procura mostrar como as atitudes inglesas na Grande Guerra do Norte contrariavam os artigos do tratado de aliança contraído com a Suécia por William III em 1700. Tais atitudes, em resumo, trairiam a memória “gloriosa” de William III. Com o recurso aos pretextos mais baixos – o lucro de seus comerciantes – a Inglaterra contribuía para a ruína da Suécia, o reino que William III se comprometera a preservar e defender como cidadela do “interesse protestante” na Europa.

Encerrada assim a incursão por um século de relações entre a Inglaterra e Rússia, Marx mudará de foco. Sua procura por uma explicação para o fenômeno que qualifica como o caráter russo da política externa inglesa não se encerra com a referência à “traição” perpetrada pela oligarquia *whig* contra a Suécia a partir de 1713. O que de certa forma se fecha aqui é a *denúncia* dessa atitude e a constatação de que ela teria ofendido a consciência de seu tempo, sendo, por conseguinte, plenamente *culpável*, ao por em risco o próprio movimento da história.

Até este ponto, contudo, a sua análise tem ao menos um ponto de contato com o que poderia ser uma interpretação conforme os modelos considerados mais “canônicos” pelo marxismo: trata-se da interpretação de que o espírito russo da diplomacia inglesa se formou a partir das necessidades políticas de uma aristocracia usurpadora. O tema da *usurpação*, como veremos, é central na teorização negativa, e está muito relacionado aos acontecimentos na França após o golpe de Estado de Napoleão III e o estabelecimento do Segundo Império, em 1852. De qualquer modo, a referência à situação histórica da aristocracia *whig* e as limitações de sua ação política representa ainda uma *face positiva*, por assim dizer, da *teorização negativa*, o frágil lastro sociológico da sua denúncia contra a diplomacia inglesa.

Por outro lado, o movimento da teorização negativa não está completo nesse ponto das *Revelações*. Alguns de seus princípios, materiais e modelos encontraram já uma expressão saliente: a analogia histórica como método, a contemplação da catástrofe histórica como advertência, a abstração de gestos individuais como caracterização de processos políticos, e uma série de

supressões e omissões de perspectivas e interesses históricos como forma de estabelecer recortes explicativos e acusatórios. Falta ainda, contudo, o mais extremo dos recortes, que Marx levará a cabo nos últimos capítulos das *Revelações* ao tratar da história russa. Mas antes de analisarmos essa incursão de Marx pela história russa, já há condições de fazermos um balanço crítico de sua “história diplomática” do século XVIII.

4 - O século dezoito diplomático de Marx e a crítica de Riazanov

No início de seu ensaio sobre as *Revelações*, David Riazanov comenta o "característico fervor" com que Marx se debruça sobre os documentos diplomáticos encontrados no Museu Britânico, e sublinha a sua disposição de estudá-los "*cientificamente*"¹³⁴. Riazanov considera que as *Revelações* constituem "nosso único exemplo de Marx dedicando-se ao estudo da história política da Grã-Bretanha e também, especialmente, da Rússia"¹³⁵. Riazanov inverte em certo sentido a tradição recente que tende a ver textos como o *Dezoito de Brumário* como exemplares da melhor análise histórica em Marx. Para ele, os textos sobre a história francesa seriam, antes, textos de um “publicista”, ainda que “profundamente históricos”.

Ao examinar o uso das fontes primárias nas *Revelações*, contudo, Riazanov constata que, apesar do estudo "científico", escapara a Marx o fato de que a correspondência de James Harris já havia sido publicada em 1844 por seus próprios descendentes, contendo inclusive o despacho analisado por Marx. Em relação ao resto do material, Riazanov considera que Marx teria sido o primeiro a utilizá-lo – embora reconheça a escassez de evidência que eles aportam à abrangente hipótese de que a colaboração secreta entre Londres e São Petersburgo percorreria todo o século XVIII. A correspondência dos enviados britânicos em São Petersburgo passaria a ser publicada

¹³⁴ Marx and Anglo-Russian relations , p. 43.

¹³⁵ Ibid.

sistematicamente pela coleção da Sociedade Histórica da Rússia Imperial apenas a partir de 1873.

Riazanov reconhece em Marx, por conseguinte, o mérito de ter utilizado de forma pioneira o material que decobrira em relação às relações anglo-russas, tanto as correspondências diplomáticas como os panfletos do começo do século XVIII. Mas não elabora muito sobre em que consistiria afinal o estudo "científico" desse material, que em sua opinião Marx empreendera. Não deixa de haver aqui uma indicação de que o caráter "científico" do trabalho de Marx refere-se mais ao grau de detalhe com que se dedicara a examinar os documentos, indo além de um tratamento meramente circunstancial, do que propriamente com a metodologia implicada em sua interpretação histórica. Afinal, o que o ensaio de Riazanov procura fazer é expandir o horizonte das relações anglo-russas, de modo a *requalificar* a interpretação de Marx em uma direção que corresponderia, para Riazanov, à abordagem do materialismo histórico.

Riazanov situa as relações anglo-russas no quadro mais geral das relações entre as potências européias, inclusive em vista da importância do sistema colonial para a compreensão do sistema europeu. O seu argumento é organizado em torno dos sucessivos estágios de “aparecimento” da Rússia como ator crescentemente relevante nesse quadro. Recuando até o século XVI, Riazanov argumenta que a própria Inglaterra, na segunda metade daquele século, não havia ainda alcançado a supremacia comercial, e lutava para se "emancipar" da proeminência da Liga Hanseática. É nesse contexto que o aventureiro inglês Richard Chancellor aporta na costa russa do Mar Branco, em 1553, sobrevivente de um naufrágio de mercadores ingleses que buscavam a "passagem nordeste" para o Oriente. Recebido com honrarias por Ivan IV, conseguira para os comerciantes ingleses privilégios concedidos pelo próprio Czar. Aos ingleses se seguiriam os holandeses, que já então despontavam como candidatos a potência comercial no Báltico. Para o comércio inglês, anota Riazanov, o mercado russo significava também uma rota de acesso à Pérsia. Esse recuo à origem mesma das relações modernas entre a Inglaterra e a Rússia dá a Riazanov elementos para uma caracterização mais geral desse relacionamento em sua evolução até meados do século XVIII.

Mostra que desde os primeiros privilégios comerciais concedidos aos ingleses, no século XVI, a Rússia buscava a *contrapartida* do apoio político da Inglaterra contra a Polônia e a Suécia – que impediam o seu acesso direto ao ocidente. Para a Inglaterra de Elizabeth, entretanto, face ao antagonismo fundamental com a Espanha, os privilégios comerciais russos não seriam valiosos o suficiente a ponto de justificar a aquisição de novas inimizadas no Báltico.

Riazanov mostra como a procura da Rússia por uma aliança política com a Inglaterra, valendo-se do interesse inglês pela ampliação de seu comércio em um contexto de crescente competição colonial, constitui a característica básica do relacionamento entre os dois países em diferentes momentos até meados do século XVIII¹³⁶. Mostra também que essa busca esbarraria sempre, até 1740, na existência de outros antagonismos que tinham precedência nas considerações políticas da Inglaterra.

Como nota Riazanov, era sobretudo como "colônia" comercial, acesso às rotas de comércio com a Pérsia e eventual escoadouro de produtos têxteis, que a Inglaterra via a Rússia no século XVI¹³⁷. No século XVII, após os “tempos de dificuldades” na Rússia, que antecederam a ascensão da dinastia dos Romanov em 1613, Riazanov aponta o recrudescimento da competição comercial entre a Inglaterra e a Holanda pelo mercado russo, assim como a crescente oposição por parte dos comerciantes russos aos privilégios concedidos a estrangeiros. A revolução de Cromwell na Inglaterra em 1642 e a execução do Rei Carlos I em 1649 dariam ao Czar o pretexto para expulsar

¹³⁶ Se Marx quisesse recuar até o século XVI a sua pesquisa, encontraria material vasto nas cartas trocadas entre Elizabeth e Ivan, o Terrível. Veremos oportunamente a razão pela qual ele não o faz. Segundo Inna Lubimenko, as cartas entre Elizabeth e Ivan IV revelam o diálogo de dois mundos díspares; as cartas de Ivan seriam "documentos da Idade Média", as de Elizabeth, modernas e concisas. Mais do que diferenças de estilo, tão reveladoras, elas traduzem também diferenças de propósito: “Os dois correspondentes tinham motivos muito diferentes para escreverem um ao outro. Enquanto as visões de Elizabeth eram exclusivamente comerciais, Ivan tinha visões e planos políticos; a rainha esperava obter privilégios comerciais para a companhia inglesa, o czar queria fazê-la aceitar uma aliança política entre os dois países”. Mais ainda, elas revelam também o significado mais estratégico que Ivan atribuía à aliança com a Inglaterra, para além de seus desafios militares mais imediatos, como uma parceria fundamental para a modernização de seu império. Marx encontraria também referências à vida parlamentar inglesa entre os pretextos utilizados por Elizabeth para eludir politicamente o Czar, sem deixá-lo por demais desesperançoso, procurando evitar, assim, maiores danos aos negócios da *Russia Company*. Cf. "The Correspondence of Queen Elizabeth with the Russian Czars", in: *The American Historical Review*, Vol. 19, No. 3 (Apr., 1914), pp. 525-542.

¹³⁷ *Marx and Anglo-Russian relations*, p. 89.

os comerciantes ingleses de Moscou, e caçar-lhes os privilégios, como pediam os comerciantes russos. Ao mesmo tempo, ocasiona um influxo de exilados ingleses e escoceses em direção à própria Rússia, onde construiriam a atmosfera “europeizante” em que Pedro I se formara.

Riazanov aponta que a progressiva "europeização" da Rússia, obra de comerciantes ingleses e holandeses, dá-se a partir de meados do século XVII, e coincide com o florescimento do comércio e da manufatura, sendo que o Czar muitas vezes assumia ele mesmo o controle de operações comerciais. A formação então de grandes interesses comerciais russos e redes bem articuladas de distribuição tendia a diminuir o espaço comercial que a Inglaterra poderia explorar, o qual, no Báltico, já sofria a crescente competição holandesa. Nessa competição estavam em jogo os lucros do comércio de madeira para mastros e outros insumos navais indispensáveis para a Inglaterra, assim como atividades como a pesca de baleia, organizada pela *Russian Company*. A importância do suprimento dos insumos para a indústria naval levaria o Governo inglês a estudar, no século XVII, a possibilidade de estimular a sua produção nas colônias da América do Norte. Ao mesmo tempo, os interesses comerciais ingleses diversificam-se. A *Russian Company* precisava competir politicamente com suas congêneres responsáveis pelo comércio com a Turquia e com as Índias Orientais.

Riazanov lembra que o sistema europeu passara por diferentes configurações, e que os interesses ingleses foram determinados subsequentemente pelos "antagonismos" com Espanha, em seguida com a Holanda, e finalmente com a França. “A Rússia não tinha lugar em nenhuma dessas combinações”¹³⁸, diz. Era antes a Rússia que buscava aliados contra a Polônia e a Suécia, onde predominava a influência da França contra os Habsburgos. A participação da Rússia na “santa aliança” contra o Império Otomano em 1683, diz Riazanov, dera-se na qualidade de “potência de segunda classe”. É a Grande Guerra do Norte que abriria novamente a possibilidade de uma aliança anglo-russa. Por essa razão, Riazanov considera que Marx estava correto quanto à importância

¹³⁸ Marx and Anglo-Russian relations, p. 100.

daquele conflito para a Rússia. Trata-se, como se vê, da primeira "aparição" russa no quadro proposto por Riazanov, para além da mera função de "colônia". A vitória russa a convertera em potência hegemônica no Báltico, mas não ainda naquilo que se tornaria apenas no reinado de Catarina II – nas palavras de Riazanov, uma potência capaz de exercer “o papel de árbitro do destino da Europa”¹³⁹.

A historiografia russa tradicional registraria, como Marx, a importância da Grande Guerra do Norte para o início da vida "marítima" e "ocidental" da Rússia, que rompia, afinal, a "barreira do leste". No entanto, como assinala Riazanov, a avaliação do papel da Inglaterra no conflito tinha, para os historiadores russos, sentido contrário ao da interpretação de Marx. Para a historiografia russa, a Inglaterra teria sistematicamente *obstruído os avanços de Pedro I contra a Suécia*. O equívoco comum que Riazanov aponta nessas duas interpretações consistiria em analisar os eventos do começo do século XVIII a partir das preocupações do século XIX. Mais especificamente, Riazanov sublinha a necessidade de colocar em perspectiva histórica mais ampla os eventos do conflito no Báltico, que teriam "interesse meramente local", quando as grandes potências estavam aos mesmo tempo envolvidas na disputa mais fundamental pelo controle do Atlântico e dos domínios coloniais, representada pela Guerra da Sucessão Espanhola.

Riazanov mostra como as considerações da Inglaterra até 1713 estavam dominadas pelo conflito com a França, o que determinara as alianças contraídas por William III com a Suécia em 1700, com o objetivo de evitar que Carlos XII as concluísse com Luis XIV. Além dessa perspectiva *mediterrânea e atlântica* que parece faltar ao texto de Marx, Riazanov indica que a própria percepção da Rússia na Europa ainda correspondia à de uma potência de segunda classe. Mesmo para a Áustria, a Rússia era apenas um importante aliado contra o Império Otomano. A visita de Pedro I à Inglaterra, recorde-se, produzira uma crônica pitoresca, e apesar dos "favores" de William III em troca de aberturas comerciais, e dos contatos estabelecidos de parte a parte, a Inglaterra,

¹³⁹ idem, p. 103.

sustenta Riazanov, trataria os agentes e os interesses políticos de Pedro I com desdém até pelo menos a sua vitória contra a Suécia em Poltava, em 1709.

As dificuldades militares de Pedro I contra o Império Otomano, que persistiam ao sul, impediriam que essa percepção mudasse completamente mesmo após a batalha de Poltava. O Czar seguia buscando o apoio inglês, na forma de uma mediação favorável à Rússia na sua luta contra a Suécia, e segundo Riazanov chegara a oferecer à Inglaterra uma aliança contra Luis XIV ou ainda "alguma província" russa, como a Sibéria – interessante antecedente, às avessas, da oferta da ilha de Minorca à Rússia pela Inglaterra em 1780, que Marx tanto enfatiza.

Marx teria perdido de vista, portanto, a subordinação do conflito no Báltico aos interesses das grandes potências coloniais européias em jogo no Atlântico até 1713. Em relação ao período subsequente, posterior ao fim da guerra de sucessão da Espanha, Riazanov considera "inegavelmente equivocada"¹⁴⁰ a sua "estimativa" dos acontecimentos da guerra nórdica. Marx teria cometido o mesmo erro em que incorrera o próprio Pedro I, ou seja, o de considerar que os compromissos e políticas de George I de Hanover se confundiam com compromissos e interesses da Inglaterra.

Riazanov sustenta que as ambigüidades e hesitações inglesas em sua conduta no Báltico mostravam a crescente dependência britânica dos insumos navais fornecidos pela Rússia. Para ele, a conduta britânica deve ser interpretada sobretudo como uma busca pragmática por um "equilíbrio político" no norte, que contemplasse também os interesses comerciais britânicos – o que teria levado a Inglaterra, na prática, a uma postura neutra no conflito¹⁴¹. Para Riazanov, portanto, Marx peca sobretudo por esperar que a Inglaterra no começo do século XVIII "agisse como se todos os seus pensamentos devessem estar concentrados no conflito com a Rússia"¹⁴². O "russianismo" que Marx julgara haver detectado na política externa *whig* corresponderia, para Riazanov, ao fato de que

¹⁴⁰ Ibid, p. 115.

¹⁴¹ ibid. p. 121.

¹⁴² ibid. p. 127.

ela "continuou a ser determinada pelo antagonismo com a França", e pela necessidade de assegurar alianças contra a França no continente¹⁴³. Esse duplo nivelamento que a análise de Marx opera apagaria, por conseguinte, duas hierarquizações no sistema internacional cujo resgate constitui o principal veio da crítica de Riazanov: a precedência estratégica do Atlântico sobre o Báltico, e a prioridade do antagonismo inglês com a França sobre os demais relacionamentos.

Essa última hierarquização fornece, para Riazanov, a chave para se compreender os limites a que chegava a política externa britânica em suas virtuais alianças com outras potências, ou mesmo as suas rivalidades mais circunstanciais. O sentido da manutenção da casa de Hanover no trono inglês e todo o fervoroso anti-jacobitismo dos políticos *whigs* adquire seu significado pleno à luz das percepções da ameaça representada pela França, mesmo no contexto imediatamente posterior à paz de Utrecht.

Riazanov comenta que apenas na década de 1730, com a remoção de alguns irritantes¹⁴⁴, deram-se as condições para uma reaproximação da Inglaterra e da Rússia, com o envio, do lado inglês, de Claudios Rondeau como embaixador a São Petersburgo. Mais uma vez a Inglaterra voltava a buscar ocupar espaços econômicos, reaver privilégios comerciais e aumentar suas exportações, que vinham em queda, como Marx assinala. E, do lado russo, renova-se a busca de uma aliança política. Riazanov nota que a proposta inglesa (e holandesa) de mediar a paz entre a Rússia e o Império Otomano em 1735, objeto da primeira correspondência diplomática reproduzida por Marx, viera em um momento em que o conflito parecia caminhar para desfecho desfavorável a Constantinopla. A paz, contudo, fora concluída em situação mais favorável ao Império Otomano, e com a mediação francesa¹⁴⁵.

O episódio que circunscreve a carta de Rondeau a Horace Walpole ilustra bem o peso da ausência central que Riazanov aponta em Marx. Afinal, a busca de Rondeau por espaço na

¹⁴³ *ibid.*

¹⁴⁴ Em 1725 a filha mais velha de Pedro I se casara com o Duque de Holstein, que tinha pretensões ao trono sueco. A Dinamarca havia anexado parte de seus domínios. O apoio da Inglaterra à Dinamarca na questão a colocava em rota de colisão, portanto, com a Rússia, que apoiava Holstein.

¹⁴⁵ Riazanov, *op. cit.* p. 131.

mediação do conflito austro-russo-otomano dava-se também sobre o pano de fundo da *competição com a França*. Como sublinha Richard Lodge, as "potências marítimas" (Inglaterra e Holanda) esforçavam-se pelo fim do conflito com o objetivo de que as forças da Áustria e da Rússia estivessem disponíveis para contrarrestar o crescimento do poder da França e da Espanha, "os dois ramos da casa dos Bourbon", que haviam saído fortalecidos da Guerra da Sucessão da Polônia¹⁴⁶ (apesar da confirmação de Augustus III no trono polonês), ameaçando o "status quo" de Utrecht¹⁴⁷. A Áustria afinal preferiu a mediação francesa, inclusive por considerar que ela seria mais eficaz em Constantinopla. A crescente influência francesa em Viena, nesse contexto, bem como na Suécia (aí capitaneada por ninguém menos que o Conde Gyldenborg, que se fizera líder dos "Hats"), levaria o Governo inglês a instruir o seu embaixador em São Petersburgo, o mesmo Rondeau, a buscar uma postura mais ativa da Rússia em Estocolmo...

Ora, temos aí a imagem inversa daquela captada por Marx na segunda correspondência transcrita nas *Revelações*: premida pelo crescimento da influência francesa, era a Inglaterra quem encorajava a Rússia a influenciar a política sueca. Naquele momento, entretanto, a Rússia era reticente, porque dependia dos bons ofícios franceses no conflito com o Império Otomano. Em outras palavras, o crescimento da influência francesa na Europa a partir da década de 1730 levou a Inglaterra a finalmente aceder à velha proposta russa de uma aliança política – a qual, desde os tempos de Ivan IV, desdenhara.

Não se pode esquecer aqui que a Guerra de Sucessão da Polônia (1733-1735) marca também um dos momentos palpáveis da ascensão da influência russa. Como nota Robert Bain, além de sua "vigorosa intervenção" em favor de Augustus III no trono polonês, a Rússia assistira a Prússia com

¹⁴⁶ Cf. Richard Lodge, "The first anglo-russian treaty", in: *The English Historical Review*, Vol. 43, No. 171 (Jul., 1928), pp. 354-375, p. 355. Lodge, historiador britânico escrevendo em 1928, tem um ponto de vista muito semelhante ao de Marx ao avaliar o papel da Inglaterra em relação à ascensão da Rússia no começo do século XVIII: "O que tivermos que enfrentar no começo do século dezoito foi a substituição da ascendência sueca pela russa no Báltico. Não era algo que nos agradasse na época, mas falhamos em evitá-la, e depois de 1721 tornou-se um fato consumado que não poderia ser desfeito sem a reedição de uma guerra no norte da Europa. E isso, por motivos políticos como comerciais, o ministros britânicos queria ansiosamente evitar.", p. 354.

¹⁴⁷ Idem.

o envio de 20 mil homens para conter o avanço francês no Reno, e assim levar uma França "triunfante" a celebrar um acordo com a Áustria "mais prontamente do que teria feito sob outras circunstâncias"¹⁴⁸. Como observa Bain: "Pela primeira vez um exército russo era visto na Europa Central, e os estadistas da França e da Inglaterra ficaram profundamente impressionados com a visão daqueles 'bárbaros bem disciplinados'"¹⁴⁹. Ademais, apesar dos escassos ganhos territoriais que a Rússia assegurara em seu conflito com o Império Otomano, ela saía vitoriosa pela primeira vez de um confronto direto com seus tradicionais inimigos. Para Robert Bain, o êxito russo nas "estepes" se traduzira em um aumento significativo de seu prestígio diplomático na Europa, e levava o embaixador russo em Constantinopla a "competir com seu colega francês em igualdade de condições"¹⁵⁰. Em 1738, segundo Bain, veríamos a "crescente impaciência" de Rondeau em conseguir uma aliança política com a Rússia. Era a Inglaterra que "oferecia a sua amizade com uma insistência quase constrangedora"¹⁵¹.

O gatilho para a proposta inicial dessa aliança, que marca mais uma etapa da progressiva "aparição" da Rússia na Europa, no esquema de Riazanov, foi a descoberta britânica de que a França e a Suécia haviam concluído um tratado em 1738 que envolvia o pagamento de subsídios à Suécia, provavelmente destinados à reconstrução de sua frota no Báltico. Para a Inglaterra, era *preferível manter a ascendência da Rússia* do que ver concretizar-se a hipótese de que uma Suécia cliente da França recuperasse sua preponderância no Báltico. Partia da Inglaterra, portanto, a proposta inicial de uma limitada aliança política, após a conclusão do tratado comercial a que Marx se refere ao apresentar a correspondência de Rondeau. A proposta inglesa previa o envio de tropas russas em assistência à Inglaterra, enquanto Londres se comprometia a assistir a Rússia com o envio de navios. Segundo Riazanov, é precisamente nesse momento que as instruções inglesas enviadas a São Petersburgo começam a falar de uma *comunhão "natural" dos interesses ingleses e russos* – tão

¹⁴⁸ Robert Nisbet Bain. *The Daughter of Peter the Great*, p. 12.

¹⁴⁹ *idem*.

¹⁵⁰ *ibid*, p. 13.

¹⁵¹ *ibid*.

mais natural, portanto, quanto mais concreta a ameaça de aprofundamento da influência francesa na Suécia¹⁵².

O compromisso, no entanto, não alcançava os domínios coloniais da Inglaterra, assim como também não se aplicava em caso de ataque sofrido pela Rússia de seus inimigos tradicionais: poloneses, otomanos, ou tártaros¹⁵³. O tratado só fora concluído em 1742, após a Guerra de Sucessão Austríaca, e durante sua negociação a Rússia ainda buscou obter da Inglaterra a sua aplicação em caso de um ataque do Império Otomano (a “cláusula turca”) – o seu verdadeiro calcanhar de Aquiles estratégico. Para Riazanov, se a Grande Guerra do Norte marcara o surgimento da Rússia como *potência Báltica*, a guerra pelo trono austríaco marcaria sua primeira “aparição” como “fiel da balança” de poder *européia*, já que seu apoio à Áustria era visto como fator decisivo, e atraía para São Petersburgo todos os olhares e expectativas das cortes ocidentais.

O reinado de Catarina II, a partir de 1762, constitui para Riazanov a nova etapa da ascensão da Rússia como “árbitro da Europa”, mas de uma Europa dividida, em que o crescente isolamento político da Inglaterra a levava novamente a recorrer ao – agora – “aliado natural”. Ao crescente isolamento britânico corresponderia a crescente “frieza” de Catarina II aos apelos da Inglaterra por uma aliança, já no contexto da guerra de independência dos Estados Unidos, em que se insere a correspondência de James Harris. As limitações da aliança anglo-russa de 1742, que não abarcava os domínios coloniais ingleses, por conseguinte, acabariam por se fazer sentir de forma mais aguda para a Inglaterra do que para a Rússia.

Uma das críticas mais diretas que Riazanov dirige a Marx refere-se precisamente ao julgamento de Marx sobre Harris. Riazanov argumenta que toda a “vil bajulação” de Catarina II que Marx acusa em Harris e Macartney, embaixadores britânicos em São Petersburgo em 1765 e 1782,

¹⁵² D'Arcy Collyer também situa nesse momento o nascimento da percepção, na Inglaterra, de que uma aliança com a Rússia para conter a influência francesa “no norte” se afigurava como inevitável. Seu trabalho mostra o esforço inglês em destruir a influência francesa em São Petersburgo, que envolvera a decifração e o “vazamento” da correspondência do enviado francês à Rússia. Cf. “Notes on the Diplomatic Correspondence between England and Russia in the First Half of the Eighteenth Century”, in: *Transactions of the Royal Historical Society, New Series*, Vol. 14 (1900), pp. 143-174.

¹⁵³ Lodge, op. cit. p. 359.

se devia ao fato de que os enviados britânicos sabiam bem que sua correspondência era aberta e lida ainda na Rússia, e só seguia para Londres depois de copiada e arquivada por agentes russos¹⁵⁴. Os embaixadores britânicos, para Riazanov, estavam longe de serem ingênuos adoradores de Catarina II, o que se poderia depreender das descrições "implacáveis" que deixaram da corte de São Petersburgo – particularmente Harris.

Após a recusa da ilha de Minorca por Catarina, que havia conjurado a "neutralidade armada" em 1780, e mesmo com a aceitação pela Inglaterra da "cláusula turca" – que consagrava a prioridade da relação com a Rússia sobre os interesses ingleses no Império Otomano –, a Rússia seguia impondo dificuldades a uma aliança. A Inglaterra reagiria finalmente a essas dificuldades concluindo uma aliança com a Prússia, em 1784. Riazanov vê nessa aliança "a revolta formal dos dois escravos contra seu Senhor"¹⁵⁵, buscando evidenciar a que ponto chegara a capacidade russa de exercer o papel de árbitro da Europa. Riazanov nota que nem mesmo em 1791, auge da hostilidade anglo-russa motivada pela colisão de seus interesses no Império Otomano, a Inglaterra conseguira declarar guerra à Rússia. A "amizade" anglo-russa era aquela mesma que já vinha se manifestando nos despachos ingleses da década de 1740, mas seu sentido mudara. Com a revolução industrial, a importância do mercado russo para a Inglaterra adquirira centralidade ainda maior, inclusive para o escoamento da produção industrial inglesa. Era outra, por conseguinte, como argumenta Riazanov, a "base material" da amizade que Peel, já em 1840, adjetivaria de "eterna"¹⁵⁶.

É também para estabelecer o sentido da análise de Marx em outras bases que Riazanov reintroduz, em sua reconstrução das relações anglo-russas, algumas coordenadas fundamentais do sistema europeu que Marx pareceu deixar de lado: 1) a relativa "europeização" de Moscou já no século XVII sob influência do comércio inglês e holandês, em contexto de competição colonial; 2) a importância crescente dos insumos navais que a Inglaterra obtinha em seu comércio báltico; e,

¹⁵⁴ Riazanov, op. cit. p. 134.

¹⁵⁵ idem, p. 136.

¹⁵⁶ ibid. p. 137.

sobretudo, 3) o antagonismo fundamental entre a Inglaterra e a França, que levava os políticos ingleses a cederem aos interesses *hanoverianos* de George I, e funcionava como a real força que levaria a Inglaterra, nas palavras de Marx a "gravitar cada vez mais em direção à Rússia". Riazanov não sugere que Marx ignorasse essas coordenadas, mas procura ao mesmo tempo reintroduzi-las na análise dos momentos fundamentais que Marx mesmo privilegiara nas *Revelações*. Procura mostrar que a ascensão da Rússia czarista na Europa resultara, ao cabo, do "capitalismo" inglês e holandês¹⁵⁷, e se consolidara sobre a base de reciprocidades econômicas e políticas que passam a convergir cada vez mais com a revolução industrial.

Podemos reter, por conseguinte, os principais "ajustes" que Riazanov procura operar na análise de Marx, bem como os pontos em que a sua substância se conforma com a estrutura que Marx procura dar à narrativa das relações anglo-russas. Riazanov vê a ascensão da Rússia como produto, essencialmente, das necessidades comerciais e políticas do desenvolvimento das "potências marítimas". Esse parece ser o principal sentido de seu "recuo" até o século XVI. Nesse sentido, embora reconheça a pertinência dos marcos temporais estabelecidos por Marx, ele os expande, o que altera o seu significado e a sua interpretação. Em relação ao século XVIII propriamente, situa em 1740 a inflexão principal nas relações anglo-russas, o ponto em que o aspecto político dessa relação passa a ser relevante para os dois países. Não por acaso, é aí também que Riazanov situa o nascimento do discurso *whig* de que as relações com a Rússia corresponderiam a laços "formados pela natureza". Em certo sentido, Riazanov faz com que o material trabalhado "cientificamente" por Marx passe a ilustrar a sua tese sobre os sucessivos estágios de "aparecimento" da Rússia no sistema europeu, como subproduto do desenvolvimento inglês. Quanto mais se aproxima, assim, do século XIX, mais os seus marcos temporais passam a coincidir com os de Marx.

Benoît Hepner investe em outro veio. Para o tradutor francês das *Revelações*, o que chama a

¹⁵⁷ Riazanov parece referir-se, por "capitalismo", especificamente às relações comerciais típicas do século XVII.

atenção na análise de Marx seria sobretudo o caráter *pouco científico* do tratamento dado ao conjunto documental. Ele estranha a dimensão de "julgamento" que essa historiografia de Marx assume, denuncia o seu "moralismo", em contraste com as concepções do materialismo histórico. Estranha também que Marx parecesse desconhecer a natureza da "política das potências" ou os "elementos atmosféricos" da correspondência diplomática. Da mesma forma, considera que a coincidência entre os planos de uma aliança nórdica dos diplomatas russos e ingleses contra os Bourbon mostraria a crescente convergência dos interesses políticos anglo-russos na segunda metade do século XVIII, e não a celebrada astúcia da diplomacia russa. Sobre James Harris, Hepner recorda que seus talentos seriam ainda elogiados por ninguém menos do que Talleyrand, e que o Governo inglês oferecera Minorca à Rússia quando o seu valor estratégico no Mediterrâneo era consideravelmente reduzido¹⁵⁸.

A historiografia mais recente, especialmente aquela mais afeita às considerações sistêmicas, converge de um modo geral com os marcos sugeridos pela análise de Riazanov. H. M. Scott, nesse sentido, enfatiza que o "ingresso" da Rússia no "sistema internacional" foi um processo tardio e marcado por idas e vindas. Scott mostra que, após a Guerra dos Sete Anos, a Rússia passaria a ser tratada cada vez mais como um "igual" entre os membros da "família" de Estados que determinavam o destino da Europa¹⁵⁹, mas mesmo assim de maneira "incompleta". Esse tratamento mesmo traduzia as reciprocidades políticas subjacentes à "dominação coletiva" que caracterizava o sistema internacional do dezoito.

Não por acaso, o reino de Catarina II foi intensamente marcado pela *atualização de protocolos e procedimentos diplomáticos* em relação à prática europeia – signos, como se sabe, das *valorações hierárquicas entre os países*. Ao exigir que se utilizasse o francês como idioma das audiências em que recebia as credenciais dos enviados estrangeiros, Catarina buscava marcar a filiação de pleno direito da Rússia ao sistema europeu. Nas relações com a Inglaterra, a igualdade

¹⁵⁸ idem, p. 56.

¹⁵⁹ Cf. Scott, op. cit. p. 158.

de tratamento tão longamente perseguida consistia sobretudo na aceitação da “cláusula turca”. Scott assinala que, sob esse aspecto, a Inglaterra em particular parecia relutar em conceder à Rússia um tratamento de igual para igual, o que levou às arrastadas negociações no curso das quais, assinale-se, a oferta de Minorca anteceder a concordância com a defesa mútua no caso de um conflito da Rússia com o Império Otomano.

Os ganhos militares e territoriais da Rússia entre 1772-75 levariam a Czarina a contemplar o “projeto grego”: a expulsão dos “turcos” da Europa e a recriação do Império Romano do Oriente sob o reinado de seu neto, a quem dera o nome de Constantino. Além de consolidar as posições que alcançara na Guerra dos Sete Anos, a Rússia que emerge em 1775 como potência no Mar Negro e exige um preço cada vez mais alto da Inglaterra em troca de uma aliança, contemplaria a expansão ao sul, e atrairia cada vez mais para a sua órbita a Áustria, convertendo-se, portanto, no verdadeiro centro de gravidade de uma “aliança do norte”. A expansão do exército russo desde 1768 permitiria a Catarina II guarnecer, em 1790, toda a sua fronteira do Báltico ao Mar Negro, concentrando a maioria de suas tropas nos pontos mais próximos à Europa central, onde poderia intervir com maior rapidez. Como nota Scott, completado o período de emergência das “potências do leste”, a Rússia parecia destinada a ocupar, entre elas, uma posição de preponderância muito mais duradoura.

Em relação ao antagonismo com a França como principal coordenada para a política externa *whig*, Jeremy Black sublinha o quanto o próprio desenvolvimento dos dois países como potências comerciais, marítimas, coloniais e “industriais”, em certo sentido, as colocava em uma rota natural de competição e colisão na Europa, no Mediterrâneo e no Atlântico¹⁶⁰. Nesse contexto, a percepção de que Inglaterra e França seriam inimigos “naturais” parece em sintonia com a de que os laços entre a Inglaterra e a Rússia seriam “formados pela natureza”¹⁶¹.

Além da tradicional influência da França na Polônia, Suécia e Império Otomano, Black chama a atenção para fatores como a relativa deficiência da Inglaterra como potência militar em

¹⁶⁰ *Natural and Necessary Enemies: Anglo-French relations in the Eighteenth Century*, p. 210.

¹⁶¹ Cf. Black, *Debating Foreign Policy in Eighteenth-Century Britain*, p. 119.

relação a tropas terrestres¹⁶². O poder marítimo britânico não se traduzia em meios eficientes de garantir resultados políticos no continente. Essas características da posição estratégica da Inglaterra desde o começo do século XVIII, que Black associa, por exemplo, à sua neutralidade na Guerra de Sucessão da Polônia, tem grande relevância para o valor percebido da Inglaterra como um aliado no sistema internacional, assim como para as suas próprias “escolhas” de alianças no continente. A importância, para a Inglaterra, de poder contar com tropas russas fez-se sentir de forma bastante concreta na guerra de sucessão austríaca, em 1747, quando Inglaterra e Rússia já eram aliados – embora fossem estar em coalizões opostas alguns anos mais tarde. Contra o pano de fundo da crescente “independência” da Prússia em relação à assistência de outras potências, Black assinala que a aliança da Inglaterra com a Rússia se tornaria um “acessório-chave” do “intervencionismo” inglês na Europa desde os anos de 1740 até as guerras da Segunda e Terceira Coalizões contra Napoleão em 1799 e 1805-07¹⁶³.

Aqui vemos talvez o ponto de maior convergência – ou ao menos de maior compatibilidade – entre a historiografia mais recente do sistema europeu do século dezoito e as hipóteses de Marx, em relação à formação, já em meados do século XVIII, das bases da “dupla escravidão” anglo-russa que aprisionaria a revolução na Europa no século XIX. Afinal, já em meados do século XVIII vemos ensaios de um intervencionismo conjunto dos dois países no centro da Europa. Mas o sentido desses ensaios depende centralmente da rivalidade anglo-francesa como dado básico, e não deixa de consignar o sentido “acessório” que as tropas russas tinham para a Inglaterra. Ou seja, a intuição de Marx sobre a formação da aliança entre Inglaterra e Rússia no século XVIII o levou a captar algumas das estruturas e relações fundamentais da formação do sistema internacional do século XIX, mas também a perder de vista os fatores causais mais importantes.

Se na década de 1740 era a força terrestre da Rússia que tinha peso decisivo na definição das alianças, já a partir de 1775, período em que James Harris seria enviado pela Inglaterra a São

¹⁶² idem, p. 118.

¹⁶³ Ibid, p. 145.

Petersburgo, a marinha russa, “razoavelmente poderosa”, como assinala Isabel de Madariaga¹⁶⁴, era vista como uma ajuda fundamental pelos britânicos, especialmente diante das hostilidades com suas colônias norte-americanas, que haviam sido importante fonte de navios mercantes, mercenários e insumos em guerras anteriores contra a França. No contexto da independência norte-americana, diante da perspectiva de guerra com a França e incerteza quanto à postura da Espanha, a Inglaterra precisava manter o fluxo de tropas e insumos para a América do Norte e ao mesmo tempo defender suas possessões nas “Índias Ocidentais” e no Oriente: “o desafio para o poder naval britânico nunca fora maior; e seus recursos eram relativamente menores”. Ainda assim, James Harris receberia, já em suas primeiras instruções ao chegar à Rússia, a orientação de não aceitar a “cláusula turca” em uma nova aliança entre Londres e São Petersburgo¹⁶⁵. Em carta de 7/4/1778, Harris receberia do Conde de Suffolk, Secretário de Estado para o Departamento Norte no gabinete de Lord North, a instrução de “obter uma frota russa o quanto antes”¹⁶⁶, que pudesse agir em conjunto com a marinha britânica na Europa contra a França e a Espanha na eventualidade de um conflito entre a Inglaterra e os dois ramos da casa dos Bourbon.

Ora, a Inglaterra desejava o apoio naval russo na Europa e no Mediterrâneo, portanto, onde a marinha russa já havia dado demonstração de força a combater a frota otomana em 1770. Apesar de todas as impropriedades de julgamento que os críticos mais atilados apontam na análise de Marx, e de sua irrefreada ambição interpretativa, não faltam elementos conjunturais que justificam alguns de seus juízos, como o de que a Inglaterra, em 1780, e mesmo antes, se esforçara para fazer da Rússia uma “potência mediterrânea”. Além de gestos como a oferta de Minorca, Marx teria encontrado, na documentação diplomática da época, material abundante para a redação de suas peças de acusação. Isabel de Madariaga menciona, por exemplo, um despacho de Stormont – o sucessor de Suffolk – ao mesmo James Harris em 9/5/1780. Ao mesmo tempo em que Catarina II finalizava a articulação

¹⁶⁴ *Britain, Russia, and the Armed Neutrality of 1780*, p. 21.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 22.

¹⁶⁶ *apud* Madariaga, *idem*, p. 30.

da “Liga da neutralidade”, Stormont e Harris debatiam o plano que antecederia a oferta de Minorca. Tratava-se de propor que a Rússia atacasse outra ilha mediterrânea, Maiorca, território espanhol, com assistência inglesa. Stormont assinalava o interesse inglês de que a Rússia obtivesse uma presença no mediterrâneo, e avaliava que a Czarina teria todas as razões para aceitar a oferta. Em suas palavras: “Pedro o Grande teria imediatamente agarrado a ideia”¹⁶⁷.

Quando finalmente a oferta de Minorca tomou forma, nas conversas entre Harris e Potemkin, o ministro russo procurou assegurar seu interlocutor britânico de que a cessão de Minorca levaria a Rússia não apenas à aliança com a Inglaterra contra a França – mesmo sem a “cláusula turca” – mas a uma aliança “mais firme e duradoura”¹⁶⁸. Como se sabe, o realismo de Catarina II e seu apego à “neutralidade armada” prevaleceram sobre os desígnios mais audaciosos de Potemkin¹⁶⁹. A czarina parecia afinal mais honrada pelo exercício do papel de “árbitro da Europa” do que seduzida pela (incerta) perspectiva de tornar-se uma “potência mediterrânea”.

Para James Harris, em uma de suas entrevistas com Potemkin após a recusa da oferta pela Rússia, Catarina havia, com aquele gesto, reduzido-se a “uma mulher comum”¹⁷⁰. Marx teria encontrado no conjunto da correspondência de Harris, portanto, não apenas a detalhada gênese da oferta de Minorca, como também *a clareza que tinham os ministros ingleses sobre as suas implicações para a Rússia*, a ponto de evocarem o fantasma visionário de Pedro o Grande e, em certo sentido, lamentar a pequenez de Catarina...

É ainda mais impressionante que Marx não mencione o acontecimento que um historiador moderno chamou de “um dos eventos históricos mais espetaculares do século dezoito”¹⁷¹: a transferência de uma parte considerável da marinha russa do Báltico para o Mediterrâneo em 1770,

¹⁶⁷ Idem. p. 240.

¹⁶⁸ Ibid, p. 242.

¹⁶⁹ A conquista de Minorca inseria-se, para Potemkin, na lógica mais ampla do “projeto grego”, embora seu valor estratégico mais imediato para a Rússia estivesse diretamente relacionado à capacidade de projetar poder no Mediterrâneo contra o Império Otomano.

¹⁷⁰ Madariaga, op. cit. p. 299.

¹⁷¹ M. S. Anderson, “Great Britain and the Russian Fleet, 1769-70”, in: *The Slavonic and East European Review*, Vol. 31, No. 76 (Dec., 1952), pp. 148-163.

contornando toda a Europa ocidental, e dando ao mundo novamente uma demonstração de poder ao aniquilar a frota otomana em Chesma. Para M. S. Anderson, a travessia só fora possível com a ajuda inglesa – ajuda essa que já havia sido decisiva para a modernização da marinha russa no reinado de Catarina II desde 1762. Anderson cita as palavras de Lord Cathcart, embaixador britânico na Rússia em 1768: suas instruções eram a de considerar, mesmo antes da obtenção de uma aliança, a união da Inglaterra com a Rússia como “indissolúvel”. Em 1769, era o prestigioso *The Annual Register* (editado por Edmond Burke entre 1758 e 1765) que defendia a aliança com a Rússia, ortodoxa, como única forma de “equilibrar a escala protestante” contra o crescente peso da França, Espanha e Áustria, a que poderiam vir a somar-se Portugal e Suécia. Como se vê, sequer a identificação entre a igreja ortodoxa e os interesses do protestantismo deixou de fazer parte dos temas discutidos à luz do dia nas relações anglo-russas.

M. S. Anderson mostra que, nos cálculos britânicos, a conversão da Rússia em potência marítima tenderia a colocá-la cada vez mais em posição de dependência em relação à Inglaterra, a ponto de antecipar que os eventuais ganhos da Rússia contra o Império Otomano poderiam vir a ser benéficos para a Inglaterra, já que o seu comércio com a Rússia – inclusive os indispensáveis insumos navais – era então muito mais relevante de que seu comércio direto com “os turcos”. No final do século dezoito, como mostra M. S. Anderson, os ingleses enviavam em média 27 navios por ano ao Império Otomano, em comparação com uma média de 600 a 700 embarcações comerciais com destino à Rússia. No caso da travessia de 1770, a Inglaterra, apesar da neutralidade do conflito russo-otomano que começara em 1768, acolhera os navios russos em seus portos, particularmente em Minorca¹⁷². Navios que haviam sido construídos ou modernizados com a tecnologia britânica, e que muitas vezes eram comandados por oficiais britânicos, e operados por marinheiros britânicos¹⁷³.

Há ainda outros numerosos exemplos de como, ao longo do século XVIII, a cooperação com

¹⁷² Idem, p. 151.

¹⁷³ Ibid. p. 160.

a Rússia foi vista e defendida como vantajosa para os interesses centrais da Inglaterra em relação à França. São fatos que poderiam ter sido utilizados por Marx para reforçar todas as suas acusações contra os políticos ingleses. Fica claro, portanto, que muito mais do que a matéria factual, é nos recortes interpretativos que a lógica das *Revelações* se revela: o apagamento da França no contexto do sistema internacional europeu, a absolutização de alguns dos “elementos atmosféricos” da correspondência diplomática, o silêncio sobre o quanto os prós e contras do crescimento do poder russo foram abertamente discutidos pelos políticos ingleses, e a possibilidade de que a Rússia tenha, ao contrário do que sugere Marx, sido em algum sentido instrumentalizada pela Inglaterra.

Nessa mesma linha, é também notável que Marx não se tenha debruçado de maneira mais crítica na compreensão dos vínculos econômicos entre a Inglaterra e a Rússia. De um lado, ele está correto em apontar a contradição entre a manutenção de um comércio deficitário e a prevalência do conceito de balança de comércio no pensamento e na política econômica inglesa do século XVIII. O próprio Claudius Rondeau, protagonista do primeiro “episódio” das *Revelações*, dá razão a Marx. Segundo Riazanov, o enviado inglês tinha como prioridade em 1730 *eleva o volume das exportações para a Rússia*, sobretudo de têxteis¹⁷⁴. Riazanov parece sugerir que Marx não estimou adequadamente a tessitura dessas relações ou o verdadeiro peso das matérias-primas russas para a indústria naval inglesa. Novamente, o principal equívoco de Marx a esse respeito não parece estar no peso atribuído a essa dependência (o fato em si), mas antes o julgamento de que o comércio dessas matérias-primas estratégicas estaria mais seguro com a Suécia do que com a Rússia. Uma vez mais, Marx parece não considerar que a ameaça da influência francesa na Suécia não se dissiparia, nos cálculos ingleses, durante quase todo o século XVIII, o que teria consequências políticas e econômicas duradouras.

O que de certo modo pareceu escapar tanto a Marx como a Riazanov é o funcionamento real, por assim dizer, da balança comercial da Inglaterra com a Rússia e a Suécia. Esse funcionamento

¹⁷⁴ Riazanov, op. cit. p. 129.

ficaria bastante claro com a crescente importância do ferro russo e sueco para a manufatura inglesa e com a crescente participação do ferro russo no mercado inglês a partir, precisamente, de 1730, suplantando progressivamente a participação do minério sueco¹⁷⁵. Riazanov nota a crescente importância da Rússia como mercado para as manufaturas inglesas, mas não enfatiza na mesma medida a crescente importância de algumas de suas matérias-primas para a revolução industrial. Herbert Kaplan considera que as exportações russas de ferro para a Inglaterra foram *a maior contribuição da Rússia para a revolução industrial*, e associa a sua maior penetração no mercado inglês às freqüentes rupturas políticas entre a Inglaterra e a Suécia, bem como à crise sueca após a Guerra dos Sete Anos, mesmo período que viu um marcado aumento nas importações inglesas da Rússia e um crescimento do comércio internacional inglês superior ao da própria economia inglesa¹⁷⁶.

Em outras palavras, para a historiografia econômica mais recente das relações anglo-russas no século XVIII, havia “um relacionamento econômico simbiótico entre a Grã-Bretanha e a Rússia na segunda metade do século XVIII; e as contribuições de de um país para o desenvolvimento do outro já não podem ser ignoradas”¹⁷⁷. A ausência de mercados alternativos para o fornecimento das matérias-primas dava à Rússia uma posição absolutamente crucial quando a Inglaterra estava em guerra contra suas colônias norte-americanas e contra França, Espanha e Holanda. Dessa perspectiva, a centralidade da Rússia para a ascensão econômica da Inglaterra no século XVIII parece ainda mais justificada do que a ajuda inglesa à conversão da Rússia em uma potência báltica.

Essa íntima conexão continuaria até o início do século XIX, a partir de quando a Inglaterra alcançaria acesso a mercados alternativos¹⁷⁸, concentrando um terço de todo o comércio mundial.

¹⁷⁵ Cf. Chris Evans, Owen Jackson, Göran Rydén, "Baltic Iron and the British Iron Industry in the Eighteenth Century" in: *The Economic History Review*, New Series, Vol. 55, No. 4 (Nov., 2002), pp. 642-665. Como comentam os autores, "The iron trade was one of the great engines of the Atlantic economy, bringing semi-processed materials from the Baltic and disgorging manufactured metalwares into the Atlantic basin" (p. 663). Visto por esse prisma, o déficit comercial inglês ganha outro significado, se considerarmos o funcionamento global de seu comércio.

¹⁷⁶ Herbert Kaplan, *Russian Overseas Commerce With Great Britain: During the Reign of Catherine II*. Filadélfia: America Philosophical Society, 1995.

¹⁷⁷ Idem, p. 268.

¹⁷⁸ Ibid. p. 272.

Não há dúvida de que, procurando mostrar como os políticos ingleses teriam favorecido a ascensão russa na Europa, Marx tocara a superfície dessa relação que, em sua estrutura mais profunda, talvez explique melhor como a Rússia contribuíra, afinal, para ascensão decisiva do “déspota do mercado mundial”.

As insuficiências apontadas pelos intérpretes das *Revelações* nos permitem ver o funcionamento dos recortes feitos por Marx. Não lhe interessam, por exemplo, as relações anglo-russas nos séculos XVI e XVII, as dificuldades coloniais, o peso da França. Esses recortes e essas recusas são a teorização negativa em andamento: o que ela busca estabelecer são analogias, e não relações de causalidade. Muito da surpresa, da incompreensão e do incômodo com os erros de julgamento de Marx, com o seu “moralismo”, ou com a ausência de referências “às forças e fatores econômicos e sociais”¹⁷⁹, advém justamente dessa expectativa de encontrar causalidade ali onde a exigência teórica, ativada pela necessidade política, é outra: a de extrair as novas categorias para compreender e denunciar as potencialidades contra-revolucionárias inscritas no sistema internacional.

Essa exigência teórica se manifesta, como vimos, também no nível da *escrita* da teorização negativa. Afinal, Marx estabelece com os textos dos personagens setecentistas de seu drama diplomático uma “intimidade” análoga àquela que de certo modo é possível ver no tratamento dos textos dos economistas burgueses nas *teorias da mais-valia*. Na obstinação de acompanhar o andamento interno dos discursos dos atores políticos – assim como dos economistas burgueses – Marx acaba elevando a própria linguagem política e diplomática, com seus “elementos atmosféricos”, a uma dignidade quase conceitual.

Essa metodologia de recortes e essa imanência em relação à linguagem política não significam que os critérios da teorização negativa sejam arbitrários. As relações anglo-russas dos séculos XVI e XVII, por exemplo, são deixadas de lado porque estão fora da delimitação essencial

¹⁷⁹ Miklós Molnár, op. cit., p. 114.

do verdadeiro objeto: as relações entre a Inglaterra e a Rússia *moderna*, e não a Rússia do “Grão-Ducado de Moscou”. Vê-se, por conseguinte, que Marx atribui um sentido muito específico àquilo que chama de “Rússia, no sentido moderno da palavra”¹⁸⁰: uma ruptura fundamental, que orienta todas as outras. O significado do indiciamento que move contra os políticos ingleses não está completo sem termos em conta o alcance do que a Rússia representa para Marx. É à luz desse *princípio político*, enunciado na literatura dos panfletos do século XVIII, que Marx julgará as ações individuais de seus acusados.

No contexto da emergência das potências do leste, a ascensão russa estaria destinada a produzir entre elas um poder mais sobranceiro que os outros: nas palavras de Perry Anderson, o absolutismo ao mesmo tempo mais atrasado e mais duradouro da Europa¹⁸¹. Marx parece dizer: a própria encarnação do *princípio dinâmico* da contra-história.

5 - A Rússia moderna como princípio político

A Rússia “moderna” representa para Marx um princípio político, uma categoria, que surge às rupturas, *contra* a sua natureza, e não apenas um país integrante de um sistema de nações. Esse é o assunto dos dois últimos capítulos das *Revelações*, de que passaremos a tratar. De saída, cabe assinalar que a voltagem estilística do texto de Marx é aqui mais muito mais intensa. Algumas das linhas do quarto capítulo das *Relevações* estão provavelmente entre as que com maior precisão expressam as conseqüências e impasses culturais e políticos associados à percepção da Rússia na Europa, particularmente entre a esquerda e os democratas europeus do século XIX. Elas condensam com aquela notável capacidade expressiva da melhor prosa de Marx, séculos de estranhamento, procura mútua, incursões e relatos de aventuras. Marx tinha plena consciência das relações entre a

¹⁸⁰ MECW, 20. p. 311.

¹⁸¹ *Lineages*, p. 328.

realidade e as representações nesse campo. A sua caracterização do que representava a Rússia para o pensamento europeu no século XIX merece ser reproduzida:

A irresistível influência da Rússia tomou a Europa de surpresa em várias épocas, assombrou os povos do Ocidente, e foi aceita como uma fatalidade, ou resistida apenas por convulsões. Mas junto com a fascinação exercida pela Rússia, acompanha-lhe um ceticismo sempre redivivo, farejando-a como uma sombra, crescendo com o seu crescimento, misturando estridentes notas de ironia aos gritos de povos agonizantes, e caçoando de sua grandeza mesma como uma atitude histriônica que usa para deslumbrar e enganar. Outros impérios enfrentaram dúvidas parecidas em sua infância; a Rússia tornou-se um colosso sem jamais sepultá-las. Ela oferece o único exemplo na história de um imenso império cujo poder, mesmo após conquistas mundiais, nunca deixou de ser tratado como uma questão de fé mais do que uma questão de fato. Do começo do século XVIII aos nossos dias, nenhum autor considerou possível, seja para exaltar ou contrarrestar a Rússia, dispensar a tarefa de, em primeiro lugar, provar a sua existência.¹⁸²

Marx nos diz assim que entramos no terreno da *compreensão*, mais do que no do *julgamento*, já que lhe interessa o fenômeno em sua progressão, colocado em evidência pela comparação com "outros impérios": o fenômeno da inseparabilidade entre a grandeza russa e a sua sombra, de um grande império que, ao contrário de outros, e por mais que se tenha firmado por meio de conquistas verdadeiramente imperiais, ainda não conseguira provar a sua existência. Marx nos dá a entender que a compreensão do poder russo é e certo modo inseparável dessa sua característica essencial: o mistério, a incompreensão, o estranhamento, mesmo depois da sua afirmação militar e territorial. A atitude de fascínio e ceticismo que Marx descreve, embora busque caracterizar as atitudes europeias em relação à Rússia desde o Iluminismo, parece estar mais tipicamente relacionada à “russofobia” que tomou conta da Europa após as intervenções da Rússia contra as revoluções de 1830, particularmente a supressão do levante de Varsóvia, na Polônia. Segundo Oscar Hammen, o medo de uma invasão dos “bárbaros do norte” depois de 1830 transformou-se em uma obsessão europeia, e produziu uma leva importante de relatos de viagem, alguns dos quais punham em questão a “ameaça russa”, e uma literatura especializada na concepção

¹⁸² MECW, 15, p. 74.

de estratégias político-diplomáticas para conter a grande “avalanche” bárbara que ameaçava a civilização europeia. O tema da incapacidade de uma articulação diplomática dos países constitucionais que pudesse fazer frente à Santa Aliança e resistir ao avanço russo era, àquela altura, um lugar comum¹⁸³.

A observação de Marx sobre um poder que, ao se afirmar, o faz essencialmente como uma questão a ser resolvida, como uma dúvida, um grande debate continental, é típica da perspicácia com que captava a fisionomia característica das questões políticas e culturais do seu tempo. Para ele, em todo caso, a questão central não era tanto escolher entre as respostas “espiritualistas” ou “materialistas”, entre conceber a Rússia como algo “palpável” ou apenas a “visão das consciências culpadas dos povos europeus”¹⁸⁴. O fundamental seria compreender como esse poder – “ou esse fantasma de um poder”¹⁸⁵ – adquiriu uma dimensão tal, capaz de provocar a divisão entre a “afirmação apaixonada” e a “negação raivosa” de uma “ameaça ao mundo como um ensaio de Monarquia Universal”¹⁸⁶. Marx recorda que, no começo do XVIII, a Rússia era vista na Europa como uma “criação cogumelar improvisada pelo gênio de Pedro o Grande”, e comenta como os escritores do século XIX se surpreenderam com a “descoberta” de um passado russo, particularmente que os Ruriks do século IX poderiam ter tido influência comparável sobre a Europa

¹⁸³ “Free Europe versus Russia, 1830-1854”, Oscar J. Hammen. *American Slavic and East European Review*, Vol. 11, No. 1 (Feb., 1952), pp. 27-41

¹⁸⁴ MECW, 15, p. 74.

¹⁸⁵ *idem*.

¹⁸⁶ *ibid*. O fantasma da “Monarquia Universal”, herdado do século XVI, assombrava a “república” da Europa que emergia com a paz de Westfália. Como assinala Daniel H. Deudney, é a imagem que capturava a ameaça de alguma predominância que viesse a desequilibrar a “balança de poder” européia (cf. Bouding Power, p.140). A consolidação do poder dos Habsburgos e dos Bourbonos chegou a dar nova vida à idéia, em chave mais sofisticada, mas ainda remetendo ao modelo que reivindicava em Dante uma de suas origens intelectuais e no Império Romano sua inspiração política. Em certo sentido, é o fantasma de Dante que assombrava Montesquieu, para quem a Europa, no começo do século XVIII, era uma nação de muitas nações, uma república secular cujo funcionamento remeteria menos ao cosmos hierárquico católico do que ao equilíbrio da cosmologia newtoniana (Cf. “Réflexions sur la Monarchie Universelle en Europe”, *Deux Opuscules de Montesquieu*. Paris: J. Rouam & C, Libraires-Éditeurs, 1891). No século XIX, a Rússia passou à condição de candidata plausível a levar adiante a tarefa, embora as condições que levavam Montesquieu um século antes a descartar a possibilidade estivessem ainda mais consolidadas e maduras. Francis Newman, em um livro lido e anotado por Marx (conforme assentam os manuscritos do IISG), assim se referia ao tema: “Alguns têm sugerido que a Rússia, por meio de seus vastos recursos asiáticos, se provaria um dia a Macedônia da Europa; mas o período em que isso teria sido fisicamente possível parece já tão distante, que antes disso os sentimentos políticos da Europa já terão invadido a Rússia, operando vastas mudanças internas naquele império” (Cf. *Four Lectures on the Contrasts of Ancient and Modern History*. Londres: Taylor and Walton, 1847, p. 30).

de então¹⁸⁷. Para tais escritores, a política da Rússia começaria com os primeiros Ruriks e, com algumas interrupções, prolongar-se-ia até o século XIX. Marx abre então, diante do leitor, um mapa imaginário que mostra uma Rússia em movimento perpétuo de expansão, entre os séculos IX e XI, capaz de ditar sua vontade a Bizâncio, conquistando a Criméia e a Livônia.

Entretanto, por mais tentadores que poderiam ser os paralelos entre essa Rússia gótica, kieviana, e a Rússia moderna, Marx postula uma *total descontinuidade* entre as duas. A política dos Ruriks seria antes "a política dos bárbaros germânicos inundando a Europa", o dilúvio ao final do qual poderia então ter início a "história das nações modernas"¹⁸⁸. O período "gótico" da Rússia seria apenas "um capítulo das conquistas Normandas": o mesmo antecedente que o Império de Carlos Magno teria dado à França, Alemanha e Itália, o dos Ruriks teria legado a Polônia, Lituânia, os "assentamentos bálticos", Turquia e Moscou. A rápida expansão dos séculos IX a XI refletiria não algum "esquema profundamente urdido" – como o da Rússia moderna, bem entendido –, mas sim a própria *natureza* da organização da conquista normanda: "vassalos sem feudos, ou feudos que consistiam apenas em tributos – a necessidade de novas conquistas mantida viva pela chegada ininterrupta de novos aventureiros varegues"¹⁸⁹. A guerra e a conquista dos primeiros Ruriks em nada se distinguia, para Marx, da dos normandos no resto da Europa. Da mesma forma, o mesmo "encanto" que atraía os bárbaros do norte em direção à Roma do Ocidente, teria atraído os Varegues em direção à Roma do Oriente. A mudança da capital (primeiro Novgorod, depois Kiev, e quase na Bulgária) mostraria que os Ruriks consideravam a Rússia apenas como uma estação a partir da qual prosseguir em sua procura de "um império ao sul". Em contraste com a Rússia moderna, que contemplaria a posse de Constantinopla como ponto a partir do qual dominar o mundo, os Ruriks teriam sido forçados a estabelecer o seu domínio definitivo na Rússia pela resistência de Bizâncio.

¹⁸⁷ Marx cita Fallmerayer, que teria seguido "inconscientemente" o caminho aberto pelos próprios historiadores russos. Cf. MECW, 15, p. 75.

¹⁸⁸ Idem, p. 76.

¹⁸⁹ Ibid.

Marx procura demonstrar que a Rússia gótica dos Ruriks permaneceu um fenômeno circunscrito ao que ele vê como a natureza das conquistas dos Varegues. Nem a sua miscigenação com tribos eslavônicas, nem a história do próprio "estado eslavônico" de Novgorod, permitiriam traçar qualquer continuidade entre esse passado gótico e a Rússia moderna. A essa altura, o leitor já intui que o texto se dirige à desmontagem dessa hipótese, cujo valor mitológico fica também subentendido. Marx insurge-se contra a busca de legitimação do império russo moderno na nobreza de seu passado gótico. Comenta que a dissolução do "incongruente" império dos Ruriks, dilacerado por disputas internas, dera origem aos assentamentos lituanos, poloneses, húngaros, livônios e suecos, e mesmo Kiev enveredara por um destino próprio. Os resquícios do fundo gótico desapareceriam por completo com a “terrível aparição de Gengis Khan”, ponto em que também o texto de Marx chega a um clímax conclusivo: “*É o charco sangrento da escravidão Mongol, e não a rude glória da época normanda, que forma o berço da Moscou, e a Rússia moderna é apenas uma metamorfose de Moscou*”¹⁹⁰.

Marx lembra que o "jugo tártaro" na Rússia durou mais de dois séculos, de 1237 a 1462, um jugo que "desonrava e rebaixava a própria alma dos povos sobre os quais se abatia". Associa a selvageria das conquistas mongóis à menor densidade demográfica dos “tártaros” – apenas um regime de sistemático terror seria compatível com a dominação de poucos: de um lado, buscavam ampliar os seus domínios por um "halo de consternação", de outro, diminuindo fisicamente as populações que subjugavam. A estratégia corresponderia, para Marx, "ao mesmo princípio econômico que despovoou as *Highlands* da Escócia e a *Campagna* de Roma: a conversão das populações em rebanho, e de terras férteis e vilas populosas em pasto”¹⁹¹. É fácil intuir as complicações políticas que esse gesto interpretativo de Marx, ao remeter ao período do domínio mongol a "natureza" da Rússia moderna, terá causado para seus editores russos do século XX. Não é à toa que os editores dos MECW incluíram nesse ponto uma nota editorial muito além de

¹⁹⁰ Ibid. p. 77

¹⁹¹ Ibid.

informativa, lembrando que “O jugo tártaro-mongol na Rússia terminou em 1480, *como resultado da longa e heróica luta do povo russo*”¹⁹². Para Marx, entretanto, a emancipação russa do jugo mongol, não exatamente heróica, é precisamente o momento que conteria a chave para a compreensão da sua “Rússia, no sentido moderno da palavra”.

Para Marx, a ascensão de Moscou no século XIII, ou a restauração da "dignidade do Grande Principado", era parte da estratégia mongol de fomentar a divisão entre os príncipes russos. Marx recorre à citação de “um historiador moderno” para caracterizar esse período da história russa. O historiador, que Marx não cita nominalmente, é Phillipe-Paul de Ségur, general e historiador francês, ajudante de campo de Napoleão entre 1800 e 1812. Marx recorre à sua *History of Russia and of Peter the Great*, de 1829, cuja conclusão enaltece em tom grandiloquente a figura de Pedro I. Ségur é autor também de um relato da campanha de Napoleão na Rússia em 1812. Seu pai, o Conde Louis-Philippe de Ségur, havia sido embaixador de Luis XVI junto à corte de Catarina II, a partir de 1785. Havendo escapado por pouco da guilhotina, lograra fazer uma frutífera carreira sob Napoleão, inclusive como senador. Suas memórias, que incluem um significativo relato de sua viagem de Paris a São Petersburgo em 1784, foram publicadas apenas em 1824. Nelas ele deixou registrada sua impressão de São Petersburgo, como lugar que realizara a “unidade” entre civilização e barbárie, entre século X e século XVIII, entre Europa e Ásia¹⁹³. Transmitira ao filho, decerto, a visão de que Pedro, o Grande, triunfara sobre a “natureza”, ao aplicar o calor da civilização ao “eterno gelo”. Marx toma de empréstimo a Ségur, o filho¹⁹⁴, a severidade e o vocabulário com que descreve a luta dos príncipes russos pela proeminência junto ao domínio mongol:

“uma luta abjeta, uma luta de escravos, cuja principal arma era a calúnia, e

¹⁹² Ibid, nota 98, p. 644, grifado.

¹⁹³ Cf. Larry Wolff, *Inventing Eastern Europe: the Map of civilization on the Mind of the Enlightenment*, Stanford: Stanford University Press, 1994, p. 22.

¹⁹⁴ Um aspecto a ter em mente é a extensão da influência de Ségur no texto de Marx. O autor, como seu pai, enaltece Pedro I como o fundador da "glória russa", o déspota que, ali onde o despotismo era "necessário", o aplicara na direção da civilização, e fizera mais pela "liberdade" do que os próprios liberais. Mas parece haver uma contribuição decisiva: a sua intenção de traçar uma linha de continuidade na história russa desde o século IX que se conclui naturalmente com Pedro I fornece o material sobre o qual Marx poderá imprimir suas descontinuidades e cortes, e traçar as suas analogias e paralelos políticos.

que estavam sempre prontos a denunciarem uns aos outros a seus cruéis senhores; disputando um trono degradado, do qual não podiam se mover senão com pilhagem, mãos parricidas, cheias de ouro e manchadas de sangue; ao qual não ousavam ascender sem rastejar, e não que podiam manter sem ficarem de joelhos e se prostarem, tremendo sob a cimitarra de um tártaro, sempre pronto a rolar sob seus pés aquelas coroas servis, e as cabeças que as usavam”.¹⁹⁵

Marx talvez aqui reconhecesse que nem mesmo os seus dotes metafóricos conseguiriam traçar um quadro mais expressivo da contradição que constitui o espírito da sua Rússia, enquanto categoria política: uma modalidade de dominação política que se exerce na tensão mesma entre despotismo e escravidão, que Ségur situa na disputa épica entre a "Europa" e a "Ásia"¹⁹⁶. Marx não cita, entretanto, toda a passagem. Essa expressiva caracterização da luta dos nobres russos por uma posição de mando subalterna é o termo de uma comparação em Ségur: ela se contrapõe à luta entre os senhores, entre os próprios tártaros, uma luta de "vencedores e senhores", "cujo árbitro era a espada"¹⁹⁷. Após descrevê-los com tamanha impiedade, o napoleônico historiador pergunta-se: "O que deveriam ser, então, os escravos de tais escravos? e, não obstante a passagem das eras, que profundos traços essas correntes tão pesadas, por tanto tempo suportadas, não terão deixado em seu caminho"¹⁹⁸. Seu argumento tem, em certo sentido, um lógica retrospectiva. O "ramo" dos nobres russos responsável por reerguer a Rússia do domínio tártaro, o ramo moscovita, era o que soubera articular as duas faces daquela modalidade de poder: "Foi, de um lado, a pérfida crueldade de seus primeiros príncipes em relação a seus parentes, e, de outro, o aplicado servilismo em relação aos tártaros, que reergueram o trono russo"¹⁹⁹.

Os Czares Ivan Kalita e Ivan III encarnariam a ascensão de Moscou, segundo Marx, "por

¹⁹⁵ MECW, 5, p. 78.

¹⁹⁶ É interessante constatar como o historiador francês já interpretava a história russa em termos que poderiam evocar o irrefreável efeito cultural da recepção de Hegel na Rússia sobre os próprios pensadores russos (Cf. Ana Siljak, "Between East and West: Hegel and the Origins of the Russian Dilemma", in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 62, No. 2, 2001, pp. 335-358. Como sugere a autora: "De Hegel os russos derivaram sua concepção do mundo como irrevogavelmente dividido entre Oriente e Ocidente, Europa e Ásia").

¹⁹⁷ Ségur, *History of Russia and of Peter the Great*, p. 213.

¹⁹⁸ idem, p. 214.

¹⁹⁹ ibid.

meio do jugo tártaro", e sua independência, "por meio do desaparecimento do domínio tártaro"²⁰⁰. A "história desses dois indivíduos" resumiria toda a história de Moscou. Ivan Kalita teria feito de sua submissão à "Horda Dourada" a sua principal arma contra seus pares e seu povo. Sua adulação do poder tártaro, seu "zelo" pelo interesse do dominador estrangeiro, assumiria a forma da freqüente denúncia contra seus pares, da revelação ao senhor mongol das conspirações que os outros príncipes russos urdiam contra o seu domínio. Outro aspecto de sua estratégia foi o de se tornar, além de "tenente do Khan" (na expressão de Ségur), o seu coletor de impostos, o que lhe garantiria também os meios econômicos de obter os favores e a predileção da Horda. A riqueza que acumulara em nome do domínio tártaro, continua Marx, ele a utilizara para corromper os próprios tártaros. Fora com ela que assegurara também a transferência do Arcebispo Primaz de Vladimir para Moscou, fazendo desta a capital política e religiosa da Rússia.

Para Ségur, Ivan Kalita usava o medo dos tártaros contra os russos, e o dinheiro dos russos contra os tártaros²⁰¹. Para Marx, que segue de perto o esquema de Ségur, como se o comentasse, Kalita compreendera a política tradicional tártara de manter a dissensão entre os príncipes russos, e aproveitara-se dela para consolidar o poder de Moscou: "ele converte o Khan em ferramenta pela qual se livra de seus mais perigosos competidores, e destrói cada obstáculo à sua marcha usurpadora"²⁰². Assegura a sucessão de seu filho pelo mesmo método pelo qual assegurara o predomínio de Moscou contra os príncipes rivais: "aquele estranho compósito de principado e servidão"²⁰³. É em torno dessa contradição política, desentranhada da narrativa de um historiador francês, que Marx circulará obstinadamente. Para ele, o "sistema de Ivan Kalita" poderia ser resumido em poucas palavras: "o Maquiavelismo do escravo usurpador, cuja própria fraqueza – sua escravidão – ela a convertera em mola principal de sua força"²⁰⁴.

O que se segue no texto de Marx é uma longa resenha histórica do reinado de Ivan III,

²⁰⁰ MECW, 15, p. 79.

²⁰¹ *History of Russia and of Peter the Great*, p. 93.

²⁰² MECW, 15, p. 79.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Ibid. p. 80. A referência ao "maquiavelismo" de Ivan I está também em Ségur.

sempre com o objetivo de demonstrar que a sua política fora uma continuação da de Ivan Kalita, ou seja, uma aplicação mais laboriosa e ampliada do mesmo "sistema" determinado pela dualidade principado-servidão, pelo despotismo do escravo. Teria sido na aplicação obstinada desse sistema que Ivan III conseguira, ao final de seu reinado, não apenas ostentar a própria independência de Moscou, mas subjugar Novgorod, casar-se com a filha do último imperador bizantino, e transformar a Lituânia em um apanágio seu. A longa descrição que Marx faz desse processo impressiona não pelo aspecto historiográfico, cujas limitações estão suficientemente estabelecidas nas notas dos editores dos MECW, mas pela insistência de um esquematismo quase obsessivo. A referência aos diversos elementos sociais da Rússia, à relação entre os principados, as “repúblicas”, e as estruturas administrativas da Horda Dourada parecem antes uma dança de elementos abstratos, manipulados como cristalizações estanques, do que elementos sociais vivos, em interação mutualmente constitutiva com outros. A leitura de alguns dos trechos mais expressivos permite acompanhar essa metódica extração de uma normatividade em relação à qual o suporte factual quase se apaga por completo, reduzindo-se à mínima armadura necessária à sustentação de uma categoria política irrefreável em sua marcha:

Ivan resgatou Moscou do jugo tártaro não de um só golpe, mas pelo paciente trabalho de quase vinte anos. Ele não o rompeu, antes desacoplou-se dele discretamente. Sua derrubada, conseqüentemente, parece mais obra da natureza do que da ação dos homens. Quando o monstro tártaro expirou finalmente, Ivan apareceu em seu leito de morte como o médico que prognosticara a especulara sobre a morte, e não o guerreiro que a desferira. O caráter de todo povo se eleva com a emancipação de um jugo estrangeiro, o de Moscou nas mãos de Ivan parece diminuir. Basta comparar-se a Espanha em suas lutas contra os Árabes e Moscou em sua luta contra os tártaros.²⁰⁵

A comparação com a Espanha é mais um daqueles pontos de contato do texto de Marx com a tradição cultural européia, em que essa tradição aparece sob nova luz, ressignificada. Trata-se de uma comparação que acompanha o grande debate russo na Europa. Ela ocorre, por exemplo, em Michelet, para quem o domínio mongol na Rússia, “a tortura de uma inquisição vil e baixa”, não

²⁰⁵ MECW, 15, p. 81.

tinha sequer “a desculpa ao menos de um dogma”, como na Espanha²⁰⁶. Por outro lado, ao se referir à “desacoplagem” da Rússia de Ivan II do domínio mongol, Marx alude às características da dominação tártara sobre os príncipes russos que limita a comparação com o domínio árabe na península ibérica. Afinal, como assinala Geoffrey Hosking, apesar de estar bem assentado na historiografia o profundo efeito político e psicológico do domínio tártaro-mongol na Rússia, o sistema desse domínio preservou – e em alguns casos facilitou – o comércio russo com o Ocidente (via Novgorod e Pskov). Além disso, a Horda Dourada, do ponto de vista econômico, assegurara períodos de estabilidade e, com sua rede de caravanas e entrepostos, conectara a Rússia às economias afluentes da Ásia, particularmente a China. Apesar dos rituais políticos de humilhação a que submetiam os príncipes russos, da extração de impostos e da conscrição eventual das populações russas como forças de reserva, os mongóis preservaram ainda uma considerável margem de autoridade político-administrativa nas mãos daqueles príncipes. Supervisionavam à distância a conduta de seus subordinados, a quem forneciam um valioso apoio em caso de rebeliões sociais. Como assinala Hosking, a posição dos príncipes russos em relação à *veche* (a assembléia popular que ganhara particular proeminência em Novgorod), fortalecera-se durante o “jugo tártaro”. O relaxamento desse sistema, a partir de meados do século XIV, permitindo que os príncipes russos assumissem a tarefa de coleta de impostos e registro da população, significara uma inflexão sem volta, de par com o fortalecimento político da Igreja Ortodoxa, que florescera durante o período mongol.

Mas Marx não parece se interessar pelas condicionantes sociais e políticas dessa “tutela tártara”, nas palavras de Perry Anderson²⁰⁷, e suas implicações para a interpretação da história russa sob Ivan III. Da mesma forma, o reinado de Ivan III como etapa do processo de centralização do absolutismo russo, a criação do sistema de *pomest’e*, que se seguiu à conquista de Novgorod²⁰⁸, e o

²⁰⁶ *Légendes démocratiques du Nord*. Paris: Calmann Lévy, 1877, p. 15.

²⁰⁷ *Lineages*. p. 328.

²⁰⁸ Para Perry Anderson (idem, p. 329), trata-se da primeira “fundação” do absolutismo russo, a distribuição das terras expropriadas de parte da nobreza de Novgorod em troca de participação em campanhas militares. Não por acaso, a maior parte das terras alocadas à nova nobreza militar situava-se nas proximidades do *front* permanente contra os

significado da própria posição geopolítica de Moscou para esses desenvolvimentos (a sua constante exposição às ameaças tártaras, a leste, e lituanas, a oeste), são dimensões quase ausentes, ou puramente instrumentais, de sua análise. Ela concentra-se, como vimos, em traçar de todos os ângulos possíveis o “sistema” político do escravo que transformara a própria subordinação em arma de conquista e expansão. Naturalmente, o aparecimento dessa entidade na ordem internacional é também um dos planos por excelência em que o sistema prova as suas virtualidades:

Mas se o excesso de pudor lhe impedia [a Ivan III] de assumir, aos olhos das testemunhas de sua desgraça, ares de conquistador, esse impostor compreendeu perfeitamente como a queda do império tártaro deveria parecer espantosa a certa distância – o halo de glória com que o circundaria, e como facilitaria uma entrada magnífica entre as potências européias. Assim ele assumiu no estrangeiro a atitude teatral do conquistador e, com efeito, logrou esconder, sob a máscara de suscetibilidade orgulhosa e irritável altivez, a impertinência do servo mongol, que ainda se recordava de beijar o estribo do mais reles enviado do Khan. Ele macaqueava em um tom subjugado a voz de seus antigos senhores, que lhe aterrorizava a alma. Algumas frases típicas da diplomacia russa moderna, tais como a magnanimidade, a dignidade ferida do senhor, derivam das instruções diplomáticas de Ivan III.²⁰⁹

O tema da conquista de Novgorod dá a Marx uma outra linhagem: a das ações de Moscou contra as “repúblicas” russas, que lhe permite navegar em linha reta até a partilha da “república” da Polônia. Nas palavras de Marx: “Se a derrubada do jugo tártaro fora, a seus olhos, a primeira condição da grandeza moscovita, a derrubada da liberdade russa era a segunda”. Marx chega a argumentar explicitamente que, “para entender a trituração da Polônia, deve-se estudar a execução de Novgorod”. No entanto, sua atenção não parece ser capturada pela formação do sistema de *pomest'e*, nem pelos fatores sociais que permitiram o seu estabelecimento e levaram à queda de Novgorod. As alianças de Ivan III com os estratos menos proeminentes da nobreza de Novgorod e sua exploração da luta entre os partidários de Moscou e da Lituânia entre aquela nobreza, esses lances são estilizados como provas da vitalidade do sistema herdado de Ivan Kalita, e não como resultado da interação de interesses e processos sociais concretos. A forma como o sistema de

tártaros.

²⁰⁹ MECW, 15, p. 82.

desapropriação de terras e constituição da nobreza militar economicamente dependente se expandiria, no século XVI, com Ivan IV, “o Terrível”, perde assim qualquer conexão com o próprio encadeamento sócio-econômico que havia sido posto em movimento no século XIV. A consequência mais direta desse silêncio, no texto de Marx, é a ausência de qualquer referência (à parte a “morte” da liberdade na Rússia) ao processo de progressiva imobilização do campesinato russo à propriedade da terra, já com Ivan III, que levaria ao estabelecimento da servidão entre o final do século XVI e o começo do século XVII. Marx tampouco alude à crise profunda que se seguiria ao final do reinado de Ivan IV, sintoma, como argumenta Anderson, do “caráter histórico e artificial de muito de seu impulso em direção ao Absolutismo, em condições sob as quais qualquer autocracia sistemática era ainda prematura”²¹⁰.

Um pouco da mesma forma, o texto de Marx marcha de modo um tanto artificial até o tempo de Pedro I, a quem cabe não apenas a tarefa de consumir o destino internacional da Rússia, como nação e como categoria política, mas também a revelação desse princípio político que ela encarna em sua forma superior. Mas Marx não o faz sem antes deleitar-se repetidamente com a descrição de seu sistema²¹¹. Ouve-se aqui o eco de um movimento, senão lógico, ao menos estilístico, presente na crítica da economia política; o eco da energia categorizante em Marx, de sua obstinação flagrar um movimento em seus diversos momentos e determinações sucessivas. Ivan III apenas continuara Ivan Kalita, o “escravo mongol”, que dissimulava ante seus senhores tártaros o poder real que amealhara, e brandia antes seus “congêneres-servos” um poder que não era seu. Elaborara todos os “subterfúgios” do escravo em um sistema, a cuja implantação se dedicara com a paciência laboriosa do escravo. “Ele não atacaria antes de haver envenenado”²¹². Usurpara o poder por meio de seu “uso fraudulento”; derrubara-o por meio da consumação dos efeitos de sua própria instrumentalização. Marx finalmente argumenta que a simples substituição de nomes e datas

²¹⁰ op. cit. p. 333.

²¹¹ Marx vale-se para tanto, novamente, do texto de Ségur. Muitas das imagens por ele elaboradas são paráfrases do texto de Ségur, com uma notável coincidência de acento semântico, basicamente em torno da caracterização de Ivan III como um covarde servil, e das suas políticas como insidiosas políticas de usurpação.

²¹² MECW, 15, p. 87.

provará que a política de Pedro, o Grande, e da Rússia moderna, é a mesma de Ivan III, embora com uma importante diferença:

Pedro o Grande é com efeito o inventor da política russa moderna, mas ele o fez ao livrar o velho método Moscovita de usurpação de seu caráter meramente local e de suas adições acidentais, ao destilá-lo em uma fórmula abstrata, ao generalizar seu propósito, e ao elevar seu objeto da mera superação de determinados limites ao poder, à aspiração pelo poder ilimitado. Ele transformou Moscou na Rússia moderna ao generalizar o seu sistema, e não apenas ao simplesmente lhe acrescentar algumas províncias.²¹³

O leitor acostumado ao estilo de Marx compreende talvez instintivamente o uso feito aqui da metáfora da *abstração*²¹⁴. O mais surpreendente dessa passagem é o fato de que Marx pretenda figurar Pedro, o Grande, por meio de uma elaborada analogia política, como alguém que intervém *intelectualmente* sobre a massa da história russa, extraindo dela, pela prática política, a categoria lógica de seu desenvolvimento, em sua pureza. Nesse sentido, o impulso que Pedro I dá à política russa equivale, na teia metafórica de Marx, a um ato intelectual, à extração de uma *categoria ativa*, que é ela mesma uma modalidade de prática política. Desatando essa categoria lógica do expansionismo russo, é como se Pedro I desatasse também a marcha de seu método, permitindo que a sucessão de acontecimentos que constituem a história da Rússia moderna no plano internacional, as suas interferências no “desenvolvimento normal” da Europa, pudesse ser afinal decodificada também em termos lógicos, passíveis de dedução, uma vez fixada a sua *lei geral*.

Após estabelecer que Pedro I havia afinal combinado o "engenho político" do escravo mongol à ambição orgulhosa do seu senhor, Marx abre enfim o quinto e último capítulo das *Revelações*. A súbita mudança de tom acusa o que já sabemos, que Marx valeu-se aqui de material

²¹³ Idem. Aqui também ecoa o texto de Ségur. O historiador francês, ao referir-se ao reinado de Ivan III, dizia: “A Rússia de Oleg, de Vladimir, de Yoroslaf, já não existia; é a Rússia de Ivan III, reformada por Pedro o Grande, que ainda existe”. *History of Russia and of Peter the Great*, p. 153.

²¹⁴ A abstração como categoria lógica em Hegel serve a Marx como descrição do movimento real do capital. Na *Miséria da Filosofia*, Marx criticava Proudhon, como se sabe, por apresentar os conceitos econômicos como categorias lógicas abstratas, obtidas pelo processo de abstração, e não como categorias correspondentes ao movimento real do capital. No prefácio à primeira edição alemã do *Capital*, Marx adverte o leitor de que, na ausência do equivalente aos microscópios e reagentes químicos de que se vale o estudo dos organismos, seu estudo da sociedade capitalista confiaria na “força da abstração”, e começaria portanto com o estudo da forma-mercadoria. Ainda no *Capital* (Livro II), Marx sustenta que a “abstração do valor” não é apenas uma operação lógica, mas o próprio movimento real do capital, que é ele próprio “abstração *in actu*” (Cf. MECW, 36, p. 107).

de autoria de Engels. Afinal, o texto do quinto capítulo principia com a alusão a uma característica da "raça eslavônica" que lhe seria distintiva: a de que ela sempre se teria confinado a terras interiores, deixando os territórios costeiros "para as tribos não-eslavônicas". A coordenada racial-sócio-geográfica – ademais virtualmente ausente da prosa de Marx nas *Revelações* – vem ao primeiro plano, pela primeira vez, com o vocabulário próprio de Engels, um vocabulário que voltaremos a encontrar mais adiante ao tratarmos da sua teoria dos “povos sem história”:

Tribos fino-tártaras dominaram a costa do Mar Negro, lituanos e finlandeses as do Báltico e do Mar Branco. Onde quer que tocavam o litoral, como no Adriático e parte do Báltico, os eslavônicos viam-se submetidos logo ao domínio estrangeiro. O povo russo compartilhou esse destino comum com a raça eslavônica. Seu lar, no tempo mesmo de sua primeira manifestação histórica, eram as terras próximas à nascente e ao alto Volga e seus tributários, o Dnieper, Don e norte do Dvina. A exceção da extremidade do Golfo da Finlândia, seu território não tocava o mar. Tampouco haviam sido capazes, antes de Pedro o Grande, de conquistarem qualquer saída para o mar além daquela do Mar Branco, que durante três quartos do ano permanece ela mesma fechada e intransponível.²¹⁵

Ao buscar a água, prossegue Marx com a pena de Engels, Pedro I romperia com essa natureza terrestre do povo russo – assim como, também para os escritores iluministas, rompera com a própria natureza ao propagar o calor da civilização sobre o gelo do norte. Conquistara o Mar de Azof dos Otomanos, o Báltico da Suécia, o Mar Negro novamente dos Otomanos, e o Cáspio da Pérsia. A conclusão de Marx aparece cristalina: para um sistema de usurpação local, a terra bastaria; para um sistema de “*agressão universal*”, a água se tornava indispensável²¹⁶. A busca pela água, elemento abstrato, torna-se assim a imagem geográfica, *inatural*, daquela operação de *abstração política* que Pedro realizara em relação à herança dos Ivans, limitada à terra e a seus acidentes²¹⁷. Ainda que essa busca política pela água estivesse inscrita nas circunstâncias geográficas de Moscou – a conquista das províncias bálticas seria uma decorrência necessária para quem se apossasse das

²¹⁵ MECW, 15, p. 88.

²¹⁶ Idem, p. 89.

²¹⁷ Impossível aqui não pensar em como Marx, e sobretudo Engels, teriam intuído, face aos mistérios da política internacional, aquela necessidade que Fernand Braudel sentira ao comentar a geografia humana de Maximilien Sorre: a de identificar, além de um “complexo climático”, também um “complexo telúrico” e um “complexo da água”. *Écrits sur l'Histoire*, p. 166.

terras interiores a elas – Pedro, o Grande, imprimira-lhe o caráter de um *tour de force* ao estabelecer a capital de seu império – ato político por excelência – na extremidade marítima de seu território. São Petersburgo constituiria assim o “*centro excêntrico*” de um império destinado à expansão, um centro que inscreve consigo, no território, o objetivo político de criar uma periferia a partir desse novo ponto.

Na verdade, como indica Alexander Etkind, São Petersburgo havia sido estabelecida em terra estrangeira, em território reconhecido como sueco em 1617, até 1721. Eis aí o mesmo argumento que Marx buscara nos panfletos de 1717, para afirmar o direito sueco de bloqueio dos portos bálticos aos comerciantes ingleses. Etkind mostra como Pedro I interpretara a posse de São Petersburgo como decorrência de um direito de conquista vigente para as possessões coloniais, mas não para a Europa, onde os tratados internacionais regulavam a transferência de território entre Estados. Nas palavras de Vasily Klyuchevsky, “Na Rússia, o centro está na periferia”²¹⁸. Era como se Pedro I procurasse estender o princípio colonial da *terra nullis* à expansão russa a oeste. Como mostra Etkind, era essa em qualquer caso a percepção da historiografia russa do século XIX que procurava glorificar Pedro I. Vissarion Belinski, por exemplo, via no *fiat* de Pedro o gesto de ordenar o caos e convocar o país a seu “destino grande, global”²¹⁹. A ruptura geográfica de Pedro, quase ontológica, era a de um autêntico conquistador estrangeiro, na comparação de Richard Wortman²²⁰.

Estabelecida essa cartografia política, Marx procede à sua leitura, derivando consequências históricas: as fortificações da Rússia na Polônia seriam apenas a continuação da ideia contida na construção de São Petersburgo, o centro excêntrico que apontaria para “uma periferia ainda por ser desenhada”²²¹. Não seria a conquista das províncias bálticas o dado revelador da diferença entre Pedro e seus ancestrais, mas sim a transferência da capital que revelaria o verdadeiro sentido

²¹⁸ *apud* Etkind, Alexander. *Internal Colonization – Russia's Imperial Experience*, p. 97.

²¹⁹ Idem, p. 94.

²²⁰ Ibid. p. 95.

²²¹ MECW, 15, p. 90.

daquela conquista. Marx, com Engels, insiste sobretudo na artificialidade desse gesto político. Ao contrário de Moscou, São Petersburgo seria a sede de um Governo, e não o centro de uma “raça”; não a cristalização do trabalho de um povo, mas *a criação abstrata de um homem*; não o núcleo natural de desenvolvimento de uma nação, mas a “*abóboda deliberadamente escolhida de uma intriga cosmopolita*”²²². No sistema anti-natural de Pedro, contrário aos instintos terrestres do povo russo, este mesmo povo convertia-se em mero peso em seu “mecanismo político”. A conquista do acesso ao Báltico, coroada com a nova capital, punha esse mecanismo político em contato “constante e imediato” com “todos os pontos da Europa”, e estabelecia “as bases de uma ligação material com as potências marítimas”, que passavam a depender da Rússia para o suprimento de insumos navais.

A equação histórico-política de Marx, que procura conectar a história da Rússia moscovita à era cosmopolita e abstrata aberta com Pedro, fecha-se da seguinte maneira: se, para levar adiante a sua “usurpação”, por meio dos próprios tártaros, os príncipes de moscovitas tiveram que *tartarizar* a Rússia, Pedro I, que decidira utilizar o ocidente, tinha que *civilizá-la*. Com a conquista das províncias bálticas, Pedro ganhara acesso aos oficiais, marinheiros, burocratas, artesãos, generais e diplomatas que podiam aplicar-lhe o verniz do ocidente²²³, sem imbuir o povo russo de suas ideias. Apenas o Báltico, permitindo o contato direto com a Europa, poderia abrir para Pedro I a janela do ocidente, e consumir a transformação de Moscou em Rússia, “no sentido moderno da palavra”.

A partir desse silogismo, parece a Marx natural supor que a Inglaterra, a potência marítima por excelência, ela mesma situada em um dos “portões” do Báltico, terá tido papel central, *por ação ou omissão*, nessa transformação da Moscou terrestre na Rússia marítima, báltica, européia, abstrata e global – nessa *universalidade vazia*. Se, no que “é comumente chamado de história”, a Inglaterra teria tido um papel diminuto no drama da guerra báltica entre Rússia e Suécia, Marx pretende

²²² Idem.

²²³ Como veremos adiante, Marx e Engels investem aqui no caminho aberto por Rousseau, de denunciar o caráter “falso”, inautêntico e inadequado, do esforço de “civilização” da Rússia sob Pedro I.

comprovar que, na “história real”, a Inglaterra fora tão instrumental para os planos de Pedro I como os Khans da Horda Dourada para os planos de Ivan III e seus antecessores²²⁴. Vemos aqui, como notara Miklós Molnár, que a “*história real*” é o campo por excelência de atuação da analogia e da abstração, muito mais do que do simples enunciado de fatos.

Marx retoma assim o fio de sua análise anterior, introduzindo trechos do panfleto *Truth is but Truth as it is timed...*, de 1719²²⁵. Volta a argumentar, com o autor do panfleto, que o interesse inglês na segurança do comércio estratégico dos insumos navais recomendaria que a Inglaterra expulsasse a Rússia do Báltico, restaurando a soberania da Suécia sobre as províncias bálticas conquistadas por Pedro I. De um lado, essa política asseguraria a existência de um intermediário obrigatório entre os locais de produção dos insumos navais, na Rússia, e o seu escoamento, no Báltico – evitando que um dos dois países tivesse o monopólio, as “duas chaves” dessa oferta. De outro, tratar-se-ia de preservar a tradicional política inglesa, desde o século XVII, de buscar o “equilíbrio do norte”. Uma vez aberta a janela ocidental à Rússia, “no sentido moderno da palavra”, caberia à Inglaterra o dever histórico de fechá-la a todo custo. É e assim que se concluem, também em um fechamento um tanto brusco, as *Revelações*: a introdução de um argumento que não chegou a se desenvolver completamente, mas cujos pressupostos essenciais já estavam lançados.

6 - A exteriorização do príncipe-escravo

No prefácio ao Volume 15 dos MECW, Valentina Smirnova e Tatyana Andrushchenko já atentam para o fato de que, em sua análise da história russa, Marx se concentra sobretudo em “alguns aspectos políticos exteriores”, sem a devida consideração pelas relações sócio-econômicas russas no período, ou pela configuração das classes sociais e forças políticas. Toda a ênfase recairia

²²⁴ MECW, 15. p. 92.

²²⁵ Apesar de datado de 1719, quando, nas palavras de Marx, a Inglaterra “fingia” apoiar a Suécia contra a Rússia, o panfleto alega reproduzir um memorando redigido em 1715 por um funcionário da embaixada britânica na Rússia, e dirigido a Townshend.

sobre os "fatores exteriores", e ainda assim com a omissão dos séculos XVI e XVII. As autoras percebem também que Marx se baseara essencialmente na “História da Rússia até Pedro o Grande”, de Ségur, de 1829, fonte que já em sua época seria “ultrapassada”, e pouco diria sobre as relações sócio-econômicas da Rússia antiga, cujo estudo estava então começando a se desenvolver a cargo dos próprios historiadores russos. Valentina Smirnova e Tatyana Andrushchenko apontam assim, de um modo geral, o "unilateralismo" da análise de Marx, e concluem que alguns de seus julgamentos sobre as políticas de Ivan Kalita e Ivan III "não correspondem aos fatos históricos".

Além dessa predileção unilateral pelos “aspectos exteriores”, as autoras apontam ainda dois equívocos fundamentais: a aderência de Marx à hipótese prevalecente no século XIX sobre a importância das invasões normandas para a formação do Estado russo antigo, e a sua omissão do papel das lutas do povo russo contra o domínio tártaro-mongol. A "hipótese normanda" teria sido superada, de acordo com as autoras, pela literatura mais recente, particularmente o trabalho de historiadores soviéticos das décadas de 1950-70, bem como pelas escavações em Novgorod e Kiev e pelas comparações com outros dados antropológicos disponíveis. A omissão das “lutas heróicas do povo russo” teria sido em parte remitida por Marx ele mesmo, ao aludir, em suas "notas cronológicas" de começos dos anos 1880 (quando já avançara, portanto, o seu estudo da comuna russa), à vitória das tropas russas lideradas pelo príncipe Dimitry Donskoi em 1380 contra as hordas tártaras em Kulikovo. Marx desconsideraria ainda, em sua análise das reformas petrinas, a ameaça direta ao interesse nacional russo representada por seus vizinhos a noroeste. Como se percebe, a preocupação central das autoras está em avaliar em termos historiográficos a visão de Marx sobre a Rússia, e não em *compreender* a necessidade teórica e política mais profunda que os seus recortes e unilateralismos revelam.

Interessante notar, nesse sentido, o saldo positivo que Smirnova e Andrushchenko concedem aos dois últimos capítulos das *Revelações*: Marx teria chegado a algumas "observações perspicazes" ao considerar o desenvolvimento russo e a expansão de seu território no contexto geral do

feudalismo europeu, comparando a importância do império carolíngio para a formação dos Estados europeus ocidentais à precedência da Rússia dos Ruriks para a formação dos Estados do leste europeu. Consequentemente, Marx teria acertado também ao tratar da desintegração da Rússia *kieviana* (um império "precoc" e "incongruente") de acordo com as mesmas leis que presidiram a inevitável desintegração "das grandes formações estatais características da Alta Idade Média"²²⁶. Marx teria acertado ainda ao avaliar os profundos efeitos do jugo tártaro sobre o povo russo, a natureza brutal de seu domínio, e ao comparar as políticas de despovoamento e terra arrasada dos tártaros com as responsáveis pelo despovoamento das *Highlands* da Escócia e a *Campaigna* de Roma.

A avaliação de Smirnova e Andrushchenko obedece, por conseguinte, a uma lógica bastante clara: os aspectos mais problemáticos do texto de Marx, para as autoras, são as caracterizações que remetem ao corte exterior/interior, especialmente àquilo em que Marx é mais tributário de Ségur, enquanto seus acertos tendem a se concentrar naquelas comparações que, embora secundárias em seu argumento, sustentam *um fundo comum* entre o desenvolvimento russo e o desenvolvimento europeu ocidental. Os "acertos" de Marx são também aquelas interpretações em que o "materialismo histórico" está presente, como o seu breve comentário sobre a economia política do domínio mongol.

Além de perderem de vista que a análise de Marx da história russa está subordinada à lógica de seu argumento sobre a "história diplomática" do século XVIII, assim como aquela está referida à Rússia como princípio político, as prefaciadoras deixam de notar que a relação que Marx estabelece com o texto de Ségur é também orientada *por aspectos exteriores*. É também a *exterioridade* do texto de Ségur – a expressividade das metáforas, a linguagem mesma – que interessa a Marx reelaborar como matéria-prima de sua *teorização negativa* da Rússia como pura universalidade política vazia. Marx sequer discute o mérito dos fatos ou mesmo interpretações de Ségur. Em certo

²²⁶ MECW, 15, p. xxiii.

sentido, trata-se da mesma relação que Marx estabelece com os panfletos anti-russos do século XVIII. Parece que o verdadeiro elemento de prova que Marx procura em Ségur é, afinal, *a força de suas imagens*. Nesse plano imagético-categorial, é impossível não se ter a impressão de que a historiografia que Ségur representa tem, para a “teoria da Rússia” em Marx (inclusive ao lhe fornecer a contradição política do príncipe-escravo) papel análogo ao que a economia política clássica teve para a sua teoria do valor.

Em relação aos aspectos "exteriores", por conseguinte, Smirnova e Andrushchenko perdem de vista que a análise de Marx não se detém no desenvolvimento histórico da Rússia, mas em alguns aspectos de seu desenvolvimento político *deliberadamente isolados*. O lugar e a contribuição da análise histórica da formação da Rússia é bastante subordinado a uma argumentação que a atravessa, e por isso mesmo salta sobre dois séculos, conectando apenas os píncaros que permitem traçar a continuidade que Marx busca entre Ivan III e Pedro I – um plano de vôo cuja autorização buscara em seu historiador francês aristocrático, assistente de Napoleão. O que daí se depreende é que essa história categorial da Rússia como princípio político é essencialmente uma história de seus aspectos exteriores, na medida em que a potência política da Rússia ela mesma se resolve, necessariamente, no plano da política internacional, *como uma estrutura básica do sistema internacional*. Por isso, mesmo aquelas passagens do texto de Marx que dizem respeito à mecânica da centralização do poder estatal, às alianças dos príncipes moscovitas com diferentes setores da nobreza fundiária, são elementos que a prosa de Marx subordina à lógica do *exterior*; são também exterioridades por meio das quais o princípio do príncipe-escravo se vai progressivamente determinando. É curioso notar que, ao cabo, a história russa serve a Marx como suporte para a construção de uma “antidialética” do escravo-senhor. Se em Hegel a metáfora ilustra o movimento emancipatório da razão, e se em Marx ela está relacionada à visão do proletariado como “classe universal”²²⁷, nas *Revelações* a velha fórmula adquire ainda uma outra variação: a emancipação do

²²⁷ Cf. Terence Ball, “History: Critique and irony”, in: *The Cambridge Companion to Marx*, p. 136.

príncipe moscovita *reafirma* a escravidão em sua forma superior, a de uma contradição política exteriorizada, a *emancipação política do Estado* que imediatamente se apresenta como uma realidade exterior, e que se resolve portanto no plano das relações internacionais.

Cabe observar, no entanto, que a estrutura categorial do argumento de Marx não o esgota, já que, como veremos adiante, o andamento da teorização negativa é subordinado aos problemas da ação política revolucionária. O que procuramos descrever aqui é o seu processo de extração teórica, a formação interna desse regime teórico negativo que acaba perpassando os diversos momentos em que o internacionalismo revolucionário em Marx e Engels se choca contra os fatores do sistema internacional e com a sua face russa.

É interessante observar, ainda, que o processo da teorização negativa na análise de Marx sobre a história russa elabora algumas relações e características que, além de estarem em circulação corrente no grande debate europeu, estavam também implicados na análise que os próprios pensadores russos do século XIX estavam desenvolvendo sobre a identidade russa em relação à Europa. Como mostra Riazanov, a política exterior da Rússia e suas relações com o ocidente compunham temas centrais da própria auto-compreensão da *intelligentsia* russa desse processo. A relação entre o poder que a Rússia exibia no plano internacional e a falta de barreiras internas ao exercício centralizado do poder estatal – o tema da autocracia russa como emancipação do Estado – aparecia nessas discussões como um ângulo essencial das explicações sobre a natureza do czarismo. De uma ótica dos problemas “interiores”, como sugere Riazanov, os êxitos da política externa do czarismo convertiam-se por sua vez em fatores políticos da reafirmação do poder central e da deslegitimação de qualquer oposição. Consequentemente, se no Ocidente prevalecia a percepção de que o poder Estatal era a “origem” da história russa, na própria Rússia essa percepção se convertia em “dogma”.

Riazanov mostra que o debate nacional russo girava em torno da questão da natureza do seu absolutismo: se um fenômeno completamente original, ou apenas uma etapa do desenvolvimento

social já abandonada pela Europa ocidental. Trata-se no fundo, da questão existencial russa em relação à Europa, a qual Marx seria chamado a responder no fim da sua vida, emitindo a sua opinião sobre o potencial revolucionário da comuna russa. O peso atribuído ao czarismo como fator determinante da história russa era, contudo, o mesmo nas duas correntes que se organizavam a partir dessa demarcação. Até o início do século XX, a própria historiografia russa via na relação entre o desenvolvimento do Estado e da sociedade a linha divisória básica entre a Rússia e o "Ocidente", cabendo ao Estado, na Rússia, o indisputado protagonismo político, social e histórico. Essa interpretação tendia a estipular, como fizera Marx, uma descontinuidade radical entre a Rússia moderna e seu passado *kieviano*. A Rússia moderna teria sido fundada sobre a solidão do "Príncipe": primeiro e único habitante do Estado, contraposto ao "elemento fluído", uma massa de população móvel e volátil, que apenas com a combinação de esforços do Estado centralizado com a nobreza fundiária teria sido afinal fixada e reduzida à servidão²²⁸.

Mesmo os revolucionários russos, sustenta Riazanov, tendiam a ver a sociedade e as classes sociais na Rússia como criação do Estado, que figurava assim como principal agência da opressão e da exploração das classes subalternas. A conexão entre a explicação estatista e a idealização da Rússia antiga, anterior à ascensão de Moscou, constituiria, segundo Riazanov, "a base de toda a atividade tática e política da *Narodnaya Volya*", e aspecto essencial no pensamento de autores como Bakunin e Tkachev²²⁹. Riazanov recorda que a historiografia tradicional russa baseava a origem da "autocracia" na hipótese normanda (no mito da servidão voluntária, segundo a qual os habitantes eslavos teriam "convidado" os conquistadores normandos), e associava o domínio tártaro à crise que se seguira à fragmentação do império dos Ruriks, da qual afinal apenas com Ivan III a Rússia se regeneraria. Apesar dos protestos dos "decembristas" no começo do século XIX, essa historiografia

²²⁸ Riazanov cita aqui uma longa passagem de Pavel Nikolayevich Milyukov, que viria a ser líder do Partido Constitucional Democrata na Rússia, e apoiador, no exílio francês, da política externa de Stalin. Op. cit. p. 76. Riazanov lembra que a obra histórica de Milyukov, essencialmente um liberal russo, chegara a ser considerada na Alemanha "uma história marxista da cultura russa" (op. cit. p. 77), por marcar o momento em que a historiografia russa começava a dar importância ao "fator econômico" na interpretação da história do país, embora sem chegar a por em questão a centralidade do estado como principal agente histórico na Rússia.

²²⁹ idem.

continuaría dominante até a década de 1850, quando a voga hegeliana, que apanhara a intelectualidade russa com característico fervor, encontraria afinal terreno fértil na interpretação da história russa como história da idéia do Estado, e na mitificação racionalizante dos soberanos russos, abstraídos de suas características históricas concretas, como "os primeiros servidores do Estado"²³⁰.

Riazanov não chega a indicar que Marx pretendesse, na sua incursão pela história russa, se dirigir contra mistificações dessa natureza ou dos ecos dela que lhe chegassem de alguma forma em autores russos. Embora a caracterização que Marx faz dos príncipes moscovitas sugira uma intenção crítica com alvo bem definido, é interessante notar que, ao se situar ele mesmo no plano de uma história da *compreensão*, ou seja, de uma história da Rússia como *ideia política*, Marx se coloca também no plano em que outros processos de idealização da história russa, com outros objetivos políticos, também estavam se constituindo na própria Rússia, fosse pela historiografia conservadora que valorizava o papel do Estado, fosse pelo movimento revolucionário que, resgatando as lutas do passado, pretendia recolocar o papel da sociedade e do campesinato.

No plano desse entrecruzamento cultural, por assim dizer, o giro metafórico que Marx efetua ao utilizar seu vocabulário hegeliano para caracterizar a Rússia como princípio político – a *abstração* marítima e cosmopolita do príncipe-escravo promovida por Pedro I – não deixa de servir de contraponto ao hegelianismo da historiografia russa de seu tempo e dos nascentes movimentos revolucionários na Rússia. Esse quase-diálogo entre duas extrações hegelianas e dois processos de teorização mostra um notável paralelismo de procedimentos e materiais, e pode ajudar a entender a relação de Marx com os autores russos, desde Bakunin e Herzen até os jovens “populistas” que o procurariam a partir de 1870.

Para Riazanov, a análise de Marx termina coincidindo, afinal, com a visão que os círculos democráticos russos desenvolveriam a partir da década de 1860. Para esses últimos, ao instituir uma

²³⁰ *ibid.* p. 78.

"nova hierarquia política" na sociedade russa, implantada como "uma excrescência estrangeira no organismo nacional"²³¹, o jugo tártaro teria permitido aos príncipes russos dispensarem o apoio dos *boyars* e do "povo" na consolidação de seu poder, e com isso expandirem seus domínios territoriais. Segundo Riazanov, o principal expoente dessa leitura é Nicolai Kostomarov (1828-1889), particularmente em seu ensaio de 1870, *The Origin of the Autocracy in Ancient Rus*. Riazanov mostra como entre Marx em 1856 e Kostomarov em 1870 existe uma coincidência quase literal. Para Kostomarov (um pan-eslavista ucraniano, defensor de um federalismo forte), a Rússia encontrara sua unidade na servidão de seus príncipes diante do conquistador estrangeiro. A sua autoridade, esses príncipes teriam conquistado "com um método apenas, a subserviência ao suserano"²³².

Segundo Olga Maiorova, Kostomarov, em obra posterior, de 1873, procuraria situar a origem da nação russa nas migrações das tribos eslavas do Danúbio, sob pressão dos conquistadores romanos, em direção ao "continente russo", com base nas narrativas da tradição oral eslava. A tentativa romântica é buscar uma origem mais remota, anterior à chegada dos normandos, dando sustentação à idéia de uma nacionalidade eslava amante da liberdade, que constituiria o fundo nacional mais autêntico da Rússia. Uma narrativa da pluralidade, na qual a chegada dos varegues é vista não como a introdução do princípio da autocracia, como as correntes mais tradicionais sugeriam, mas como a convivência de dois *princípios políticos*: "o príncipe e a *veche*, duas entidades de diferentes origens, que concordaram em cooperarem uma com a outra"²³³. Essa caracterização, que procura redimir o mito do convite voluntário à dominação das tribos normandas, não o impedia de ver nos príncipes normandos opressores do povo. Kostomarov reconhece que a influência da Igreja Ortodoxa, nos séculos XI e XII, teria levado ao surgimento de vínculos comunais, a uma aproximação de governantes e governados, em um momento em que a relação

²³¹ Riazanov, op. cit. p. 79.

²³² *apud* Riazanov, idem, p. 80.

²³³ Kostomarov *apud* Olga Maiorova, *From the Shadow of Empire: Defining the Russian Nation through Cultural Mythology, 1855–1870*, p. 79.

entre o príncipe e a *veche* alcançaria um estado de harmonia – quase um estado constitucional²³⁴. Essas liberdades, de que Novgorod seria símbolo (de valor equivalente ao da Polônia para Marx), teriam sido aniquiladas pelo "despotismo moscovita", o "descendente direto do jugo mongol"²³⁵.

Essa interessante coincidência ilumina não apenas o alcance político da narrativa a que Marx adere sobre a formação do absolutismo russo a partir da pressão exercida pelo jugo tártaro, como também a necessidade que os próprios intérpretes russos sentiam de harmonizar os diferentes *princípios políticos*, exteriores entre si, atuantes na formação nacional russa²³⁶. Daí a conclusão de Riazanov de que Marx está "absolutamente correto" ao estabelecer uma descontinuidade radical entre a Rússia "normanda" e a Rússia "moscovita": trata-se, sem dúvida, de uma descontinuidade fundamental para os movimentos progressistas na Rússia. Ao mesmo tempo, Riazanov sublinha que as invasões tártaras haviam encontrado a Rússia *kieviana* em uma condição muito distante daquela que caracterizara sua prosperidade nos séculos X a XII, inclusive como entreposto comercial entre a Escandinávia e Constantinopla.

Riazanov vê também um importante aspecto comercial e econômico na ascensão de Moscou, ainda sob o domínio tártaro, como entreposto comercial e centro do comércio de peles, e também com a crescente atividade agrícola na região. Para ele, naturalmente, não foram as intrigas e maquinações dos príncipes moscovitas junto a seus senhores tártaros que teriam garantido a supremacia de Moscou, mas antes a preponderância econômica que aquele principado já passara a ostentar ante seus rivais, e que garantia aos príncipes moscovitas a capacidade de comprar os favores da Horda Dourada, inclusive o direito de arrecadação de tributos. Riazanov enfatiza também que a independência de Moscou do jugo tártaro não levou ao imediato estabelecimento de um poder absoluto: o processo de centralização estatal na Rússia prosseguiria, até que as condições estivessem dadas para que o príncipe moscovita pudesse dispensar o apoio político e militar dos

²³⁴ idem, p. 80.

²³⁵ ibid.

²³⁶ Cabe notar que, como mostra Maiorova, o "nacionalismo" pan-eslavista de Kostomarov era indicativo da crescente "consciência imperial" entre a elite russa; ou seja, a denúncia do domínio tártaro como implantação estrangeira vinha de par com um impulso de exclusão dos elementos não-eslavos.

descendentes de outros príncipes, dos detentores de apanágios, e suprimir a oposição da nobreza. Riazanov argumenta que a pressão tártara fomentara a centralização russa da mesma forma como outras "ameaças estrangeiras" levaram à concentração de energia militar como fator de centralização política em outras nações da Europa. O absolutismo russo carregaria assim, as mesmas marcas de nascença do absolutismo na Inglaterra ou na Prússia²³⁷.

Aqui chegamos ao principal reparo que Riazanov dirige a Marx, novamente com o propósito claro de reintroduzir algum *marxismo* na análise das *Revelações*. A história do absolutismo na Rússia não seria essencialmente distinta da história do absolutismo no ocidente, ou ainda dos outros absolutismo do leste: o prussiano ou o austríaco. O absolutismo russo também nasce de uma combinação de ameaças externas, antagonismos nacionais e centralização da vida econômica, da moeda e das finanças. O apogeu de seu desenvolvimento estaria relacionado, afinal, a determinado estágio do desenvolvimento do capitalismo, e à conformação das classes dominantes, e de setores em seu interior, para assegurarem o domínio sobre os mecanismos de exploração econômica e política. Riazanov nota que, para Marx, esses desenvolvimentos "internos" são "invisíveis". Daí a razão de seu sobrevôo de dois séculos, da omissão de todo o período que medeia entre Ivan III e Pedro I – um período que seria marcado por reagrupamentos essenciais das forças sociais na Rússia, e pela consolidação da servidão. Para Riazanov, o momento da entrada do absolutismo russo na arena européia coincide com o momento de reafirmação do poder da nobreza, que atingiria seu apogeu com Catarina II. Riazanov argumenta que o período saltado por Marx mostraria o quão pouco o absolutismo russo teria se beneficiado da Horda Dourada. As guerras que marcaram o período omitido, contra Suécia, Polônia e os tártaros da Criméia, teriam devastado a Rússia muito além do que fizera o jugo tártaro. A crise que levava a um longo recesso econômico, novamente, estaria relacionada a fatores econômicos subjacentes, ao declínio de rotas comerciais, do qual o declínio da Liga Hanseática, que imprimia dinamismo às “repúblicas” bálticas, seria sintoma

²³⁷ Op. cit. p. 82.

característico.

Riazanov, como se vê, procura reintroduzir a "história real" na história negativa de Marx. O resgate que ele promove aqui do século XVII russo é, em certo sentido, o mesmo resgate da história dos séculos XVI e XVII para as relações anglo-russas. Em um e em outro eixo, Riazanov combate a nota de excepcionalismo do texto de Marx em relação à Rússia ao reconduzi-la ao leito normal do desenvolvimento do capitalismo na Europa. O estranhamento elegante com que Riazanov enfrenta o texto de Marx é uma *imcompreensão* enriquecedora, porque pressente em Marx o desvio em direção a um regime teórico outro: não um regime geral cujas leis históricas possam ser enunciadas claramente, mas um regime *negativo*, em certo sentido um regime “ad hoc”, nascido da força normativa com que o particularismo russo se universaliza no século XIX. Esse importante pressentimento contido na crítica de Riazanov guarda relação com o seu próprio contexto histórico. Reorientando o texto de Marx na direção da validade plena das categorias do desenvolvimento feudal e capitalista como fundamentos da formação do absolutismo russo, Riazanov, em 1908, está recolocando a Rússia na trajetória revolucionária européia. A sua "história real" orienta-se assim para uma interpretação normalizadora da Rússia nos quadros da própria análise marxista. A "história real" de Marx nas *Revelações*, por sua vez, é o monumento negativo do movimento revolucionário do século XIX à reação internacional europeia urdida pela “intriga universal” da Rússia.

Registremos, por fim, que Marx nos apresenta a teorização negativa como a “história real”, por oposição àquela “que comumente se chama de história”. A sua história real revela as ligações entre os métodos dos czares russos e o método da diplomacia russa, e expõe também o método da diplomacia inglesa nas suas movimentações para deixar-se conduzir pelos interesses russos. O *real* dessa história refere-se, portanto, precisamente à materialidade das analogias. Ela é real porque, ao cabo, coincide com a racionalidade em relação à qual os “fantasmas de poder” adquirem corpo. Tateando a materialidade invisível ou inominável que provê matéria aos espectros e concretude às

analogias, Marx está tocando na estrutura do sistema internacional, a qual permite que a universalização vazia do poder russo irrompa como catástrofe, como uma marcha da contra-história em direção a uma espécie de nada político: o “domínio universal”.

Esse esvaziamento do sentido da política é efeito da negatividade dessa teorização, e talvez um de seus mais importantes elementos. As categorias da teorização universal parecem vazias, abstratas, estilizadas ou distorcidas em relação aos processos reais, precisamente porque estão referidas não ao movimento da história, mas à sua negação. Por isso na realidade não descrevem relações de causalidade, nem o encadeamento de processos; mas antes relações de usurpação, e o movimento abstrato das representações. A realidade que buscam captar é a de uma indeterminação, é o terreno em que o poder aparece como emancipado em relação às forças que atuam na própria história, circunstância em que a linguagem dos diplomatas, seus gestos políticos, o capricho dos indivíduos, o método dos czares, adquirem a densidade de forças sociais.

PARTE 2: A teorização negativa e a política externa do proletariado

Nossa leitura até aqui nos conduziu pelo texto das *Revelações* a partir dos problemas “historiográficos” que elas mesmas apresentam, de seus limites, e da formação interna da suas categorias. Nesta segunda parte do trabalho procuraremos mostrar como o desenvolvimento da crítica de Marx e Engels ao sistema internacional europeu do século XIX culmina na teorização negativa que se apresenta na sua forma mais articulada nas *Revelações*. A reconstrução da trajetória dessa crítica será dividida essencialmente em duas partes: inicialmente, trataremos da fundamentação teórica dessa crítica em Marx e Engels por meio de dois eixos que a organizam: internacionalismo comunista e o “tema russo”. Em seguida, verificaremos como a teorização negativa do sistema internacional emerge dessa crítica em dois momentos principais da formulação de uma política externa do proletariado: os artigos de Marx e Engels na *Nova Gazeta Renana*, entre 1848 e 1849, e a sua produção jornalística durante a primeira fase de seu exílio na Inglaterra, entre 1850 e 1857 – período que representa também o contexto mais imediato da escrita das *Revelações*.

Se na primeira parte pudemos nos dedicar a um conjunto textual bem delimitado, embora com inúmeras ramificações e camadas, aqui o movimento de Marx e Engels nos planos prático, teórico e histórico reflete-se em um conjunto bastante amplo e heterogêneo de textos, desde os textos de juventude e do período inicial da militância comunista (1842-1848), até os numerosos artigos de seu jornalismo político entre 1848 e 1856²³⁸. Muitos dos autores que tratam

²³⁸ Tentaremos aludir aos ajustes metodológicos necessários ao tratar de cada conjunto textual. Cabe assinalar, entretanto, que o jornalismo político de Marx e Engels não pode ser visto de maneira uniforme. Como assinalam Hal Draper e E. Haberkern (*Karl Marx's Theory of Revolution, vol V: War and Revolution*, Center for Socialist History, 2005, p. 79), a sua colaboração para o NYDT distingue-se essencialmente dos artigos da *Nova Gazeta Renana*, de que eram também os editores. O NYDT não pode ser considerado, por conseguinte, o mesmo tipo de plataforma política do que os outros periódicos de que Marx fora editor, ou do que os periódicos revolucionários e reformistas em que Marx e Engels colaboraram na Alemanha, na França e na Inglaterra. No caso do NYDT, como apontam Hal Draper e E. Haberkern, há a questão das alterações editoriais, que recomenda o confronto com a correspondência dos autores, sempre que possível, e também a *política editorial* que Marx e Engels utilizaram

especificamente da produção de Marx e Engels sobre os temas da “política internacional” tendem a estabelecer um marco inicial nos artigos da NGR, ou no próprio *Manifesto Comunista*, em torno de 1847-1848. Nosso interesse em verificar a emergência da teorização negativa nos impele a recuar, contudo, ao período de formação das concepções centrais do materialismo histórico, e mesmo às condições em que se dá a elaboração da sua filosofia da história, na Alemanha do começo do século XIX.

Em relação ao período posterior a 1848, vemos em muitos autores a necessidade de estabelecer, preliminarmente, critérios de organização do extenso material jornalístico produzido por Marx e Engels. Para Miklós Molnár²³⁹, o pensamento de Marx sobre problemas da política internacional conheceu três períodos de “concentração”: um primeiro, “breve e condensado”, que corresponde à sua atuação à frente da *Nova Gazeta Renana*, em que as considerações táticas sobre as revoluções de 1848 e suas ramificações prevalecem (1848-1849); um segundo, que corresponde ao jornalismo produzido durante o exílio na Inglaterra, e se consubstancia sobretudo nos artigos ao NYDT, mas não só (1851-1862); e um terceiro, que Molnár associa essencialmente à militância de Marx na I Internacional (1864-1872).

Molnár reconhece que esses períodos de concentração não correspondem a unidades temáticas. Com efeito, o período de 1851-1862, ao qual pertencem as *Revelações*, e que coincide com a redação dos *Grundrisse*, conhece uma variedade mais acentuada de temas, não apenas em relação aos eventos ingleses, europeus e “coloniais”, como também em relação ao acompanhamento dos ciclos de crise e expansão econômica na Europa. Kevin Anderson²⁴⁰ situa nesse período o surgimento de um modelo *multilinear* de desenvolvimento social em Marx, como uma evolução cada vez mais aberta em relação ao modelo do *Manifesto Comunista* de 1848. Molnár observa ainda que, após o período da I Internacional, as observações de Marx e Engels sobre política internacional

como forma de atender às expectativas do editor Charles Dana e ao mesmo tempo refletir seu ponto de vista político-revolucionário.

²³⁹ Op. cit.

²⁴⁰ Cf, *Marx at the Margins. On nationalism, ethnicity and non-western societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

não têm a mesma “ressonância” de antes. Há exceções, decerto, como no caso do “problema russo”, em relação ao qual Molnár identifica, após 1872, um “desenvolvimento de ideias muito importante”²⁴¹. Em relação à Rússia, como à Irlanda, a “extrema complexidade” das atitudes de Marx guardaria relação com “relações pessoais” e “circunstâncias particulares”²⁴².

Apesar de reconhecer a impossibilidade de se identificar núcleos temáticos com a periodização mais óbvia dos escritos de Marx sobre política internacional, Molnár defende ser possível descobrir o que ele chama de “pontos de cristalização”: o “problema das nacionalidades”, o “equilíbrio das potências”, e a “colonização”. Afirma ainda que, além desses, haveria um quarto, que os “completa”: as “alternativas e meios de ação”²⁴³. Os “pontos de cristalização” de Molnár têm a vantagem de propor um agrupamento de preocupações mais sistemáticas, que podem sugerir a existência de um tratamento mais articulado de problemas do sistema internacional em Marx e Engels, em relação ao qual as “alternativas e meios de ação” constituiriam a necessária dimensão prática. Esse ponto de vista, que procura relacionar “pontos de cristalização” temáticos aos impasses práticos, é sem dúvida útil ao nosso propósito de identificar linhas de força categoriais na forma como Marx e Engels apreendem o sistema internacional em seu embate político. Voltaremos mais adiante às conclusões que Molnár procura derivar dessa busca por uma “coerência” na produção “internacionalista” de Marx e Engels.

Outros mapeamentos dos textos sobre política internacional são evidentemente possíveis. Alguns tendem, como no caso da recente biografia de Marx por Jonathan Sperber²⁴⁴, a atribuir proeminência aos “eventos”, mais do que a preocupações de natureza mais metodológica e sistemática. Com efeito, o “jornalismo” de Marx e Engels nos anos da colaboração para o NYDT havia de gravitar em torno dos principais acontecimentos e processos internacionais, mais do que o jornalismo abertamente político da *Nova Gazeta Renana*, da qual Marx foi editor. Para Sperber,

²⁴¹ Marx, Engels et la politique internationale, p. 43.

²⁴² Idem, p. 44.

²⁴³ Ibid, p. 46.

²⁴⁴ Karl Marx: A Nineteenth-Century Life.

durante a década de 1850, a atenção de Marx se concentrou em três “eventos” fundamentais: a Guerra da Criméia e suas implicações para a política das potências e para a política inglesa; os conflitos do império britânico na Ásia e seus impactos para o capitalismo global; e a crise econômica de 1857. Embora esses sejam efetivamente eventos aglutinadores do jornalismo de Marx no período, o esquema de Sperber não lhes oferece um eixo a partir do qual seja possível acompanhar desenvolvimentos analíticos.

Outra cartografia particularmente útil para o ponto de vista que estamos adotando é a reconstrução feita por Francisco Fernández Buey do pensamento de Marx sobre a Rússia. A reconstrução de Buey representa um esforço similar ao de David Riazanov, ao “resgatar” as *Revelações* – e com elas a história russa – para o eixo mais “central” da tradição marxista. Ao mesmo tempo, entretanto, Buey em certo sentido utiliza a evolução das ideias de Marx sobre a Rússia para recolocar também a própria tradição marxista – ou suas “denominações” mais dogmáticas, bem entendido – de volta sobre o eixo crítico do pensamento de Marx. A teorização negativa assume, para ele, um sentido crítico interno ao marxismo. Por isso, aponta as “insuficiências” de Marx ao tratar da história russa, seus “exageros” e “obsessões” tanto como crítica interna às florações mais dogmáticas do marxismo como também uma crítica àquelas leituras que se entusiasmavam com a russofobia de Marx, típicas da Guerra Fria (algumas das quais já tivemos ocasião de mencionar), levadas a cabo na Europa e nos EUA desde a década de 1950.

Por conseguinte, a Buey interessa particularmente a crescente atenção que Marx daria aos fatores sociais internos russos, a partir de 1858, e a forma como o crescimento da oposição interna ao czarismo e a emancipação dos servos em 1861 modificam um dos “elementos centrais do que no conselho geral da Associação Internacional dos Trabalhadores se costumava chamar de ‘política exterior do proletariado’”²⁴⁵. Além das questões “clássicas” com que se ocupava a política exterior do proletariado na visão dos revolucionários alemães – a unidade alemã e a independência polonesa

²⁴⁵ Buey, op. cit. p. 107.

–, abre-se uma nova frente: a evolução da situação interna na Rússia. Marx teria sido até então, para Buey, em fina sintonia com a leitura de Riazanov das *Revelações*, “justo” em sua crítica à “política dos czares”, mas “unilateral” naquilo que “deixava fora de consideração”. O novo interesse de Marx pelas formações sócio-econômicas na Rússia denotaria algo mais do que uma mera adaptação dos instrumentos de análise a novas realidades, como o surgimento do movimento revolucionário na Rússia e a emergência dos Estados Unidos como ator internacional central. Tratar-se-ia de uma “mudança de ênfase”, que passaria a avaliar positivamente os “ventos revolucionários que chegavam do Leste”²⁴⁶.

Por outro lado, a reconstrução que buscamos traçar é menos a evolução das “teses” de Marx sobre a Rússia e seu devir revolucionário, do que a trajetória *política* (mais do que *intelectual*) no interior da qual o movimento da teorização negativa do sistema internacional se torna necessário. Buey vê Marx, nas décadas de 40 e 50, como um “russóforo” que viria a “superar” o seu preconceito graças “à paixão do conhecimento, ao estudo da língua, da cultura, das instituições, da economia e dos movimentos sociais russos”. Falta esclarecer, portanto, quais os caminhos propriamente *teóricos e políticos*, necessariamente conflituosos, dessa “superação”, e se de fato é possível qualificar como “superação” esse movimento – e quais os sentidos de sua “russofobia” – e daquela de Engels – nas décadas de 1840 e 1850²⁴⁷.

Embora não dedique maior atenção ao primeiro “período” do pensamento de Marx sobre a Rússia (os anos entre a atividade jornalística e editorial de Marx na *Gazeta Renana*, entre 1842 e 1843, e as vésperas do ciclo revolucionário de 1848-1849), Buey argumenta que, “por debaixo da evolução intelectual que conduziu Karl Marx do democratismo radical ao comunismo”, entre 1842

²⁴⁶ idem

²⁴⁷ A ideia de que, no interior dessa “russofobia” de Marx e Engels possam existir matizes, evoluções e problematizações específicas, que tenham que ver com as ligações sociais, políticas e intelectuais do comunismo com o conjunto das forças democráticas europeias do século XIX, não é muito explorada na literatura dedicada ao tema. Além da compactação que Buey efetua em sua própria periodização, ao deixar de comentar o intervalo entre 1842 e 1848, Ewa Borowska, tratando da importância do estudo da propriedade na terra na Rússia para a compreensão do pensamento de Marx após 1870, tende a caracterizar como russóforo ou anti-paneslavista todo o período anterior a 1870. (“Marx and Russia”, in: *Studies in East European Thought*, Vol. 54, No. 1/2, *Polish Studies on Russian Thought* (Mar., 2002), pp. 87-103.)

e 1852, sua avaliação sobre o papel da Rússia na Europa permaneceu fundamentalmente a mesma: o de baluarte da reação, desde o final do século XVIII, em oposição não apenas às ideias e iniciativas revolucionárias, como também à “pátria das liberdades e da revolução, a república francesa”²⁴⁸. O que Buey não enfatiza é a relação entre a russofobia europeia e a formação do sistema internacional – aspecto central para a teorização negativa de Marx e Engels. Outra relação fundamental para o nosso objetivo de explicar essa teorização é a relação entre a russofobia como representação ideológica das evoluções do sistema internacional europeu e as condições históricas em que se dá a formação do materialismo dialético em Marx e Engels na primeira metade da década de 1840.

Ora, a evolução que marcou os “anos mais decisivos” da vida de Marx (1843 a 1845), nas palavras de Isaiah Berlin, foi também uma evolução política, mais do que apenas intelectual, no curso da qual algumas das coordenadas centrais do internacionalismo que marcaria as formulações originais do “comunismo científico” foram sendo estabelecidas. O período em que Marx conheceu Heine, Proudhon e Bakunin, e deu início à decisiva colaboração com Engels, foi também o da escrita da *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, dos *Manuscritos de Paris*, da *Ideologia alemã*, e do assentamento das bases da estratégia política do comunismo que seria lançada no *Manifesto Comunista*. Do ponto de vista político, a evolução intelectual anda de par com a evolução de uma estratégia revolucionária concebida a partir das circunstâncias prevaletentes na Alemanha – e para a qual a evolução das relações entre Prússia, Áustria e Rússia eram fundamentais. Com Engels à frente, o período abrange também a aproximação com o cartismo na Inglaterra e o cerrado acompanhamento das tendências revolucionárias internacionais na Europa, plasmado em textos que desenvolvem um detalhado diagnóstico político²⁴⁹, complementar à “comédia ideológica” alemã que Marx traça na *Introdução à crítica da filosofia do Direito de Hegel*.

²⁴⁸ Buey, p. 110.

²⁴⁹ De que são exemplo os artigos de Engels para o periódico cartista *The Northern Star*, que serão comentados adiante.

Nesse sentido, a “russofobia” de Marx e Engels nos anos 1840 e 1850, e o internacionalismo comunista em sua primeira formulação, terminam por formar um primeiro conjunto de proposições políticas mutuamente implicadas que é necessário investigar de forma mais detida – já que, nos anos subsequentes, essas duas coordenadas fundamentais continuariam a se desenvolver como elementos centrais da “política exterior do proletariado”. A mera constatação da “russofobia”, entendida como traço político-cultural que unificava os setores mais radicais e democráticos na Alemanha de meados do século XIX, não explicita os mecanismos que, presentes na sua “recepção” em Marx e Engels, continuariam de certo modo a atuar nos estágios seguintes de sua formulação política, fornecendo alguns dos elementos centrais da sua apreensão do sistema internacional. Além disso, a ação política comunista procurava enraizar-se no ambiente em que as atitudes sociais em relação à Rússia e sua política externa eram definidoras de clivagens concretas. A russofobia dos círculos democráticos da Europa ocidental representava, afinal, a condensação ideológica dos efeitos sociais e históricos dos diferentes desdobramentos do sistema internacional desde o início do século XVIII, que se consolidariam na ordem europeia pós-revolucionária do Congresso de Viena (1814-15).

Não por acaso, o desenvolvimento da “russofobia” europeia no século XIX reflete, com notável precisão, os dilemas relacionados às necessidades de acomodação política geradas pela entrada da Rússia no sistema internacional europeu, particularmente para os atores comprometidos, no século XIX, com a atualização das agendas políticas e culturais em seus países, diante das ágeis rearticulações da reação absolutista com as necessidades pragmáticas da economia e do comércio das nações “civilizadas”, que já contavam com governos constitucionais (França e Inglaterra). Em certo sentido, a “russofobia” indicava também o ponto para o qual convergiam as análises e os medos de revolucionários e liberais, por uma parte, e as considerações político-estratégicas de diplomatas e generais, típicas da fase de competição geopolítica que se abria.

Valendo-nos um pouco da célebre “triarquia” de Moses Hess²⁵⁰, considerações da “economia dos ingleses”, da “política dos franceses” e da “teoria de alemães” tinham sua contribuição a dar a esse quadro ideológico, e Marx e Engels certamente receberam dessas três fontes os elementos de sua própria elaboração da “russofobia” europeia, evidente inclusive na sua utilização retórica do esquema civilização/barbárie²⁵¹, leste/oeste, que precisamente nas décadas de 1840 e 1850 cristalizava a divisão entre a “civilização” da Europa ocidental e a “barbárie” da Europa do Leste.

A compreensão de como essas duas linhas de força – “tema russo” e internacionalismo – se configuraram no pensamento de Marx e Engels sobre política internacional e na formulação da política externa do proletariado exige, por conseguinte, que recuperemos a sua significação histórica, política e teórica. Ao fazê-lo, estaremos inscrevendo a “russofobia” específica do comunismo de Marx e Engels em uma linhagem que decanta, na sua evolução e nos conflitos concretos de que ela deriva e ajuda a formatar, algumas características históricas fundamentais do sistema internacional com o qual os revolucionários europeus se bateriam para levar adiante sua agenda de atualização política e social. Esse nos parece, portanto, um ponto de partida vantajoso para compreender o andamento específico das categorias que serão articuladas por Marx e Engels

²⁵⁰ Cf. Stathis Kouvelakis, *Philosophy and Revolution: From Kant to Marx*, pp. 123-130, e Sven-Erik Rose, *Jewish Philosophical Politics in Germany, 1789-1848*, p. 249

²⁵¹ Não cabe aqui procurar estabelecer de forma rigorosa o uso do binômio civilização/barbárie em Marx e Engels. Nos textos que analisaremos, ele estará de uma forma ou de outra sempre presente, quase sempre associado, além da divisão entre países e instituições constitucionais (civilizados) e as instituições feudais ou absolutistas (bárbaras), à divisão entre Europa ocidental, civilizada, e Europa oriental, bárbara ou semi-bárbara – *topos* que se torna plenamente corrente na Europa, e na Alemanha em particular, nas décadas de 1840-1850. Há também uma sobreposição entre civilização e desenvolvimento capitalista e industrial. É necessário ter presente, entretanto, que um uso mais clássico desse *topos* (barbarismo como oriente, civilização como ocidente) convive em Marx e Engels com um uso mais disperso, como se essas categorias também funcionassem a partir da lógica das analogias históricas. Além das que serão citadas ao longo deste capítulo, podemos mencionar ocorrências bastante ilustrativas desse uso mais disperso. Uma de Marx, em carta a Feuerbach em agosto de 1844, entusiasmado por seus primeiros contatos com movimentos de trabalhadores franceses em Paris: “É entre esses 'bárbaros' de nossa sociedade civilizada que a história está preparando o elemento prático para a emancipação do homem” (citado por Tristram Hunt, *Marx's General, The Revolutionary life of Friedrich Engels*, p. 115). Outra, de Engels, em carta a Marx de 23 de maio de 1851. O contexto, particularmente sugestivo, é uma comparação entre o papel histórico da Rússia e da Polônia. Engels argumenta que, quando a Rússia for tragada pela “revolução agrária”, a Polônia “não terá mais absolutamente nenhuma razão para existir”, e prossegue: “A Rússia, por outro lado, é realmente progressiva em relação ao Oriente. A despeito de toda sua baixeza e sujeira eslavônica, a dominação russa é um elemento civilizador no Mar Negro, no Mar Cáspio e na Ásia Central entre os bashkir e os tártaros, e a Rússia absorveu muito mais elementos civilizadores e especialmente industriais do que os poloneses, cuja natureza é a do cavaleiro indolente” (MECW, 38, p. 363).

em sua teorização negativa do sistema internacional.

7 - O tema russo

A história da russofobia ou das noções associadas ao “barbarismo russo” na Europa moderna não pode ser remetida a uma origem precisa ou a uma trajetória simples – como mostra o intenso debate na historiografia recente sobre o tema. Ela é ao mesmo tempo um tópico importante da alta cultura do Iluminismo, expressão de realidades políticas internacionais, e manifestação associada a transformações sociais e disputas políticas concretas. O cruzamento dessas diversas dimensões é importante para compreender as implicações políticas do uso que Marx e Engels fizeram de noções tomadas dessa tradição, e a forma como ela própria organizava o campo político, como um elemento importante do “decoro” democrático de seu tempo.

Se por um lado as características gerais do *topos* russo e do “barbarismo oriental” são facilmente identificáveis – o fascínio e o medo do grande império territorial situado a meio caminho cultural e geográfico entre o fundo comum europeu e as insondáveis realidades políticas e econômicas asiáticas que entram igualmente em sua formação –, por outro a complexidade das interações entre cultura, opinião e política suscitam algumas questões metodológicas importantes.

A relação de fascínio e estranhamento dos filósofos iluministas em relação ao Império russo no século XVIII, por exemplo, é o ponto de partida de Larry Wolff²⁵², para quem a “invenção” da Europa do Leste se deu como complemento ideológico do processo que levou à criação do neologismo “civilização”, então em etapa de fixação nos grandes centros intelectuais na Europa “ocidental”. Essa constituição mutualmente implicada e simultânea de um termo auto-referenciado (“civilização”) e seu contrário (“barbárie”) sugere que muitas das características que os filósofos iluministas viam na Rússia “bárbara” correspondiam ao negativo daqueles processos sociais e políticos que o termo “civilização” passava a designar – ou melhor, das representações auto-

²⁵² *Inventing Eastern Europe – The Map of Civilization on the Mind of the Enlightenment*. 1996.

referenciadas que esses processos ganhavam em sua legitimação. Logo, um tema característico da atitude iluminista em relação ao “barbarismo” russo, talvez herdado de elaborações anteriores, como a *Breve História de Moscóvia*, de John Milton (1630), era o dos *estágios de civilização*, que viria a ganhar algumas ressonâncias econômicas entre os fisiocratas, associadas ao refinamento dos modos e da cultura, mas também à expansão da riqueza. Como sugere Wolff, a Europa do Leste era situada não como “antípoda” da civilização, mas em uma localização inferior na *escala de desenvolvimento* entre a civilização e a barbárie, que permitia a um fisiocrata como Mirabeau denunciar a “falsa civilização” das reformas de Pedro I, e ao Conde de Ségur, pai do historiador citado por Marx nas *Revelações*, caracterizar São Petersburgo, onde servia ao governo francês no final do século XVIII, como uma confusa mistura entre civilização e barbarismo, entre Europa e Ásia²⁵³: uma encruzilhada geográfica, política e temporal.

A ambiguidade da atitude iluminista em relação à Rússia, vista essencialmente como entre-lugar semi-bárbaro, é também uma boa indicação de suas implicações políticas. Ela permitiu a Montesquieu manter a plena vigência de sua teoria sobre a “supremacia do clima”, ao situar a Rússia como parte da Europa do norte – sujeita, portanto, aos efeitos do clima temperado sobre o desenvolvimento. Ali, um povo europeu mostrava, sob a forma autocrática herdada da dominação por povos do sul, a “impaciência” típica do clima temperado – razão pela qual puderam ter êxito as reformas petrinas do início do século XVIII. O argumento de Montesquieu sobre o pertencimento europeu da Rússia seria desenvolvido com mais consequência por Voltaire, na sua *História do Império da Rússia sob Pedro, o Grande* (1761), obra que o aproximou de Catarina II. O desejo de Voltaire e Diderot de ver as reformas iluministas implementadas na Rússia de Catarina II – uma expressão eloquente da crise do final do século XVIII na Europa “ocidental”, que as bloqueava – ecoava a premissa que levava Leibniz, quase um século antes, a cortejar o próprio czar Pedro I: o “atraso” russo visto como “tábula rasa” em que poderiam ser projetados todos os “melhoramentos”

²⁵³ idem, pp. 12-13.

das artes, ciências e da política “europeias”, sem os “equívocos” e complicações que seu desenvolvimento original havia produzido²⁵⁴. Contra Voltaire e seu elogio de Pedro I em 1761, e retomando a trilha aberta por Mirabeau, Rousseau, no *Contrato Social* (1762), retoma a outra vertente do *topos*: a da “falsa civilização” petrina, o caráter imitativo de seu impulso modernizador, estrangeiro em relação a um povo “imaturo” para o governo civil²⁵⁵.

Marshall Poe aponta, entretanto, que o foco de Wolff nos grandes debates do iluminismo pode ser enganoso, já que o *topos* do barbarismo russo é anterior ao marco iluminista (trata-se de uma imagem renascentista), e não teria sido fixado, em sua forma mais acabada (a da correspondência entre o esquema civilização/barbárie e a divisão leste/oeste), pelos filósofos iluministas, cuja atitude mais típica é antes de ambiguidade e afirmações relativas de superioridade²⁵⁶. O reparo metodológico que mais nos interessa, entretanto, é o de Florian Gassner²⁵⁷, para quem Wolff, como outros historiadores das atitudes em relação à Rússia no ocidente, não se preocupa em oferecer uma explicação sócio-histórica dos mecanismos pelos quais o discurso iluminista, entre outros (como os relatos de enviados diplomáticos, viajantes, literatos, etc), contribuiu para a fixação das linhas civilização/barbárie e a correspondente divisão leste/oeste na cultura e na política europeia. Gassner critica precisamente as tentativas de descrever mudanças de atitudes e processos de transformação social com base em uma história intelectual. Em outras palavras, o enfoque de Wolff padeceria de uma confiança excessiva na capacidade da alta cultura

²⁵⁴ Florian Gassner, *Germany versus Russia: A Social History of the Divide between East and West*. Tese de doutorado. The University of British Columbia (Vancouver), The Faculty of German Studies, 2012, p. 33.

²⁵⁵ “Os russos não serão nunca verdadeiramente policiados, porque o foram muito cedo. Pedro, o Grande, tinha o gênio imitativo; não o gênio verdadeiro, o que cria e tudo faz do nada. Algumas coisas que fez eram boas, a maioria delas descabida. Ele viu que seu povo era bárbaro, mas não viu em absoluto que seu povo não estava amadurecido para a polícia; ele quis civilizá-lo, quando devia tê-lo tornado aguerrido; quis, de início, fazer deles alemães, ingleses, quando era preciso começar por fazê-los russos; impediu seus vassalos de jamais se tornarem aquilo que poderiam ser, persuadindo-os de que eram aquilo que não são. É assim que o preceptor francês forma seu aluno para brilhar um momento durante a sua infância, e em seguida não ser jamais ninguém. O império russo pretenderá subjugar a Europa e será ele mesmo subjogado. Seus súditos ou seus vizinhos, os tártaros se tornarão seus senhores e os nossos: esta revolução parece-me infalível. Todos os reis da Europa trabalham de comum acordo para acelerá-la.” *Du Contrat Social ou Principes de Droit Politique*. Genebra: Marc-Michel Bousquet, 1784, p. 79.

²⁵⁶ cf. “Wolff, Larry. Inventing Eastern Europe: The Map of Civilization on the Mind of the Enlightenment”, in: *Russian Review* 55, no. 4 (1996), p. 713.

²⁵⁷ *Germany versus Russia*, p.3.

européia em determinar o lugar da Rússia no discurso político, sem levar em devida conta os fatores sociais, históricos e políticos responsáveis pela popularização das suas representações.

O ponto de partida de Gassner é a importância das representações sobre a Rússia para a construção da identidade alemã, um processo social coevo à progressiva integração do Império Russo ao sistema internacional europeu a partir do século XVIII. Gassner nota que a noção do “atraso” russo permitia à cultura alemã se auto-representar como portadora da civilização e da *kultur*, mas ao mesmo tempo, e paradoxalmente, se apresentava essencialmente como *ameaça*. Um “orientalismo alemão”, se existiu, teria sido antes uma estratégia de *sobrevivência* face a essa ameaça do atraso, ou de *resistência* ante a perspectiva de uma hegemonia russa, uma hegemonia do atraso, do que uma estratégia de *dominação*, como na formulação original de Edward Said²⁵⁸. De qualquer modo, uma estratégia de sobrevivência implicava, com aponta Troy Paddock, uma “conquista conceitual”²⁵⁹. A posição relativa e fronteiriça da Alemanha em relação à Rússia talvez possa ser apontada também como contribuição para uma interpretação, por parte de setores sociais na Alemanha, do sistema internacional resultante do Congresso de Viena e das acomodações pós-napoleônicas mais em termos de “hegemonia” ou “ameaça” do que de “balança de poder” ou “estabilidade”: intuição que alimenta o esforço de situar a Rússia “fora da Europa”²⁶⁰.

O capítulo alemão do desenvolvimento da russofobia europeia apresenta, por conseguinte, uma intensidade própria. No quadro europeu mais geral, a argumentação de Gassner aponta como a fundação da Rússia moderna por Pedro I no século XVIII e seu ingresso no sistema europeu na Grande Guerra do Norte – o objeto de Marx nas *Revelações* – modificou não apenas um sistema

²⁵⁸ *Orientalism*, Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1978, p. 15.

²⁵⁹ Termo que o autor toma de Nathaniel Knight, cf. Paddock, *Creating the Russian Peril: Education, the Public Sphere, and National Identity in Imperial Germany, 1890-1914*. Rochester: Camden House, 2010, p. 4.

²⁶⁰ Embora no *Manifesto Comunista* o Czar represente ainda um dos “poderes” da “velha Europa”, a Rússia continuaria a figurar como uma entidade “não-europeia” para Marx até bem mais tarde. Em carta a Engels de 24 de março de 1870, em que comenta a admissão de uma seção russa no Conselho Geral da I Internacional, Marx comenta com ironia: “Uma posição engraçada para mim funcionar como representante da jovem Rússia! Um homem nunca sabe a que pode chegar ou a que estranha companhia terá de se submeter”. Marx relata a Engels que em sua resposta oficial ao representante russo Florovsky (o autor de *A Condição da Classe Trabalhadora na Rússia*, que motivaria Marx a começar a estudar russo) assinalara ser a principal tarefa da seção russa “trabalhar pela Polônia (isto é, livrar a Europa de ter a Rússia como vizinha)”. MECW, 43, p. 462.

político, como também o sistema representacional a ele associado: alterou as exigências de representação da Europa ocidental em relação ao oriente. Se, por um lado, a Rússia oferecia um “outro” mais ambíguo em relação à Europa do que o “outro” tradicional, encarnado então quase sempre pelo Império Otomano, por outro essa ambiguidade mesma – um estar dentro e fora da Europa ao mesmo tempo – colocava um desafio identitário particularmente significativo para a Alemanha²⁶¹. O processo de significação social da entrada da Rússia no “concerto europeu”, sobretudo a partir da aquisição do *status* de “grande potência”, no século XIX, implicava para os intelectuais e políticos a tarefa de gerar conhecimento sobre esse novo “outro”, de “provar a sua existência”, diria Marx, o que muitas vezes colocava em causa, para os intelectuais alemães, o seu já problemático pertencimento europeu.

Na sua reconstrução da evolução social e política da russofobia na Alemanha, Gassner distingue algumas fases principais, levando em conta as modificações no sistema internacional e como elas afetaram a situação alemã. A primeira é o início do século XVIII, em que a acomodação da “entrada” da Rússia petrina na Europa seria marcada por uma interação pragmática de agendas geopolíticas distintas e buscas de relacionamentos comerciais e econômicos favoráveis, ao lado de esforços intelectuais de explicação do aparecimento russo na Europa, seus avanços e seu papel futuro. Na Alemanha, prevalece a imagem do povo russo como “nação bárbara”, mas também “povo engenhoso”, aberto ao contato civilizador do ocidente. A segunda compreende a crise do final do século XVIII, o reinado de Catarina II (1762-1796), e as teorizações do “despotismo esclarecido”, de que Voltaire é o representante por excelência. A atitude alemã, marcada pela ascensão da Prússia após a Guerra dos Sete Anos e pela crescente proximidade política, reflete uma aproximação esperançosa. Se as partições da Polônia no fim do século XVIII (1772, 1793 e 1795) em certo sentido consumam essa aproximação, elas por outro lado já despertam correntes de opinião críticas na Alemanha e o sentimento de inquietação ante os perigos da recém-adquirida

²⁶¹ Gassner, op. cit. p. 10.

fronteira russa a leste²⁶².

A revolução francesa, as guerras napoleônicas e a “guerra patriótica” contra a ocupação francesa na Alemanha (1813), com a subsequente entrada das tropas do Czar Alexandre I em Paris, marcam um período em que as atitudes positivas em relação à Rússia atingiam o seu auge na Alemanha, em torno de 1814, de par com uma identificação conservadora cristã com a Santa Aliança. O período vê também o nascimento de uma oposição radical que, embora pouco significativa, passa a organizar seu discurso e sua prática em torno da denúncia dos princípios da Santa Aliança e da influência russa como obstáculos à implementação de reformas liberais e constitucionais, e da defesa de uma aproximação com as monarquias constitucionais do “ocidente”. A intervenção russa, com o subsequente apoio da Inglaterra e França, a favor da Grécia em sua guerra de independência contra o domínio otomano (1821-1830), e a repressão militar ao “levante de novembro” na Polônia (Varsóvia) em 1830-31, alimentariam a imagem de uma força hegemônica a leste, imbuída do papel contra-revolucionário de “gendarme” do continente²⁶³.

Gassner chama de “guerra dos mundos” o período seguinte, entre 1832, data em que os liberais alemães organizam o “festival de Hambach” (encontro da dissidência política com importante participação popular), até a eclosão da Guerra da Criméia, em 1853, passando pelas revoluções nacional-liberais de 1848-49. Trata-se da maré montante do sentimento russóforo baseado na identificação da rejeição da influência russa com a luta por reformas constitucionais. O período marcado pela Guerra da Criméia consumaria, para Gassner, a unificação do discurso anti-russo desenvolvido até ali com a “retórica da raça” ou a “mentalidade racial” que, embora derivada de fontes que remontam ao século XVIII, ganharia articulação, popularização e eficácia social em meados do século XIX, especialmente a partir da publicação do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de Arthur de Gobineau, em 1853.

Gassner menciona algumas passagens de Bruno Bauer e Marx no mesmo ano de 1853 como

²⁶² Ibid. p.12.

²⁶³ Ibid.

exemplos de uma característica nova em relação ao antagonismo tradicional entre a Rússia e as aspirações liberais e democráticas. Essa novidade seria, precisamente, “o modo como eles essencializaram esse antagonismo por meio da retórica da raça”²⁶⁴. Bruno Bauer o faria ao prever, com o início da Guerra da Crimeia, uma batalha quase apocalíptica entre “os povos Germânico e Russo” que decidiria se a nova era seria afinal “uma era russa” ou uma era “moldada pelo Germanismo”²⁶⁵. Quanto a Marx, Gassner lhe atribui equivocadamente a autoria do artigo “A Luta Europeia” (publicado no NYDT em 5/5/1855), o qual, embora assinado por ele, fora na verdade escrito por Engels²⁶⁶. A passagem que cita é ainda uma referência de Engels ao pan-eslavismo, no contexto de declarações do Czar Nicolas I durante a Guerra da Crimeia. Ao leitor familiarizado com o estilo e o vocabulário de Engels, o trecho não causará surpresa. Engels vê a postura do Czar em 1855 como ápice do desenvolvimento do pan-eslavismo desde 1815, no contexto do qual a “raça eslavônica”, historicamente dividida, “repelida em direção ao leste pelos alemães”, subjugada por “turcos, alemães, húngaros”, passava finalmente a reorganizar os seus ramos e, ao proclamar a sua unidade, declarava “guerra aberta contra as raças romano-célticas e alemãs que até agora governaram o continente”²⁶⁷.

Há grande impropriedade em associar Engels e Bruno Bauer, sem uma contextualização mais precisa, ao tipo de discurso especificamente racista que já vinha se consolidando na Europa e que Gobineau viria afinal a compilar e popularizar em 1853. No caso de Engels, cabe notar ainda que esse vocabulário já estava assentado em 1849. Além disso, há que se ter em conta, mais do que diferenças de estilo entre racialismos alemão e francês, as diferenças políticas e seu impacto na forma como o discurso racista em circulação era recebido, apropriado e eventualmente

²⁶⁴ Ibid. p. 179.

²⁶⁵ *apud* Gassner, *ibid.*

²⁶⁶ A autoria de Engels já está há muito estabelecida. O engano de Gassner advém provavelmente de sua utilização da edição de artigos de Marx e Engels sobre a Rússia organizada em 1952 por Paul Blackstock e Bert Hoselitz (*The Russian Menace to Europe*), p. 84. O artigo encontra-se no MECW, 14, p. 163. Trata-se de um texto, contudo, em que estão retomados os traços mais característicos da crítica de Engels ao pan-eslavismo desde 1849 – o que torna menos desculpável o equívoco.

²⁶⁷ MECW, 14, p. 165.

modificado. No caso de Engels e de sua “denúncia” do pan-eslavismo, qualquer avaliação sobre a utilização do conceito de raça teria que levar em conta, para além dos conhecidos artigos em que se manifesta a sua “eslavofobia”, o seu uso algo inusitado em obras muito anteriores à publicação do tratado de Gobineau, como a *Condição da classe operária na Inglaterra* (1845). Engels aí argumenta que a exploração capitalista (além da imigração irlandesa) transformava o proletariado inglês, naquela primeira metade do dezenove, em uma “raça” distinta da burguesia – ou seja, produzia diferenças culturais, sociais e mesmo físicas análogas àquelas que seriam, para Engels, o produto da diferença entre raças²⁶⁸. Embora Engels abrace o estereótipo do irlandês “passional e mercurial”, que infundiria no proletariado inglês características de “generosidade” e sentimentalismo, ele o faz segundo uma lógica que avalia positivamente a “mistura de raças”, ao contrário, portanto, do racismo de Gobineau²⁶⁹. Em escritos mais tardios, como a *Dialética da Natureza* (1883), a filiação de Engels às teorias dos caracteres adquiridos de Lamarck (1744-1829) ficaria de alguma forma mais explícita. Em todo caso, como observa Diane Paul, o uso que Marx e Engels fazem de ideias como a de degradação biológica, de filiação lamarckista, reflete a sua plasticidade política. Na *Ideologia Alemã*, por exemplo, Marx, criticando Stirner, enfatiza a reversibilidade do processo de “degeneração”, o aspecto “otimista” do lamarckismo, ao argumentar

²⁶⁸ “Em vista de tudo isso, não é surpreendente que a classe trabalhadora tenha gradualmente se tornado uma raça inteiramente à parte da burguesia inglesa. A burguesia tem mais em comum com todas as outras nações da Terra do que com os trabalhadores entre os quais vive. Os trabalhadores falam outros dialetos, têm outros pensamentos e ideais, outros costumes e princípios morais, uma religião e uma política diversas daquelas da burguesia. São portanto duas nações radicalmente dessemelhantes, tão diferentes quanto as diferenças de raça as poderiam ter feito, e das quais nós no Continente conhecemos apenas uma, a burguesia. E é precisamente a outra, o povo, o proletariado, que é de longe a mais importante para o futuro da Inglaterra”. MECW, 4, p. 419-420.

²⁶⁹ O tema da retórica e do conceito de raça em Marx e Engels exigiria um tratamento próprio, que não é o objetivo aqui (e abarcaria os escritos tardios dos dois autores e sua relação com ideias de Darwin, Pierre Trémaux, Haeckel e Morgan, entre outros). Em Marx, são conhecidas as referências racialistas, em sua correspondência privada, a Lassalle e a seu genro Paul Lafargue (cf. Francis Wheen, op. cit. p. 55). Cabe notar, entretanto, que a retórica da raça tem sentidos operativos diversos em Marx e Engels, e nos escritos jornalísticos e políticos parece estar, no mais das vezes, subsumida no esquema civilização/barbárie. No Livro III do *Capital* (Parte VI, cap. XLVII, seção II), “relações raciais” são elencadas entre os fatores, ao lado de circunstâncias históricas, sociais e ambientais, que podem fazer com que as mesmas condições econômicas manifestem muitas “variedades” e “gradações”, especialmente em relação às relações políticas que correspondem a determinado estágio histórico do trabalho social (MECW, 37, p. 778) Em relação a Gobineau especificamente, Marx tinha uma postura bastante crítica, muito ao contrário da admiração que nutria por Darwin e Trémaux (cf. a esse respeito, “The Contacts Between Karl Marx and Charles Darwin”, Ralph Colp, Jr. in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 35, No. 2, Apr. - Jun., 1974, pp. 329-338). Em carta a sua filha Eleonor e a Paul Lafargue, ele se refere com desdém à obra de Gobineau e a seu pendor etnocêntrico (MECW, 43, pp. 446-449).

que mesmo as diferenças naturais entre as espécies, fruto do processo evolutivo, “como as diferenças raciais”, “podem e devem ser abolidas no curso do desenvolvimento histórico”²⁷⁰.

Apesar da impropriedade da associação de Marx e Engels a Gobineau, que parece indicar a pouca familiaridade do autor com a obra de Marx e Engels, Gassner aponta de forma precisa como o período da Guerra da Criméia cristalizou em definitivo, no discurso político alemão, a fratura “leste-oeste”. A consequência dessa cristalização foi, de um lado, da ordem da taxinomia político-geográfica: a ruptura com a noção, cuja linhagem remonta a Montesquieu, de que a Rússia pertenceria ao temperado “norte” (ao lado das nacionalidades nórdicas, como os finlandeses e suecos), e sua consequente e definitiva passagem ao pólo do “barbarismo” oriental e asiático. De outro lado, operou-se também uma consequência de ordem semântica: a distinção entre a Europa romano-germânica civilizada e a Rússia bárbara deixava de permitir qualquer *gradação*, e passava a constituir uma divisão essencializada e intransponível. Na “mente dos alemães”, como aponta Gessner, “o muro permeável que separava a Rússia do resto da Europa” foi progressivamente selado²⁷¹.

Nessa divisão, noções de superioridade cultural germânica encontravam com naturalidade sua plataforma de afirmação. Ao mesmo tempo, o discurso racista que ganhava terreno e consistência encontrava ele também uma função precípua: ajudar a fixar as fronteiras de uma Europa que, para muitos dos setores democráticos alemães desde os anos 1840, deveria ser fundada na “união romano-germânica” – o outro nome para a aliança entre Alemanha e França que personagens fundamentais para a formação de Marx, como Moses Hess e Arnold Ruge, o editor dos *Anais Franco-Alemães* em que Marx colaborou, propugnavam. Aliança com a “Europa”, de um lado, resistência e guerra contra a Rússia e os eslavos, de outro: era essa a leitura política dos círculos democráticos alemães que defendiam, em 1854, que Prússia e Áustria abandonassem a neutralidade na Guerra da Criméia e se aliassem à Inglaterra e à França.

²⁷⁰ “‘In the Interests of Civilization’: Marxist Views of Race and Culture in the Nineteenth Century”, de Diane Paul.

²⁷¹ Ibid, p. 185.

Em 1853, no começo da guerra, a formulação particular que Engels dava a esse ponto de chegada da russofobia na Europa traduz, com a clareza que lhe era própria, a interpretação revolucionária do estado de coisas internacional, e do estágio político-ideológico então prevalecente. Para Engels, a revolução francesa pusera em marcha uma potência indomável, a “Revolução Europeia”, a “força explosiva” das ideias democráticas e do desejo humano de liberdade. Desde então, haveria na Europa “apenas dois poderes”: “Rússia e o Absolutismo, Revolução e Democracia”. Embora em 1853 a “Revolução” parecesse adormecida, ela no fundo continuava sendo tão temida como sempre pelos poderes estabelecidos. De outro lado, se o Czar fizesse de Constantinopla “uma de suas capitais”, o novo poder da Rússia significaria “uma calamidade para a causa revolucionária”, cujo interesse deveria coincidir, portanto, com o interesse nacional da Inglaterra²⁷².

No momento em que o “tema russo” alcança, segundo a argumentação de Florian Gassner, a sua “maturidade”, e em que estão plenamente em vigor não apenas o discurso do “barbarismo oriental”, como a cerrada divisão leste-oeste, a superposição da leitura “revolucionária” dessa situação político-ideológica é reveladora. Ela evidencia uma releitura do sistema internacional de 1815 em termos dinâmicos e “hegemônicos”, em contraposição aos pressupostos conservadores da “paz” e do “equilíbrio de poderes”. Ao mesmo tempo, re-elabora o tema russo, a equação ocidente/civilização contra oriente/barbárie, em termos de democracia e revolução contra o absolutismo. Ao evocar a catástrofe da tomada de Constantinopla pelos russos, o antigo “projeto grego” de Catarina II, Engels coloca em cena os impasses geopolíticos do arranjo europeu, procurando precipitar no tempo agônico da “Revolução” os tradicionais princípios da diplomacia inglesa e francesa em defesa do Império Otomano, do “status quo” no oriente e da estabilidade de seus interesses comerciais.

O panorama político-ideológico da “russofobia” traçado por Florian Gassner a partir das

²⁷² MECW, 12, p. 17.

fontes e realidades alemãs tem o mérito de colocar em evidência a interação entre política, identidade e representação, bem como os fatores e mecanismos sociais responsáveis por essa interação. Entre esses fatores, Gassner menciona com propriedade o próprio esforço político-diplomático dos governos absolutistas para contrarrestar a crítica social. Observa, por exemplo, que os relatos de viagens, uma fonte fundamental para o “tema russo” desde o século XVI, eram influenciados por agendas políticas. Em um ambiente em que, frequentemente, literatos de diferentes afiliações possuíam vínculos políticos explícitos, como na “atmosfera carregada dos anos 1830 e 1840”, Gassner observa que “uma avaliação objetiva da Rússia era quase impossível”. Como Marx diria nas *Revelações*, o crescimento do poder russo era inseparável das dúvidas e do ceticismo sobre o seu verdadeiro alcance. Mesmo estudos que se propunham “objetivos”, como o estudo etnográfico de August von Haxthausen, que se pretendia um relato desinteressado das condições de vida do povo russo, em particular os habitantes de suas “estepes e florestas” e as comunidades campesinas, eram objetos de acalorados debates entre liberais e conservadores, no curso dos quais as avaliações positivas eram muitas vezes acusadas de terem sido patrocinadas pela diplomacia russa. Haxthausen, cuja obra tem um especial interesse para Marx e Engels²⁷³, recebera de fato apoio do governo russo em sua visita ao país em 1843, mesmo ano em que Balzac visitou a Ucrânia²⁷⁴. Para Gassner, seu “relato” etnográfico termina sendo “um palimpsesto de múltiplas camadas que não conseguia esconder as diversas agendas políticas pelas quais havia sido informado”²⁷⁵.

Outro desses mecanismos, bem menos sutil, era a censura pura e simples. Gassner recorda como o assassinato do dramaturgo alemão pró-russo August von Kotzebue em 1819, na Prússia,

²⁷³ Marx e Engels consideravam o relato de Haxthausen uma fraude russófila, que influenciara os próprios pan-eslavistas russos, como Herzen. Em particular, Marx criticava a visão romântica da propriedade comum da terra entre os camponeses russos descrita como uma particularidade nacional russa, o que permitia a Herzen utilizá-la para argumentar que a Rússia poderia “rejuvenescer” o ocidente. Para Marx, as comunas descritas por Haxthausen correspondiam a um estágio comum a todos os povos indo-europeus, e no século XIX ainda existia também na Escócia, Irlanda e Índia. Cf. MECW, 27, p. 422.

²⁷⁴ Gassner, p. 151.

²⁷⁵ Idem.

pelo estudante de teologia Karl Ludwig Sand, que se alinhava aos nacionalistas liberais, causara verdadeira histeria em toda a Confederação Alemã, ajudando a que medidas repressoras de Metternich – os “decretos de Carlsbad” –, fossem aceitas com pouca resistência popular²⁷⁶. Se àquela altura era razoável supor que São Petersburgo não estivesse por trás do ímpeto repressivo de Metternich, em 1842 temos indicações concretas de que esse vínculo existia. Naquele ano, a publicação de editoriais críticos à Rússia em uma publicação de democratas radicais em Colônia, a *Gazeta Renana*, chegara ao conhecimento do Czar Nicolas I. Uma manifestação de descontentamento do chanceler russo bastou para que o governo prussiano determinasse o banimento do jornal, editado então por um jovem e zeloso democrata chamado Karl Marx²⁷⁷, que temia ser acusado por seus companheiros democratas radicais de excesso de moderação em seus esforços para salvar o jornal da censura oficial. A contar pela correspondência de Marx com Arnold Ruge em março de 1843²⁷⁸, pouco antes de sua colaboração nos *Anais Franco-Alemães* – o periódico radical com que Ruge pretendia selar a aproximação da Alemanha com a França progressista –, Marx atribuía o banimento da *Gazeta Renana* a outros temas e não tinha conhecimento da *démarche* russa. É certo, entretanto, que tinha consciência da influência dos “russos de trás” sobre os “russos de cá” – fórmula irônica, e muito significativa, que utilizou nos *Anais Franco-Alemães*²⁷⁹ para se referir aos prussianos, em cujo ambiente de censura e bloqueio

²⁷⁶ Ibid, p. 116. Os decretos de Carlsbad foram aprovados pelos representantes da Confederação Alemã tais como propostos por Metternich, dois meses depois do assassinato de Kotzebue. Toda publicação com menos de vinte páginas estaria submetida à censura prévia em todo o território da Confederação, e cada um dos Estados alemães poderia vetar publicações que ferissem seus interesses nos territórios de quaisquer outros membros. Representantes estatais foram designados para vigiar as atividades das universidades, e uma comissão criada para investigar atividades “revolucionárias”. Para uma crônica da aprovação dos decretos, do papel de Metternich, e de como a virada repressiva na Alemanha fazia avançar os interesses da Áustria em detrimento da posição da Prússia, ver Henry Kissinger, *A World Restored*, pp. 237-244. Para Kissinger, o assassinato de Koetzue era expressão da frustração do nacionalismo alemão, mais proeminente na Prússia, com o arranjo do Congresso de Viena, e por isso era particularmente significativo que as manifestações de descontentamento se dessem entre as novas gerações, como os estudantes, e nas instituições nacionais por excelência na Prússia, como eram as universidades – centro também do que, para Engels, representava o “*mindset* teórico” alemão. Ademais, o episódio marcaria “o fim do esforço de Metternich para organizar a Europa central inteiramente por meio de medidas políticas. A partir de então ele usaria a política primariamente como meio de obter uma base moral para a repressão social, na procura sem fim pelo momento da ordem que sinalizaria o fim da onda revolucionária e a sobrevivência do império central”, op. cit. p. 238.

²⁷⁷ Berlin, op. cit. p. 61-62.

²⁷⁸ MECW, 1, p. 396-397.

²⁷⁹ MECW, 3, p. 140

político e ideológico já não suportava viver.

É de forma bastante concreta, portanto, que o “tema russo” interfere, desde 1842, na biografia de Marx. Após o fim da *Gazeta Renana*, a caminho de Paris onde Arnold Ruge o esperava, ele daria seqüência ao projeto intelectual da crítica à filosofia do Direito de Hegel, que já havia iniciado. Ao mesmo tempo, Engels, vivendo desde 1842 na Inglaterra, já estava em contato com artistas e colaborava em seus periódicos. Suas observações preliminares sobre as desumanas condições da classe operária inglesa, e sobre como tais condições tornavam-se ainda mais vulneráveis com as flutuações do comércio internacional, já haviam aparecido nas páginas da *Gazeta Renana*²⁸⁰. Marx dedicava-se à crítica da “teologia política” de Hegel como “expressão metafísica da reação”, nos cadernos de Kreuznach, valendo-se para tanto de notas sobre a história política europeia²⁸¹. O programa crítico de Marx faria sua primeira aparição no primeiro e único número dos *Anais Franco-Alemães*, já em Paris. A única edição dos *Anais*, antes do rompimento entre Marx e Ruge, não chegou exatamente a cumprir com a promessa cosmopolita de associar escritores alemães e franceses. Além de uma edição de cartas filosóficas trocadas entre Marx e Ruge no ano anterior, o número continha os ensaios de Marx sobre a questão judaica e sobre Hegel, odes satíricas de Heinrich Heine sobre o Rei Ludwig da Bavária, e uma única contribuição não-alemã: a do russo Michael Bakunin²⁸².

A virulência da sátira de Heine, entretanto, assegurou ampla circulação e interesse ao primeiro número dos *Anais*, inclusive por parte da censura prussiana, que determinou a apreensão de centenas de cópias que haviam sido enviadas à Alemanha e expediu uma ordem de prisão contra Marx, Ruge e Heine. Na Áustria, Metternich também determinara “penalidades severas” contra qualquer livreiro que possuísse a publicação²⁸³. Em razão de divergências editoriais, financeiras e pessoais, Marx e Ruge não voltariam a colaborar. A revolta de trabalhadores da indústria têxtil da

²⁸⁰ *Marx's General*, p. 83.

²⁸¹ MECW, 3, p. 130.

²⁸² Francis Wheen, op. cit. p. 64-66.

²⁸³ *Ibid*, p. 66.

Silésia, em junho de 1844, deu ocasião a um debate entre os dois nas páginas do quinzenário comunista *Vorwärts!*, editado em Paris. Marx defendia, contra artigos anônimos de Ruge, a consciência de classe dos tecelões da Silésia. Para Ruge, refletindo as condições políticas na Alemanha, faltava-lhes precisamente a “consciência política” para transformar sua luta específica em um movimento revolucionário nacional. Marx, ao contrário, via na sua “consciência de classe” precisamente o conteúdo socialmente revolucionário, o antídoto prático contra o idealismo de uma suposta “consciência política”. Para ele, em um país onde “a obediência é a ordem do dia”²⁸⁴, o fato de que o governo tenha recorrido às armas contra trabalhadores era significativo do alcance social da revolta.

Marx esboça uma análise da estrutura de classes da sociedade alemã, mostra que a revolta na Silésia se dirigia contra a burguesia, e não contra a forma absolutista do Estado. Faz uma comparação também com revoltas proletárias na Inglaterra e na França, defendendo a “superioridade” da luta dos trabalhadores da Silésia, ao não permitirem que qualquer “entendimento político” lhes turvasse o “instinto social”²⁸⁵. Os trabalhadores da Silésia, ao invocarem em suas palavras de ordem a pureza de sua condição proletária e de sua luta contra a marcha desumanizante da manufatura, e ao se insurgirem não apenas contra máquinas, mas também contra a propriedade privada e o sistema bancário, haviam exprimido, para Marx, um entendimento superior às considerações políticas de seus contrapartes ingleses e franceses. O proletariado alemão alcançava, assim, ser o representante mais *universal* da classe operária europeia, o que seria corroborado pela capacidade intelectual de uma de suas lideranças, como o alfaiate Wilhelm Weitling. Daí a sua conclusão, que ecoa a triarquia de Moses Hess: “Deve-se admitir que o proletariado alemão é o teórico do proletariado europeu, exatamente como o inglês é o seu economista, e o francês, o seu político”²⁸⁶.

²⁸⁴ MECW, 3, p. 190.

²⁸⁵ Idem, p. 204.

²⁸⁶ Ibid, p. 202.

Se compreendemos o “tema russo” em sua relação fundamental com a constituição de auto-representações da Europa ocidental, essa passagem em um texto tão central para os movimentos iniciais do comunismo revela alguns desenvolvimentos importantes. Afinal, em 1843, a Rússia é uma imagem que Marx utiliza para denunciar o estágio ideológico e político na sua Prússia natal. Por isso, na sua correspondência com Ruge publicada nos *Anais Franco-Alemães*, as autoridades prussianas são “os russos de cá”. Na *Introdução* à crítica da filosofia do direito de Hegel, em que o presente político da Prússia, a sobrevivência do absolutismo, representa a comédia ideológica do passado tragicamente liquidado pelo Estado moderno, uma comparação de fundo, indicada de forma muito sub-reptícia, é também com a Rússia. Para Marx, o *status quo* alemão está *aquém* da história: compartilhou com outras nações europeias a sua restauração, sem ter passado por sua revolução – e coube à sua filosofia do Estado, complemento ideal de uma realidade *sub-histórica*, fornecer a representação teórica das deficiências do Estado moderno em sua realização avançada. Daí que a Alemanha, em que ainda vigorava o antigo regime, em condições internacionais já marcadas pela restauração pós-revolucionária – pelo sistema internacional de 1815 –, pudesse constituir “a consciência teórica” das outras nações, ao preço de constituir como a comédia do seu passado político-ideológico, já descarnado de qualquer legitimação. Marx assenta que, se o desenvolvimento da Alemanha correspondesse inteiramente a seu desenvolvimento político, “um alemão poderia, no máximo, aspirar à mesma quota de participação nos problemas do presente do que a de um russo”²⁸⁷.

Aqui podemos acompanhar como o “tema russo”, um importante ruído de fundo, atua na configuração de uma auto-representação da consciência crítica alemã e de sua tarefa histórica. A revolta dos trabalhadores da Silésia oferece a Marx a oportunidade de atualizar o quadro traçado na *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843. Finalmente, o proletariado alemão, a única classe capaz de redimir o abjeto estado de coisas²⁸⁸, faz a sua entrada em cena, com o

²⁸⁷ Ibid, p. 180.

²⁸⁸ “Onde está, portanto, a possibilidade positiva de uma emancipação alemã? Resposta: Na formação de uma classe

operário-teórico Weitling à frente, e assume – na eulogia entusiasmada de Marx – a vanguarda do movimento operário europeu. A teoria alemã, esse produto contraditório do atraso, era o que então podia separar a Alemanha da Rússia político-ideológica intuída nos textos de Marx em 1843. O proletariado da Silésia, teórico do proletariado europeu, e cuja condição refletia ao mesmo tempo o estágio inicial de industrialização na Alemanha e já a concorrência com a manufatura inglesa²⁸⁹, surge como o novo fator a reivindicar o laço contemporâneo da Alemanha com França e Inglaterra – um pertencimento histórico à escala da “civilização” –, ao mesmo tempo em que permitia denunciar o seu estado presente como um barbarismo político.

Esse pertencimento seria posteriormente elaborado em termos mais propriamente teóricos na *Ideologia Alemã*, em passagens que evocam a posição de Marx sobre a revolta dos trabalhadores da Silésia e seu significado para a Alemanha. Ali Marx compara a ação do proletariado das regiões mais desenvolvidas de um país sobre os trabalhadores dos setores mais atrasados: o proletariado criado pela indústria de larga escala assume a “liderança” do movimento das massas, já que os trabalhadores excluídos da indústria encontram-se em situação “ainda pior” do que os trabalhadores industriais. Da mesma forma, os países industrializados influenciariam os menos desenvolvidos, na medida em que estes são “tragados” pelo comércio mundial naquilo que Marx chamará de “luta competitiva universal”, ou “concorrência universal”²⁹⁰. É precisamente a concorrência universal que permitirá que as formas mais avançadas da contradição entre as forças produtivas e a organização da sociedade, que se verificam nos países mais avançados, se façam sentir também nos países retardatários, permitindo que o proletariado desses países assumam o protagonismo social:

com correntes radicais, uma classe da sociedade civil que não é uma classe da sociedade civil, um estado que é a dissolução de todos os estados, uma esfera que tem um caráter universal por seu sofrimento universal e não reivindica nenhum direito em particular porque sofre não uma injustiça particular, mas a injustiça geral perpetrada contra ela; uma classe que já não pode invocar um título histórico, mas apenas um título humano; que não se encontra em nenhuma antítese unilateral contra as consequências, mas em uma antítese completa contra as premissas do Estado alemão; uma esfera, finalmente, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e assim emancipar todas as esferas da sociedade, a qual, em uma palavra, é a perda completa do homem e portanto só pode ganhar a si mesma ao reganhar o homem. Essa dissolução da sociedade como um estado particular é o proletariado”. Ibid, p. 186.

²⁸⁹ Cf. Michael Levin, “‘The Hungry Forties’: The Social-Economic Context of the Communist Manifesto”, in *The Communist Manifesto: New Interpretations*, org. Mark Cowling, p. 43.

²⁹⁰ MECW, 5, p. 74.

Assim que todas as colisões na história têm sua origem, de acordo com nossa visão, na contradição entre as forças produtivas e as formas da interação social. A propósito, para que produza colisões em um país, essa contradição não precisa necessariamente haver alcançado seu limite extremo naquele país em particular. A competição com países mais avançados industrialmente, criada pela expansão das trocas internacionais, é suficiente para produzir uma contradição similar nos países com uma indústria menos avançada (por exemplo, o proletariado na Alemanha levado a uma posição mais proeminente pela concorrência com a indústria inglesa).²⁹¹

Essa teorização sobre os efeitos sociais do comércio internacional ganharia, como sabemos, sucessivos refinamentos, até chegar às proposições do *Manifesto Comunista*, para depois ultrapassá-las em uma trajetória que passará pelo tema do colonialismo inglês na Ásia e pela fundação da I Internacional. Em todo caso, ela registra, em 1845, o *esforço teórico* de selar o destino *européu* da Alemanha mergulhada no atraso. Em outras palavras, o “tema russo”, sintoma de primeira grandeza dos impasses político-sociais da Confederação Alemã na década de 1840, revela como a incipiente teorização sobre o papel histórico do proletariado em Marx aponta já para a necessária direção do internacionalismo – os dois, termos específicos com que o comunismo, particularmente no programa de Marx e Engels, procuraria levar a cabo a revisão revolucionária do sistema internacional instaurado em 1815.

8 - Internacionalismo e revolução: a revisão do sistema de 1815

O que significa, contudo, revisar o sistema internacional de 1815? Vimos que a crítica de Marx à filosofia do Estado de Hegel desemboca em um programa crítico e revolucionário baseado nas condições históricas da Alemanha de 1840 – condições essas inseparáveis do quadro social e político determinado pela reação ao *revisionismo* da França revolucionária²⁹². Como a reação de

²⁹¹ Ibid, p. 75.

²⁹² Para Kissinger, em relação ao período das guerras napoleônicas e do Congresso de Viena: “Poucos períodos ilustram tão bem o dilema colocado pelo surgimento de uma potência revisionista, a tendência de que os termos tenham seu sentido modificado, e mesmo os relacionamentos mais familiares tenham seu significado alterado. Uma nova filosofia proclamou que refundaria a estrutura de obrigações existente, e a França Revolucionária pôs-se a tornar essa proclamação realidade. A pergunta 'O que torna legítima a autoridade?' foi definida por Rousseau como

Marx à revolta dos trabalhadores da Silésia evidencia, a história não teria abandonado afinal as terras alemãs, mas sim a forma política imposta sobre elas, assentada na aporia de sua “sociedade civil”, e na sustentação conservadora internacional – em última instância, nos desígnios de Metternich e São Petersburgo. Revisar os termos de 1815, nesse contexto, implicava a tarefa teórica e prática de recolocar em movimento, nessas novas condições, as dinâmicas históricas que a restauração absolutista procurara conter. Em termos econômicos e sociais, tratava-se de acelerar as contradições que seriam capazes de tornar mais agudas as consequências sociais da expansão da indústria, do comércio e das condições de vida burguesas²⁹³. Em termos políticos, dar combate, literalmente, às forças da sobredeterminação absolutista e aos mecanismos de sua acomodação com os interesses das nações “civilizadas”.

De uma perspectiva revolucionária, que já estava filosoficamente bem delineada para Marx em 1844, o internacionalismo se traduzia em uma crítica em diversas frentes, como princípio interpretativo, organizativo e normativo da ação política comunista. Implicava em interpretar os eventos políticos e econômicos em sua escala europeia e internacional, organizar a ação política do proletariado em bases internacionais a partir da posição do proletariado em cada país, e aspirar a uma ordem internacional – econômica e política – que, assentando a divisão internacional do trabalho em novas bases, consumasse a superação da exploração de uma nação por outra, e estivesse baseada na cooperação, por oposição ao conflito militar à opacidade das intrigas diplomáticas. Naturalmente, o desenvolvimento dessa diferentes dimensões interligadas do

a questão-chave da política e, não importa o quanto tentassem, seus oponentes não conseguiam eliminá-la. Daí em diante, as disputas já não envolviam ajustes de diferenças dentro de um enquadramento aceito por todos, mas a validade mesma do enquadramento; a disputa política se tornara doutrinária: a balança de poder que funcionara de forma tão intrincada durante o século dezoito subitamente perdeu sua flexibilidade, e o equilíbrio europeu passou a ser visto pelas potências como uma proteção insuficiente diante de uma França que proclamava a incompatibilidade de suas máximas políticas com aquelas de outros estados. Mas os esforços hesitantes de Prússia e Austria para restaurar o governante legítimo da França a sua antiga posição apenas aceleraram o *élan* revolucionário. Um exército francês baseado na conscrição, inconcebível mesmo para o mais absolutista dos reis pela graça de Deus, derrotou os exércitos invasores e tomou os Países Baixos. E aí surgiu um conquistador que buscou traduzir as demandas morais da Revolução Francesa em realidade. Sob o impacto de Napoleão, desintegrou-se não apenas o sistema de legitimidade do século dezoito, mas com ele as salvaguardas físicas que, ao menos para os contemporâneos, pareciam pré-requisitos da estabilidade”. *A world restored*, pp. 3-4.

²⁹³ Em Marx, como veremos esse ponto coincide com a sua defesa do livre comércio e com a caracterização do “mercado mundial” como o âmbito da “concorrência universal”.

internacionalismo obedeceu, entre 1844 e 1848, a diferentes ritmos e circunstâncias, e se tomarmos o *Manifesto Comunista* (1848) como ponto de chegada desse processo formativo em Marx e Engels, talvez seja possível dizer que o internacionalismo como princípio *interpretativo* – indissociável da análise do papel histórico da burguesia – era até aí a dimensão que mais avançara²⁹⁴.

8.1 O *Manifesto do Partido Comunista*

Podemos acompanhar esse desenvolvimento nos textos de Marx e Engels desse período, aludindo, sempre que necessário, às configurações políticas e econômicas que caracterizavam a situação europeia na primeira metade do século XIX, e sempre que possível por meio de Marx e Engels em suas próprias palavras e ações. De início, e já nesse espírito, cabe notar que o sistema de 1815 está inscrito nos umbrais do *Manifesto Comunista* (“Um espectro ronda a Europa – o espectro do Comunismo. Todos os Poderes da velha Europa entraram em uma santa aliança para exorcisar esse espectro: o Papa e o Czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais-espiões alemães”²⁹⁵). A “Europa” de que tratam aquelas primeiras palavras é o edifício político anti-revolucionário que ganhou forma e mecanismo próprios em 1815. O “espectro”, por sua vez, palavra que se repete *três vezes* no curto parágrafo inicial, é o próprio movimento histórico da revolução social em cuja vanguarda o comunismo se auto-proclama, e cujo conteúdo não deixa de estar em certa forma determinado também, negativamente, pelo desfile metonímico de entidades

²⁹⁴ Na estimativa de Eric Hobsbawm, embora tenha contado desde o início com traduções em Inglês, Francês, Alemão, Italiano, Flamengo, Dinamarquês, Polonês e Sueco, o *Manifesto* teve sua repercussão política imediata confinada aos “pequenos círculos de revolucionários alemães”, e alcance “insignificante” fora deles, pelo menos até a sua reedição no começo da década de 1870 (*The Age of Capital*, p. 21) – o que mostra os limites práticos do internacionalismo organizativo de Marx e Engels no contexto da Liga Comunista. Quanto à vertente normativa, as declarações de princípio sobre relações internacionais do ponto de vista comunista presentes nos escritos “preparatórios”, a *Confissão de fé comunista* e os *Princípios do Comunismo* (a cargo de Engels), e mesmo no *Manifesto*, estão aquém da clareza que ganhariam a partir da I Internacional. Talvez, nesse sentido, o grande enunciado internacionalista do *Manifesto* – “Os trabalhadores não têm pátria” (“Die Arbeiter haben kein Vaterland”) – deva ser visto ainda sobretudo de uma perspectiva *interpretativa*, isto é: como constatação crítica de que a forma da luta de classes é ainda nacional, embora a sua substância seja da ordem do devir da “história mundial”, por obra da expansão burguesa.

²⁹⁵ MECW, 6, p. 481.

que vêm enumeradas a seguir, como a verdadeira “santa aliança”, e que nos fornecem um retrato sugestivo de como Marx e Engels interpretavam a situação internacional de então: o Papa e o Czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais-espiões alemães.

Para Marx e Engels, o espectro que a Santa Aliança tentara sufocar continuava a sua marcha desde 1789, apesar de momentos de recuo, o que constitui um ponto de partida essencial de sua ação política e de sua auto-compreensão como revolucionários. Como Engels escrevera no começo de 1845, numa das primeiras enunicações do internacionalismo comunista, “Democracia é hoje comunismo”²⁹⁶. Marx, em certo sentido, ironiza no *Manifesto* o discurso com que o sistema internacional era comumente descrito pelos representantes da “Europa”: ele termina reconhecendo o comunismo como sendo ele também um Poder – admite, por assim dizer, a sua entrada no “equilíbrio” do sistema europeu de 1815. Afinal, no *Manifesto*, a verdadeira “santa aliança” não é feita só de países, mas também de pessoas, instituições, partidos e papéis sociais. As sugestões possíveis do lance retórico de Marx desdobram-se, especialmente porque não são gratuitas. Ao evocar como determinação negativa do comunismo o grande e articulado arco conservador de 1815, na configuração específica de 1840, Marx circunscreve histórica e politicamente o sentido da ação política comunista, o seu vir a público, a sua entrada plena no quadro das relações de força na Europa, e o faz precisamente aludindo aos componentes essenciais do mundo armado em 1815 e rearmado em 1830. Com essas poucas palavras e com essa alusão, além de situar o sentido político do comunismo, sugere suas fronteiras ideológicas e geográficas, traça a sua genealogia, e aponta ao mesmo tempo para o conjunto das questões táticas que circunscrevem a sua ação imediata. Além de conterem os desdobramentos políticos e analíticos que o próprio *Manifesto* vai em seguida expor, as suas poucas linhas iniciais traçam também um programa crítico, um mapeamento ou mesmo um programa de pesquisa prática sobre o sistema internacional visto essencialmente como a configuração histórica e política das forças contra-revolucionárias – programa esse que seria afinal

²⁹⁶ MECW, 6, p. 6.

levado a cabo nos escritos e ações de Marx e Engels a partir do começo de 1848.

A descrição dos poderes da Europa evoca ainda o fato de que o comunismo é também uma realidade europeia e internacional. O *Manifesto* resulta do entendimento de comunistas de “várias nacionalidades”, reunidos em Londres. Mesmo aquelas categorias que não correspondem a entidades estatais ou instituições têm uma nacionalidade determinada – os radicais são franceses, os espões, alemães. O par Papa-Czar encarna o arco feudal entre os dois centros milenares de emanção do conservadorismo supra-nacional, ou a sua encarnação respectivamente “ocidental” e “oriental”, ou ainda ideológica e militar. A aparição discreta do tema russo nessas linhas, e no *Manifesto* em geral, em comparação com a sua importância nos anos seguintes, permite uma estimativa das expectativas revolucionárias em 1848 em relação ao alcance da política russa. O par Guizot-Metternich talvez tenha sido pensado, por sua vez, em relação aos radicais franceses e aos guardas alemães, para sugerir que, ao cabo, os primeiros desempenhariam, para Guizot, função análoga à que os últimos desempenhavam para Metternich. Em todo caso, ela indica também uma divisão internacional do trabalho em relação às tarefas da contra-revolução, um funcionamento e um dinamismo próprio – talvez até uma sumaríssima sociologia histórica das relações internacionais na Europa de então.

O tom de desafio face ao arco internacional conservador não deixa de ecoar também a “estabilidade” em geral associada ao sistema de 1815. De um lado, “estabilidade”, “justo equilíbrio”, “partição de forças” e outras fórmulas do mesmo campo semântico constituíam o vocabulário corrente do *topos* da balança de poder nos tratados, cartas e documentos privados dos negociadores no Congresso de Viena. De outro, representa a principal característica normalmente associada ao período pela historiografia tradicional. A interpretação clássica tende a sublinhar o papel dos mecanismos diplomáticos na ausência de conflitos entre as grandes potências europeias e no encaminhamento de “problemas” que, na ausência do “equilíbrio” móvel garantido em Viena, poderiam haver degenerado em “instabilidade”. Tais problemas, afinal adequadamente “resolvidos”,

incluíam a rápida evacuação dos exércitos aliados da França derrotada e sua reintegração diplomática plena ao “concerto europeu” já em 1820, a implementação da constituição federativa na Alemanha, a ação conjunta na supressão de revoltas em Nápoles, Piedmont, na Espanha e nos Principados Danubianos, o reconhecimento da independência da ex-colônias na América Latina, a prevenção do conflito russo-turco por sete anos (entre 1821 e 1828), com a celebração de uma “paz moderada” ao final da guerra, a independência da Grécia, a criação de uma Bélgica independente e neutra, o rápido reconhecimento do governo de Luís Felipe de Orleans na França após a queda dos Bourbon em 1830, a prevenção de conflitos de maior alcance internacional em torno das revoltas na Itália, Alemanha e Polônia entre 1830 e 1832, e a administração de guerras civis em Portugal e Espanha²⁹⁷.

O sistema de 1815 tal como concebido em Viena, como nota Paul Schroeder, restaurou a França quase inteiramente aos limites anteriores ao período revolucionário, devolveu a Áustria e Prússia o tamanho e o status que tinham em 1805, fortaleceu os estados na fronteira francesa como uma defesa contra novas ameaças, garantiu a integridade e independência dos estados europeus, especialmente os menores (e excetuado o caso polonês, naturalmente), e uniu a Alemanha em uma confederação defensiva, com vistas a restaurar um equilíbrio capaz de evitar o tipo de “revisionismo” que a França protagonizara²⁹⁸. Esse sistema teria conseguido manter a estabilidade europeia a partir de 1815 contra perigos como uma nova onda de revisionismo francês, a ameaça russa ao Império Otomano, as ambições da Prússia na Alemanha e a rivalidade entre Prússia e Áustria. Após a aliança contra a França haver se tornado obsoleta em 1820, a emergência de um “campo liberal-constitucional” no “ocidente” entre 1820 e 1830 garantia o equilíbrio em relação à Santa Aliança, a leste. A política externa britânica, com Canning e Palmerston à frente, explorara as rivalidades e fissuras nos dois campos para administrar os “problemas” a que aludimos, e ao mesmo

²⁹⁷ Cf. Jack S. Levy, *War in the Modern Great Power System, 1495-1975*, p. 173.

²⁹⁸ Cf. Paul W. Schroeder. “Did the Vienna Settlement Rest on a Balance of Power?”, p. 685.

tempo promover os interesses britânicos²⁹⁹.

Schroeder resiste em chamar esse arranjo, entretanto, de uma “balança de poder”. Sua principal observação é a de que entre os cinco “grandes poderes” do sistema, havia um desequilíbrio fundamental: Rússia e Inglaterra seriam as verdadeiras “grandes potências”, cujas capacidades e vulnerabilidades relativas lhes garantiam virtual inviolabilidade no contexto europeu. Podiam prescindir de alianças que para as potências “centrais” – França, Prússia e Áustria – eram indispensáveis mesmo para fazer frente aos desafios mais rotineiros. Essa disparidade de poder verificava-se também no plano extra-europeu: o ano de 1815 consagrara a projeção do poder e interesses russos no Cáucaso e Pérsia, Ásia Central e mesmo na América do Norte, enquanto o domínio inglês no resto do mundo se consolidava. No entorno europeu mais imediato, eram também os interesses russos e ingleses que prevaleciam nos Bálcãs, norte da África, no Mediterrâneo, no “Levante”, no Império Otomano e no Báltico – esferas em que nenhuma das outras “potências” do concerto europeu poderia intervir sem a permissão, ainda que tácita, e muitas vezes a assistência, da Rússia ou da Inglaterra, ou de ambas³⁰⁰.

Para Schroeder, esse desequilíbrio não era acidental, mas o resultado dos objetivos perseguidos pelas duas potências vitoriosas nas guerras napoleônicas. O sistema de 1815 traduziria na verdade uma acomodação dos resultados do conflito à luz da política hegemônica da Inglaterra e da Rússia desde o final do século XVIII. Nesse quadro – argumenta Schroeder –, os problemas europeus entre 1815 e 1848, as questões alemã, italiana, polonesa e belga, os dramas da revolução e contra-revolução, nacionalismo e liberalismo, eram avaliados, da perspectiva russa e britânica, a

²⁹⁹ Idem, p. 686.

³⁰⁰ Como assinala Paul Schroeder: “A França não podia expandir sua influência ou atividade no Mediterrâneo e no norte da África, como a Áustria nos Bálcãs ou no Adriático, ou a Áustria e a França no Levante, ou a Prússia no Báltico, sem ao menos a permissão tácita da Inglaterra ou da Rússia, ou de ambas. A Rússia geralmente tinha mais a dizer sobre o destino da Sérvia, dos principados danubianos, da Grécia e do Império Otomano depois de 1815 do que a Áustria, e exercia maior influência na Dinamarca, Suécia e no Báltico do que a Prússia. O Levante, onde historicamente a influência e o comércio franceses foram predominantes e onde os britânicos eram relativamente novatos, passou a ser dominado após 1815 pela Inglaterra; ela controlava o Mediterrâneo ocidental a partir de Gibraltar e Malta. Por décadas, os britânicos foram capazes de bloquear os planos franceses de contruir o canal de Suez no Egito”, *ibid.* p. 689.

partir de seus respectivos objetivos hegemônicos centrais: a preservação de sua habilidade de intervir nos assuntos europeus de acordo com seus interesses e anular qualquer competição ou rivalidade efetiva nas suas esferas de influência extra-europeia. No caso da Inglaterra, o bem maior era a supremacia marítima, e no da Rússia, a manutenção da dependência de uma Alemanha desunida, e a preponderância no Báltico, na Polônia e, em menor grau, no Oriente próximo. Como observa Schroeder, a auto-imagem cultivada pelos ingleses de um “interesse neutro” na manutenção da “balança de poder” não passava de uma racionalização ideológica de seu papel hegemônico. A Rússia, por sua vez, nunca escondeu uma compreensão da “balança de poder” como dispositivo para manter a Europa sob seu controle, jamais o contrário³⁰¹.

Já sabemos que, para Marx, em 1849, o mesmo sistema internacional que havia sido descrito um ano antes a partir do arco de forças conservadoras herdado de 1815 no *Manifesto Comunista* assumia a forma retórica mais depurada da *dupla escravidão anglo-russa* – termo que ele empregaria nas páginas da *Nova Gazeta Renana*. A leitura de Marx e Engels do sistema internacional de 1815 chegaria, portanto, também a uma constatação crítica da ideologia da “balança de poder”, em certo sentido colocando a situação internacional europeia em marcha de continuidade com o final do século XVIII, período em que a dupla proeminência anglo-russa ganhava, no vocabulário dos políticos ingleses, a cobertura ideológica do discurso sobre uma aliança *natural*³⁰². Há sem dúvida uma passagem entre a abertura do *Manifesto Comunista* e a imagem da dupla-escravidão, evocada um ano mais tarde, que denota a passagem de uma leitura mais “aberta” do sistema internacional, a uma leitura cada vez mais crítica e “fechada”, em que a semântica mais grave de uma interpretação a partir da lógica hegemonista começa a se sobrepor com mais intensidade à ironia e à insolência das linhas iniciais do *Manifesto*.

As origens dessa crítica internacionalista à ideologia da balança de poder, ou dessa leitura hegemonista do sistema internacional, certamente remetem à situação específica da Alemanha –

³⁰¹ Ibid, p. 690.

³⁰² Ibid, p. 691.

cercada ela mesma por espectros e ameaças, sobretudo o espectro russo, mas também a ameaça territorial francesa, e posicionada – para Marx e Engels em 1848 – para dar início à sua revolução burguesa “nas condições mais avançadas da civilização europeia”³⁰³. O tom mais desafiador do *Manifesto Comunista*, por sua vez, embute uma estimativa sobre os fundamentos de poder que sustentavam a “velha Europa”. Afinal, um dos efeitos da retórica de Marx é sugerir que apenas os poderes do Papa, do Czar, da monarquia de Julho, de Metternich e seus agentes *combinados* seriam capazes de manter o espectro do comunismo, até ali, afastado. É na aliança desses poderes – e não em sua contraposição entre si – que residiria o segredo da verdadeira “santa aliança” e a verdadeira medida da força do espectro da revolução. A ironia do gesto de sugerir que os velhos poderes da Europa reconhecem a *revolução* como uma parte do sistema contém, portanto, ainda mais uma camada de significados: a denúncia do caráter hegemônico do equilíbrio de poderes – ou da equivalência entre “estabilidade”, “equilíbrio” e contra-revolução – e ao mesmo tempo uma aposta na potência e na iminência da retomada da marcha revolucionária do século dezoito, interrompida em 1815.

8.2 Acúmulo e compressão: a aceleração pré-revolucionária da história social

A extrema concisão das palavras iniciais do *Manifesto* é resultado de um acúmulo e de uma compressão, dos quais os artigos de Engels entre 1845 e 1848 no periódico cartista *The Northern Star*, entre outros, são um documento particularmente eloquente. Entre o primeiro desses textos que examinaremos, publicado no final de 1845, e o último, em janeiro de 1848, encontramos Marx e Engels em Bruxelas, para onde Marx se mudara após haver sido expulso da França por um decreto

³⁰³ É o que lemos no *Manifesto Comunista*: “Os comunistas voltam sua atenção principalmente à Alemanha, porque esse país está às vésperas da revolução burguesa que deverá ser levada a cabo nas condições mais avançadas da civilização europeia, e com um proletariado muito mais desenvolvido, do que era aquele da Inglaterra no século dezoito, e da França no século dezoito, e porque a revolução burguesa na Alemanha será apenas o prelúdio para uma revolução proletária que se seguirá imediatamente”. MECW, 6, p. 519.

de Guizot, em razão de diatribes publicadas no *Vorwärts!* contra o Rei da Prússia. Havendo recebido a encomenda para escrever um livro de economia política, Marx acompanha Engels em viagem de duas semanas a Londres, onde estabelece seus primeiros contatos com os cartistas e com os dirigentes da “Liga dos Justos”. O livro de economia política (que viria a tomar a forma da polêmica contra Proudhon na *Miséria da Filosofia*, em 1847) cederia passo, entretanto, à *Ideologia Alemã*, cujo excursus filosófico Marx acreditava necessário para permitir uma correta apreciação de sua visão sobre economia por parte do público alemão. Para Bruxelas emigraram também muitos de seus companheiros alemães, como Moses Hess, Wilhelm Weitling (vindo de Londres), Karl Heizen e Joseph Weydenmeyer, entre outros, que formariam o núcleo as atividades políticas de Marx e Engels na Bélgica, centradas na fundação do Comitê de Correspondência Comunista, em 1846, que se fundiria – em um movimento orquestrado por Marx – à Liga dos Justos, sediada em Londres, para a constituição da Liga Comunista – de cujo ramo belga Marx viria a ser o Presidente³⁰⁴.

Antes de partir para Paris, onde se dedicaria ao contato com organizações de trabalhadores e à atuação no ramo francês da Liga, Engels publicara na imprensa radical alemã um artigo sobre o “Festival das Nações em Londres”, relatando o encontro em que “mais de mil democratas de quase todas as nações europeias” celebraram, em setembro de 1845, o aniversário de um evento “aparentemente alheio ao comunismo: a fundação da República francesa”³⁰⁵ (1792). Marx e Engels haviam ajudado a preparar o evento em Londres durante sua estada na capital inglesa, mas não participaram. O artigo de Engels, que se baseia no relato do encontro publicado pela imprensa cartista, apresenta, como lembra Vera Morozova no prefácio do volume 6 dos MECW, a primeira declaração pública de princípios do internacionalismo comunista – dirigida ao leitor alemão e contaminada do espírito da *Ideologia Alemã*. O texto traz também, contudo, a continuação de uma leitura da história do século dezoito que Engels vinha desenvolvendo em seus artigos sobre “A condição da Inglaterra” publicados no *Vorwärts!* entre 1843 e 1844.

³⁰⁴ Francis Wheen, op. cit.

³⁰⁵ MECW, 6, p. 14.

Naqueles artigos, Engels assentara que o século dezoito, século da revolução social, fora também o século do verdadeiro renascimento do espírito da antiguidade – traduzida como “república e materialismo” – contra o subjetivismo abstrato cristão³⁰⁶. Fora o século da reaproximação e reunificação da humanidade e seu resgate da condição de “fragmentação e isolamento” a que o cristianismo a levava; o “penúltimo passo” para o “auto-entendimento” e a “auto-libertação” da humanidade; o século que coletou e organizou o conhecimento e as descobertas passadas e os transformou em “ciência”³⁰⁷. Se esse século não resolveu, afinal, a antítese que constitui a própria história, entre “substância e sujeito, entre natureza e pensamento, necessidade e liberdade”, ele a apresentou em sua forma mais desenvolvida, a de uma “revolução geral que se espalhou por várias nações”³⁰⁸ – revolução essa que encontrara o seu roteiro, no qual Cromwell representa Robespierre e Marat, fundidos em um só, na revolução inglesa do século XVII. Nesse contexto, lemos que:

A Alemanha, nação do espiritualismo cristão, experimentou uma revolução filosófica; a França, nação do materialismo clássico, e portanto da política, tinha que passar por uma revolução política; a Inglaterra, nação que é uma mistura de elementos franceses e alemães, que portanto encarna os dois lados da antítese e é por essa razão mais universal do que os dois fatores tomados separadamente, foi lançada em uma revolução mais universal, uma revolução social.³⁰⁹

Não deixa de ser particularmente significativo que Engels, antes de desdobrar em maior detalhe o significado da “revolução social” da Inglaterra no século XVIII, que é a revolução industrial, se detenha na necessidade de analisar “a posição das nações”, que não teria sido adequadamente tratada pela “filosofia da história” até então. Nesse quadro *hessiano*, Alemanha, França e Inglaterra são as nações mais avançadas do mundo civilizado, e a explicação do caráter “prático” dos ingleses, do impulso colonizador e industrial, viria da contradição irresolvida entre seus elementos germânicos e “românicos”, que impeliria a filosofia inglesa na direção do ceticismo

³⁰⁶ MECW, 3, p. 469-470.

³⁰⁷ Ibid, p. 470.

³⁰⁸ Ibid, p. 471.

³⁰⁹ Ibid.

e do empirismo. Ao incorporar nessa contradição os dois princípios responsáveis pelo movimento histórico no continente, o materialismo e o cristianismo, a Inglaterra conseguira estar à frente dos desdobramentos políticos continentais. O “caráter nacional” inglês – um conceito que parece remeter a características ao mesmo tempo históricas, psicológicas e filosóficas – se traduziria em seu individualismo, na renúncia às abstrações políticas que assombram o “empirismo político” francês, e faria com que apenas a Inglaterra tivesse já uma “história social”.

Franceses e alemães estão desenvolvendo sua história social – diz Engels –, mas ainda não a ponto de haver uma história social francesa e alemã que não esteja “escondida” sob a sua história política. A pobreza das massas no continente não seria ainda, para Engels, como a pobreza da classe operária inglesa, um elemento de importância “histórico-mundial”. Nesse sentido, a política inglesa também se tornara puramente “social”. A história social emerge – continua Engels – apenas quando as características universais da natureza humana puderem ser realizadas sob outras formas que não “a Igreja e o Estado”. Por isso, a antiguidade e a Idade Média tampouco teriam conhecido uma “história social”. A reforma protestante, primeira tentativa de “reação” à Idade Média, produzira a transformação de servos em trabalhadores livres, um movimento entretanto cuja consumação teria que aguardar, no continente, as revoluções do século dezoito. Na Inglaterra, contudo, a reforma protestante já havia transformado os servos em “aldeões” e “rendeiros” – uma classe de trabalhadores rurais que gozava de liberdade pessoal. Essa liberdade, surgida do contexto da dissolução do feudalismo, seria transformada, contudo, em outro tipo de servidão, mais “inumana e universal”, a servidão do auto-interesse, cujo fundamento já não era a força, mas um “princípio social”: a propriedade privada, a “forma básica da alienação”. Com ela, a “perversão da condição humana está completa”, conclui Engels, e a “ordem mundial cristã” já pode ceder passo a uma ordem “humana, racional”. A escravidão do homem ao dinheiro e a atomização da sociedade pelo interesse individual são processos necessários à reconciliação da humanidade com sua própria natureza e à associação verdadeiramente “livre e espontânea” dos homens.

A revolução social na Inglaterra levava tais processos a seu estágio mais avançado, e preparara o terreno para a “destruição” da “ordem mundial cristã”. A crise com que essa destruição se materializaria deveria começar com a revogação das Leis do Milho (o que efetivamente ocorreria em 1846, no contexto da crise econômica e agrícola europeia)³¹⁰ e a adoção da Carta do Povo³¹¹ – ou seja, com o destronamento político da “aristocracia hereditária” pela “aristocracia do dinheiro”, e desta pela “democracia da classe trabalhadora”³¹².

É portanto dessa genealogia da “revolução social” na Inglaterra e da revolução política na França que Engels partirá para declarar aos leitores alemães, em 1845, que “Democracia, hoje, é comunismo”. Não se trata somente de um enunciado de continuidade em relação às tarefas da Revolução Francesa, no ponto em que Babeuf as deixara, mas também com aquela “revolução social” e com a *história social* que, estando em curso na Inglaterra desde o século XVII, ao generalizar-se na Europa provoca imediatamente a caducidade dos sistemas e da linguagem política herdados da “ordem mundial cristã”. Os porta-vozes da “história social”, “as massas e seus

³¹⁰ Em artigo para a *Gazeta Renana* em 1842, Engels já anunciava: “O fim das leis do milho se aproxima rapidamente. As pessoas estão enfurecidas com o “imposto do milho”, e independente do que façam os Tories, eles não podem suportar a pressão das massas exasperadas” (MECW, 2, 380). A revogação das tarifas sobre o milho importado em 1846, símbolo da derrota política da aristocracia rural na Inglaterra, seria saudada por Marx no “Discurso sobre a Questão do Livre Comércio”, em Bruxelas, em 1848: “A revogação das Leis do Milho na Inglaterra é o maior triunfo do Livre Comércio no século dezenove. Em todos os países onde os industriais discutem o livre comércio, eles têm em mente o livre comércio em grãos ou matérias-primas em geral. Gravar o grão estrangeiro com tarifas protecionistas é infame, é especular com a fome das pessoas. Comida barata, salários altos, para isso somente os livrecambistas ingleses já investiram milhões, e seu entusiasmo já infectou seus irmãos no Continente. E, de modo geral, todos os que advogam o livre comércio o fazem no interesse da classe trabalhadora (MECW, 6, 450). No *Capital*, Marx assinala que o período anterior à revogação das leis do milho “lançou nova luz sobre a condição do trabalhador agrícola” na Inglaterra, ao opor “agitadores de classe média” à aristocracia rural, e esta à burguesia industrial. A revogação das tarifas deu “um enorme impulso à agricultura inglesa”, com a introdução de novos métodos, mais caros, de drenagem, cultivo artificial, inovações mecânicas, tratamento do solo, introdução de máquinas e uso da máquina a vapor, etc (MECW, 35, 670). O resultado foi a enorme expansão da área cultivada, e a diminuição da mão-de-obra empregada no campo, com uma acumulação sem precedentes de capital empregado na agricultura e consequentes ganhos para o “capitalista rural”. Ao contrário, entretanto, do que esses ganhos de produtividade fariam supor, a situação do trabalhador rural – argumenta Marx – teria piorado a ponto de um contemporâneo chegar a dizer que o camponês *voltara a ser servo*, mas um servo pior vestido e pior alimentado. À luz dos artigos em Engels em 1844, essa passagem ganha um significado mais expressivo: como se a acumulação capitalista no campo inglês houvesse revertido, para o camponês, o trabalho de dois séculos, e lhe devolvido uma condição de servidão que já havia sido superada no século XVII, e “piorada” (MECW, 35, 671).

³¹¹ A submissão da Carta do Povo (“People’s Charter”), em 1838, é um marco fundamental do movimento operário na Inglaterra. A Carta baseava-se na expansão do sufrágio para além dos estreitos limites em que fora estabelecido pela reforma de 1832. Os seis pontos da Carta incluíam sufrágio universal masculino adulto, eleições anuais para o Parlamento, voto secreto, abolição de requisitos censitários para apresentação de candidaturas e pagamento de salários aos parlamentares, de modo a permitir a representação da classe trabalhadora. Petições em favor da Carta foram rejeitadas pelo Parlamento em 1839 e 1842.

³¹² MECW, 6, p. 476.

representantes, os comunistas franceses e os cartistas ingleses”, argumenta Engels, sabem melhor do que “os teóricos alemães” como interpretar o presente. As palavras com que o discurso político democrático na Alemanha se estruturava – “democracia” e “fraternalização das nações” – ganhariam para Engels, em 1845, por obra da associação internacional dos representantes do proletariado, “um significado social em que o significado político se dissolve”. A Revolução Francesa fora muito mais do que uma luta por uma forma particular de Estado – ela fora, para Engels, um “movimento social do início ao fim”, após o qual “uma democracia puramente política tornou-se um completo absurdo”³¹³.

O comunismo apresenta-se, por conseguinte, como democracia social e ponto de chegada da “história social”, uma história em que a forma de reconciliação da humanidade consigo mesma superou suas encarnações particulares antigas e feudais – Estado e Igreja – e caminha para universalizar-se na livre e espontânea associação que reconhece a “igualdade social de direitos”³¹⁴. Também a “fraternalização das nações” supera o seu conteúdo simplesmente político. Ao ser levada a cabo “pelos partidos proletários radicais em contraste com o velho egoísmo nacional instintivo e com o cosmopolitismo hipócrita, privado-egoísta do livre comércio”, ela é mais importante do que “todas as teorias alemãs do Verdadeiro Socialismo juntas”:

(...) a fraternalização entre as nações tem hoje, mais do que nunca, um significado puramente social. As fantasias sobre uma República Européia, paz perpétua sob uma organização política, tornaram-se tão ridículas quanto as frases sobre a união das nações sob a égide do livre comércio, e enquanto todas essas sentimentalidades quiméricas tornam-se completamente irrelevantes, os proletários de todas as nações, sem muita cerimônia, estão verdadeiramente, já, começando a se fraternizar sob a bandeira da democracia comunista.³¹⁵

Como portador da história social – aquela que transcende o cosmopolitismo egoísta e livre-cambista da burguesia, ao consumir a dissolução do mundo feudal – o proletariado, livre de

³¹³ Ibid, p. 4.

³¹⁴ Ibid, p. 5.

³¹⁵ Ibid, p. 6.

“preconceitos nacionais”, é o único ator capaz de, efetivamente, “destruir a nacionalidade”³¹⁶. Engels comenta rapidamente, em seguida, os desafios organizativos da união dos “proletários de todas as nações”, tal como experimentados pelos cartistas e outros radicais em Londres. Iniciativas pioneiras falharam, em parte pelas divisões no seio dos democratas ingleses, em parte pela ignorância dessas circunstâncias e das condições sociais inglesas pelos radicais estrangeiros. O “festival das nações” que Engels relata ao público alemão era a culminação desses esforços. Na ocasião, que deu lugar à fundação da “Fraternidade democrática” (“Fraternal Democrats”), organização que continuaria existindo até 1853, conhecidas lideranças cartistas e representantes de associações de trabalhadores saúdam a república francesa de 1792, repudiaram a retórica dos antagonismos nacionais que via a França e a Inglaterra como “inimigos naturais”, e projetaram a convivência de todas as nacionalidade em uma “irmandade universal”.

Os representantes das massas e dos proletariados da tríade hessiana – Alemanha, Inglaterra e França – parecem comparecer ao encontro, segundo o relato de Engels, apenas para referendar a superioridade analítica e prática do proletariado inglês, representado pelo cartismo. Os das demais nacionalidades, cujos discursos não são reproduzidos, apenas para referendar, por sua vez, a liderança civilizatória daquela tríade. Esse é o terreno historicamente determinado, as fronteiras mais ou menos bem delineadas da “história social” que o internacionalismo comunista evoca em uma de suas primeiras formulações. Em sua marcha, a história social torna supérfluas as “fantasias” de uma união de nações regida por princípios abstratos, estabelecida como consequência do comércio, e tendo por conteúdo sentimentalidades. Não deve passar despercebido, entretanto, que essa marcha, esse *movimento* que os artigos de Engels se esforçarão por acelerar, é um movimento *interrompido*.

Na sua história da revolução social, e na sua insistência em utilizar as categorias de Moses Hess mesmo ali onde os fatores propriamente históricos estão, no próprio texto, já bastante

³¹⁶ Ibid.

desenvolvidos e abundantemente disponíveis (como na sua história da revolução industrial em seus artigos para o *Vorwärts!* em 1843), podemos pressentir essa interrupção, ainda não nomeada, esse intervalo que faz com que seja necessário, uma vez mais, recomeçar a contagem da história sobre bases novas e com novos atores. A revolução na França – um “movimento social”, ou seja, destinado a instaurar a igualdade social de direitos, o conteúdo histórico do comunismo – encontrou, por sua natureza ainda apenas política, o seu limite histórico – do qual o sistema internacional de 1815 é a expressão resultante.

“Fraternalização das nações” e “democracia”: os dois termos que Engels pretende unificar no conteúdo comum da história social em 1846, constituem portanto uma interpretação crítica do sistema de 1815, que é também o sistema de uma *contra-história social*. A “destruição das nacionalidades” é resultado dessa unificação e dessa crítica, que assume afinal, normativamente, a forma de uma crítica prática levada adiante pela organização proletária. Em outra frente, esse processo *unifica* também o fundo *germânico-cristão* da “história social” e consagra o pertencimento da Alemanha à “civilização” que França e Inglaterra representam. Essa particular *filosofia da história* em Engels continuará a ter uma influência importante no seu pensamento, na sua atividade e, por conseguinte, na de Marx. O quanto ela contém elementos de um olhar “democrático” e *especificamente alemão* para os desenvolvimentos na França e na Inglaterra fica bastante evidente nos artigos de Engels para o *The Northern Star*, o periódico cartista, sobre a situação política da Alemanha, nos quais a situação se inverte: já não se trata de apresentar a posição social da Inglaterra e dos comunistas ao público alemão, mas de explicar aos radicais ingleses, os protagonistas da história social, a particular posição da Alemanha.

No artigo “O Estado da Alemanha”, publicado em outubro de 1845³¹⁷, Engels descreve a fragmentação política do Sacro Império Romano-Germânico até 1789, a histórica rivalidade entre o Imperador e a França, e a crueldade e o despotismo dos príncipes e nobres germânicos em relação a

³¹⁷ MECW, 6, p. 17.

seus súditos e servos. Esse quadro político produzira uma burguesia parasitária, incapaz de, aliada ao “povo”, exercer o mesmo papel revolucionário de suas congêneres mais desenvolvidas na Inglaterra de 1640 e na França de 1789. A burguesia alemã contentava-se, para Engels, em extrair o ganho possível do estado de despotismo em que o país se encontrava. Engels descreve esse estado de coisas do final do século XVIII como uma “massa viva de putrefação e decadência repulsiva”. A nobreza comprimida entre a dificuldade de extrair renda adicional de seus servos e camponeses, as cidades comprimidas entre os impostos de um estado parasitário e as debilidades do comércio, ausência de educação cívica, imprensa livre e espírito público – imersa no consequente sentimento geral de apatia e numa marcha de ruínas, a “nação alemã” não tinha sequer a força necessária para “levar embora os cadáveres pútridos das instituições já mortas”³¹⁸. Engels nota que a mesma vergonhosa época política deu origem à alta literatura e filosofia alemãs, com Goethe, Schiller, Kant, Fichte e, menos de duas décadas depois, Hegel. Mas para Engels, as obras primas do período são as que “respiram um ar de desafio e de rebelião contra o todo da sociedade alemã”³¹⁹.

Esse era o estado de coisas que a as ondas de choque da Revolução Francesa desafiariam em 1789. Acolhida inicialmente com entusiasmo pelos setores mais ilustrados da nobreza e das classes médias, a Revolução passaria a inspirar ódio e resistência com a radicalização em 1793 – resistência que não impediria a marcha napoleônica. Engels compara o avanço do exército revolucionário de Napoleão sobre a Alemanha à abertura do Novo Mundo pelos colonos norte-americanos: as tropas francesas “levaram a cabo uma limpeza, como se fossem colonos avançando sobre as florestas remotas do Oeste americano; e a floresta antediluviana da sociedade ‘cristã-germânica’ desapareceu ante seu curso vitorioso como nuvens ante o sol nascente”³²⁰. Napoleão encarnara na Alemanha, para Engels, o princípio da Revolução e a propagação de seus princípios, pondo por terra as instituições feudais, organizando o território em bases mais racionais e provendo-o com leis

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ Ibid, p. 18.

³²⁰ Ibid, p. 19.

“infinitamente superiores”³²¹. E fora precisamente por forçar a vigência de um “interesse público” onde antes haviam apenas “interesses privados”, que despertou o ódio de setores do compasinato ao “ofender” seus hábitos e preconceitos, e das classes médias, ao interromper o comércio com a Inglaterra e “forçá-las” à industrialização³²².

Daí o desprezo de Engels pela “gloriosa” guerra de libertação alemã de 1813-1814, uma guerra que ele classifica de “peça de tal insanidade que deveria fazer corar qualquer alemão honesto e inteligente durante anos ainda por vir”. O entusiasmo popular daquelas batalhas, que Engels não nega, era contudo o entusiasmo de camponeses em defesa de seus velhos hábitos feudais, dos estudantes que defendiam a legitimidade feudal travestida de nacionalismo e defesa da religião, de uma minoria de “homens ilustrados” que de alguma forma lutavam por uma mistura imprecisa de ideias de liberdade, imprensa livre e constitucionalismo, e dos comerciantes e especuladores. Para Engels, uma das contradições da “guerra gloriosa” de 1813-1814 era a aproximação com a Inglaterra, cujos interesses comerciais, coloniais e financeiros seriam, afinal, a sua efetiva causa e o seu combustível³²³.

Engels observa que a vitória da reação em 1814 jamais significou uma proclamação triunfante de qualquer princípio – o seu significado político era vazio. A França derrotada obteve uma constituição razoavelmente liberal, enquanto a “derrota” da Revolução Francesa era “celebrada” com massacres de republicanos, com a restauração dos “despotismos nacionais” na Espanha e na Itália, e com o massacre de “Peterloo” na Inglaterra, em 1819 (quando manifestações pela ampliação do sufrágio em Manchester, potencializadas pela crise e pela introdução das Leis do Milho, foram violentamente reprimidas)³²⁴. Sua caracterização do Congresso de Viena é algo entre lacônica e ironicamente crítica: “um grande congresso de grandes e pequenos déspotas relizou-se

³²¹ Ibid.

³²² Ibid.

³²³ Engels matizaria sua leitura da guerra de “libertação” alemã contra Napoleão em artigos nos anos de 1870 e 1880, admitindo que o conflito, sobretudo em 1813, havia de fato adquirido características de uma luta popular de libertação contra forças estrangeiras.

³²⁴ Ibid, p. 22-23.

em Viena para dividir o saque e ver até aonde o estado de coisas ante-revolucionário poderia ser restaurado”³²⁵. No Congresso, “nações foram compradas e vendidas, divididas e unidas, como fosse do melhor interesse e propósito de seus governantes”. Para Engels, apenas três Estados “sabiam o que pretendiam”: a Inglaterra, manter e consolidar a supremacia comercial, a Rússia, aumentar sua força e território, e França “não sofrer demasiado”.

Também a sua estimativa dos resultados daquelas negociações é bastante prosaica: a Rússia ficou “com a melhor parte da Polônia”, a Inglaterra logrou expandir seu poder marítimo ainda mais com a paz do que com a guerra, e a Alemanha, por sua vez, perdera o que havia conquistado, permanecia dividida (o que lhe vedava o progresso político), ameaçada pela França, e consolidava-se como mercado para as manufaturas inglesas. Os lucros ingleses extraídos do mercado alemão após a guerra seriam suficientes, segundo Engels, para pagar seis vezes os subsídios ingleses à Alemanha na guerra. Não há, nessa leitura marcada por uma sobriedade mordaz, qualquer indicação de que o sistema de 1815 fosse também um mecanismo de *equilíbrio de poderes*. Engels o enxerga exclusivamente como resultado dos interesses muito bem delimitados das duas potências hegemônicas: na Alemanha, os sentimentos nacionais e preconceitos feudais de estudantes e camponeses, aliados aos interesses dos comerciantes e especuladores, foram apenas os recrutas circunstanciais no esforço para subjugar a Revolução Francesa “*com a ajuda do dinheiro inglês e do barbarismo russo*”³²⁶.

Engels em seguida apresentará aos leitores ingleses do periódico cartista o desenvolvimento político da Alemanha entre 1815 e 1830. Assinala que o funcionamento do “sistema fraudulento” do Congresso de Viena fora afinal assimilado pelos próprios alemães no funcionamento do Ato Federativo na Alemanha, resultando no jogo em que Prússia e Áustria concediam aos estados menores “constituições mestiças”, que apenas os enfraqueciam sem dar qualquer poder efetivo ao

³²⁵ Ibid, p. 23-24.

³²⁶ Ibid, p. 24. Grifado.

povo³²⁷. Adotando um olhar mais geral, Engels argumenta que após 1815 (e antes de 1830), os interesses das classes médias foram politicamente marginalizados na Europa – aspecto do qual a introdução das Leis do Milho na Inglaterra era o exemplo mais evidente. Por outro lado, as atividades do comércio e indústria avançavam, e o confronto entre a burguesia e os interesses aristocráticos que ela mesma ajudara a restaurar era cada vez mais inevitável. Com a burguesia à frente, clamando pelo fim de quaisquer privilégios que não aqueles fundados no dinheiro, o movimento “democrático” assumia a “aparência” essencialmente liberal. Por essa razão, argumenta Engels, “entre 1815 e 1830 o movimento ‘essencialmente democrático’ da classe trabalhadora foi mais ou menos subordinado ao movimento liberal da burguesia”³²⁸.

Sobre esse pano de fundo, Engels traça a situação na Alemanha em 1830 – um quadro que parece um comentário mais explicitamente sociológico à *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de Marx. Sendo “uma nação de teóricos”, os alemães tomavam as “falácias” das classes médias inglesas e francesas como “verdades sagradas”. As classes médias alemãs contentavam-se com o mínimo de aparências constitucionais, sem ânimo de participação nos assuntos políticos. Diante da ausência de catalizadores revolucionários no campo, o “partido revolucionário” na Alemanha entre 1815 e 1830 se compunha de “teóricos” apenas, recrutados nas universidades, organizados em sociedades secretas, cujos arremedos de conspirações antes de 1830, como em outros lugares da Europa, puderam ser reprimidos sem dificuldades³²⁹.

O padrão afinal se romperia em 1830-1834, quando, seguindo-se à revolta em Paris, também os liberais alemães, ainda movidos por interesses mais “teóricos” do que práticos, pareciam tomar a iniciativa. Ao êxito político da burguesia na França e, em 1832, das “classes médias” na Inglaterra, corresponderam na Alemanha conquistas locais e muito limitadas, cuja expressão no mais das vezes foi a proliferação de encontros públicos, publicações liberais e o embrião de um “movimento

³²⁷ Ibid, p. 25.

³²⁸ Ibid, p. 29.

³²⁹ Ibid, p. 30.

democrático” de estudantes, trabalhadores e camponeses. A reação, naturalmente, não tardou. A relativa agitação sucumbira a prisões e à censura: “entre 1834 e 1840, todo movimento público na Alemanha se extinguiu”³³⁰.

Se tomamos o conjunto desses artigos de Engels desde 1843 como uma única narrativa do que ele chama de “história social” na Inglaterra, na França e na Alemanha – mas a partir essencialmente de um ponto de vista democrático e alemão – podemos interpretá-la como a narrativa de um acúmulo de energia revolucionária, de ensaios e contradições que a cada movimento e recuo parece reposicionar os atores diante de uma nova configuração do sistema internacional ao qual a Alemanha está ligada por laços estruturais, derivados do sistema de 1815. A narrativa que Engels oferece a seus leitores ingleses e alemães e a seus potenciais companheiros de organização política, registra uma *aceleração* progressiva e problemática do desenvolvimento das contradições sociais e políticas alemãs, sempre vistas – não apenas do ponto de vista teórico, mas também prático – sob o ângulo de suas repercussões e vínculos com a situação do “*bloco civilizado*” que emerge com maior coerência a partir de 1830, liderado por Inglaterra e França, e com a situação mais geral das forças que sustentavam o sistema de 1815. A marcha acelerada dessa narrativa não deixa de indicar uma correspondência com o aprofundamento da crise dos anos 1840 e com a procura de fatores objetivos que pudessem oferecer o elemento de *compressão* necessário à aglutinação de uma situação revolucionária, em que a revisão do sistema internacional de 1815 – isso que Engels chamou, nos artigos de 1845, de uma iminente “reorganização da sociedade europeia”³³¹ – adquirisse afinal conteúdo político concreto, para o qual a ação política internacional do proletariado pudesse contribuir.

É importante ter em conta que essa *ansiedade* dos artigos de Engels é também um dos sentidos de seu internacionalismo revolucionário: o de acoplar definitivamente o destino político da Alemanha ao ritmo com que o sistema de 1815 vinha sendo periodicamente “criticado”. Trata-se de

³³⁰ Ibid, p. 33.

³³¹ MECW, 6, p. 24.

algo que percebemos, em certo sentido, ao contrapor a apatia dos desenvolvimentos por ele narrados na Alemanha com as sucessivas trepidações que vinham se produzindo desde a década de 1820, e que irrompem em 1830 como processo revolucionário. Como assinala Eric Hobsbawn, as revoluções de 1830 marcam não apenas o surgimento de um “movimento revolucionário proletário-socialista”, como cimentam ainda a divisão entre “moderados” e “radiciais”, a divisão desse movimento revolucionário em diferentes “segmentos nacionais”, e a nova divisão internacional da Europa em dois blocos a partir do Reno, o bloco “ocidental” caracterizado pelo triunfo do liberalismo “moderado” (na Inglaterra, França e Bélgica), e o bloco “oriental” definido como a área de jurisdição direta da Santa Aliança e de latência das “questões nacionais” (a fragmentação da Itália e da Alemanha, a partilha da Polônia, e a “unidade” do império multinacional dos Habsburgos na Áustria)³³².

Na segunda metade da década de 1840, a Europa experimentou aquela que Eric Hobsbawn chamou de a última crise econômica típica do “antigo regime” – isto é, a última crise ainda não ditada pela dinâmica da economia industrial, mas eminentemente por fatores “naturais” relacionados à agricultura – desde a praga que arrasou as colheitas de batata e levou à histórica fome de 1845 na Irlanda, até as colheitas ruins de trigo e centeio no resto da Europa em 1846³³³. Um mundo social e econômico que conhecera pouca mudança nos cinquenta anos anteriores, à exceção dos bolsões mais industrializados na Inglaterra e na Bélgica, via-se diretamente afetado, portanto, por uma depressão essencialmente agrícola “à moda antiga”³³⁴. Até em relação à dinâmica da crise econômica, a “sintonia” de Engels com o ritmo inglês traduz a sua ansiedade revolucionária alemã.

O ano de 1847, entretanto, em que a crise comercial na Inglaterra eclode³³⁵, fornece o

³³² *Age of Revolution*, p. 117.

³³³ Cf. Vanhaute, Eric; Paping, Richard; Gráda, Cormac, “The European subsistence crisis of 1845-1850: a comparative perspective”, In: *When the Potato Failed: Causes and Effects of the Last European Subsistence Crisis, 1845-1850*, Gráda Cormac (ed), Turnhout: Brepols Publishers, 2007.

³³⁴ Hobsbawn, *The Age of Revolution*, p. 169.

³³⁵ Para Marx, em *As Lutas de Classe na França*, a crise inglesa foi, ao lado da crise agrícola de 1845-46 no continente, uma das causas das revoluções de 1848, particularmente da revolta dos trabalhadores em Paris: “Já prenunciada no outono de 1845 pelos revezes dos especuladores em ações da malha ferroviária, protelada em 1846 por diversos fatores como a iminente abolição das tarifas sobre os grãos, a crise finalmente eclodiu no outono de

elemento de *compressão* ou iminência à narrativa acelerada da “história social” com que Marx e Engels acompanham a situação pré-revolucionária da Europa. E essa compressão consiste precisamente, segundo a análise de Engels, em um esboço de rearranjo da situação internacional que tem um de seus nervos na Alemanha, e como pano de fundo a situação na Polônia – o ponto para o qual o internacionalismo revolucionário e o “tema russo” em Marx e Engels terminam convergindo.

Em fevereiro de 1847, o rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, vendo-se em dificuldades financeiras (que assolavam o reino desde sua coroação, em 1840, e se tornaram mais agudas a partir de 1845), é obrigado a convocar a Dieta Unida – que Engels compararia à convocação dos Estados Gerais na França pré-revolucionária³³⁶. Sua tentativa de equilibrar as expectativas de maior representatividade dos Estados com a manutenção das prerrogativas monárquicas mostraria seus limites com o fim das deliberações e a dissolução da assembleia em junho de 1847. Como lhe advertira Metternich, “Vossa majestade convocará oito corpos representativos separados e eles voltarão para casa como um parlamento nacional”³³⁷. Naturalmente, o que era causa de alarme para Metternich foi recebido com ceticismo por Engels. Em artigo para o *The Northern Star*, em março de 1847, Engels classifica a convocação como uma “armadilha” e estima que a assembleia dos Estados não poderia ser “estúpida” ou “covarde” a ponto de conceder um novo crédito à coroa sem reivindicar em contrapartida maiores liberdades para o povo³³⁸. Não poderia porque a situação das classes médias na Prússia de então havia mudado. Sua imaturidade já não facultaria ao Rei jogar com o enfraquecimento da nobreza para manter suas prerrogativas. O “progresso natural da

1847 com a quebra dos merceiros de Londres, em cujos calcanhares seguiram as insolvências dos bancos de terrenos e o fechamento de fábricas nos distritos industriais ingleses. As repercussões dessa crise no continente ainda não se haviam esgotado quando a Revolução de Fevereiro irrompeu”. MECW, 10, p. 52.

³³⁶ “É um fato curioso, mas que se repete em cada época revolucionária, que no exato momento em que a classe na vanguarda de um movimento está melhor posicionada para a consumação desse movimento, o velho e desgastado governo é forçado a suplicar a ajuda daquela mesma classe. Assim, em 1789, na França, quando a fome, comércio ruim, e divisões no seio da nobreza empurraram, por assim dizer, a classe média para a revolução – naquele mesmo momento o governo via exauridas as suas finanças e era forçado a começar a revolução com a convocação dos Estados Gerais. Da mesma forma em 1847 na Prússia”, MECW, 6, p. 69.

³³⁷ *apud* Matthew Levinger, *Enlightened Nationalism: The Transformation of Prussian Political Culture, 1806-1848*, p. 212.

³³⁸ “The Prussian Constitution”, MECW, 6, p. 64.

indústria e da civilização” levaria à prevalência dos interesses das “classes médias”, como nos países “constitucionais”. A criação de uma manufatura importante na Prússia impulsionada pelas guerras napoleônicas, o estabelecimento do *Zollverein* em 1834, e a própria competição a que a burguesia prussiana se achava exposta após a guerra a teriam tirado de sua tradicional “indolência”. A crise dos anos 1840 e o crescimento da manufatura inglesa a atingiram, em todo caso, em cheio. Enquanto os produtos ingleses contavam com amplos mercados, as manufaturas na Prússia dependiam do mercado do *Zollverein*, onde a concorrência inglesa avançava. Havia também a concorrência naval: cada vez mais os navios prussianos perdiam espaço para as embarcações de outras nações, que acorriam em igualdade de condições aos portos prussianos. As oportunidades para investimento lucrativo do capital escasseavam, a situação comercial e industrial se deteriorava – com exceção das operações especulativas em torno da expansão da malha ferroviária –, e a alta nos preços dos grãos provocava fome. Tal a situação da Prússia em 1847, descrita por Engels: revolta entre os trabalhadores têxteis da Silésia, fábricas de tecido paradas, manufaturas do Reno em crise, com desemprego e ruína da colheita de batata. Havia chegado a hora das “classes médias”.

Engels vangloriava-se de haver previsto a convocação da Dieta Unida, diante das dificuldades financeiras do Rei. Cético em relação a seu significado – não se tratava em absoluto de uma proclamação constitucional – reconhece, entretanto, que a convocação marcava um novo período de protagonismo das “classes médias” – ou seja, da burguesia alemã –, não pelo favor da coroa, mas por sua própria posição ante o enfraquecimento da monarquia e da nobreza e com o fortalecimento dos interesses econômicos da manufatura. Engels apostava na prevalência, em pouco tempo, da pauta liberal na Prússia: uma constituição representativa, liberdade de imprensa, independência dos juízes, julgamentos por júri popular, etc. Tinha início o movimento “democrático” na Alemanha, cujo verdadeiro alcance seria, entretanto, internacional:

Há outra circunstância a ser sublinhada. A conquista do poder político pelas classes médias da Prússia mudará a posição política de todos os países europeus. A Aliança do Norte será dissolvida. Áustria e Rússia, os principais espoliadores da Polônia,

serão inteiramente isolados do resto da Europa, já que a Prússia carrega consigo os estados menores da Alemanha, que têm governos constitucionais. Portanto a balança de poder na Europa será inteiramente transformada pelas consequências desta constituição insignificante; a deserção de três quartos da Alemanha do campo da estacionária Europa do Leste para a progressiva Europa Ocidental. Em 1846, rebentou a última insurreição polonesa. Em fevereiro de 1847, Frederico Guilherme convoca seus Estados Gerais. A vingança da Polônia se aproxima!³³⁹

É bastante significativo que Engels termine o seu artigo com um resumo tão eloquente das relações entre a “democracia” na Alemanha e a situação internacional europeia, apontando para a “vingança” da Polônia – divisa que é também o epíteto da ruptura da aliança prussiana com a Rússia. Embora ele se refira à “balança de poder”, fica claro que a evocação retórica do conceito se dá no campo da leitura que podemos chamar de “hegemonista”: a nova configuração internacional, que o movimento democrático na Prússia produziria, seria nada menos do que o “isolamento” da aliança autro-russa, uma decidida virada do campo constitucional. O que surge dessa virada não é um novo equilíbrio ou uma nova ordem, mas uma *fronteira ainda mais agônica*, cujo eixo central – geográfico e histórico – está em disputa em Berlim. Voltaremos adiante ao significado dessa convergência entre o internacionalismo e o tema russo que faz com que Engels evoque a vingança da Polônia nas alvíssaras que dirige a seus leitores cartistas. Cabe notar por enquanto o sentimento de que essa vingança está próxima.

O sentido dessa *iminência* da transformação da situação internacional com a chegada da burguesia ao poder político na Prússia, bem como o alcance que Engels projetava para as suas repercussões na Europa, podem ser observados no artigo que escreveu ainda em janeiro de 1848, para o “*Deutsche-Brüsseler Zeitung*”, pouco antes da primeira publicação do *Manifesto Comunista*. Em “Os movimentos de 1847”³⁴⁰, Engels lê os sinais de que a revolução estava no horizonte imediato dos movimentos progressistas na Europa, e de que os diferentes tempos da “história social” se aceleravam: a convocação da Dieta Unida na Prússia, o “inesperado despertar da vida

³³⁹ MECW, 6, p. 71

³⁴⁰ Idem, p. 520.

política” na Itália e mobilizações contra o domínio austríaco, a guerra civil na Suíça, o avanço dos “radicais” no Parlamento britânico, a proliferação dos numerosos “banquetes” públicos contra a Monarquia de Julho na França, a “conquista do México pelos Estados Unidos” na América – uma série de eventos que “nenhum outro ano recente pode ostentar”, particularmente desde as reformas e revoltas do começo da década de 1830. Mas os movimentos de 1830 foram contidos, e em 1840 a “reação” estava “em pleno curso”, com Alemanha, Polônia e Itália politicamente “mortas”, conservadores e jesuítas em vantagem na Suíça, assim como os católicos na Bélgica, com Guizot “reinando supremo” na França e após a “grande derrota” dos cartistas em 1839 na Inglaterra. No correr da década, tudo indicava, nota Engels, “a paralisia do movimento histórico”³⁴¹.

Ao “pico” da reação em 1840, entretanto, sucedera-se a reorganização do campo progressista. Essa reorganização – impulsionada pela crise dos anos seguintes – começava a produzir frutos em 1846, com avanços na mobilização de “radicais” e liberais na Inglaterra, Suíça, Alemanha, Bélgica, e com exceção da França. E em 1847, vê a vitória de “partidos progressistas” em “quase todas as nações”. Nas agudamente precisas palavras de Engels, 1847 “não trouxe a solução definitiva de nenhuma questão, mas formulou todas as questões de tal forma que precisam agora serem resolvidas”³⁴². Os movimentos “mais importantes” estavam na Prússia, na Itália, e na Suíça. Na Prússia, o advento da Dieta Unida e a força da burguesia eram o prenúncio de que “podemos aguardar o advento dessa revolução prussiana com toda calma” (na verdade, a revolução, embora depois derrotada, chegou antes do que Engels imaginava). Na Itália, via-se o “espetáculo” do engajamento do próprio Papa em reformas liberais³⁴³. A situação na Itália apresentava características próprias, e Engels identifica uma oportunidade para os “trabalhadores de Milão, Florência e Nápoles” logo após a vitória contra o “jugo austríaco”, quando a nobreza já não puder recorrer à sua ajuda para manter as divisões internas. A Suíça, para Engels, desempenhava pela

³⁴¹ Ibid, p. 521.

³⁴² Ibid, p. 523.

³⁴³ Engels classificava entretanto as medidas administrativas do Papa Pio IX como “reformas dúbias” (Ibid, p. 521).

primeira vez “um papel definido no sistema de Estados europeu” como “república federativa” e não “uma aglomeração de vinte e dois cantões antagônicos, estranhos uns aos outros”. Engels celebra a “centralização” suíça ao fim da guerra civil, que levaria à reforma do Pacto Federal, consagrando a vitória dos setores progressistas, a burguesia e o campesinato, sobre a “rede de conspirações reacionárias” capitaneada pela aristocracia feudal residual, por criadores de gado e pelo elemento religioso conservador³⁴⁴. Engels consome algumas linhas para explicar a situação do campesinato suíço, o “braço explorado da burguesia”, forçado a lutar as batalhas dela e a fornecer recrutas para o seu proletariado. Na qualidade de proprietários, seus interesses na centralização eram idênticos aos da burguesia, mas sua força política muito inferior à dela, que contava com a alavanca da indústria. A conclusão de sua análise sugere que o internacionalismo como princípio interpretativo – derivado do devir da “história social” – implicava também a análise da estrutura de classes de cada “nação” como critério tático: para Engels, na Suíça, “com a burguesia, o campesinato conquistará muito; contra ela, nada”³⁴⁵.

Em comum, portanto, aos principais “movimentos” de 1847 está o avanço dos interesses políticos da burguesia: “o partido do progresso foi, em toda parte, o partido da burguesia”³⁴⁶. Também na Inglaterra a eleição de um parlamento “o mais burguês desde sempre”, mais representativo dos interesses específicos da manufatura, indicava a predisposição para romper com as concessões – ainda que meramente formais ou creditícias – à aristocracia. Apenas a França, com a progressiva concentração de poder nas mãos dos setores rentistas e financeiros, parecia constituir a exceção ao avanço burguês. A aliança da seção minoritária da grande burguesia – a manufatura – com os setores médios, desprovidos de direitos eleitorais, formava a substância dos “banquetes reformistas” (de muitos dos quais o próprio Engels tomou parte). No caso francês, uma definição clara de dois campos em disputa – uma situação mais claramente “revolucionária” – era em si

³⁴⁴ MECW, 6, p. 525.

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ Ibid.

mesma uma vantagem para a burguesia, segundo Engels.

Sugestivamente, os Estados Unidos figuram com destaque no inventário dos avanços burgueses em 1847: “Na América” – prossegue – “testemunhamos a conquista do México e a celebramos”, já que significaria a entrada de um país, até então “perpetuamente assolado por guerras civis”, no processo histórico. A tutela do México pelos Estados Unidos dava-se no próprio interesse do desenvolvimento mexicano, e a conquista dos novos territórios pelos EUA na guerra de 1846-1848 (Texas, Novo México, Califórnia, entre outros), abriria terreno à criação de capital e ao crescimento da burguesia norte-americana. Naturalmente, a observação de Engels suscita uma nota dos editores dos MECW. Observam que Engels parte da “concepção geral” de que a atração de países “patriarcais e feudais” à órbita das “relações capitalistas” teria sempre um significado progressista, fazendo avançar as condições para a revolução proletária. E lembram que Engels e Marx se dedicariam “nos anos subsequentes” a investigar, em todos os seus aspectos, as consequências das conquistas coloniais e “a subjugação de países atrasados por grandes Estados”. Apontam em particular que Marx, em 1861, concluiria, em artigo sobre a guerra civil norte-americana, que a expansão na verdade refletia os interesses da aristocracia escravista do sul e dos setores burgueses do norte que a apoiavam. A conquista de México se dera, para Marx em 1861, portanto, em nome da expansão escravocrata.

O aspecto mais notável desse artigo de Engels, contudo, não são as avaliações de cada situação em particular, mas precisamente a sua orquestração, por assim dizer. Ao mesmo tempo em que o movimento da burguesia alemã constituía o fiel da balança cujo deslocamento significaria uma radical transformação do sistema europeu de 1815, os avanços mundiais dos interesses da burguesia em 1847 extrapolam o âmbito europeu, e chegam mesmo “até a terras bastante bárbaras”³⁴⁷. Engels avalia que, mesmo na Rússia, “a indústria se desenvolve a passos largos” e

³⁴⁷ Formulação que evoca as famosas linhas do *Manifesto Comunista*, segundo as quais “a burguesia, pelo rápido aprimoramento de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta a todas, até as mais bárbaras nações, rumo à civilização” (MECW, 6, p. 488).

consegue converter mesmo “os boyars” em “burgueses”³⁴⁸. Na Rússia como na Polônia as “restrições” que a servidão vinha sofrendo levaria ao enfraquecimento da aristocracia e à criação de um “campesinato livre”, necessário ao desenvolvimento burguês. Mas Engels não se detém nessa rápida estimativa sobre a Rússia, e amplia o seu arco, mencionando “todos os gloriosos avanços da civilização em países bárbaros” como Turquia, Egito, Tunísia, Pérsia, como estágios preparatórios ao advento da dominação burguesa. E rapidamente anota: o entusiasmo com que a burguesia trabalha para assenhorar-se do poder político e social é, contudo, ilusório – porque suas conquistas na verdade abrem caminho, em toda parte, ao proletariado. Por isso, o comunismo pode, de saída, “botar suas cartas sobre a mesa”, e deixar saber à burguesia de antemão que, na realidade, ela trabalha no interesse da revolução proletária.

Nessa iminência revolucionária, convivem os diferentes estágios de desenvolvimento das relações sociais, e o amplo arco traçado por Engels carece daquela organização interna que o arco conservador europeu ganharia nas palavras iniciais do *Manifesto Comunista*. O tema russo chama a atenção justamente pela pouca ênfase que merece. O avanço da burguesia parece destinado a liquidar, sem maiores considerações, os vestígios absolutistas que ainda era necessário remover. Esse é o ponto de chegada, em certo sentido, do internacionalismo interpretativo e tático, decorrente da aceleração do movimento da “história social” que está plasmado no *Manifesto*. Entre o seu ponto de partida *hessiano* e o estuário das esperanças revolucionárias do final de 1847 parece haver uma distância considerável, como se a aceleração da história e a tarefa organizativa de colocar “as cartas

³⁴⁸ Em artigo para o “*Deutsche-Brüsseler Zeitung*” de fevereiro de 1848 (“Três novas constituições”), em que comenta os desenvolvimentos na Dinamarca, Nápoles e Sardenha, Engels elogia o apoio da Inglaterra às lutas italianas contra o domínio austríaco e vaticina o prejuízo financeiro que a Áustria sofreria para se armar. Analiza que Metternich já não poderia contar com a burguesia e deveria voltar-se, portanto, ao Czar para obter ajuda financeira em um eventual esforço de guerra. E faz um comentário *en passant* sobre o fato de que o Czar, que já havia socorrido financeiramente a monarquia prussiana, teria se tornado naquele período “Rothschild das monarquias decadentes”, “um grande capitalista, graças às minas da região do Ural e Altai e ao comércio de grãos” (MECW, 6, p. 542). Em que pese à essa breve referência à economia russa, a estimativa de Engels sobre a industrialização do país em 1847 é, contudo, bastante exagerada. Se, de acordo com Arcadius Kahan, a década de 1840-50 pode de fato ser vista como o começo da longa trajetória da industrialização russa, a manutenção do sistema servil e a escassez de capitais domésticos para investimento na indústria, entre outros fatores, não permitem que se fale de um avanço “a passos largos” – muito ao contrário (cf. Kahan, *Russian Economic History: The Nineteenth Century*, Chicago: University of Chicago Press, 1989, p. 13 e seguintes).

sobre a mesa” tenha exigido que a análise deixasse um pouco em segundo plano a estimativa das forças da reação. Em certo sentido, a preocupação especificamente alemã com o “isolamento” da Europa oriental cede espaço, nessa mirada mais universalizante, à contemplação de um movimento acelerado que levaria até mesmo velha Rússia consigo. Sabemos que, no final do *Manifesto Comunista*, as atenções se voltam novamente à Alemanha, e que o tema russo, aqui sublimado, tornará a se impor com urgência depois de 1848, o que levará, como veremos, a uma reorientação tática no interior do próprio internacionalismo de Marx e Engels, a partir novamente de elementos fortemente alemães, em direção à “necessidade” da guerra revolucionária contra a Rússia.

O programa político internacional do comunismo está, em todo caso, plenamente desenvolvido. Lemos na última seção do *Manifesto* que os comunistas cuidam dos interesses imediatos do proletariado, de suas lutas presentes, mas também de seu “futuro”. Por isso, aliam-se, na França, aos social-democratas contra a “burguesia conservadora e radical”, mas preservando atitude crítica quanto às frases e “ilusões” tomadas de empréstimo à “grande Revolução”. Na Suíça, apoiam os radicais, sem perder de vista a diferença, em seu interior, entre socialistas democráticos, no estilo francês, e seções radicalizadas da burguesia. Na Polônia, estão com o partido que insiste na “revolução agrária” (de modo geral, emancipação dos servos) como condição para a emancipação nacional (em contraste com o nacionalismo polonês de extração aristocrática): o partido que formentou o levante de Cracóvia em 1846. Na Alemanha, apoiam a burguesia em suas lutas revolucionárias contra o absolutismo, a aristocracia rural e a pequena burguesia³⁴⁹.

Já tivemos ocasião de aludir ao fato de que nesta seção do *Manifesto* Marx e Engels justificam que as atenções se voltem prioritariamente à Alemanha porque aí a revolução burguesa se daria nas condições mais “avançadas” da “civilização europeia”, condições mais avançadas do que as da Inglaterra no século XVII e do que a da França no século XVIII, e configuraria, portanto, o prelúdio da revolução proletária. Esse horizonte alemão e *hessiano* do programa comunista,

³⁴⁹ MECW, 6, p. 518-519.

indissociável conceitualmente do terreno da “história social” que corrói as bases do sistema de 1815, na verdade nunca deixou de ser o eixo em torno do qual o internacionalismo de Marx e Engels gravitou nesses anos de sua formulação programática. Mesmo suas proposições mais universalizantes, como o artigo de Engels sobre os movimentos de 1847, não escondem esse lastro – do qual o tema russo, quando não formulado explicitamente, permanece uma sombra.

No *Manifesto*, a necessidade de enunciar o princípio comunista do internacionalismo, para além de lhe dar um programa político em relação aos “partidos existentes”, não deixou de refletir também essa dificuldade. Roman Rosdolsky dedicou-se a tentar desvendá-la³⁵⁰. O mistério estaria na proposição aparentemente contraditória de que, embora o proletariado não tenha pátria, precisa inicialmente conquistar a supremacia política e social em cada país, precisa “constituir ele mesmo a nação”, tornando-se, “nessa medida, nacional, embora não no sentido burguês da palavra”³⁵¹. Rosdolsky recorda que, numa passagem anterior, o *Manifesto* também diz que “Embora não na substância, mas sim na forma, a luta do proletariado com a burguesia é primeiro uma luta nacional. O proletariado de cada país deve, é claro, antes de tudo acertar contas com a sua própria burguesia”³⁵². Partindo dessa explicação algo mais singela, e recuperando a relação que o *Manifesto* traça entre a abolição dos antagonismos de classe e a abolição dos conflitos entre as nações (afinal a mesma relação entre a despolitização do “poder público” e a dissolução dos estados nacionais), Rosdolsky consegue refutar sem muito esforço as tentativas de derivar, daquela passagem clássica, um “nacionalismo proletário”. Embora a conquista do poder pelo proletariado se dê inicialmente dentro da lógica dos estados nacionais existentes e suas fronteiras políticas, ela imediatamente altera o significado dessa nacionalidade, que já não trará consigo a natureza opressiva das relações de dominação burguesa, tampouco o seu sistema internacional baseado também em relações de opressão, mas trabalhará para a sua superação. Nas palavras de Rosdolsky, ao afirmar que os

³⁵⁰ “Worker and Fatherland: a note on a Passage in the *Communist Manifesto*”, 1965.

³⁵¹ MECW, 6, p. 503.

³⁵² Idem, p. 495.

trabalhadores não têm pátria, o *Manifesto* refere-se ao estado nacional burgês, e não “à nacionalidade em sentido étnico”³⁵³.

É interessante notar que a discussão quase filológica de Rosdolsky deixa de lado a importante alusão do *Manifesto* à necessidade da “ação unida, ao menos dos principais países civilizados”, como “uma das primeiras condições para a emancipação do proletariado”. Trata-se de uma frase ainda mais aberta do que aquela sobre a qual Rosdolsky se debruça. Recuperemos rapidamente o trecho em que ela se insere:

As diferenças nacionais e antagonismos entre os povos vão desaparecendo mais a cada dia, devido ao desenvolvimento da burguesia, à liberdade de comércio, ao mercado mundial, à uniformidade no modo de produção e nas condições de vida correspondentes.

A supremacia do proletariado fará com que desapareçam ainda mais rapidamente. A ação unida, ao menos dos principais países civilizados, é uma das primeiras condições para a emancipação do proletariado.

Na medida em que a exploração de um indivíduo por outro é abolida, a exploração de uma nação por outra também o será. Na medida em que o antagonismo entre classes dentro da nação desaparece, a hostilidade de uma nação contra outra chegará ao fim.³⁵⁴

Ora, sabemos que o foco político do *Manifesto* está na Alemanha, onde a revolução burguesa se daria nas condições mais avançadas “de civilização”. Não temos muitas dúvidas de que, por conseguinte, “os principais países civilizados” são Alemanha, Inglaterra e França. No trecho acima recuperado, essa instrução sub-reptícia que insta à sua “ação unida” recupera o lugar comum da russofobia europeia em 1830, relativo à desunidade diplomática dos países constitucionais face à unidade de ação da Santa Aliança. Ao mesmo tempo, é um comentário que destoa da lógica do argumento internacionalista. Seu surgimento rompe o silogismo do texto, segundo o qual: a) o desenvolvimento da burguesia leva à dissolução das diferenças nacionais, que a supremacia do proletariado levará ainda mais longe; e b) a implementação do programa comunista levará a um novo arranjo internacional, sem exploração ou conflito entre as nações – o que parece equivaler, na

³⁵³ op. cit. p. 337.

³⁵⁴ MECW, 6, p. 503.

prática, à dissolução da própria ideia de nação, ao menos “no sentido burguês da palavra”.

É como se o horizonte *hessiano*, a necessidade – sempre derivada da marcha da “história social” – de fundir de uma vez por todas a Alemanha ao campo progressista da Europa ocidental, forçasse a entrada em cena dessa consideração tática (mas no fundo programática), deixando claro que, na condução da transformação revolucionária do sistema internacional, a tríade ocidental precisa estar unida. Em outras palavras, o *Manifesto* parece dizer que, sem a união nacional do campo progressista (a dissolução das fronteiras entre Inglaterra, França e Alemanha), cujo epicentro dinâmico estaria em Berlim, o próprio destino revolucionário do proletariado estaria posto em questão³⁵⁵. Ora, não é difícil intuir que essa formulação em certo sentido *pressupõe* um outro pólo, uma resistência também articulada, uma *negação* que torna necessária politicamente a articulação dos principais países civilizados. Para nos utilizarmos de uma fraseologia contemporânea, talvez fosse possível dizer que Marx e Engels assinalam, de saída, na própria tática revolucionária, o problema da *governança* internacional para quando o sistema de 1815, finalmente, começasse a ruir.

Até aqui, entretanto, buscamos acompanhar o desenvolvimento da crítica comunista ao sistema de 1815 a partir do seu programa político – a partir de sua leitura do sistema internacional e dos sinais de movimento. Cabe lembrar que, sobretudo Marx, nos anos pré-revolucionários da década de 1840, vinha desenvolvendo também, senão o programa propriamente *econômico* do comunismo, ao menos a leitura da crítica objetiva ao sistema de 1815 – material e econômica – que a burguesia ela mesma vinha levando a cabo por meio do seu desenvolvimento. Se Engels, nos textos que examinamos, anunciava o sentido, alcance e movimento dessa crítica objetiva como fator

³⁵⁵ De um ponto de vista bem mais prático, essa leitura é textualmente corroborada por uma passagem dos artigos de Engels na polêmica contra Karl Heizen, em 1847: “Como resultado de sua letargia industrial, a Alemanha ocupa uma posição tão enfraquecida na Europa que não poderá nunca tomar a iniciativa, ser a primeira a proclamar uma grande revolução, estabelecer uma república por conta própria, sem a França e a Inglaterra. Qualquer república alemã supostamente criada independentemente do desenvolvimento dos países civilizados, qualquer revolução alemã que deva ser levada adiante sozinha e, como é o caso do Sr. Heizen, deixe o desenvolvimento real das classes na Alemanha totalmente fora de consideração, qualquer república ou revolução assim concebida não passa de um devaneio negro, vermelho e dourado”. MECW, 6, p. 293.

revolucionário, Marx procurou compreender os seus instrumentos e dinâmicas – na falta de melhor adjetivo – econômicas. Antes de examinarmos essa leitura de como o desenvolvimento burguês punha economicamente em questão o sistema de 1815, analisaremos rapidamente a formulação que Marx e Engels davam, no ano pré-revolucionário de 1847, a uma questão central para a imbricação entre o internacionalismo e o tema russo (e, por conseguinte, coordenada central da “política exterior do proletariado”): a questão polonesa.

8.3 *Dois discursos sobre a Polônia*

Os discursos que Marx e Engels proferiram no encontro público da Associação Democrática de Bruxelas (da qual foram co-fundadores) em 22 de fevereiro de 1848³⁵⁶, em que se celebrou o segundo aniversário do levante de Cracóvia (1846)³⁵⁷, são exemplares tanto das estratégias retóricas dos autores, do seu estilo, das diferenças entre essas estratégias e sua relação complementar, como também dos princípios e análises sobre as quais se baseava então a sua concepção da política exterior dos movimentos revolucionários. Constituem um prólogo muito útil para a compreensão, por conseguinte, das alusões à Polônia no artigo de Engels sobre 1847 e no próprio *Manifesto*, bem como da política externa do proletariado que seria defendida mais tarde nas páginas da *Nova Gazeta Renana*, e para a discussão do “problema das nacionalidades” em Marx e Engels. Além disso, o fato de terem sido pronunciados a uma plateia de “democratas”, e não necessariamente “comunistas”, dá lugar também a alguns lances de propaganda partidária comunista, sobretudo no caso de Marx. Entre os sentimentos “democratas” e “comunistas” – entre esses discursos e o *Manifesto*, em certo sentido –, como nota Miklos Molnár, não parece haver contradição ou

³⁵⁶ Um dia depois da publicação do *Manifesto*, em alemão, em Londres.

³⁵⁷ Uma breve notícia do encontro foi publicada em 24 de fevereiro no “*Deutsche-Brüsseler Zeitung*”, segundo a qual, além de Marx e Engels, participara do encontro Joachim Lelewel, revolucionário polonês de 1830, e co-fundador, com Marx (que chegou a ser vice-presidente) e Engels, da Associação Democrática de Bruxelas (MECW, 6, p. 644). Os principais discursos foram publicados em seguida ainda em Bruxelas em forma de um panfleto, em francês.

dubiedade, mas antes a convicção de que proletários e burgueses democratas e radicais travariam lado a lado as batalhas iniciais da revolução que se avizinhava³⁵⁸. Para retomarmos todas as implicações desses discursos, entretanto, é necessário termos em conta o significado que a questão polonesa, e os levantes de Varsóvia em 1830 e de Cracóvia em 1846, tinham para os partidos progressistas na Europa e na Alemanha em particular.

Já tivemos ocasião de nos referir à importância da questão polonesa para os liberais e radicais alemães, e sua intrínseca relação com o “tema russo” na Alemanha, especialmente desde a derrota do levante de Varsóvia em 1830-31. Podemos recorrer ao próprio Engels, em 1866 (depois, portanto, do levante polonês de 1863-1864, derrotado novamente pela Rússia), para talvez a formulação mais eloquente da sua centralidade para a “política exterior do proletariado”. Em uma de suas contribuições ao jornal da I Internacional, o “The Commonwealth”, Engels assevera: “sempre que as classes trabalhadoras desempenharam um papel próprio em movimentos políticos, ali, desde o primeiro momento, sua política exterior se expressava em poucas palavras – Restauração da Polônia”³⁵⁹.

Engels não esconde que a divisa corresponde em muito à política externa do cartismo, e menciona que, na França, os seguidores do “último P. J. Proudhon” trocaram a solidariedade com a Polônia pelas simpatias pró-russas. Encomendado por Marx como refutação do ponto de vista pró-russo defendido pelos “Proudhonistas” na I Internacional, o seu artigo procurará contestar algumas das acusações contra a postura pró-polonesa da Associação, inclusive aquela que apontava uma afinidade entre a defesa da restauração nacional polonesa e o “princípio das nacionalidades” de Napoleão III. Adiante voltaremos a este artigo e à diferença que Engels formula entre “nações” – e o direito à existência nacional própria dos grandes povos históricos da Europa – e meras “nacionalidades”, enquanto unidades sócio-etno-linguísticas, como as “pequenas relíquias de

³⁵⁸ Cf. Molnár, op. cit. p. 48-49.

³⁵⁹ MECW, 20, p. 153.

povos”, os povos “sem história”.³⁶⁰

Por ora, cabe observar que a questão polonesa representou para o programa internacionalista do comunismo tanto uma poderosa bandeira para a crítica do sistema de 1815, e contra a Rússia e a Prússia, como uma potencial contradição política – como os embates de Marx e Engels com os “proudhonistas” na I Internacional bem demonstram. É necessário recuperarmos, por conseguinte, o sentido segundo o qual, para Marx e Engels, a questão polonesa torna-se a questão nacional *internacionalizada* por excelência, e para a qual apenas uma solução democrática e europeia seria possível – e necessária.

Para tanto, não pretendemos ir tão longe quanto ao tempo da polêmica entre Rousseau e Voltaire sobre a Polônia. Ela, contudo, é reveladora de um aspecto essencial da posição de Marx e Engels – a forma como, na construção do “outro” europeu pela “política internacional” iluminista, não apenas a Rússia comportava a projeção graduada dos sentidos da barbárie, como também a Polônia terminou convertendo-se em encarnação ideal do republicanismo em política internacional. As *Considérations sur le Gouvernement de la Pologne*, de Rousseau, foram escritas entre 1770 e 1772, o tempo da primeira partição da Polônia. Suscinto em suas recomendações sobre a forma constitucional do governo polonês – questão sobre a qual fora convidado a opinar –, e levando em conta a fraqueza econômica e militar do país face a seus vizinhos, Rousseau considera mais importante instilar no povo o sentimento nacional: “estabelecer a república no coração dos poloneses”, e “fazer com que um polonês nunca se torne um russo”, como garantia de que a Rússia, assim, nunca conseguiria subjugar a Polônia³⁶¹.

Em contraste, a primeira partição, em 1772, encarnava para Voltaire – assim como, muitos

³⁶⁰ Idem, p. 157. Como observa Kevin Anderson, os ataques “Proudhonistas” apareceram na imprensa belga, acusando a Internacional de se degenerar em um “comitê das nacionalidades” e procurando associar Marx à política externa do bonapartismo. Apontavam também a contradição do posicionamento anti-russo diante da emancipação dos servos na Rússia, enquanto a nobreza polonesa recusava-se a dar semelhante passo. Temiam também que a Internacional fosse sequestrada politicamente pela luta nacional polonesa. Cf. Anderson, *Marx at the Margins*. p. 73.

³⁶¹ Apud Wolff, *Inventing Eastern Europe*, pp. 238-239.

anos depois, para Proudhon³⁶² – uma solução política realista e engenhosa³⁶³. Analisando a questão polonesa de forma “livre de sentimentalismos” em 1862, Proudhon constrói sua defesa da partição como necessidade histórica e solução em conformidade com o direito público europeu. A partição da Polônia não ofenderia nem os tratados de 1815, nem o direito de Westphalia, nem o antigo direito internacional europeu, nem o direito natural, porque havia sido a solução histórica justa para impor a ordem sobre o caos da fragmentada aristocracia polonesa e sua monarquia eletiva, assegurar a estabilidade que lhe permitiria encontrar a “regeneração” social e evitar a formação de “um vasto hiato” no “centro da Europa civilizada”. Do lado “simbólico”, Proudhon ataca a suposta “civilização” da Polônia medieval e desmistifica o seu “republicanismo”, eivado de evocações romanas, como “decoração de ópera”. Em todo caso, não deixa de haver entre Marx e Proudhon uma zona de convergência. Para Proudhon, a culpa das sucessivas partições da Polônia recaía sobre o egoísmo de uma nobreza disposta a sacrificar a nacionalidade para manter a servidão³⁶⁴. Para Marx e Engels, a emancipação dos servos e a revolução agrária eram condições fundamentais da verdadeira restauração – democrática – da Polônia.

Inseparável do destino político da Europa central e do sistema internacional europeu, a Polônia foi também, por conseguinte, repositário das batalhas ideológicas travadas entre os dois pólos do continente desde o momento da emergência das “potências do leste” no século XVIII – nas palavras de H. M. Scott³⁶⁵. Para Rousseau, o coração simbólico do republicanismo, ali onde Voltaire via apenas “um governo miserável”. Para Proudhon, uma aberração política no centro do espaço geográfico da civilização, corrigida em 1772³⁶⁶. Definitivamente ligada portanto à ordem jurídica e política internacional de 1815, ao mesmo tempo em que consequência da separação da Europa em

³⁶² P. J. Proudhon, *Si les traités de 1815 ont cessé d'exister?* Paris: E. Dentu Libraire-editeur, 1862.

³⁶³ Cf. Wolff, op. cit. p. 266.

³⁶⁴ *Si les traités...*, p. 85.

³⁶⁵ op. cit.

³⁶⁶ Segundo Florian Gassner, para além das divisões no interior do iluminismo, a primeira partição da Polónia em 1772 foi vista na Europa sem grande surpresa, e, na chave de Voltaire e Proudhon, como solução natural para a absorção das suas tensões políticas pelas potências que a promoveram. As partições subsequentes, em 1793 e 1795, por sua vez, fizeram soar o alarme de que as “potências do leste” – sobretudo a Rússia – procuravam reorganizar a ordem internacional europeia em seu interesse. Cf. op. cit, p. 83.

dois campos diplomáticos distintos desde o final da Guerra dos Sete Anos, a Polônia para Marx e Engels, como veremos, nunca deixará de comportar esse significado essencialmente *sistêmico*. Daí a reemergência do debate sobre a questão polonesa no seio da I Internacional em 1863, mesmo após o fim da servidão na Rússia.

Em 1848, contudo, é à “nova Polônia” que nossos autores se dirigem. Essa nova Polônia do levante de Cracóvia, como a antiga Polônia da Confederação de Bar para Rousseau, embora continue sendo um dispositivo geopolítico central para a crítica comunista ao sistema de 1815, o é na medida em que passa a ser também plataforma para a revolução agrária e democrática. Lembremos que, ao participarem de evento sobre o levante de Varsóvia de 1830, em Londres, em 1847, Marx e Engels são quase lacônicos. Marx, em particular, dirige a uma audiência formada por cartistas uma advertência quase inamistosa, ao dizer que a liberação da Polônia deve ser feita, antes, na Inglaterra: “Então vocês cartistas devem não apenas expressar piedosos votos pela liberação das nações. Derrotem seus próprios inimigos internos [a burguesia] e poderão então se orgulhar de haverem derrotado toda a velha sociedade”³⁶⁷. 1830 não os entusiasma, mas a nova Polônia que se levanta em 1846, sim. Marx, em seu discurso, assevera que

Os homens que lideraram o movimento revolucionário em Cracóvia estavam profundamente convencidos de que apenas uma Polônia democrática poderia ser independente, e que uma Polônia democrática seria impossível sem a abolição dos direitos feudais, sem o movimento agrário que transformaria os camponeses imobilizados em proprietários livres, proprietários modernos. Substitua o autocrata russo por aristocratas poloneses e você terá dado ao despotismo documentos de naturalização. Foi assim que os alemães, em sua luta contra o domínio estrangeiro, trocaram um Napoleão por trinta e seis Metternichs.³⁶⁸

O discurso de Engels é retoricamente mais engenhoso, e oferece uma imagem mais poderosa do *conteúdo histórico* da luta nacional dessa nova Polônia, ao sugerir que a derrota do levante de Cracóvia trazia embutida uma “vitória”, precisamente a vitória da nova Polônia sobre a antiga:

O aniversário de Cracóvia não é apenas um dia de luto, é um dia de júbilo para nós

³⁶⁷ MECW, 6, p. 389.

³⁶⁸ Idem, p. 549.

democratas; porque a derrota ela mesma contém uma vitória, a vitória cujos frutos são nossos para colhermos, enquanto os efeitos da derrota são apenas transitórios. Essa vitória é a vitória da jovem Polônia democrática sobre a velha Polônia aristocrática. Sim, a luta recente da Polônia contra seus opressores estrangeiros foi precedida por uma luta oculta, escondida mas decisiva, em seu próprio interior, uma luta dos poloneses oprimidos contra seus opressores poloneses, uma luta da democracia contra a aristocracia polonesa.³⁶⁹

O ataque de Marx e Engels contra a velha Polônia aristocrática é ele mesmo sintoma da aceleração revolucionária da situação europeia, porque não deixa de *qualificar* o seu apoio à causa polonesa, deixando explícito aquilo que os discursos de 1847 sobre o levante aristocrático de Varsóvia em 1830 apenas insinuavam: a necessidade, para Marx e Engels, de preencher a plataforma polonesa com o conteúdo da história social, para além de seu puro significado *político* e nacional. Além de desatar, portanto, o nó político e geográfico que mantinha desde 1772 a Prússia atada diplomaticamente à Rússia, a independência polonesa, feita pela jovem Polônia, passaria agora a cumprir também uma função revolucionária própria, um papel material na governança da revolução.

Os discursos de Marx e Engels revelam também as preocupações centrais que ocupavam cada um naquelas semanas de iminência revolucionária. O discurso de Engels centra-se na comparação entre o levante de 1830 e o de 1846, na necessidade da emancipação dos judeus e do campesinato na Polônia, na denúncia do caráter “bárbaro” e egoísta da sua aristocracia, na necessidade da aliança entre a iminente revolução na Alemanha e os revolucionários poloneses, para que a Polónia posse ser o “posto avançado da civilização” a leste. Nesse sentido, tem grande alcance crítico no interior do movimento “democrático” europeu. Não chega, evidentemente, como Proudhon faria mais tarde, a pôr em questão a simbologia nacional relacionada ao esplendor medieval da numerosa e economicamente desigual aristocracia polonesa – a *szlachta* –, cuja prosperidade econômica nos séculos XVI e XVII, advinda do comércio de grãos pelo Báltico (que fazia da Polónia o “celeiro da Europa”), produziu o seu próprio “renascimento” e a mitologia

³⁶⁹ Ibid, p. 550.

política da “República da Polônia”³⁷⁰. O discurso de Engels parece lembrar que a força da aristocracia polonesa, que produziu uma forma de governo aristocrático-parlamentar e uma monarquia eletiva, significou, para o campesinato em regime de servidão, um conjunto de obrigações feudais cada vez mais draconianas desde o início do século XVI. Com uma produção agrícola baseada em monocultura de exportação extensiva e técnicas primitivas, o grau de exploração do trabalho servil na Polônia não tinha paralelo na Europa³⁷¹.

Do ponto de vista político, no tempo de Luis XIV e Pedro I, como assinala Perry Anderson, a Polônia produziu “uma negação radical e total do absolutismo”. Essa negação chegaria ao paroxismo com a adoção do *liberum veto*, que dava a qualquer nobre no parlamento – assim como nas assembleias provinciais – poder de veto sobre as decisões legislativas³⁷². A fragmentação da aristocracia e sua lógica política “anárquica” levaram também ao aprofundamento, após as sucessivas crises do século XVII (invasão pela Suécia ao norte e pelos cossacos ucracianos ao sul) e do século XVIII (a própria Grande Guerra do Norte, travada em território polonês), da dispersão das fidelidades políticas entre as potências vizinhas, e à crescente sujeição à influência russa – tendência que culminaria com as sucessivas partições³⁷³.

Marx, por sua vez, abre um outro flanco historiográfico, ao começar o seu discurso fazendo referência à constituição polonesa de 1791, adotada após a partição de 1772, e que buscava dar uma solução algo tardia às anomalias do estado aristocrático-parlamentar. A constituição de 1791 tentava estabelecer uma monarquia hereditária, abolia o *liberum veto*, concedia alguns direitos à população urbana e algumas discretas “liberdades” burguesas. Aos servos, acenava com a possibilidade de estabelecimento de algumas relações contratuais com os grandes proprietários. Atendendo ao chamado desses grandes proprietários, contudo, Rússia e Prússia invadiram a Polônia e decretaram a segunda partição, em 1793. A derrota do movimento insurgente radical que procurou, em 1794,

³⁷⁰ Cf. Perry Anderson, *Lineages...*, p. 283.

³⁷¹ Idem.

³⁷² Ibid, p. 292-293.

³⁷³ Ibid, p. 295.

sob a liderança de Tadeusz Kosciuszko, restaurar a constituição de 1791, redundou na terceira partição em 1795 e na supressão da independência polonesa.

É nesse veio que Marx investe, ao recordar que os revoltosos de 1794 foram chamados de “jacobinos” por pretenderem restaurar a moderada monarquia constitucional que a constituição de 1791 estabelecia, assim como os revoltosos de 1846 foram chamados de “comunistas” por proporem a abolição dos direitos feudais, eleições municipais baseadas no sufrágio universal, além de evocações às práticas da Revolução Francesa. Marx argumenta que o “jacobinismo” de 1793 se tornara “o comunismo de hoje”³⁷⁴, que o programa “jacobino” dos revoltosos poloneses de 1794 seria visto em 1846 como “o mais moderado” liberalismo, e que “as três potências” também atualizaram sua percepção histórica, ao chamar de “comunistas” os revolucionários de Cracóvia em 1846. Esse paralelismo evoca, naturalmente, o impacto que a segunda partição da Polônia, contemporânea da constituição francesa de 1793, teve para a opinião “democrática” europeia. Procura colocar os tempos históricos da Revolução Francesa e da Polônia em trilhos paralelos, evocando, por outra via, a ideia de Engels da Polônia como “posto avançado da civilização”. Perry Anderson recorda que a terceira partição em 1795 teve de fato esse sentido: o radicalismo do levante de 1794 foi “a sentença de morte” do estado da *szlachta*. O “reflexo remoto” das chamadas do Sena no Vístula dava às “ambições territoriais dos três impérios vizinhos” a “urgência ideológica de uma missão contra-revolucionária”³⁷⁵.

O curso da história social na Polônia ganha, assim, os seus “papéis de naturalização”. A nova Polônia pode representar a civilização apesar da barbárie feudal da velha Polônia. Por conseguinte, Marx pode dizer em seu discurso que “a Revolução de Cracóvia deu um glorioso exemplo a toda a Europa, ao identificar a causa nacional com a causa democrática e a emancipação da classe oprimida”³⁷⁶. A *categoria Polônia* que emerge dessa véspera revolucionária carrega,

³⁷⁴ MECW, 6, p. 545.

³⁷⁵ *Lineages...*, p. 297.

³⁷⁶ MECW, 6, p. 549.

portanto, uma singular convergência de significados, para além da sua mitológica política *negativa* em relação ao absolutismo: pedra angular do sistema de 1815, que o remete às forças do século XVIII, potencial posto avançado da civilização e barreira contra a “barbárie” e a intervenção militar russa, essencial para a viabilidade (inclusive militar) da revolução democrática na Alemanha e para o movimento revolucionário no Ocidente em geral, centro da “revolução agrária” europeia³⁷⁷, e plataforma da história social dentro do nacionalismo europeu.

O apoio à causa polonesa não deixará de ocupar uma posição central na política exterior do proletariado elaborada por Marx e Engels nos anos seguintes, especialmente na década de 1860, como veremos adiante³⁷⁸. Mesmo que no começo da década de 1850 Engels tenha manifestado dúvidas quanto à “utilidade” da causa polonesa e sua viabilidade como “posto avançado da civilização”, chegando mesmo a sugerir – em linha com as expectativas revolucionárias de 1847 – que a Rússia teria maior aptidão para absorver a ação civilizatória do ocidente³⁷⁹, prevaleceria em certo sentido a orientação geral de Marx, segundo a qual o apoio à Polónia era o “termômetro externo” que permitia medir com razoável acurácia a intensidade e viabilidade de todas as revoluções desde 1789. Essa não deixa de ser uma formulação alternativa para aquela do discurso de 1847, em que as pulsações revolucionárias e nacionais da Polónia são apresentadas em sintonia com a marcha do comunismo³⁸⁰. Como coração externo – oriental? – da revolução, a Polónia pulsaria em sintonia

³⁷⁷ Para uma análise da importância atribuída por Marx e Engels à questão agrária e ao papel político do campesinato europeu (servos, trabalhadores e pequenos proprietários), ver Oscar Hammen, “Marx and the Agrarian Question”, in: *The American Historical Review*, Vol. 77, No. 3 (1972), pp. 679-704.

³⁷⁸ Uma das razões para tanto é, sem dúvida, a importância da Polónia para os movimentos progressistas europeus em geral, e portanto para o internacionalismo organizativo de Marx e Engels. Como observa Hammen, “Marx e Engels fizeram questão de participar da maioria dos *happenings* sobre a Polónia – como os aniversários das revoltas de 1830 e 1846 e de comícios poloneses em geral. Eles serviam como plataforma comum em que vários elementos democráticos, radicais, liberais e até mesmo conservadores podia se encontrar”. op. cit. p. 701.

³⁷⁹ Já tivemos ocasião de mencionar a carta em que de Engels argumenta a Marx que, quando a Rússia for tragada pela “revolução agrária”, a Polónia “não terá mais absolutamente nenhuma razão para existir” (nota 251). Na mesma missiva, recordemos, Engels diz: “A Rússia, por outro lado, é realmente progressiva em relação ao Oriente. A despeito de toda sua baixeza e sujeira eslavônica, a dominação russa é um elemento civilizador no Mar Negro, no Mar Cáspio e na Ásia Central entre os bashkir e os tártaros, e a Rússia absorveu muito mais elementos civilizadores e especialmente industriais do que os poloneses, cuja natureza é a do cavaleiro indolente” (MECW, 38, p. 363).

³⁸⁰ Em carta a Engels de 2 de dezembro de 1856 – o ano da publicação das *Revelações* –, Marx diz: “em meus recentes estudos da história polonesa, o que me levou decididamente a apoiar a Polónia foi o fato histórico de que a intensidade e viabilidade de todas as revoluções desde 1789 podem ser aferidas com razoável acurácia por suas atitudes em relação à Polónia. A Polónia é o seu termômetro ‘externo’. Isso é demonstrável em detalhe a partir da história francesa. É conspícuo em nosso breve período revolucionário alemão, assim como no húngaro”. MECW,

com a causa do progresso. O que mais poderia garantir, contudo, essa “acurácia” de que fala Marx, senão a sensibilidade *negativa* do tecido político do sistema internacional de 1815? Marx no fundo parece perceber que, colocada em um de seus nervos principais, a Polônia que negara o absolutismo e cujo desaparecimento é indissociável de sua afirmação mais persistente na Europa, mede exatamente por isso a intensidade com que o sistema internacional assentado sobre essas bases era afetado pelas demandas revisionistas.

8.4 A crítica objetiva da burguesia ao sistema de 1815 – concorrência e livre comércio

Como já indicamos anteriormente, para Marx, a revisão do sistema de 1815, como mostra o *Manifesto Comunista*, estaria sendo levada a cabo também – e decisivamente – pela atividade econômica da burguesia, o esteio de sua iniciativa política. Como já tivemos ocasião de apontar, sob a acomodação política do sistema de 1815 – e na ordem mantida por ele – vigora e se desenvolve o que Marx, já na *Ideologia Alemã*, chamou de “concorrência universal”³⁸¹: a dinâmica capitalista internacional cujo principal efeito é aproximar os tempos sociais e universalizar as contradições entre as forças produtivas e as formas sociais, como veículo universalizante da história social, que se converte em “história mundial”. Como já vimos, para Marx, a indústria inglesa, por força da concorrência e da ausência, na Alemanha, de uma “história comercial” própria, produz na Alemanha as contradições sociais avançadas experimentadas na Inglaterra. O internacionalismo depende decisivamente dessa dinâmica, sem cuja vigência *objetiva* o próprio proletariado alemão, arrastado ao tempo presente pela concorrência com a indústria inglesa, poderia não estar à altura de suas tarefas revolucionárias. Nada mais natural, por conseguinte, que no momento de aceleração da história social dos anos 1847 e 1848, Marx proponha, por assim dizer, a *aceleração do acelerador*:

40, p. 85. Essa carta de Marx contém também elementos importantes para lançar luz sobre seus estudos históricos naquele período, inclusive sobre a história prussiana.

³⁸¹ MECW, 5, p. 74-75.

o livre comércio como forma de dar pleno curso às forças da concorrência universal e como princípio central da economia política internacional da revolução.

Essa dimensão econômico-filosófica do internacionalismo comunista, por assim dizer, foi teorizada na *Ideologia Alemã*, onde o conceito de “mercado mundial”, muito provavelmente tomado de Adam Smith, faz talvez a sua primeira aparição em Marx. O desenvolvimento histórico das forças produtivas, do modo de produção, do comércio e da consequente “divisão do trabalho entre as diferentes nações” destrói cada vez mais o “isolamento original das nacionalidades separadas”, e faz com que a “história” se torne cada vez mais “história mundial”³⁸². O comunismo, que é não um “estado de coisas” a ser estabelecido, mas antes “o movimento real que abole o presente estado de coisas”³⁸³, é portanto – tanto quanto a situação do proletariado criado em toda parte pela “concorrência universal” – o próprio movimento da história mundial. Ao revolucionar o estado presente da sociedade, o comunismo e a abolição da propriedade privada dissolverão o poder impessoal que o “mercado mundial” exerce sobre os indivíduos, na medida mesma em que consomem a *total* identificação da história com a *história mundial*. Liberando o indivíduo de suas conexões imediatas, de suas barreiras locais e nacionais, a revolução comunista – o movimento real – colocará todos os indivíduos em conexão prática com toda a produção humana, restituindo-lhes o controle consciente das forças postas em marcha pelo mesmo mercado mundial³⁸⁴.

A expressão “relações internacionais”, por sua vez, ocorre na correspondência privada de Marx, na carta em francês que dirige, em dezembro de 1846, ao literato russo Pavel Annenkov³⁸⁵. O assunto é a crítica à *Filosofia da Miséria*, de Proudhon. A formulação das relações entre história mundial, mercado mundial e a divisão do trabalho na carta a Annenkov é particularmente bem-

³⁸² MECW, 5, p. 50. Os exemplos dados por Marx e Engels aqui são significativos: a invenção de uma nova máquina na Inglaterra torna-se um fato da história mundial ao privar trabalhadores de emprego na China ou na Índia; assim como a falta de café e açúcar na Alemanha devido ao bloqueio continental é um fato da história mundial ao provocar o levantar alemão contra Napoleão em 1813.

³⁸³ Idem, p. 49.

³⁸⁴ Ibid, p. 51.

³⁸⁵ O mesmo Annenkov que Engels havia caracterizado como informante russo em Paris, por haver sido recomendado pelo então adido cultural da embaixada russa, Aleksey Tolstoy, em carta ao Comitê de Correspondência Comunista de Bruxelas em setembro de 1846. MECW, 38, p. 61.

sucedida, apesar do “francês bárbaro”, segundo o próprio Marx, em que foi escrita:

O Sr. Proudhon está tão longe da verdade que se acredita dispensado de fazer o que até os economistas profanos fazem. Ao discutir a divisão do trabalho, não acha necessário referir-se ao mercado mundial. Muito bem! Não terá sido a divisão do trabalho nos séculos catorze e quinze, quando não havia ainda colônias, quando a América ainda não existia para a Europa, e quando a Ásia do Leste existia apenas pela mediação de Constantinopla, completamente diferente da divisão do trabalho no século dezessete, quando as colônias já estavam desenvolvidas? E isso não é tudo. O que é toda a organização interna das nações, e suas relações internacionais, senão a expressão de uma dada divisão do trabalho? E não devem mudar, quando a divisão do trabalho muda?³⁸⁶

A menção à América e à Ásia está presente também na *Ideologia Alemã*, onde vemos que a importação de ouro e prata das colônias americanas e sua circulação na Europa afetou diretamente a “posição das classes”, desferindo um golpe contra a propriedade territorial feudal, impulsionando a produção e a manufatura, dando origem ao mercado mundial³⁸⁷. Nos séculos dezessete e dezoito, a expansão do comércio e a transformação das colônias em centros consumidores levam à “divisão” da abertura do mercado mundial entre nações europeias, e essa competição inter-estatal leva por sua vez à adoção de mecanismos de proteção, “tarifas, proibições e tratados”³⁸⁸. Em última instância, a competição, impedida de se desenrolar pelos meios econômicos da concorrência, era levada a cabo por meio de guerras, “especialmente as guerras navais”³⁸⁹, terreno da preponderância inglesa, o que permitiu à Inglaterra assegurar os mecanismos protetivos ao crescimento de sua manufatura. Foi o crescimento da manufatura em larga escala na Inglaterra, apesar das medidas protetivas que as manufaturas nascentes adotavam, que “universalizou a competição”, estabeleceu os “meios de comunicação e o mercado mundial moderno”, subordinou a lógica do comércio à sua própria, transformou todo capital em capital industrial, produzindo mecanismos para a sua rápida circulação (sistema financeiro) e centralização. Produziu, pela primeira vez, a “história mundial”, ao “tornar todas as nações civilizadas e todos os indivíduos que as integram dependentes, para a satisfação de

³⁸⁶ MECW, 38, p. 98.

³⁸⁷ MECW, 5, p. 70.

³⁸⁸ Idem, p. 71.

³⁸⁹ Ibid.

suas necessidades, de todo o mundo”, destruindo, assim, a “antiga exclusividade nacional”³⁹⁰. Um importante resultado desse esquema da *Ideologia Alemã*, é o de que “enquanto a burguesia de cada nação ainda preservava seus interesses nacionais separados” a indústria de larga escala produziu também “uma classe que em todas as nações tem o mesmo interesse”, uma classe para a qual, portanto, “a nacionalidade já está morta”³⁹¹.

Encontramos nesse esquema, por conseguinte, as coordenadas teóricas que ganhariam um tratamento teórico e retórico mais desenvolvido no *Manifesto Comunista*. Ali o papel revolucionário da burguesia, esteio do internacionalismo, é conjurado a preparar as condições materiais para a transformação do proletariado na classe universalmente revolucionária³⁹². Essas condições, Marx nos adverte em sua extensa polêmica contra Karl Heinzen (em “Crítica Moralizante e Moralidade Crítica”³⁹³), não podem ser suplantadas pela ação política pura, mas são condições materiais historicamente determinadas, sem as quais a conquista do poder político pelo proletariado seria apenas “temporária”, um fator acessório a serviço da própria revolução burguesa, como o “terror” francês servira apenas para liquidar mais rapidamente com os resquícios feudais na França que por “timidez” a burguesia não saberia atacar³⁹⁴. O trabalho histórico de constituir o mercado mundial e a história mundial, a cargo da burguesia, compelida pela necessidade de revolução constante dos meios de produção, assim como pela necessidade de “um mercado em constante expansão para os seus produtos”, é a base sobre a qual se assenta a afirmação de que a abolição dos antagonismos de classe pela revolução comunista levaria ao fim da existência política das nações, do conflito entre elas, e da exploração de uma nação por outra.

No começo de 1848, Marx sabia que *acelerar o acelerador*, favorecendo o pleno curso das relações internacionais de caráter burguês, tinha também um preço alto imediato para os

³⁹⁰ Ibid, p. 73.

³⁹¹ Ibid. p. 74.

³⁹² MECW, 6, p. 487.

³⁹³ Idem, p. 312.

³⁹⁴ Ibid, p. 319. Em outra formulação, na *Nova Gazeta Renana*, Marx dirá que o “terrorismo” francês nada mais fora do que “o modo plebeu de lidar com os inimigos da burguesia” (MECW, 8, p. 161).

trabalhadores – como a retórica do *Manifesto* sobre o papel revolucionário da burguesia deixa claro. A relação entre a exploração de classe e exploração entre nações – um princípio central do internacionalismo comunista, e ao mesmo tempo uma descrição do sistema internacional de acordo com a dimensão normativa desse internacionalismo – não é uma mera analogia, mas uma passagem concreta que encontra no “livre comércio” o seu mecanismo próprio. É o que Marx procurou explicar em um encontro da Associação Democrática em Bruxelas em 9 de janeiro de 1848, em seu “Discurso sobre a questão do Livre Comércio”³⁹⁵. O discurso é uma das primeiras demonstrações públicas do tipo de análise das categorias da economia política que Marx vinha desenvolvendo desde a segunda metade de 1847, quando preparou suas aulas ao Comitê de Trabalhadores de Bruxelas sobre o trabalho assalariado³⁹⁶. Esse estágio do desenvolvimento da crítica da economia política é dominado por algumas categorias centrais ainda rudimentares, se comparadas a seu tratamento teórico maduro em Marx, como a de indústria em larga escala, competição, mercado mundial, competição entre os trabalhadores, divisão do trabalho, equalização do trabalho, salário mínimo, crescimento das forças produtivas, etc. A denúncia dos efeitos sociais da dinâmica capitalista é contudo particularmente incisiva, e formulada em uma linguagem que nos interessa reter. Nas notas de aula aos trabalhadores de Bruxelas, comentando o surgimento do pauperismo com o avanço da indústria, Marx observa: “O barbarismo reaparece, mas criado no colo da civilização, e pertencendo a ela”, “o barbarismo como lepra da civilização”³⁹⁷.

³⁹⁵ MECW, 6, p. 450. Como lembra Jonathan Sperber, desde 1847 a militância política de Marx parece deslanchar, desdobrada entre a conversão da Liga dos Justos em Liga Comunista, no próprio ramo belga da Liga (e o sua “Associação Educacional dos Trabalhadores”) de um lado, e de outro a fundação da “Associação Democrática para a União e Fraternidade de Todos os Povos”, também em Bruxelas. Sobre a repercussão do discurso de Marx à Associação Democrática sobre o livre comércio, lemos em Sperber: “O nome pomposo do nova organização dava uma falsa ideia de sua plasticidade e energia. Com pelo menos duzentos membros, a associação patrocinava regularmente grandes encontros públicos, sobre temas domésticos, como a necessidade de maior participação democrática na Bélgica, e também sobre temas internacionais, como a recriação de uma Polônia independente. No fim de 1847 e começo de 1848, enquanto as tensões políticas na Europa seguiam em alta, esses encontros chegavam a atrair mil participantes. Marx foi o principal orador em um encontro em janeiro de 1848 dedicado ao debate entre livrecambismo e protecionismo. Seu discurso de uma hora, em francês, foi saudado (como mostram os registros) com “aplausos entusiasmados”, e com a decisão de sua publicação em forma de panfleto, que apareceu alguma semanas depois” op. cit. p. 198.

³⁹⁶ MECW, 6, p. 419.

³⁹⁷ Ibid, p. 434.

O *topos* do barbarismo nesse contexto remete a outro conjunto de imagens em Marx, igualmente presente no *Manifesto*³⁹⁸: o da escravidão do trabalhador pela máquina, da organização da fábrica como despotismo, da organização do proletariado industrial segundo princípios militares de hierarquia e disciplina. Esse *topos* catastrófico desdobra-se ainda em relação às crises, caracterizadas como *epidemias* de superprodução, em que a sociedade “regride a um estado momentâneo de barbarismo”, com o aparecimento de fome e escassez, como se um conflito militar houvesse cortado as linhas de abastecimento – o que se deve, no entanto, ao “excesso de civilização”, ao “excesso de meios de subsistência”³⁹⁹.

O discurso sobre o livre comércio de 1847 explicita, em termos “econômicos”, o mecanismo de produção desse “barbarismo” capitalista, a partir sobretudo da noção de competição entre trabalhadores. O crescimento do “capital produtivo” causa uma diminuição dos custos de reposição da força de trabalho – e portanto dos salários – em proporção maior do que o seu próprio incremento, em virtude da concorrência entre os trabalhadores e do desenvolvimento do maquinário. A concentração de capital empurra cada vez mais setores inteiros em direção ao proletariado, o que resulta no aumento da população trabalhadora. O livre comércio, muito ao contrário do que os seus defensores na Inglaterra de então pregavam, levaria à diminuição dos custos da produção pela diminuição relativa dos salários, e portanto ao aumento do lucro nas indústrias. Sem as diversas barreiras tarifárias e regulatórias ao comércio – Marx argumenta – vive-se no mundo ideal dos economistas clássicos, em que vigoram as leis da economia em sua exatidão, e as consequências da exploração capitalista para a classe trabalhadora se fazem sentir em sua pureza, reduzindo os salários ao custo mínimo de reprodução da força de trabalho⁴⁰⁰.

A mesma lógica da exploração capitalista se aplica ao mercado mundial, àquilo que Marx chama de “exploração cosmopolita”, em reação à retórica livrecambista da “irmandade

³⁹⁸ Ibid, p. 491.

³⁹⁹ Ibid, p. 490.

⁴⁰⁰ Ibid, p. 462.

universal”⁴⁰¹. Consequentemente, “cada um dos fenômenos destrutivos aos quais a competição ilimitada dá origem em qualquer uma das nações é reproduzido em proporções mais gigantescas no mercado do mundo”⁴⁰². Marx ironiza em seguida a noção livrecambista de divisão internacional do trabalho baseada em vantagens comparativas naturais: as vantagens naturais das “índias ocidentais” para a produção de café e açúcar seriam logo suplantadas pela introdução das duas culturas nas índias orientais, com custos de produção mais baratos. Uma segunda observação é ainda mais crucial: no capitalismo crescentemente monopolista, “há também hoje alguns setores da indústria que prevalecem sobre todos os demais, e garantem às nações em que são mais especialmente desenvolvidos o comando sobre o mercado do mundo”. Marx menciona com exemplo o algodão, que tem mais valor comercial do que todos os outros insumos, e novamente ironiza a teoria das vantagens comparativas por supor uma equivalência entre “algumas especialidades em cada ramo da indústria” e o “produto usado no consumo de todo dia, e produzido a menores custos naqueles países em que a manufatura é mais desenvolvida”⁴⁰³.

Essas duas observações sobre o funcionamento da exploração capitalista entre nações no mercado mundial seriam retomadas no *Manifesto Comunista* a partir do *topos* do barbarismo, o que revela a persistência do “tema russo” no interior da categorização econômica do mercado mundial como médium da generalização das condições sociais capitalistas. Não se trata de um passo banal: Marx recorre às determinações mais acabadas do “tema russo” na Europa, à equivalência entre barbarismo e Oriente e entre civilização e Ocidente, no momento de descrever a *hierarquia* que a revolução burguesa impõe ao mercado mundial, a partir da reorganização das relações entre campo e cidade em cada país:

A burguesia sujeitou o campo ao governo das cidades. Criou enormes cidades, aumentou enormemente a população urbana comparada à rural, e resgatou assim uma parte considerável da população da idiotia da vida rural. Da mesma forma como fez o campo dependente das cidades, fez também os países bárbaros e semi-bárbaros

⁴⁰¹ Ibid, p. 464.

⁴⁰² Ibid.

⁴⁰³ Ibid.

dependentes dos civilizados, nações de camponeses dependentes de nações de burgueses, o Oriente dependente do Ocidente.⁴⁰⁴

Marx conclui seu discurso em 1847 dizendo-se favorável ao livre comércio⁴⁰⁵ na medida em que ele desempenha um papel revolucionário, acelera a revolução social, corrói “as velhas nacionalidades e leva o antagonismo entre proletariado e burguesia a seu ponto extremo”. Mas Marx sabe que “o sistema de livre comércio atua destrutivamente”⁴⁰⁶. Em outras palavras, vemos que a crítica *objetiva* da burguesia – aquela que é lavada a cabo pela lógica mesma da expansão burguesa – é “destrutiva” e reorganiza as bases materiais sobre as quais o sistema de 1815 se assenta, formando, sob as estipulações do Congresso de Viena, sob as pactuações políticas e os sucessivos rearranjos que dão sobrevida ao absolutismo, uma hierarquia de ordem econômica e social.

O mercado mundial burguês produz também as interrelações que dão sentido prático à assertiva de Marx segundo a qual a Polônia devia ser libertada na Inglaterra. Dá materialidade a uma frase de Marx, que encontramos na crítica a Karl Heinzen, segundo a qual o poder econômico dos monopólios pode se tornar converter em “poder político direto” nas relações internacionais, como quando o poder econômico do monopólio industrial inglês recrutou a Rússia e Áustria contra Napoleão em 1813⁴⁰⁷. O mecanismo pelo qual a burguesia torna cada vez menos pronunciadas as diferenças nacionais, ao reduzir as diferenças entre os diferentes tempos da história social, é o mesmo mecanismo por meio do qual a atividade da burguesia inglesa acelera o tempo social alemão, transmitindo para além das fronteiras as contradições sociais prevaletentes nas condições

⁴⁰⁴ Ibid, p. 488.

⁴⁰⁵ Jonathan Sperber observa que a posição de Marx sobre o livre comércio não era comum entre os socialistas, e tampouco poderia ser generalizada como apoio irrestrito às regras do livre mercado. Lembra que talvez o maior adversário no campo socialista de Marx em 1847, Karl Grün, considerava as tarifas protecionistas como “socialismo infiltrado na política”. Marx por sua vez, apoiava fortemente a formação de sindicato e as greves, havendo denunciado Proudhon por rejeitá-las. Em relação ao livre comércio, no entanto, permaneceu fiel à posição favorável que sustentava desde os tempos de editor da *Gazeta Renana*, em 1842-43, embora, já em 1847, como instrumento de precipitação da revolução social. Cf. Sperber, op. cit. p. 202.

⁴⁰⁶ Ibid, p. 465.

⁴⁰⁷ Cf. “Crítico Moralizante...”, MECW, 6, p. 320.

mais avançadas, precipitando o devir revolucionário cuja condição era a libertação da Polônia em uma revolução nacional-agrário-democrática, que asseguraria a contenção do poder russo e a aliança da Alemanha com a liderança civilizada da Inglaterra e da França. O programa da crítica ao sistema de 1815 encontra-se, como se vê, assentado sobre o eixo da história social, que se efetiva por meio do mercado mundial – assim como o comunismo não é um “estado de coisas”, mas antes o “movimento real” que abole o estado de coisas presente⁴⁰⁸.

O movimento real da história social, que tem um sentido definido, comporta contudo uma sombra. Se o mercado mundial é o meio pelo qual as contradições sociais prevaletentes nas condições mais avançadas se propagam e se generalizam, o sistema internacional – como o carcomido sistema de 1815 para Marx e Engels – acena com uma ameaça em sentido contrário: a transmissão das condições políticas que prevalecem nas regiões mais “atrasadas”. Embora tenda a ser subestimada no processo de aceleração que o *Manifesto Comunista* quer por em marcha, é essa “sombra” que exige a ação unida dos principais países civilizados, e acena, em certo sentido, com a subversão ou *negação* do sentido da história social e da hierarquia que o intercâmbio burguês projeta ao reorganizar o mercado mundial. Acena com a ameaça do contra-ataque do barbarismo contra a civilização. O fato de que as categorias do barbarismo e do “tema russo” tenham pleno trânsito não apenas na linguagem com que o *Manifesto* descreve a nova hierarquia econômica mundial determinada pela burguesia, mas também as próprias consequências sociais do regime da grande indústria, não deixa de ser uma importante sugestão de que, ao lado do “mercado mundial” e das “relações internacionais”⁴⁰⁹ como resultado da divisão de trabalho no mundo burguês, *já estão*

⁴⁰⁸ MECW, 5, p. 49.

⁴⁰⁹ Como já tivemos ocasião de notar, além das diversas referências ao sistema internacional europeu em Marx e Engels, muitas vezes evocado por meio de metonímias, as formulações mais comuns de conceitos similares ao de sistema internacional são as de “mercado mundial” e “relações internacionais”, no mais das vezes relacionados à divisão internacional do trabalho. Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx chega a sugerir uma distinção entre um sistema econômico e um sistema político, que ele chama de “sistema de nações”: “É inteiramente auto-evidente que, de modo a poder levar a cabo sua luta, a classe trabalhadora precisa se organizar em seu próprio país como classe e que seu próprio país é a arena imediata dessa luta. Nessa medida, sua luta de classes é nacional, não na substância, mas como o Manifesto Comunista diz, na 'forma'. Mas a 'moldura do atual estado nacional', como o Império alemão por exemplo, está ela mesma por sua vez economicamente 'na moldura do mercado mundial', politicamente 'na moldura do sistema de estados'. Todo homem de negócios sabe que o comércio alemão é ao mesmo tempo comércio exterior, e que a grandeza do Sr. Bismarck consiste, é certo, precisamente em ele

contidos nesse mesmo processo as articulações daqueles elementos que estão sendo *negados* pela história social que avança sobre o sistema de 1815. Já estão em circulação, por conseguinte, os pressupostos da *teorização negativa* do sistema internacional a que as *Revelações da História Diplomática do século XVIII* dariam a forma mais articulada, e por isso mesmo mais intrigante e, em certo sentido, mais *imprópria*.

Como veremos em seguida, a força dessa articulação dos *elementos negados* será testada nas revoluções de 1848-1849, um primeiro momento em que a sua teorização negativa se insinua, sobretudo em Engels, sempre a partir das dificuldades políticas específicas com que a “revolução social” se defronta.

9 - A política exterior da Nova Gazeta Renana

A queda de Guizot em 23 de fevereiro de 1848 e a proclamação da Segunda República na França tiveram implicações diretas e imediatas para a situação de Marx na Bélgica. Então vice-presidente da Associação Democrática, Marx recebera de sua mãe, poucos dias antes, um longamente negociado adiantamento de herança. Para as autoridades belgas, a coincidência indicava que o vice-presidente da Associação Democrática preparava a insurgência republicana. Em 3 de março, recebeu afinal a intimação para deixar a Bélgica. Preso por uma noite, Marx partiu no dia seguinte com a família para o centro da atividade revolucionária, em Paris, onde gozaria de asilo por parte de autoridades do governo provisório francês, com quem Engels havia mantido contatos produtivos. Em Paris, a liderança da Liga Comunista, vinda de Londres e Bruxelas, pôde se reagrupar. Uma semana depois, quando as barricadas das revoluções de 1848 já se erguiam em Berlim e Viena (onde levariam à queda de Metternich), a Liga opôs-se ao malfadado plano de alguns exilados alemães em Paris de formar uma legião para lutar pela república na Alemanha.

implementar o seu tipo próprio de política internacional”. MECW, 24, p. 90.

A estratégia de Marx para 1848 era essencialmente política: tendo o *Manifesto Comunista* como programa, os exilados deveriam voltar pacificamente à Prússia – o que a nova situação política agora permitia – e fundar associações de trabalhadores em diversas cidades. A liderança da Liga – o próprio Marx, Engels, Wilhem Wolff e outros – deveria restabelecer-se em Colônia, e dar início à publicação de um órgão próprio, a *Nova Gazeta Renana*, aproveitando as antigas conexões que Marx tinha na cidade, e as novas condições de liberdade de imprensa que os novos governos liberais alemães eram obrigados a conceder. Já em abril Marx estava de volta a Colônia, onde o vermelho, o negro e o dourado das bandeiras revolucionárias podiam ser vistos em toda parte. A organização dos trabalhadores na direção do apoio à revolução democrática radical se provaria, contudo, uma tarefa muito mais complicada, marcada pelas rivalidades com as quais Marx já se havia batido no exílio, e pela grande popularidade de líderes como Andreas Gottschalk, “socialista verdadeiro” e pupilo de Moses Hess, que se recusava a apoiar os setores democratas da burguesia, apostando no radicalismo proletário e denunciando as eleições constituintes como “farsa”. Marx e Engels acabaram tornando-se importantes líderes de outro clube de radicais renanos, a “Sociedade Democrática” que os seguidores de Gottschalk consideravam demasiado “burguesa”⁴¹⁰. Se a via da organização dos trabalhadores apresentava dificuldades, ou demasiada “concorrência”, a via jornalística abria-se com relativa facilidade. Após as articulações de Moses Hess em abril junto a possíveis financiadores em Colônia, e após a chegada de Marx, a *Nova Gazeta Renana*, sob sua liderança, começaria a circular já em junho, tendo como editor-chefe um Marx com total autonomia.

Precisamente esse fator, a autonomia de que Marx e Engels gozaram no período, assim como sua implicação prática em relação ao desenrolar dos acontecimentos políticos, confirmam a importância da política externa defendida nas páginas da NGR para a reconstrução das relações entre o programa traçado no *Manifesto* (programa não só político, mas também interpretativo, ou

⁴¹⁰ Cf. Sperber, op. cit. p. 222.

seja, *teórico*) e a realidade política que a situação na Alemanha e na Europa apresentava.

Os primeiros números da NGR, em junho de 1848, oferecem ao leitor, em uma prosa de impressionante voltagem literária e muita ironia, a perplexidade exasperada com que os seus editores acompanhavam as infundáveis discussões procedimentais que marcaram os primeiros debates do “parlamento dos professores”, ou ainda, a assembleia dos “fazedores de acordos” (alusão à disposição de chegar a uma constituição por meio de compromisso com o Rei): a Assembleia Nacional em Frankfurt⁴¹¹, e mais tarde, da Assembleia Constituinte em Berlim.

Já em um artigo de 13 de junho⁴¹², Marx acusava a assembléia de Berlim de compromisso com as forças reacionárias. Sua análise e seu prognóstico a esse respeito apontam para a crescente complexidade que a compreensão dos processos revolucionários de 1848 passaria a exigir. Até ali, segundo Marx, a revolução havia produzido dois resultados divergentes. O povo que lutara nas barricadas saíra vitorioso, conquistara importantes liberdades democráticas, mas o “controle direto” do processo passara logo à “grande burguesia”. O povo permitiu que a grande burguesia formasse um governo, e ela convocou então “a velha nobliarquia e burocracia prussiana”, concluindo “uma aliança defensiva e ofensiva com as forças reacionárias” precisamente por medo do poder do “povo”, ou seja, dos trabalhadores e da burguesia democrática. Por conseguinte, “a revolução não havia sido levada até o fim”, aquele estágio correspondia apenas um uma revolução parcial, o início de “um longo movimento revlucionário”. Para a NGR, o governo reacionário da grande burguesia correspondia a um “estágio transicional necessário” na Prússia.

Isso não impedia, contudo, que o jornal apostasse na crescente radicalização. Alguns números mais tarde, em 17 de junho, a NGR reportava que Assembleia de Berlin havia adotado uma resolução em que rejeitava a proteção das forças armadas e se declarava sob a proteção do “povo de Berlim” – o que a NGR equipara a “um voto de confiança no povo”, calculando que uma nova onde revolucionária poderia eclodir. O texto tece uma rede de comparações com a revolução

⁴¹¹ Cf. “A Assembleia em Frankfurt”, MECW, 7, p. 16.

⁴¹² Cf. “O debate de Berlim sobre a revolução”, *idem*, p. 73.

francesa, em que as promessas da Assembleia de Berlim de abolir as obrigações feudais corresponderiam ao 4 de agosto de 1789, quando a assembleia constituinte francesa fora obrigada a fazer o mesmo, sob ameaça de revolta camponesa. A NGR apostava, por conseguinte, que a dinâmica revolucionária terminaria por precipitar a Assembleia a um papel efetivamente radical e popular. Após concluir, contudo, que “a Bastilha ainda não foi tomada”, acena com a chegada, “vindo do Oriente”, de um “apóstolo da revolução”, que se aproximava de forma impetuosa e irresistível. Trata-se do Czar, cujas tropas já se concentravam ao longo da fronteira oriental: “o Czar vai salvar a revolução alemã ao centralizá-la”⁴¹³, conclui o artigo.

O tema da guerra revolucionária contra a Rússia é desde logo o ponto de partida para a “política externa” da NGR, o axioma em torno do qual todas as suas avaliações, diretrizes, diatribes e eulogias terminam por gravitar. Mas não apenas da NGR. Era a conclusão lógica a que chegavam os setores mais radicais entre liberais e democratas e representava uma causa com significativo apoio popular. Mesmo um representante da “esquerda moderada” na Assembleia de Frankfurt, como um insuspeito Karl Vogt⁴¹⁴, estava convencido de que “no final das contas, as armas terão que decidir a disputa entre leste e oeste; e que no final das contas a guerra entre a cultura do Ocidente e o barbarismo do Oriente deve começar”⁴¹⁵. Em outra formulação que encontramos nos artigos da NGR, uma eventual guerra civil “entre a Prússia e a Alemanha” levaria ao embate entre Rússia e França, uma reedição da “guerra dos trinta anos”⁴¹⁶, por um lado, como também uma reedição das campanhas contra Napoleão. Assiste razão, portanto, a Jonathan Sperber ao ver na política da NGR o desejo de reeditar “o jacobinismo revolucionário de 1790 na Alemanha

⁴¹³ MECW, 7, p. 90.

⁴¹⁴ O naturalista, pequeno-burgês democrata, que seria um dos cinco regentes imperiais em 1849, depois refugiado na Suíça, contra quem Marx moveria, em 1860, uma de suas mais célebres polêmicas, acusando-o de ser “agente” de Luis Bonaparte. Vogt é o autor de um panfleto publicado em 1859 contendo diversas acusações contra Marx e outros comunistas. Marx recebeu os ataques de Vogt como ataques contra todo o movimento comunista, que merecia uma resposta à altura, que defendesse o passado e o futuro do comunismo na Alemanha contra os órgãos e agentes da burguesia. A resposta de Marx é o seu *Herr Vogt*. Cf. MECW, 17.

⁴¹⁵ Cf. Grassner, p. 166-167.

⁴¹⁶ MECW, 8, p. 213.

de 1840”⁴¹⁷. Apenas a tibieza da burguesia alemã levaria a NGR, pouco a pouco, a negar ao 1848 alemão a dignidade das revoluções de 1688 e 1789, sem deixar de utilizar o modelo francês como referência e espelhamento.

O próprio curso dos eventos que levaram à revolução na Prússia levou também ao envolvimento de suas tropas nas questões italiana, polonesa, tcheca e mesmo na questão do ducado de Schleswig-Holstein, de população maioritariamente alemã, que lutava contra a dominação dinamarquesa e pelo direito de integrar-se à confederação alemã. Embora todos esses levantes tivessem em comum a causa nacionalista, apenas no caso Schleswig-Holstein a luta nacionalista – no fundo, uma luta alemã – foi apoiada pela Prússia.

O apoio da NGR à luta de Schleswig-Holstein oferece por isso o melhor exemplo da encruzilhada em que a sua “política externa” se achava entre o apoio à revolução democrático-burguesa e à guerra revolucionária como fator de sua efetivação, no contexto das demandas nacionalistas que compunham o tabuleiro específico em que uma e outra teriam que se desdobrar. Depois de uma campanha militar contra a Dinamarca que Marx e Engels criticam pela falta de ímpeto e pela incompetência, a Prússia era forçada a recuar, contra a vontade da Assembleia de Frankfurt, sob pressão diplomática e militar da Inglaterra e da Rússia, que apoiavam a coroa dinamarquesa e temiam, sobretudo, a interrupção do vital comércio no Báltico. Em setembro de 1848, sobre o armistício dano-prussiano, Engels escrevia:

Enquanto na Itália, Posen e Praga os alemães estavam *lutando contra a revolução*, em Schleswig-Holstein *eles a estavam apoiando*. A guerra contra a Dinamarca é a primeira guerra revolucionária da Alemanha. Nós, por conseguinte, defendemos a condução resoluta da guerra contra a Dinamarca desde o primeiro momento, mas isso não denota o mais remoto parentesco com o entusiasmo burguês regado a cerveja do ducado à beira-mar.

É uma coisa triste para a Alemanha que a sua primeira guerra revolucionária seja a guerra mais ridícula jamais travada.⁴¹⁸

⁴¹⁷ op. cit. p. 225. Como lembra Alan Gilbert, além da guerra revolucionária, Marx também defendeu uma “enérgica ditadura”, tendo a Convenção jacobina como modelo, contra as instituições “feudais” por parte do governo Camphausen. Cf. *Marx's politics*, p. 173.

⁴¹⁸ MECW, 7, p. 421. Como bem observam Hal Draper e E. Haberkern, o apoio de Engels nas páginas da NGR à causa da incorporação de Schleswig-Holstein à Alemanha é uma revisão da posição que adotara apenas alguns dias antes em artigo do *Deutsche-Brüsseler-Zeitung* (MECW, 6, p. 543). Nesse artigo, Engels critica a *obstinação*

Da ironia impetuosa contra a tibieza alemã, Engels prossegue dizendo que a Dinamarca é comercial, industrial, política e literariamente dependente da Alemanha. Critica, em seguida, a utilização do “escandinavismo” como justificativa para a possessão dinamarquesa de Schleswig-Holstein. E justifica, por fim, o direito de absorção do ducado à Alemanha pela superioridade da “civilização” alemã: “é o direito da civilização contra o barbarismo, do progresso contra a estabilidade”, que tem mais peso do que “todos os acordos” internacionais, por representar “o direito da evolução histórica”⁴¹⁹. Ademais, se não fosse pela revolução de março na Alemanha, a “revolução” em Schleswig-Holstein, diz Engels, não teria passado de uma “agitação” civil. Em todo caso, o contexto revolucionário e a ameaça aos interesses russos no Báltico faziam daquela guerra ridícula uma causa capaz de precipitar o conflito internacional entre a Alemanha revolucionária, representada pela assembleia em Frankfurt, e as três principais “potências contra-revolucionárias” da Europa: Inglaterra, Rússia e o governo prussiano:

Prússia, Inglaterra e Rússia são as três potências que têm mais razão que quaisquer outras para temer a revolução alemã e seu primeiro resultado: a unidade alemã. Prússia porque deixaria de existir, Inglaterra porque perderia a possibilidade de explorar o mercado alemão, e Rússia porque veria o avanço da democracia não apenas ao Vístula, mas até mesmo ao Divina e ao Dniپر.⁴²⁰

Um conflito com essas características forçaria efetivamente a fusão da Prússia na Alemanha, faria da aliança com a Polônia uma “necessidade indispensável” e levaria “à imediata liberação da Itália”. Ao dirigir-se contra “os velhos aliados contra-revolucionários da Alemanha em 1792-1815”, reeditando, portanto, a guerra contra Napoleão – e completando, nesse sentido, a analogia com a

nacionalista dos habitantes alemães do ducado, que recusavam as concessões feita pela nova constituição dinamarquesa (igualdade de representação no parlamento e direito à utilização oficial da língua alemã): “Os alemães nunca foram nacionalistas onde os interesses da nacionalidade coindidiavam com os interesses do progresso; eles sempre o foram quando a nacionalidade se voltou contra o progresso”. Em fevereiro de 1848, antes da revolução em março na Alemanha, a nova constituição dinamarquesa, moderadamente liberal, significava o progresso. Após a revolução na Alemanha, a causa dos habitantes alemães de Schleswig-Holstein ganhava compreensivelmente um novo significado, e passava a merecer o resolutivo apoio da NGR, que criticava o governo prussiano precisamente pela falta de ímpeto militar. Ver Draper e Haberkern, *Karl Marx's Theory of Revolution – Volume V: War and Revolution*. New York: Center for Socialist History, 2005, p. 29.

⁴¹⁹ MECW, 7, p. 425.

⁴²⁰ Idem. p. 424-425.

Revolução Francesa – acenaria exatamente com “a salvação” da “pátria” em perigo, “e por essa mesma razão” tornaria a “vitória da *Alemanha* dependente da vitória da democracia”⁴²¹.

Devemos reter dois elementos dessa argumentação, que se tornarão mais agudos na medida em que a política externa da NGR passa a ter que se confrontar com as sucessivas vitórias da contra-revolução na Europa. Um primeiro é o “direito da evolução histórica”, baseado na superioridade da civilização sobre a barbárie, que justificaria a anexação de Schleswig-Holstein por uma Alemanha em processo de unificação. Um segundo deriva em parte do contexto político das atividades de Marx e Engels em Colônia em 1848, em apoio aos setores democráticos da revolução. Trata-se da imbricação entre a unificação alemã, a independência da Polônia e da Itália, o apoio às lutas tcheca (inicialmente) e húngara, e a esperança de que o movimento revolucionário, levado adiante pela guerra, chegasse à própria Rússia – tudo como corolário e ao mesmo *condição* da vitória da “democracia” na Alemanha sobre as forças contra-revolucionárias, uma vitória em que a nacionalidade e o conteúdo da história social se fundem, e que representa, por conseguinte, o desfecho lógico dessa mesma história social tal como traçada por Marx e Engels até ali.

Esses dois elementos centrais da política externa da NGR serão, como se sabe, *negados* pelo curso dos acontecimentos, mas não deixarão de constituir eixos fundamentais do pensamento de Marx e sobretudo Engels sobre o “problema das nacionalidades” e sobre a dinâmica internacional da contra-revolução. O sarcasmo de Engels ao se referir ao episódio de Schleswig-Holstein como a guerra mais ridícula já travada não deixa de sugerir o grau de consciência que os editores da NGR tinham da fragilidade da situação revolucionária na Alemanha, e sobretudo a desonfiança aberta sobre a verdadeira disposição revolucionária da grande burguesia alemã. Essa consciência, que só se aprofundaria, andava de par, naturalmente, com a consciência dos fatores internacionais envolvidos, da influência das potências contra-revolucionárias – sobretudo Rússia e Inglaterra –, mas também da força mobilizadora que as causas nacionais ganhavam. Os artigos da NGR

⁴²¹ Ibid, p. 425. Grifo no original.

permitem verificar, por conseguinte, como o internacionalismo e o “tema russo” em Marx e Engels vão sendo sucessivamente sobredeterminados no curso da reorganização das forças reacionárias na Europa e como, reciprocamente, *reorganizam as exigências teóricas* e táticas da estratégia revolucionária. Essa reorganização resultará, como veremos, na formulação de Engels sobre os povos “revolucionários e contra-revolucionários”, e no desencadeamento de um processo de teorização da contra-revolução em Marx, marcado por uma relação própria com o “tema russo”, que levaria à teorização negativa das *Revelações*, ao colocar em cena alguns de seus elementos centrais, a denúncia da diplomacia russa e do significado da dominação inglesa do “mercado mundial”.

Não se deve, contudo, supor uma divisão de trabalho excessivamente rígida entre Marx e Engels em relação a esses temas⁴²². Alguns dos artigos que com mais clareza expõem a política externa da NGR e sua relação com o tema da diplomacia das potências reacionárias são de Engels. Da mesma forma, não há como imaginar que Marx, editor-chefe, deixasse de avalizar as opiniões de Engels sobre o direito dos escravos do sul à sua existência “nacional”. Feita essa ressalva, e para efeitos de exposição, vejamos em primeiro lugar as determinações que o tema da guerra contra a Rússia e a política externa da NGR ganham em Marx, para em seguida nos debruçarmos sobre o significado da contribuição mais caracteristicamente associada a Engels: a sua teoria dos povos históricos e dos povos sem história.

9.1 A partilha da França

No artigo de Engels sobre a “política externa da Alemanha”, em 2 de julho de 1848⁴²³, temos talvez a primeira aparição mais articulada do tema diplomático que seria o domínio mais frequente de Marx. Lemos aí que as habilidades dos diplomatas e governantes até então haviam sido

⁴²² Tenhamos em conta, entretanto, que Engels esteve exilado da Alemanha após ser preso em 25 de setembro de 1848, até janeiro, quando foi julgado e absolvido, juntamente com Marx. Cf. Sperber, op. cit. p. 230-233.

⁴²³ MECW, 7, p. 165.

utilizadas sempre para “colocar uma nação contra a outra” e perpetuar governos absolutistas – arte na qual a Alemanha se destacava: fornecera à Inglaterra mercenários para lutarem contra as suas colônias norte-americanas, atirara seus próprios soldados contra a França revolucionária em 1792, conspirara com os emigrados conservadores para organizar a restauração francesa. Suíços e húngaros teriam contas semelhantes a acertar com as cortes alemãs, para não mencionar os gregos, obrigados pelas tropas da Bavária, conforme o acordo entre França, Inglaterra e Rússia, a aceitar a autoridade de Otto I após a conquista da sua independência, em 1830. Além de enviar policiais “até a Portugal”, a Alemanha fornecia também quadros proeminentes para a diplomacia e a administração russa. A “lista de pecados” que Engels arrola é extensa, e a culpa é colocada também sobre o “povo alemão”, com sua aptidão para servirem como policiais, “mercenários e carcereiros” dos “mestres por direito divino” da Europa. Um subtópico desponta aqui, que seria aproveitado por Marx mais tarde: a subordinação dos príncipes alemães ao Czar.

Com a revolução na Alemanha, e com a luta do povo alemão contra o jugo absolutista, as “fórmulas” da antiga política – falsas informações sobre a luta polonesa e italiana, manipulações, apelos ao nacionalismo e à honra germânicos – teriam perdido o seu “poder mágico”. O “patriotismo oficial” alemão só teria efetividade para a grande burguesia a cujos interesses ainda correspondia. A classe média e os trabalhadores passavam a perceber que a “liberdade das nações vizinhas” era a “garantia de sua própria liberdade”: “Como se pode implementar uma política externa democrática enquanto a democracia doméstica é sufocada?”⁴²⁴ Baseada nesse pressuposto fundamental, a política externa “democrática” defendida pela NGR – que é portanto crítica da substância e dos métodos da diplomacia prussiana até então – ganharia uma de suas formulações mais radicais em artigo de 11 de julho, ao confrontar os apelos aos “gritos patrióticos” e ao “ódio nacional” insuflados pela “velha” Alemanha contra as lutas de libertação dos “poloneses em Posen, dos italianos na Itália, e dos tchecos na Boêmia”.

⁴²⁴ Idem, p. 166.

O artigo de 11 de julho vê nessas evocações de patriotismo uma estratégia para dissipar as energias democráticas da revolução. A velha Alemanha buscava, nessas “guerras de restauração”, consolidar a “velha autoridade” contra a qual sua própria revolução se batia internamente. A NGR procurava essencialmente denunciar, por conseguinte, o caráter *contra-revolucionário* das campanhas contra os levantes em Posen, na Itália e na Boêmia, a sua utilização como treinamento para as tropas que se encarregariam depois de sufocar a revolução na própria Alemanha, e o seu apelo irresponsável ao nacionalismo alemão contrariando o espírito “cosmopolita” dos alemães. A guerra verdadeiramente revolucionária seria travada, naturalmente, contra a Rússia:

Apenas uma guerra contra a Rússia seria uma guerra *da Alemanha revolucionária*, uma guerra por meio da qual ela se livraria de seus antigos pecados, tomaria coragem, derrotaria seus próprios autocratas, espalharia civilização pelo sacrifício de seus próprios filhos, como faz um povo que arrebenta as correntes de sua longa e indolente escravidão e torna-se livre dentro de suas fronteiras ao levar a liberdade àqueles fora delas.⁴²⁵

Alguns dias mais tarde, Engels especificaria melhor as razões da necessidade da guerra revolucionária, indissociáveis do problema da unidade alemã. Forçada a superar a fragmentação política, “ensanduichada” entre os dois “mais poderosos e centralizados Estados do continente”, mas cercada de pequenos vizinhos, a Alemanha estaria condenada à guerra civil ou à guerra com outros países⁴²⁶. Como se vê, as duas metas fundamentais da política da NGR – como Engels definiria muitos anos depois –, a unidade da república alemã democrática e a guerra revolucionária contra a Rússia, eram co-dependentes⁴²⁷.

O tema da ameaça de uma invasão russa dá ocasião aos editores da NGR para ironizar, em artigo de agosto de 1848, uma curiosa iniciativa do ministro dos negócios estrangeiros russo, que corroborava afinal ameaça de uma guerra. O conde de Nesselrode divulgara uma nota circular à imprensa na Alemanha caracterizando como manipulações e inverdades as alegações de alguns

⁴²⁵ Ibid, p. 212, grifo no original.

⁴²⁶ Ibid, p. 237-238.

⁴²⁷ São muitos os analistas que, com razão, notam que a NGR era provavelmente “o jornal mais belicoso” da Europa naquele momento (Cf. por exemplo, “Nationalism and Internationalism in Marx and Engels”, Bertram D. Wolfe, in: *American Slavic and East European Review*, Vol. 17, No. 4, Dec., 1958, pp. 403-417).

órgãos de imprensa (entre eles, claro, a NGR) de que as movimentações de tropas russas na sua fronteira ocidental constituíam preparativos para uma eventual invasão. A Alemanha teria sido afinal invadida, diz a NGR, não por tropas, mas por uma nota diplomática⁴²⁸. Marx e Engels não perderam a oportunidade de mostrar o ridículo do ministro russo, obrigado, pela liberdade de imprensa vigente na Alemanha desde a revolução de março, a se tornar ele mesmo “um jornalista”. Na sua circular, Nesselrode declarava intenções pacíficas e benevolentes, e recordava o apoio russo às guerras de libertação de 1813-1814 na Alemanha contra Napoleão, no momento em que o território russo já havia sido “há muito libertado”. A NGR assevera que, apesar dos seus “muitos e bem pagos agentes”, o governo russo operava sob falsas percepções ao achar que podia, em 1848 – em pleno momento, para Marx e Engels, de *desconstrução revolucionária do sistema de 1815* –, evocar a memória das guerras de libertação de 1813 para angariar a simpatia do povo alemão.

A circular de Nesselrode oferece aos editores da NGR, no fundo, a oportunidade para um acerto de contas com o sistema de 1815, que estavam empenhados em desmontar. Lembram que, em 1813, a Rússia protegia seus próprios interesses vitais ao apoiar os príncipes alemães aliados a ela na defesa da “legitimidade” monárquica contra o ditador que emergira da revolução. Ironicamente, dizem que o povo alemão será eternamente grato à Santa Aliança por toda a sua “política desde 1815”: as perseguições em toda a Europa aos partidos progressistas e as medidas repressivas coordenadas nos congressos de Carlsbad, Laibach e Verona. Conde Nesselrode “e seus diplomatas” poderiam ficar tranquilos quanto à memória e à “gratidão” do povo alemão a esse respeito. A tentativa russa de apelar ao mesmo nacionalismo alemão em que a velha Prússia também apostava para dissipar a vaga revolucionária dava a Marx e Engels elementos para mobilizar, por sua vez, o sentimento anti-russo dos setores democráticos e o sentimento “napoleônico” dos advogados liberais do oeste da Prússia, onde “alguns poucos decretos napoleônicos teriam bastado para destruir todo o caos medieval”⁴²⁹.

⁴²⁸ “A Nota Russa”, MECW, 7, p. 307.

⁴²⁹ Idem, p. 309.

A NGR ironiza a assetiva russa de que suas tropas, desde março, haviam se mantido “imóveis em seus acantonamentos”, em consonância com uma atitude que Nesselrode definia como “defensiva e pacífica”. Ridiculariza a promessa de não interferência russa em assuntos internos dos países que atravessavam processos revolucionários, lembrando a então recente entrada de tropas russas na Transilvânia para ajudar a sufocar os levantes nos principados danubianos contra o domínio otomano.

Apesar de sua atitude observadora e defensiva, a nota russa continha a ameaça explícita de uma intervenção, caso a “reorganização interna” da Alemanha afetasse de qualquer forma “as nações vizinhas”. Continha também uma ameaça tácita – ou nem tanto – caso a mesma reorganização, levando a uma unificação alemã em bases mais ambiciosas, perturbasse a “balança de poder territorial”⁴³⁰, com tendências expansionistas, e uma guerra prolongada contra todos os estados vizinhos⁴³¹. A NGR responde a essas ameaças em duas frentes. Em uma, destinada a explorar os sentimentos anti-russos do povo contra a grande burguesia contemporizadora, diz que os interesses russos estão bem salvaguardados na Alemanha pelos setores reacionários, pela burocracia, pelos agentes a soldo da Rússia e pela inoperância parlamentar. Em outra, faz uma estimativa – não tão comum nos escritos de Marx e Engels sobre a Rússia antes de 1858 – sobre as próprias condições internas nos domínios do Czar, que no verão e na primavera de 1848 se viam afetados por uma epidemia de cólera, por quebras da colheita, incêndios e revoltas camponesas:

As condições internas da Rússia, a ira crescente, as insurgências parciais em distritos isolados, a revolução tramada em Petersburgo que foi, contudo, abortada bem a tempo, a conspiração na cidadela de Varsóvia, o solo vulcânico do Reino da Polônia, todas essas são de qualquer forma circunstâncias que contribuíram para os benevolentes e “desinteressados sentimentos” do Czar em relação à Alemanha.⁴³²

Nas páginas da NGR, enquanto a revolução russa não se materializa, e na medida em que a reorganização contra-revolucionária ganhava terreno, acompanhamos a conversão da diplomacia

⁴³⁰ Em clara alusão às implicações da unificação alemã para o Império Austro-Húngaro e para a Polônia.

⁴³¹ Ibid, p. 312.

⁴³² Ibid, p. 313.

rusa – às vezes em pé de igualdade com poder econômico britânico – em uma força política de primeira grandeza, e a recolocação da talvez principal característica do sistema de 1815 para Marx e Engels, a ação concertada entre Rússia e Inglaterra, a *dupla escravidão anglo-russa*. É interessante observar que esse movimento do tema russo em Marx parece se dar em estreita relação com a marcha da contra-revolução em Paris, após o levante dos trabalhadores em junho de 1848, que Engels chamou de “revolução do desespero”⁴³³ e Marx saudou como o “segundo ato da Revolução Francesa e começo da tragédia europeia”⁴³⁴. Para apreendê-lo, é necessário recordar a avaliação que Marx faria, dois anos mais tarde, ainda sob a percepção da iminência de uma nova onda revolucionária, sobre o massacre dos trabalhadores parisienses radicais em junho de 1848. Em *As Lutas de Classe na França* (1850), Marx saudaria a derrota do proletariado francês como uma vitória ao forjar, na batalha, o seu antagonista, a contra-revolução burguesa em sua forma depurada, ela mesma um fator, dali por diante, da conversão do proletariado em força “verdadeiramente revolucionária”. Marx observa também que a burguesia foi a primeira vítima imediata da sua própria “autoconfiança”, ao ser levada a novamente aliar-se às velhas monarquias feudais, e novamente ceder-lhes o controle político. Mais importante, contudo, teria sido o efeito da derrota dos trabalhadores parisienses em junho sobre o conjunto dos movimentos revolucionários – a maioria dos quais de caráter nacionalista – na Europa:

Finalmente, a derrota de junho fez saber aos poderes despóticos da Europa o segredo de que a França precisa manter a paz no exterior a todo custo para poder travar a guerra civil em casa. Assim os povos que começaram a sua luta pela independência nacional foram abandonados à força superior da Rússia, Áustria e Prússia, mas, ao mesmo tempo, o destino dessas revoluções tornava-se sujeito ao destino da revolução proletária, e elas foram despidas de sua aparente autonomia, sua independência em relação à grande revolução social. Os húngaros não serão livres, nem os poloneses, ou os italianos, enquanto os trabalhadores permanecerem escravizados!

Finalmente, com as vitórias da Santa Aliança, a Europa assume uma forma na qual qualquer nova revolta proletária na França envolve diretamente uma guerra mundial. A nova revolução francesa é forçada a deixar o solo nacional imediatamente e conquistar o terreno Europeu, o único em que a revolução social do século XIX pode

⁴³³ Ibid, p. 130.

⁴³⁴ Ibid, p. 128.

ser realizada.⁴³⁵

Para Marx, portanto, apenas a revolução vitoriosa na França pode novamente levar à guerra com a Rússia. Mas essa nova revolução francesa já é essencialmente proletária, e também por isso a ela estão subordinadas as outras revoluções nacionais que foram abandonadas à própria sorte em 1849. A percepção de que a revolta proletária de Paris havia afinal revelado a verdadeira natureza da contra-revolução, como vemos, é também uma tentativa de explicar a relação entre a grande revolução social e as revoluções nacionalistas de 1848. Ela é tributária em certo sentido da linguagem que Engels utilizara para caracterizar a derrota do levante de Cracóvia, que teria sido vitorioso na derrota ao evidenciar a identidade entre a luta nacional polonesa e a sua “revolução agrária”. Não se trata somente de mostrar que uma das “cláusulas” do *Manifesto* havia falhado – a “ação unida” dos principais países “civilizados” –, mas também de compreender, ainda que *em negativo*, o funcionamento do sistema internacional (a nova “forma” assumida pela Europa) como meio pelo qual a sobredeterminação feudal da reação projetava-se contra a determinação burguesa da direção do movimento revolucionário em geral.

De qualquer forma, em 1850, Marx ainda pode ver a *progressão da contra-revolução* como o novo *fator revolucionário*, ao forçar o proletariado a abandonar antigas ilusões de “fraternidade”, ao subordinar as demandas das “nacionalidade” ao conteúdo da “revolução social”, e ao dar às contradições sociais do capitalismo e à luta de classes na França a forma da mais aguda de uma *contradição internacional*: a “guerra mundial”. Esse diagnóstico de 1850, feito ainda sob uma perspectiva “revolucionária”, já estava contido nos artigos da NGR, mas as páginas da gazeta renana continham alguns ingredientes adicionais, que dizem respeito a outros elementos da *teorização negativa*.

Nos últimos dias de dezembro de 1848, a crise desencadeada pela tentativa de Frederico IV de dissolver a Assembleia em Berlim levou os revolucionários a decretarem um boicote contra o

⁴³⁵ MECW, 10, p. 70.

pagamento de impostos, ao qual Marx prontamente aderiu. Ao mesmo tempo, o prospecto da contra-revolução europeia assombra as páginas da NGR. Viena, uma das praças mais irredentas da revolução, já havia caído em outubro, e apenas algumas áreas da Hungria e do norte da Itália continuavam sob controle de revolucionários⁴³⁶. Na França, Luis Bonaparte era eleito presidente, com uma maioria de monarquistas na Assembleia Nacional. A vitória do governo prussiano sobre a resistência na Renânia, da qual Marx participara, justificava, portanto, o pessimismo que caracterizou o inverno de 1848-1849. Em 30 de dezembro, a NGR denunciava a formação de uma nova “Santa Aliança”, sob liderança da “diplomacia russa” carregada em ombros de “alemães e russo-alemães”. Em uma das suas caracterizações mais expressivas em Marx e Engels, lemos que a “diplomacia russa” era “o ponto focal da contra-revolução permanente”⁴³⁷.

No dia seguinte, em 31 de dezembro, Marx despede-se de 1848 com a evocação de uma “guerra mundial”. Nesse artigo, a relação entre a derrota da revolução de junho na França e a arquitetura da contra-revolução assume uma forma particularmente significativa. A derrota da classe trabalhadora na França foi ao mesmo tempo o novo acorrentamento das nacionalidades (e o massacre da Polônia, Itália e Irlanda) e a derrota das classes médias em toda a Europa (que lutavam contra o feudalismo em Nápoles, Viena e Berlim). E foi ainda a “*vitória do Oriente sobre o Ocidente, a derrota da civilização pelo barbarismo*”, com a supressão dos romenos pelos “russos e seus asseclas” (os otomanos), e com a derrota da revolução em Viena pelos regimentos austríacos recrutados entre os eslavos do sul, “croatas, pandours, tchecos e serezhans e semelhante gentilha”, o que fazia com que o Czar estivesse, em 1849, “onipresente na Europa”⁴³⁸.

A vitória do oriente sobre o ocidente, tão enraizada no vocabulário da esquerda alemã da época, é a imagem da completa reversão do curso e da lógica da história social. Nesse último artigo de 1848, Marx trata também do outro pólo da dupla escravidão anglo-russa, a Inglaterra. Retoma,

⁴³⁶ Cf. Hobsbawm, *Age of Capital*, p. 27.

⁴³⁷ MECW, 8, p. 211.

⁴³⁸ Idem, p. 214.

para tanto, o conceito de mercado mundial, mas claramente o submerge em um enquadramento político que, da mesma forma, reverte sua lógica original. É como se a capacidade do mercado mundial de universalizar as contradições, subsumida agora na lógica da contra-revolução, se convertesse no *esteio universalizante da reação*. Nessa etapa da teorização negativa, a linguagem de Marx parece pressentir o arranque em direção à espetacular expansão econômica dos anos 1848-1870, sob a proteção de uma pactuação política duradoura:

Mas a Inglaterra, o país que transforma nações inteiras em seus proletários, que abarca todo o mundo em seu imenso abraço, que já pagou uma vez o preço de uma restauração europeia, o país onde as contradições de classe chegaram à sua forma mais aguda e desabrida – a Inglaterra parece ser o rochedo contra o qual as vagas revolucionárias quebram, o país onde a nova sociedade está sufocada já no útero. A Inglaterra domina o mercado mundial. Uma revolução das relações econômicas em qualquer país do continente europeu, em todo continente europeu, sem a Inglaterra, é uma tempestade em uma xícara de chá. As relações industriais e comerciais em cada nação são governadas por seu intercurso com outras nações, e dependem das suas relações com o mercado mundial. Mas o mercado mundial é dominado pela Inglaterra, e a Inglaterra é dominada pela burguesia.⁴³⁹

A partir desse pressuposto, “a liberação da Europa”, feita quer pela luta das “nacionalidades oprimidas”, quer pela luta dos trabalhadores e das “classes médias” contra o absolutismo (e essa ambiguidade em Marx é significativa), dependeria em última instância do “levante da classe trabalhadora francesa”. Mas como cada levante francês, assim como qualquer reforma social efetiva, está destinado a ser sufocado pelo abraço da burguesia inglesa por meio de seu domínio do mercado mundial, apenas uma “*guerra mundial*” pode derrubar “a velha Inglaterra” e dar aos cartistas – o partido dos “trabalhadores ingleses organizados” – as condições para um “levante bem-sucedido contra seus gigantescos opressores”⁴⁴⁰. Apenas a revolução na Inglaterra, por sua vez, abriria caminho para a revolução no continente. Marx anota ainda que qualquer “guerra europeia” em que a Inglaterra esteja envolvida converte-se imediatamente em uma “guerra mundial” que será travada “no Canadá como na Itália, nas Índias Orientais como na Prússia, na África como no

⁴³⁹ Ibid, p. 214-215.

⁴⁴⁰ Ibid, p. 215.

Danúbio”⁴⁴¹. O esquema pode ser resumido assim: a revolução proletária na França provoca um conflito mundial que abre caminho à revolução proletária na Inglaterra, e apenas essa dupla revolução no contexto de uma guerra mundial tem a chave para a libertação da Europa.

Cinco meses mais tarde, em maio de 1849, no contexto da última crise do período revolucionário na Alemanha – motivada pela recusa de Frederico IV em ser coroado Imperador sob a Constituição promulgada pela Assembleia de Frankfurt e apoiada por grande parte da população – a NGR editaria o seu último número, o famoso “número vermelho” (porque impresso em tinta vermelha), que chegou a vender mais de vinte mil cópias⁴⁴². Um mês antes, a estratégia política de Marx passava a pender em direção à radicalização proletária dos “socialistas verdadeiros”, que ele originalmente rejeitara. No mesmo dia da publicação do “número vermelho” da NGR, 19 de maio, seu editor-chefe deixava a Prússia, expulso pelo governo (Marx havia renunciado à sua cidadania prussiana), e partia para o exílio que, como a própria ordem política contra-revolucionária, duraria o resto de sua vida. Alguns dias antes, contudo, no começo de maio, a NGR publicava uma nota sobre a revolta na Saxônia. Noticiava rumores de que o Embaixador francês em Berlim havia formalmente protestado contra a entrada de tropas prussianas na Saxônia. E anota: “Finalmente, portanto, o Governo Francês notou que a contra-revolução da Europa do Leste também o ameaça, e que a nova Santa Aliança tem como seu objetivo supremo, último, nada mais do que a conquista, e desta vez quem sabe a *partilha da França*.”⁴⁴³

9.2 Engels na prisão das nacionalidades: uma teoria da não-história

Além da radical reversão da lógica da história social e dos seus eixos leste-oeste,

⁴⁴¹ Ibid.

⁴⁴² Sperber, op. cit, p. 236.

⁴⁴³ MECW, 9, p. 414.

barbarismo-civilização, que obrigou a estratégia comunista a contemplar esse longo *détour* (a necessidade de uma “guerra mundial” a partir da revolta dos trabalhadores franceses como chave da revolução na Inglaterra e, depois, na Europa), a contra-revolução de 1849 levou também ao enfrentamento do “problema das nacionalidades” – a realidade que emergia da agitação nacionalista em um dos pilares do sistema de 1815: o império multinacional dos Habsburgos. A NGR jactou-se sempre do apoio, desde a primeira hora, à causa dos tchecos na Boêmia, dos poloneses em Posen, da unidade e independência italiana e húngara. O apoio à causa dos poloneses nos domínios da Prússia em particular, no momento em que o parlamento discutia as fronteiras de uma Alemanha unificada, estava longe de ser uma causa popular, e muito do investimento argumentativo da NGR foi no sentido de demonstrar, como vimos, que a liberdade alemã dependia da liberdade das nações vizinhas, especialmente face à quase certa intervenção russa.

Ao mesmo tempo, os artigos de Engels sobre “a luta magiar” e sobre o pan-eslavismo argumentavam também que algumas nacionalidades abrigadas sob o guarda-chuva austríaco – aquelas que não possuíam “vitalidade” ou “iniciativa histórica” própria, e cuja causa nacional tinha, portanto, um caráter *contra-revolucionário* – estavam destinadas a “perecer” no curso do processo. Em 13 de janeiro de 1849, a NGR estampa o artigo de Engels sobre “a luta magiar”, em decisivo apoio ao papel revolucionário da Hungria, e ao líder da revolução – então acossada pelas tropas austríacas com o apoio dos movimentos nacionalistas eslavos – Lajos Kossuth, nas palavras de Engels, “Danton e Carnot em uma só pessoa”⁴⁴⁴.

A rebelião de Kossuth, um advogado protestante e membro da pequena nobreza magiar, contra a dinastia austríaca, não tinha um conteúdo apenas constitucional ou democrático-burguês, nos moldes alemão ou francês, mas também um pronunciado caráter nacionalista, cultivado desde o renascimento romântico da cultura magiar no final do século XVIII, e não desprovido de tensões e sentimentos anti-eslavos⁴⁴⁵. Kossuth resumia em sua própria origem e biografia essas tensões.

⁴⁴⁴ MECW, 8, p. 227.

⁴⁴⁵ Cf. Tristram Hunt, *Marx's General*, pp. 164-165.

Descendente de pai de origem eslovaca (seu tio, George Kossuth, era um líder nacionalista eslovaco) e mãe alemã, nascido no seio de uma pequena nobreza relativamente empobrecida no norte da Hungria, Kossuth teve que afirmar-se como magiar, em um processo que o levou a publicamente negar não apenas sua origem étnica, mas a própria existência de uma nação “eslovaca” na Hungria⁴⁴⁶.

Engels apreende a importância da dimensão nacionalista da revolução húngara, ao enfatizar o seu caráter “popular”, em parte responsável pela eficiência militar do governo revolucionário de Kossuth contra as tropas austríacas, mais numerosas e melhor equipadas, recrutadas essencialmente e deliberadamente entre os povos eslavos. O artigo termina com um chamado de vingança – e de vingança sangrenta – contra esses “eslavos do sul” que atacavam, em nome da Áustria, os revolucionários húngaros, e cometiam, assim, o supremo crime contra-revolucionário. Quando o levante dos trabalhadores em Paris desse o sinal para a libertação do resto da Europa, o conflito generalizado que se seguiria deveria “varrer todas essas pequenas nacionalidades tacanhas”. A “próxima guerra mundial” – continua Engels – “resultará no desaparecimento da face da terra não apenas de classes e dinastias reacionárias, mas também de povos reacionários inteiros”⁴⁴⁷.

Cabe assinalar, de saída, que Engels não reservava aos povos contra-revolucionários da Áustria aquela *morte natural* de que fala Hegel nas suas lições sobre a filosofia da história⁴⁴⁸, mas antes defendia, contra eles, o “mais determinado uso do terror”⁴⁴⁹, a derrota, a qualquer custo, na

⁴⁴⁶ Para um retrato contemporânea bastante crítico do líder magiar, em que essas características são enfatizadas, pode-se consultar o panfleto anônimo *Louis Kossuth and the Last Revolutions in Hungary and Transylvania* (Londres, 1850).

⁴⁴⁷ MECW, 8, p. 238.

⁴⁴⁸ Afinal, a “morte natural” na filosofia da história de Hegel é um privilégio reservado às nações “históricas”. Como observa Paulo Arantes: “não basta a ruína para atestar o caráter histórico de um povo, é ainda necessário que a queda da civilização seja resultado de um processo interno. Como se sabe, todas as análises hegelinas dos fenômenos da decadência ligam-nos à dissolução de uma morte natural: nos povos históricos, o negativo só pode emergir do interior e o papel da violência externa jamais é determinante na queda final. As sociedades 'sem história' apresentam, por outro lado, uma figura inversa: sendo sua positividade o que é, a desagregação só pode ocorrer por efeito de uma catástrofe por assim dizer extrínseca; sua estabilidade (sua fraca estabilidade ou, como veremos, sua 'duração') torna-as desde logo vulneráveis às devastações do arbitrário exterior, o negativo que nelas se insinua provém de for a ou, como diz Hegel, 'não se desenvolvendo de dentro, a oposição explode no exterior’”. Em *Hegel, a ordem do tempo*, p. 207.

⁴⁴⁹ MECW, 8, p. 378.

sangrenta “guerra revolucionária” que seria travada “por todo o Ocidente contra eles”⁴⁵⁰. O uso que Engels faz do *topos* leste-oeste é particularmente significativo. Um dos seus argumentos contra as reivindicações nacionais dos “eslavos do sul” é o de que, precisamente, essas reivindicações significariam “a *reversão de todo o movimento europeu*”, que passaria a fluir não de “oeste para leste” – do mais civilizado para o mais bárbaro –, mas “*de leste para oeste*”⁴⁵¹. Engels é inteiramente coerente com a doutrina do “direito” do “desenvolvimento histórico” que utilizara para justificar a absorção de Schleswig-Holstein à Alemanha. Vale-se também da sua consistente defesa da superioridade “das grandes nações históricas do Ocidente” (a França e a Inglaterra)⁴⁵², em relação ao atraso alemão, como credencial contra eventuais acusações de pan-germanismo.

Em certo sentido, a energia bélica com que Engels investe contra os povos contra-revolucionários, portanto, deixa claro a necessidade de *negar a negação* a todo custo, de impedir que o “movimento europeu” fosse revertido – o que significa também reconhecer e ter que lidar politicamente com essa possibilidade. Nesse sentido, um dos aspectos mais intrigantes desses textos de Engels é precisamente a forma como a *reversão da história* se insinua por meio dos marcadores mais óbvios, *hegelianos*, da sua teoria dos povos revolucionários e contra-revolucionários. Consinta o leitor que façamos um brevíssimo resumo, portanto, dessa teoria, tal como exposta em dois artigos principais da NGR (“A Luta Magiar”, de 13 de janeiro de 1849, e “O Pan-Eslavismo democrático”, de 15 e 16 de fevereiro do mesmo ano), para que possamos em seguida discutir o seu significado mais geral.

Engels começa por uma descrição sumária da história do Império dos Habsburgos, em que a centralização política surge como solução para as necessidades das nobrezas germânica e magiar em sua dominação das “tribos eslavas”. Vencida a ameaça “turca” que selara a aliança austro-húngara após a queda de Bizâncio, as “contradições nacionais” diminuem, a nobreza germânica e

⁴⁵⁰ Idem, p. 375.

⁴⁵¹ Ibid, p. 235.

⁴⁵² Ibid, p. 372.

magiar em alguns lugares assume a nacionalidade eslava de seus camponeses, e os Habsburgos se transformam cada vez mais em defensores da nobreza feudal contra o crescente poder dos burgos.

O progresso do comércio e da agricultura “muda a posição do campesinato”, “que em toda parte”, para Engels, “é a encarnação da estreiteza nacionalista e local”, e passa a reviver as antigas lutas nacionais. Nesse contexto, Metternich consegue o apoio dos estratos superiores da nobreza, do baronato financeiro e da burocracia. Mantém os burgos e o campesinato de cada nação sob controle pela aristocracia respectiva, e cada aristocracia sob controle pelo medo dos camponeses e burgos das outras nações. A estratégia permite a Metternich apelar aos sentimentos dos camponeses de uma nação contra as demandas democráticas em outra, como durante o levante de Cracóvia, quando os camponeses ucranianos bateram-se contra os insurgentes poloneses, movidos pelo antigo ódio contra a nobreza polonesa. No primeiro momento de 1848, a revolução fez eclodir todas as demandas nacionais e suas rivalidades recíprocas. Mas logo “a ordem emergiu do caos”, na forma de uma distinção clara: alemães, poloneses e magiares assumiram a causa da revolução; os restantes, “todos os eslavos” com exceção dos poloneses, romenos e saxões da Transilvânia, ficaram do lado da contra-revolução.

Essa divisão – Engels prossegue – não é casual, mas resultado *necessário* da história de cada povo em questão. Os povos revolucionários – alemães, poloneses e magiares – são os que em toda a história austríaca tiveram “um papel ativo” e foram portadores do progresso. Todos os demais estão fadados a desaparecer na tempestade revolucionária, e são por isso *necessariamente contra-revolucionários*. O caso dos poloneses merece um tratamento especial em Engels – já que, apesar de eslavos, são o povo que se tornou o epíteto da causa revolucionária, justamente por haverem aliado-se aos “antigos inimigos” (alemães e magiares) na luta comum contra a influência russa. Os alemães e magiares, por sua vez, subjugaram a população eslava originária do território austríaco, que deixou então de desempenhar qualquer “papel histórico” desde o início do século XV⁴⁵³. A

⁴⁵³ Engels cita como último ato “histórico” dos eslavos na Áustria a “guerra dos Hussitas” (1419-1434), na Boêmia, o movimento tcheco proto-protestante (dos partidos seguidores de Jan Hus) que em sua radicalização combinou os

iniciativa seria sempre dos conquistadores alemães e magiares, único fator a impedir que as populações eslavas caíssem sob o jugo otomano, como já havia ocorrido com parte dela, como os bósnios. A ameaça “turca” dos séculos XV e XVI, que poria em perigo o “desenvolvimento europeu”, não poderia ter sido resistida sem a energia das nobrezas alemã e magiar.

Internamente, a burguesia, a classe que promovia o “movimento”, era alemã ou magiar, raramente eslava. Os magiares, pela iniciativa política durante as revoluções de 1830 e 1848, confirmavam a sua disposição revolucionária, contra a reação eslava de croatas e eslovenos. O pan-eslavismo seria, por conseguinte, uma reação dos eslavos austríacos contra o movimento magiar. O seu objetivo de libertação das nacionalidades eslavas levaria necessariamente à criação de um “estado eslavo” sob tutela russa, um estado multilinguístico, congregando “diferentes estágios de civilização” e “interesses antagônicos”, e desprovido dos “elementos” que garantiam a unidade do império dos Habsburgos. As “nações que por mil anos foram espalhadas e divididas” no intrincado mosaico austro-húngaro, e salvas do “barbarismo” turco apenas pela força dos elementos não-eslavos, não poderiam aspirar à liderança de um estado assim heterogêneo.

Em todos os países europeus – continua Engels, e devemos atentar para a sua linguagem – há, em algum canto, “fragmentos arruinados de povos”, restos de populações suprimidas no curso da história por forças nacionais superiores, aquelas que se tornaram “o principal veículo do desenvolvimento histórico”, e essas “reliquias de nações”, esses “fragmentos residuais de povos” tornam-se sempre os porta-vozes “fanáticos” da contra-revolução – já que a sua existência enquanto povo depende da reversão do movimento histórico. É o caso dos eslavos do sul na Áustria e de seu pan-eslavismo. Sua “salvação” implica a reversão da história europeia, a instauração de um contra-movimento leste-oeste, e encontra seu instrumento de libertação e seu elemento de unidade apenas no “látego russo”. Depois de mil anos a reboque dos alemães e magiares, em 1848 os eslavos do sul

diversos ingredientes das revoltas populares da baixa Idade Média, reformismo religioso, sectarismo e mesmo manifestações de antagonismos de classe, tendências laicizantes e anticlericais. Cf. Howard Kaminsky, *A History of the Hussite Revolution*, 1967.

levantam-se apenas para lutar contra a revolução dos alemães e magiares. A dinastia dos Habsburgo, que havia sido o instrumento da dominação germano-magiar sobre os eslavos, agora prolongava sua existência por meio da união dos eslavos contra os alemães e magiares. Todo pan-eslavismo redundaria, assim, em *austro-eslavismo*, sob a égide russa, e no renascimento político da Santa Aliança. Engels encerra seu argumento histórico com a retórica da vingança sangrenta no curso da guerra revolucionária, a que já aludimos acima.⁴⁵⁴

O artigo sobre o pan-eslavismo “democrático” tem como pano de fundo a publicação do *Apelo aos Eslavos*, de Bakunin, e a realização do Congresso Eslavo em Praga, em junho de 1848. A crítica de Engels aos enunciados de Bakunin e outras lideranças do congresso segue, em geral, as linhas da sua crítica mais abrangente à fraseologia da “fraternidade entre as nações”, que ressurgia então sob a roupagem pan-eslavista. Engels acusa a retórica da “liberação universal” das nacionalidades de silenciar sobre os “obstáculos existentes”, os “diversos graus de civilização” em cada país, e as “diversas necessidades políticas”. Critica o princípio idealista de que as fronteiras entre estados frateros seriam estabelecidas livremente com base em suas “características nacionais”, e cita o exemplo da guerra entre os EUA e o México, incompatível com a teoria pan-eslavista baseada na “justiça e humanidade”, mas ainda sim levada a cabo no estrito interesse da “civilização”, ao permitir aos EUA tomar a “esplêndida Califórnia” dos “preguiçosos mexicanos”. O pan-eslavismo colocaria no mesmo patamar a independência de alguns “mexicanos da Califórnia” e a sua conquista pelos EUA, um fato de “significado histórico-mundial”. Engels também se preocupa, como já observamos, em estabelecer suas credenciais. Lembra que os editores da NGR já haviam em diversas ocasiões criticado as teorias da união fraternal dos povos que não leva em consideração “a situação histórica e o estágio de desenvolvimento social de cada povo”.

Ao comentar o conteúdo das demandas nacionais pan-eslavistas, Engels recorda o seu artigo sobre “a luta magiar”, e reitera as suas objeções: à exceção dos poloneses e russos, nenhum outro

⁴⁵⁴ MECW, 8, pp. 227-238.

povo eslavo reuniria “as condições históricas, geográficas, políticas e industriais primárias para a independência e viabilidade”. Sem uma “história própria”, havendo sido “civilizados” pelo “jugo estrangeiro”, são nações “historicamente não-existentes”. Ademais, não constituiriam uma “massa compacta” e contínua de população numericamente significativa. O atendimento de reivindicações nacionais como a dos eslovenos e croatas significaria impedir o acesso alemão e húngaro ao Mar Adriático, o que equivaleria a negar aos poloneses acesso ao Báltico. Estariam desrespeitadas, portanto, “necessidades comerciais e geográficas” que, negadas pela “fantasia” de Bakunin, entretanto “existem” e são vitais para “o desenvolvimento desimpedido de todos os recursos das grandes nações”.

Engels tece ainda considerações históricas sobre o papel reacionário dos eslavos, sem deixar de lembrar o papel que os próprios alemães desempenharam na restauração francesa, na opressão da Itália, e na partição da Polônia, como “mercenários” da Inglaterra e da Rússia. Anota, entretanto, que três quartos dos exércitos que devolveram Napoleão a Paris “eram eslavos” – austríacos ou russos. Os alemães, entretanto, ao escolherem abraçar a revolução em 1848, tinham a oportunidade de purgar os pecados do passado, ao contrário dos eslavos do sul.

De volta ao eixo político, argumenta que a realização das aspirações dos pan-eslavistas austríacos equivalia, em condições práticas, à restauração da “monarquia austríaca unida” sob a proteção russa, e não à liberação de suas nacionalidades. Seus reais interesses seriam diretamente opostos à causa da restauração da Polônia, que necessariamente implicaria a restituição da Galícia à soberania polonesa. Uma “Áustria eslava”, sem a “sumpremacia” alemã e magiar, sem os centros de Viena e Budapeste, estaria fadada à fragmentação, e seria forçada a recorrer à tutela russa. Engels ataca por fim o pan-eslavismo como representando o mesmo tipo de ilusões “infantis e reacionárias” que o pan-germanismo. Suas demandas práticas, por outro lado – a garantia de independência aos povos eslavos – poriam em risco a revolução alemã, polonesa e magiar, seja por meio do estabelecimento de “um estado tcheco contra-revolucionário no coração da Alemanha”, ou

pelo estabelecimento de “postos avançados russos no Elba, nos Cárpatos, e no Danúbio”. Aos sentimentos e frases sobre irmandade oferecidos “em nome das nações mais contra-revolucionárias da Europa”, os revolucionários deveriam responder com o “ódio aos russos” que “foi e ainda é a paixão revolucionária primária” entre os alemães, acrescido, desde a revolução de 1848, do “ódio a tchecos e croatas”.⁴⁵⁵

Assim como as *Revelações da história diplomática do século XVIII* de Marx suscitaram no russo David Riazanov o impulso crítico de recolocá-las de volta sobre o eixo central do marxismo, essa *metafísica* dos “povos sem história”⁴⁵⁶ em Engels levou o ucraniano Roman Rosdolsky, um dos principais teóricos do Partido Comunista polonês, em 1948, a um esforço em certo sentido semelhante. No imediato pós-guerra, podemos imaginar as dificuldades causadas por certas expressões de Engels, como a previsão de uma “guerra de aniquilação”⁴⁵⁷ dos alemães contra tchecos. Em seu célebre *Engels e os povos não-históricos: a questão nacional na revolução de 1848*⁴⁵⁸, Rosdolsky procede a uma rigorosa revisão dos muitos juízos de Engels sobre cada um dos povos “sem história”. Não cabe aqui percorrer os pormenores dessa detalhada discussão, mas sim reter o sentido geral da crítica de Rosdolsky. Ele fica intuído já na epígrafe de Horácio: “até o Pai Homero distrai-se às vezes”.

Rosdolsky lembra o espanto com que Karl Kautsky referia-se às passagens mais belicosas dos textos de Engels, caracterizando-as como completos desvios não apenas do sentido geral do

⁴⁵⁵ Idem, pp. 362-378. As tropas croatas do General Jellachich puseram-se a serviço do Marechal Windisch-Grätz para sufocar a revolução em Viena e lutar contra as tropas de Kossuth. Engels refere-se a Jellachich como “magiaróforo” (MECW, 9, p. 456).

⁴⁵⁶ Para Michael Löwy, a “curiosa doutrina” de Engels, é “um exemplo extremo dos erros que podem ser cometidos a respeito da questão nacional, mesmo a partir de uma posição revolucionária socialista ou democrática”. Em “Marxists and the National Question”, p. 83.

⁴⁵⁷ No artigo “O levante de Praga”, de 17 de julho de 1848, Engels avança a ideia de que os alemães precisam expiar todos os seus pecados passados – as ocasiões em que foram instrumento da reação – na luta revolucionária. Sua convivência na repressão das revoluções, inclusive ao levante tcheco na Boêmia, significava que jamais teriam a confiança das nações cuja liberdade uma Alemanha revolucionária teria que proclamar. A opressão alemã obrigava os tchecos a Boêmia a buscar a proteção da Rússia, tornando inevitável uma “guerra de aniquilação dos alemães contra os tchecos”. Engels escreve essas linhas, contudo, na crença de que a grande guerra revolucionária entre o ocidente e o oriente começaria em questão de semanas. Cf. MECW, 7, pp. 92-93. Rosdolsky observa que a atitude de Engels em relação especificamente aos tchecos merece uma consideração à parte, já que nos primeiros meses da revolução de 1848 a NGR procurou defender a causa tcheca contra o nacionalismo da burguesia alemã. Cf. *Engels and the Nonhistoric Peoples*, p. 36.

⁴⁵⁸ *Engels and the Nonhistoric Peoples-The National Question in the Revolution*. Glasgow: Critique Books, 1986.

internacionalismo socialista, como do próprio pensamento marxista⁴⁵⁹. Para o próprio Rosdolsky, entretanto, os chamados de Engels ao uso do mais decidido terrorismo não se dirigiam à eliminação física dos povos contra-revolucionários, mas aos seus movimentos e partidos nacionais, bem como às suas lideranças. O destino das populações seria antes a sua “absorção” – não necessariamente pacífica, entretanto – no conjunto das grandes nacionalidades “revolucionárias”. Ademais, a intensidade da retórica de Marx e Engels teria que ser colocada de volta no contexto da prática revolucionária e da situação europeia marcada pela ameaça da intervenção russa – afinal concretizada, em 1849, na Hungria. Todo o radicalismo da política da NGR para a questão nacional seria inseparável – o que é correto – da convicção de que a revolução no ocidente, e mais precisamente na Alemanha, enfrentaria uma quase impenetrável barreira reacionária a leste: a mesma e determinante circunstância, afinal, que fazia da *guerra contra a Rússia* a única política externa capaz de preservar a revolução. Nesse sentido, a teoria dos povos sem história é uma especificação da política externa revolucionária mais geral defendida pela NGR.

Rosdolsky vê com naturalidade que, contra esse pano de fundo, a divisão entre os povos revolucionários e contra-revolucionários obedeça à lógica de ferro da divisão leste-oeste. Recorda que, contudo, em janeiro de 1848, em artigo sobre a crise pré-revolucionária na Áustria, Engels ainda contemplava como missão do movimento alemão garantir a “liberdade dos eslavos”, assim como, em agosto de 1848, a liberdade da Boêmia. Acrescentemos que a NGR em mais de uma ocasião jactou-se do seu spoio inicial à cusa tcheca na Boêmia. Apenas com a queda de Viena, em novembro, e com a passagem dos partidos nacionalistas eslavos para o lado contra-revolucionário das barricadas, contra o governo de Kossuth, Engels pôs em pleno vigor a sua implacável classificação em sua formulação mais férrea. Por essa razão, Rosdolsky indaga em que medida o endurecimento anti-eslavo de Engels correspondia a uma diretriz política prática – cuja relevância àquela altura seria nula – ou antes à sua exasperação com a “traição” eslava.

⁴⁵⁹ Idem, p. 86.

A partir desse ponto, ele é menos compreensivo com Engels. Se a atitude específica dos partidos eslavos na revolução merecia de fato a condenação da NGR, a cristalização dessa atitude e sua transformação em uma sentença sobre o caráter reacionário de povos inteiros incorreria, por sua vez, no equívoco de ignorar o conflito de classes em que os respectivos campesinatos estavam envolvidos, eles também, contra o “feudalismo”. A incapacidade dos povos eslavos de agir de maneira revolucionária era resultado não apenas de seu “atraso”, e menos ainda de seu enquadramento em alguma metafísica hegeliana da história, mas também – argumenta Rosdolsky – das “limitações de classe da burguesia germano-austriaca e seus nobres confederados poloneses e húngaros”⁴⁶⁰.

Rosdolsky observa que a lógica segundo a qual os eslavos austríacos buscariam necessariamente a proteção russa contra seus opressores alemães e magiares assenta sobre o pressuposto de que as classes dominantes alemãs e magiares seriam irrevogavelmente incapazes de abandonar a sua velha conduta opressora, mesmo no curso da revolução. Para Rosdolsky, a distração de Homero refere-se exatamente à incapacidade de Marx e Engels de enxergarem a estrutura de classes da burguesia e da nobreza alemã e magiar na Áustria e a correspondente fraqueza de sua ação revolucionária, que poria em questão, de saída, a viabilidade em geral das revoluções de 1848. A absolutização metafísica do caráter nacional, mais conveniente, aponta Rosdolsky, para o centralismo e o anti-particularismo dos editores da NGR, termina assim substituindo a análise não apenas dessa estrutura de classes, como da situação específica de classe do campesinato eslavo.

A crítica de Rosdolsky contempla também uma série de enunciados históricos específicos em Engels e aponta muitas de suas contradições. Um bom exemplo é a acusação de Engels de que as tropas austríacas que suprimiram brutalmente a revolução na Itália eram compostas sobretudo por eslavos. Rosdolsky lembra que o oficialato e os cargos na direção política do Império eram,

⁴⁶⁰ Ibid, p. 89.

contudo, alemães; e observa a estranheza da argumentação em Engels, que culpa o “instrumento”, e não as forças que o controlam. O seu centro de gravidade, contudo, volta sempre para a relativa cegueira da NGR para a questão agrária na Áustria, sua excessiva confiança (“ilusória”, para Rosdolsky) no papel revolucionário das nobrezas magiar e polonesa (aliados preferenciais da burguesia alemã), e sua incapacidade de derivar, de uma análise concreta da situação de classe correspondente, uma *estratégia específica para ganhar o campesinato para o campo revolucionário*, e trazer os nacionalismos eslavos de volta para o lado certo das barricadas. Trata-se, afinal, da mesma incapacidade, em certo sentido, das elites polonesa, magiar e alemã que Engels, segundo Rosdolsky, termina absolvendo.

A crítica de Rosdolsky não significa, contudo, que o tema agrário não tenha sido tratado pela NGR. Hal Draper e E. Haberkern criticam Rosdolsky por haver supostamente implicado essa ausência nos artigos da NGR e por ignorar os discursos de Marx e Engels sobre a Polônia em 1847, bem como as passagens em que a NGR ativamente defende a revolução agrária como única forma de revolução democrática na Europa do leste. Naturalmente, a NGR de fato apoiou a causa do campesinato. Como mostra Oscar Hammen, a NGR denunciou sistematicamente as maquinações conservadoras na assembleia constituinte da Prússia contra a libertação do campesinato prussiano de suas obrigações feudais, e atacou a constituição promulgada pelo Rei em dezembro de 1848 inclusive por não decretar a abolição dos direitos feudais sem compensação – reivindicação que os democratas alemães, segundo a NGR, deveriam abraçar e utilizar na mobilização dos camponeses⁴⁶¹. Hammen pressente, entretanto, que Marx e Engels não chegaram a passar da denúncia à estratégia em relação à libertação dos camponeses e à “democracia agrária” na Europa do leste⁴⁶². É essa também a especificidade da crítica de Rosdolsky: ela não ignora a importância da questão agrária em Marx e Engels, mas aponta a falta de um “programa concreto sobre a questão

⁴⁶¹ Hammen, op. cit. p. 692.

⁴⁶² Ibid, p. 700.

camponesa na Áustria”⁴⁶³. Acusa a NGR, por exemplo, de manter-se em uma atitude de mera observação neutra quando no parlamento em Viena travava-se uma “batalha” sobre o mesmo tema pelo qual se havia batido contra a constituição promulgada pelo Rei na Alemanha: a compensação aos proprietários pela abolição das obrigações feudais.⁴⁶⁴

Rosdolsky percebe que mesmo o relacionamento com os povos eslavos sob domínio alemão direto – como no caso da Boêmia – apresenta dificuldades em Engels, que o levam a formular enunciados secundários em sua teoria das nacionalidades, como as “necessidades comerciais e geográficas”, vitais para “o desenvolvimento desimpedido de todos os recursos das grandes nações”. Incapaz de responsabilizar a condição de classe das burguesias dos povos históricos por seus erros na condução da revolução, Engels não apenas as absolve, como apresenta os elementos de sua defesa, as “necessidades” nacionais do desenvolvimento das “grandes nações”. Resta a Engels, por conseguinte, buscar nas leis do desenvolvimento histórico dos povos sem história a fundamentação absolutizante de seu caráter contra-revolucionário.⁴⁶⁵ Esse recurso à história passada dos eslavos austríacos e à sua milenar submissão contradiz, aponta Rosdolsky, a lógica dialética da mutabilidade histórica, e provoca espanto ao oferecer ao leitor uma atitude tão “anti-marxista”.

Por essa razão, Rosdolsky prefere ver nos artigos da NGR sobre os povos sem história meros enunciados políticos equivocados, erros que precisam ser entendidos à luz do contexto que os produziu, e que devem ser separado do “genuíno entendimento histórico” presente nos trabalhos “científicos” de Marx e Engels. Uma das dimensões do “erro” de Engels estaria na *reversão do materialismo*, na adesão pura e simples ao modelo da filosofia da história de Hegel, ainda que combinado com uma referência abstrata aos “diferentes graus de desenvolvimento histórico” e a necessidades “materiais”. Nesse sentido, Rosdolsky pergunta como podem os “espíritos nacionais” hegelianos ressurgirem nas páginas da NGR apenas um ano após a publicação do *Manifesto*

⁴⁶³ Engels and the Nonhistoric Peoples, p. 67.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Ibid, p. 100.

Comunista.

A explicação de Rosdolsky é não apenas muito elegante, como também muito útil para a nossa compreensão da teorização negativa em Marx e Engels. Ele lembra que, para os revolucionários alemães de 1848-49, a vitória da revolução levaria a burguesia alemã e seus “aliados” – as nobrezas polonesa e magiar – ao poder, e essa vitória política significaria necessariamente maior “opressão nacional” contra os “não-históricos tchecos, eslovacos, eslovenos, croatas, sérvios, romenos e ucranianos”. Incapaz de remover essa barreira “objetiva” e conciliar o inconciliável (o próprio Rosdolsky nos diz que uma estratégia agrária seria necessária para tanto), a esquerda alemã é *compelida politicamente* a radicalizar a oposição entre os povos revolucionários e os povos contra-revolucionários. A estranha divisão entre “nações”, e não entre “classes”, contudo, requeria uma *justificativa* com trânsito livre no campo revolucionário, com cidadania plena entre a esquerda alemã, como explica Rosdolsky:

Nessa situação era apenas natural que a “esquerda” revolucionária recorresse à tradicional doutrina hegeliana dos povos “históricos” e “não-históricos”; esse vôleio ao reino da mitologia histórica lhes permitiu enganarem a si mesmos a respeito das dificuldades fatais objetivas que comprometiam a revolução. A *Nova Gazeta Renana* achou essas reminiscências hegelianas muito úteis.⁴⁶⁶

Essa conclusão de Rosdolsky contém elegância e uma chave que gostaríamos de aproveitar, mas também uma limitação mais óbvia: a de que as reminiscências hegelianas povoam o conceito de história social em Engels desde 1843 e continuam atuantes no seu jornalismo político até muito mais tarde, como o próprio Rosdolsky documenta. Não se trata, portanto, apenas de “justificar” uma resposta pontual a um problema político colocado pelas dificuldades objetivas das revoluções de 1848. À parte a sua perspicácia de perceber o apelo político da retórica hegeliana no contexto alemão dos anos de 1840, particularmente quando utilizada contra a Rússia, essa é uma conclusão demasiado simplista em Rosdolsky. Postula um critério de cientificidade pouco dialético segundo a tradição marxista, ao separar os estudos “científicos” dos juízos circunstanciais imersos na prática

⁴⁶⁶ Ibid, p. 131.

política. No limite, Rosdolsky parece querer classificar os juízos de Engels de reminiscências hegelianas para poder expurgá-los com mais facilidade, e sem muito escândalo, do *corpus* verdadeiramente marxista da obra de Engels.

O ponto forte, a nosso ver, está na intuição de Rosdolsky sobre a necessidade de *auto-engano*: ou seja, não se tratava para Engels apenas de forjar uma nova diretriz política para os revolucionários alemães, mas de encadeá-la teoricamente, de apresentá-la como consequência historicamente inevitável, e portanto como um movimento orgânico da própria revolução. Para além da necessidade política de reagir aos acontecimentos e devires da revolução, era politicamente necessário, para o movimento revolucionário alemão, *teorizá-los de forma revolucionária*. Uma teoria revolucionária, claramente, deveria ter como principal preocupação o horizonte em que estava colocada a *guerra revolucionária contra a Rússia*. Como mostra Rosdolsky, uma teorização que levasse em conta as realidades da situação das classes sociais na Áustria e na Alemanha, a relação entre a nobreza polonesa e magiar e o campesinato eslavo, exporia, ao contrário, a *fraqueza da revolução*.

Para Rosdolsky, entretanto, ao lado das formulações mais “especulativas”, a teoria de Engels conteria também estimativas *realistas*. Uma das quais diz respeito, por exemplo, ao relativo “subdesenvolvimento” das classes sociais entre os povos eslavos, ou a ausência de burguesias eslavas que pudessem liderar eficazmente o processo de centralização econômica e política dos eventuais estados nacionais respectivos. De fato, o conceito de nações como “veículos do desenvolvimento histórico” que Engels extrai de sua mitologia hegeliana modifica, por assim dizer, a sua carga especulativa, sugere que o tema sempre presente da centralização é que está efetivamente no comando teórico, e dá lugar a juízos históricos algo mais consistentes. A ideia de “um lado realista”, como diz Rosdolsky, evoca contudo um problema central, se levarmos a crítica de Rosdolsky às últimas consequências: o de que *o realismo político* da teoria de Engels tenha sido sacrificado à sua teorização negativa das nacionalidades, ao perder de vista precisamente a relação

concreta entre as classes sociais.

Não se trata de um problema banal. Certamente, não terá sido a adesão à metafísica hegeliana a *causa* da incapacidade política da NGR de entender a questão de classe do campo austríaco, e de posicionar-se em favor do seu possível papel revolucionário. Essa incapacidade deve-se certamente a muitos fatores, e uma análise exaustiva desses fatores não caberia aqui. O próprio Rosdolsky, como vimos, tende a vê-la como resultado inevitável da dinâmica dos acontecimentos de 1848-1849 e da posição relativa de Marx e Engels na política revolucionária. Se ela era a dificuldade de compreender a força dos obstáculos que se erguiam contra as revoluções de 1848, podemos dizer que o desenvolvimento teórico posterior em Marx e Engels, sobretudo a partir do *18 de Brumário*, procuraria dar conta progressivamente dessas dificuldades, mas não seria capaz de abandonar as categorias forjadas ou desenvolvidas nas páginas da NGR. A semelhança entre a crítica de Rosdolsky a Engels, e a crítica de Riazanov a Marx, é uma indicação importante a esse respeito. Como se recorda, um dos principais reparos de Riazanov às *Revelações da história diplomática do século XVIII* (1856) dizia respeito essencialmente à ausência de uma análise de classe tanto na explicação das relações entre Rússia e Inglaterra no século XVIII, como na incursão de Marx pela história russa.

No entanto, se Marx extraiu da sua peculiar historiografia russa um *princípio político*, capaz de aludir à lógica efetiva do sistema internacional, haveria na teoria dos povos sem história em Engels um saldo semelhante? Para buscar uma resposta, atentemos para três dimensões que não estão contempladas na crítica de Rosdolsky: 1) a relação entre a teoria de Engels e o contexto político alemão; 2) o horizonte crítico do internacionalismo comunista em relação ao sistema internacional de 1815; e 3) a persistência da teoria em Engels como índice de sua *negatividade*.

Os artigos de Engels sobre os debates na Assembleia de Frankfurt a respeito da Polônia são bastante elucidativos do primeiro ponto (1). Naquela altura, em agosto de 1848, a Assembleia em Frankfurt debatia a delimitação futura de uma Alemanha unificada, e os critérios de uma tal

delimitação (linguísticos, étnicos, ou políticos). Naturalmente, a questão se mostrava extremamente problemática em relação ao destino da Áustria, a “prisão das nacionalidades”⁴⁶⁷, o Império multiétnico dos Habsburgos, como o próprio Engels reconhecia: a “luta por independência das diversas nacionalidades misturadas ao sul dos Cárpatos”, de tão complicada, levaria a muito mais “derramamento de sangue, confusão e guerras civis” do que a restauração da Polônia e a delimitação de suas fronteiras com a Alemanha⁴⁶⁸. O estabelecimento das fronteiras da Polônia – que Engels chama, citando “um filósofo francês”, de “*nação necessária*” – seria na verdade “o problema político de mais fácil resolução que surgiu na Europa do leste desde a revolução”⁴⁶⁹. Tratar-se-ia, claro, de assegurar que a futura Polônia democrática – condição de existência de uma Alemanha democrática, como já vimos – contasse com uma “fundação viável”: o território de 1772, o controle do estuário dos grandes rios, acesso ao Báltico.

O problema que parecia de fácil solução para Engels naturalmente não se apresentava da mesma forma para os parlamentares alemães, que não viam com bons olhos (para dizer o mínimo) as concessões territoriais que a Alemanha teria que fazer para concretizar o sonho de uma Polônia “viável”, especialmente as que envolvessem territórios de população alemã ou de recente “germanização”. A própria Assembleia já havia sinalizado sua posição nesse sentido ao admitir em seu seio deputados da província polonesa de Posen. Curiosamente, muitas das objeções à restauração polonesa mencionavam exatamente a ameaça de que uma Polônia livre se aliasse em seguida à Rússia contra a Alemanha. Tais apreensões tornaram-se mais frequentes, naturalmente, depois da realização do Congresso Pan-Eslavo em Praga⁴⁷⁰. Nos debates da Assembleia Nacional em Frankfurt, a moeda retórica corrente era precisamente o *topos* barbarismo/civilização, leste/oeste. Opositores da restauração da Polônia argumentavam que os habitantes alemães das províncias polonesas não poderiam ser submetidos “a uma nação de menor conteúdo cultural do

⁴⁶⁷ Cf. Perry Anderson, *Lineages*, p. 327.

⁴⁶⁸ MECW, 7, p. 352.

⁴⁶⁹ Ibid.

⁴⁷⁰ Cf. Gassner, op. cit. p. 162.

que eles próprios”, nas palavras do deputado Wilhelm Jordan, para quem “a preponderância das raças germânicas sobre a maioria das raças eslavas é um fato”⁴⁷¹. A força do *topos* impunha-se mesmo para o porta-voz da causa polonesa, Jan Janiszewski, que via-se obrigado a retribuir na mesma moeda: “a cultura que sonega a liberdade é mais odiosa e desprezível que o barbarismo”⁴⁷². Engels protestou energicamente contra o nacionalismo filistino da Assembleia, para o qual a grande causa polonesa terminava reduzida ao debate sobre a reorganização da província de Posen⁴⁷³. Sua proposta a esse respeito era simplesmente a exclusão da província da confederação alemã deixando a questão da fronteira aberta até que a Polônia fosse restaurada.

Demasiado centrado nas correções dos juízos históricos de Engels sobre os eslavos da Áustria e a realidade da sua questão agrária, Rosdolsky intui, mas não dá maior ênfase à vigência do *topos* do barbarismo e da cisão leste-oeste nos debates políticos da Alemanha. Não estamos com isso querendo dizer que esse contexto por si só explica o desenvolvimento teoria dos povos sem história em Engels, o que, assim como o “hegelismo circunstancial” sugerido por Rosdolsky, não é uma explicação satisfatória. Na verdade, a referência ao contexto cultural alemão, em uma fase crucial da cristalização do “tema russo”, e ao significado da causa da Polônia naquele contexto e na política externa da NGR, nos permite constatar duas coisas:

a) o quanto essa passagem teórica em Engels já estava inscrita, em certo sentido, no terreno no qual se desenvolve a sua concepção de história social e desenvolvimento histórico, e dos direitos que corresponderiam às nações que são portadoras do desenvolvimento histórico – o quanto, portanto, o seu uso específico do *topos* do barbarismo está subordinado ao conceito de história social; e

b) o fato de que, para além de uma mera metafísica da história, a teoria de Engels estava enraizada em um solo político bem determinado, cujas características estruturais estão elas também

⁴⁷¹ Em Rapport, Mike. 1848: *Year of Revolution*. p. 129.

⁴⁷² Ibid.

⁴⁷³ MECW, 7, p. 353.

subsumidas culturalmente na historiografia que o próprio Engels vê-se compelido a escrever sobre o papel contra-revolucionário da Alemanha. Essa historiografia autocrítica, além de servir como credencial contra as alegações de germanismo por parte da NGR, mostra que seus editores tinham em mente os riscos associados à posição da NGR sobre a Polônia, uma posição minoritária, que precisava enfrentar a argumentação pan-germanista estruturada, como vemos, no mesmo terreno em que Engels fundamenta sua adesão à luta húngara.

Essa materialidade política da teoria de Engels está presente também na admiração quase fanática pelos feitos militares de Kossuth, nas referências a uma geografia necessária da Europa, derivada das necessidades das grandes nações revolucionárias, que fornece por sua vez *o enquadramento geográfico da revolução*⁴⁷⁴. Ao mesmo tempo, e essa termina sendo uma das principais inquietações em Rosdolsky, Engels decerto poderia por isso mesmo reformular suas principais conclusões políticas sobre a inviabilidade dos movimentos nacionais eslavos sem recorrer à metafísica de inspiração hegeliana. Não à toa, Rosdolsky no limite descarta as formulações derivadas dessa metafísica como “erros”. O essencial seria a falta de uma compreensão histórica adequada da questão agrária, e aquela metafísica apenas um sintoma dessa falta. Outros, como Hal Draper, vêem nessas formulações, da mesma forma, a confusão de um pensamento imerso na prática política.

Recuperando, entretanto, o contexto do qual a *história social* em Engels emerge, e o cruzamento entre o “tema russo” e as premissas do internacionalismo – ou seja, a direção histórica oeste-leste, em que as diferenças nacionais são dissolvidas em favor do nível de civilização mais avançado –, podemos ver que essa teoria dos povos não-históricos é a resposta específica que Engels conseguiu formular – o *auto-engano* a que chegou – diante da possibilidade política real de redefinição revolucionária do sistema internacional de 1815, e diante da possibilidade concreta de

⁴⁷⁴ Em artigo de Engels para a NGR em maio de 1849, lemos: “Se a Hungria se tornasse independente, a Polônia fosse restaurada, a Áustria alemã se tornasse o foco revolucionário da Alemanha, com Lombárdia e a Itália ganhando sua independência – esses planos, se fossem levados a cabo, significaria a destruição de todo o sistema de estados da Europa do Leste: a Áustria desapareceria, a Prússia seria desintegrada, e a Rússia forçada de volta às fronteiras da Ásia”. MECW, 9, pp. 461-462.

reversão da história social, da negação da revolução. Uma mera descrição política ou tática da situação seria incapaz de aliar o enraizamento político alemão da sua teoria dos povos sem história ao contexto político de reorganização da ordem europeia. Em outras palavras, a teoria dos povos sem história acaba emergindo, em parte, da necessidade de Marx e Engels de colocar a situação revolucionária na Alemanha em relação de determinação recíproca com a situação europeia, com o sistema de 1815.

A recuperação do horizonte crítico do internacionalismo contra o sistema de 1815 nos permite abordar o segundo ponto de nossa complementação de Rosdolsky (2), e entender a teorização de Engels como resposta ao fato de que a contra-revolução também se manifestava, para ele, por meio de um princípio de organização do sistema internacional, e que esse princípio também tinha vigência social e dinamismo histórico. Se a revolução na Alemanha colocava imediatamente um *problema constitucional* – em que a definição de novos princípios políticos, como o princípio representativo, estava necessariamente relacionada ao aspecto exterior do Estado, suas fronteiras, sua definição – ela também colocava imediatamente, para a NGR, um problema constitucional internacional: o problema da definição da ordem que substituiria o sistema de 1815 e suas bases políticas. A solução desses dois problemas interdependentes, contudo, deveria ser histórica. Não uma decisão de uma Assembleia, mas antes um movimento real, cujo sentido deve ser apreendido:

Tanto a unidade alemã como a constituição alemã só podem resultar de um movimento no qual conflitos internos e a guerra com o Oriente desempenharão papéis igualmente decisivos. O ato final de constituição não pode ser decretado, ele coincide com o movimento pelo qual devemos passar. Não se trata portanto de colocar em prática esta ou aquela visão, esta ou aquela ideia política, mas de compreender o curso do desenvolvimento.⁴⁷⁵

O programa internacional revolucionário da NGR, da guerra revolucionária contra a Rússia, não era o único na praça, tampouco o único a buscar a sua legitimação e a “compreensão” do “curso do desenvolvimento” na revolução francesa e na crítica ao sistema de 1815. Também a “estrela” das

⁴⁷⁵ MECW, 7, p. 51.

revoluções democráticas de 1848 (nas palavras de Alexander Herzen), Giuseppe Mazzini (1805-72), tinha o seu programa baseado essencialmente nos princípios da democracia e da auto-determinação⁴⁷⁶. Naturalmente, as “ideias políticas” de Mazzini, se seguirmos da lógica da NGR, não necessariamente equivalem a uma compreensão do sentido histórico do movimento em 1848. A sua estratégia de legitimação fornece uma pista mais segura a esse respeito, e nos ajuda a entender melhor a disputa existente dentro da crítica democrática ao sistema de 1815 e a especificidade do programa da NGR e da teoria dos povos sem história. Em 1849, Mazzini interpretava o movimento histórico de 1848 a partir da ideia de uma “Santa Aliança dos Povos”:

O acordo de Viena de 1815 ensinou uma profunda lição à Europa, que aqueles que lutam pela democracia ainda não compreenderam. As potências signatárias daquele acordo previram o futuro. Elas anteciparam quem seria o novo adversário a levantar-se contra o seu domínio tão logo a Europa se recuperasse da exaustão da guerra: os povos, galvanizados pela ideia de nacionalidade. Napoleão afinal foi derrotado não tanto pela força bruta que os reis haviam mobilizado contra ele, mas pela força de uma ideia popular; por uma explosão da ideia de nacionalidade, a qual ele havia ofendido com a sua arrogância. Paradoxalmente, os reis assim entenderam muito bem o que o homem comum, aterrorizado pela experiência de quase um milhão de baionetas comandadas pelos reis aliados, não conseguiu compreender.⁴⁷⁷

A Santa Aliança dos Povos de Mazzini, como vemos, significa uma leitura do sistema de 1815 a partir não de 1793, mas de 1813. Essa diferença se desdobra em diferentes níveis. Inclusive na relação com a economia política. Para Mazzini, a divisão do trabalho está para a “eficiência da produção” assim como a divisão do mundo em Nações para o progresso da Humanidade⁴⁷⁸. O nacionalismo de Mazzini pretendia oferecer uma rota de fuga do perigoso “cosmopolitismo” do final do século XVIII⁴⁷⁹ – esse mesmo que é a base do internacionalismo de Marx e Engels – e apresentar a Nação como uma mediação necessária entre o indivíduo e a humanidade – ali mesmo onde Marx e Engels postulavam a sua ultrapassagem pelo mercado mundial como processo de conversão de toda história em história mundial. Para os editores da NGR, portanto, ainda que

⁴⁷⁶ Cf. *A Cosmopolitanism of Nations – Giuseppe Mazzini's Writings on Democracy, Nation Building and International Relations*. Stefano Recchia e Nadia Urbinati (orgs). Princeton, Princeton University Press, 2009, p. vii.

⁴⁷⁷ Idem, p. 118.

⁴⁷⁸ Ibid, p. 126.

⁴⁷⁹ Ibid, p. 125.

coincidissem no apoio às causas polonesa, italiana e magiar, a leitura nacionalista de Mazzini, como o pan-eslavismo, representavam uma forma de compreender o curso do desenvolvimento que negava exatamente o pressuposto cosmopolita da marcha da história social.

Desse ponto de vista, a teoria dos povos sem história corresponde à necessidade em Engels de formular o sentido cosmopolita da história social como negação dos pressupostos do princípio das nacionalidades, que terminaria, no curso do desenvolvimento, subordinado à lógica da contra-revolução. A tal ponto que, na década de 1850 e no começo da década de 1860, Marx verá nos paladinos do nacionalismo de 1848 – como Mazzini e Kossuth – não apenas os ideólogos, mas os agentes da política externa contra-revolucionária de Napoleão III e de Lord Palmerston. Uma espécie de *partido da ordem internacional*.

A teoria da não-história de Engels permanece assim como um documento *mais verdadeiro* da natureza das revoluções de 1848 do que se tivesse incorporado, como sugere Rosdolsky, a situação das classes sociais na Áustria. Ela mostra exatamente onde o internacionalismo comunista foi ultrapassado pelas dinâmicas históricas que de fato reorganizaram senão o sistema europeu, ao menos o significado da crítica ao sistema de 1815. Movido pela necessidade de ser profundamente consequente do ponto de vista político, de *compreender o curso do desenvolvimento*, Engels mostra que, em 1849, já não define os termos de sua política. A sua teoria é sobredeterminada pelos fatos e registra negativamente essa sobredeterminação. Exatamente porque é consequente, essa teorização incorpora os termos dos nacionalismos aos quais precisa se subordinar para continuar sendo operativa, e os reelabora a partir da sua lógica anterior. Um pouco como o eslavo Jan Janiszewski respondendo ao alemão Wilhelm Jordan. A teoria negativa das nacionalidades em Engels é sua resposta à *negação objetiva* do internacionalismo pela contra-revolução. Daí que apareça aos marxistas do século XX, como Rosdolsky, como uma teoria da não-história, e uma mitologia política do imobilismo⁴⁸⁰.

⁴⁸⁰ Uma pesquisa centrada no conceito de história em Engels e suas ramificações, incluindo o *topos* do barbarismo, teria que considerar também seus pressupostos antropológicos, sua “dialética da natureza”, etc, e decerto aportaria

Nesse sentido, podemos dizer que Engels é um prisioneiro da “prisão das nacionalidades”. Sua resposta teórica e política ao enigma prático colocado pela realidade histórica do poder e da resiliência do Império dos Habsburgos termina refletindo, negativamente, a lógica desse poder⁴⁸¹, e por isso não consegue avançar além do horizonte de problemas colocados por ela. Daí a frustração de Rosdolsky com o fato de que a NGR, espelhando o ponto de vista das classes que lideraram revoluções incompletas, não soube aproveitar politicamente o potencial revolucionário – portanto, histórico – da questão camponesa austríaca. Ora, a mesma história que, segundo Engels, marcha implacável sobre os escombros dos povos contra-revolucionários, decretou em 1849 a derrota dessa mesma perspectiva política que Rosdolsky pretende resgatar. A teoria de Engels mostra exatamente isso.

Não se deve contudo imaginar que a teoria da não-história em Engels condene os povos sem história à imobilidade. Ao contrário, a sua tração violenta pelo movimento da história os elimina em nome precisamente do movimento. O sentido em que essa teoria é uma teoria negativa está no fato de que, ao postular o conceito de povos históricos, nações necessárias, nacionalidades que provam sua “vitalidade” na luta pela centralização e independência e, sobretudo, na autonomia em relação à Rússia, (no caso do leste europeu) ela necessariamente postula também a negação desse conceito, a existência de nações desnecessárias, cuja dominação por outras determina o seu caráter histórico, incapazes de centralização política e, por conseguinte, inaptas para a concentração da sociedade civil burguesa na forma de estados nacionais, etc. Dito de outra forma, no momento em que Engels se põe a pensar a subsunção lógica do conteúdo das lutas nacionais à lógica da história social – seja por meio de revoluções agrárias, seja por meio de revoluções burguesas e democráticas – esse conteúdo nacional *sobredetermina negativamente* o conteúdo da história social, nacionalizando a

elementos à discussão sobre o problema dos povos sem história. Sem pretender entrar nessa discussão, talvez caiba mencionar como exemplo a referência aos “eslavos” no Anti-Dühring: “As antigas comunas primitivas que já foram mencionadas podem continuar a existir por milênios, como o fazem ainda hoje na Índia e entre os eslavos, antes que a interação com o mundo externo produza diferenças de riqueza dentro da comuna o que por sua vez leva à sua dissolução”, *apud* Lawrence Krader, *The Asiatic Mode of Production*. Assen: Van Gorcum & Comp. B. V., 1975, p. 272.

⁴⁸¹ Poder que, curiosamente, para Perry Anderson, constitui o “atípoda constitucional” da Polônia. Cf *Lineages*, p. 326.

contra-revolução, apesar de serem exatamente os povos sem história aqueles que não têm, logicamente, uma história nacional. Em sua tradução mais direta no contexto europeu, essa negatividade produz um enunciado simples: só podem existir as novas nações que têm o potencial de resistir contra a influência russa.

Daí que a persistência dessa teoria em Engels, o terceiro ponto (3) da nossa reflexão a partir de Rosdolsky, nos ofereça uma pista a mais da sua negatividade. Como mostra Rosdolsky, a teoria dos povos sem história continua presente nos escritos de Engels até a década de 1880. Para Rosdolsky, isso mostra que a perspectiva de uma revolução na Europa Central para Engels permaneceu essencialmente a mesma desde 1848: uma revolução democrática na Alemanha, tendo como consequência a guerra contra a Rússia, e tendo nos poloneses e magiares seus aliados preferenciais. Evidentemente, não é apenas a concepção de Engels que permanece a mesma. Da mesma forma, o sistema de 1815, com o conteúdo de 1849, permanece em pleno vigor – não necessariamente como um sistema politicamente imóvel, mas como um conjunto de regras que determina os limites do movimento histórico. A persistência da teoria em Engels continua a registrar, em negativo, a duração desse sistema. Nesse sentido, as variações e a operacionalização da teoria em Engels nos diz muito, igualmente, sobre essas virtualidades do sistema internacional. Um importante sinal disso é o fato de que a teoria dos povos sem história em Marx e Engels continuaria a ter, para eles, uma função crítica dos princípios internacionais “rivais” ao internacionalismo comunista: o princípio das nacionalidades de Napoleão III e a doutrina de não-intervenção de Palmerston – vistos, novamente, com princípios constitucionais de uma ordem sobredeterminada pela convergência entre os interesses da Inglaterra e da Rússia.

Em um artigo importante de 1853, no NYDT, sobre o futuro do Império Otomano na Europa, Engels critica a política da manutenção do *status quo* do domínio otomano na Europa. O problema de reorganização do sistema europeu que a NGR quis fazer explodir em 1848, voltava à pauta pela crescente percepção de que o fim do domínio otomano sobre o sudeste da Europa era

iminente. A “questão oriental”, um dos interesses centrais de Marx e Engels no período, escancarava novamente o tema dos povos históricos e do destino nacional dos eslavos do sul da Europa. Já não estamos, contudo, nos domínios magiares, mas sim no território otomano, e na fronteira com a Rússia. A escala barbarismo/civilização, eminentemente relacional em Engels, move-se a leste.

Para Engels, a inoperância da diplomacia ocidental em oferecer um plano para o futuro dos domínios otomanos na Europa favoreceria o lento avanço russo em direção à tomada de Constantinopla – a catástrofe por excelência. O *status quo* significava a contínua opressão dos cristãos no Império Otomano, o que fazia com que cada vez mais tivessem razões para procurar a proteção do Czar. “Covardia diplomática” – o medo de que o redesenho do mapa do sudeste da Europa levasse a uma guerra entre as grandes potências – era a base da doutrina do *status quo*. Mas na história, diz-nos Engels nesse artigo, “nada é estável a não ser a instabilidade”. Particularmente no século XIX, um século “eminente revolucionário”, movido a “vapor e vento, eletricidade e imprensa, artilharia e descobertas de ouro”, não se deveria deixar de enfrentar uma grande questão histórica por medo de provocar uma guerra europeia. E assim como a questão da unidade alemã e dos destinos da Europa, a questão oriental deveria ser resolvida “pela Revolução Europeia”, cujos postos avançados deslocavam-se cada vez mais para o leste – de Varsóvia e Bucareste, a Petersburgo e Constantinopla, os pontos vulneráveis do “colosso anti-revolucionário russo”⁴⁸².

Engels rejeita planos e programas para o futuro da Turquia. Procura antes “conclusões baseadas em fatos”. E conclui que os eslavos do sul, representantes da civilização no interior do domínio otomano na Europa, possuindo na Sérvia um “núcleo de nacionalidade comparativamente esclarecido”, devem formar “um estado Cristão livre e independente sobre as ruínas do Império Muçulmano na Europa”⁴⁸³. Para chegar a essa conclusão, contudo, Engels percorre um percurso baseado na sua teoria dos povos sem história. Os sérvios, nesse percurso, possuem uma história,

⁴⁸² MECW, 12, pp. 33-34.

⁴⁸³ Ibid, p. 36.

“uma literatura própria”, são a referência dos cristãos da Bulgária, Macedônia e Bósnia em sua luta nacional. A consolidação da nacionalidade sérvia faria cada vez mais com que a influência russa sobre os eslavos otomanos passasse para o segundo plano. De forma a manter sua posição distinta como estado cristão, a Sérvia teria sido obrigada a tomar de empréstimo do Ocidente as suas instituições, escolas, conhecimento científico, indústrias – o que explicaria a “anomalia” de, apesar da “proteção” russa, haver formado uma monarquia constitucional.

Ademais, apesar dos laços de consangüinidade e religiosos, a posição geográfica da Rússia e do território dos eslavos sob domínio otomano produziria interesses divergentes. O futuro estado eslavo teria interesse sobretudo em servir como passagem para os produtos ocidentais rumo ao oriente, teria vocação comercial e seria um concorrente da Rússia na Ásia Central. Teria, assim como a Grécia, muito mais interesses em comum com o ocidente do que com a Rússia. Com a extensão das linhas de ferro até Belgrado, a influência ocidental no sudeste europeu tornar-se-ia permanente. Rejeitando o domínio militar da Turquia, os súditos cristãos europeus do Sultão não tolerariam a imposição de uma semelhante tutela russa. No curso do iminente conflito entre o “Absolutismo russo e a Democracia europeia”, a Inglaterra seria obrigada a impedir a tomada de Constantinopla pelo Czar, e seria obrigada por conseguinte a apoiar a construção de um “governo eslavo independente” nos domínios europeus da Sublime Porta.

Esse deslocamento geográfico da teoria de Engels mostra que ela não era apenas a justificativa hegeliana da política externa da NGR, mas um dispositivo de leitura da realidade do leste europeu nos quadros do movimento revolucionário. Deslocada a leste, ela encontra nos sérvios os seus novos magiares. Em certo sentido, o movimento histórico que leva o Império Otomano ao tórumo resgata a historicidade dos eslavos do sul, cria uma solução a leste para o problema das nacionalidades eslavas. As necessidades objetivas do desenvolvimento capitalista, inscritas na geografia, alistam as forças do mercado mundial como aliadas nesse cerco progressivo à Rússia. Veremos, contudo, que esse arranque rumo ao século revolucionado pelo vapor, pela eletricidade, e

pela indústria, termina esbarrando em um *século negativo*, que começa em 1849 e vai sucessivamente imprimindo seu tom na teorização de Marx e Engels sobre as relações internacionais.

O artigo de Engels sobre o futuro da Turquia em 1853 parece confirmar a conclusão de Miklos Molnár de que o fundamento último das “discriminações, preconceitos e injustiças”⁴⁸⁴ da teoria dos povos sem história é sempre, no limite, a Rússia. Com efeito, essa estrela polar da política externa da NGR parece instaurar em Marx e Engels um *regime de negatividade*, como o astro cuja massa exorbitante distorce o espaço-tempo, a geografia e a história, o eixo leste-oeste. Aqui verificamos que esse regime de negatividade, que sobredetermina a lógica da história social, assume uma fisionomia política própria e duradoura para Marx e Engels no curso das revoluções de 1848, mas sobretudo a partir do seu desfecho em 1849.

Afinal, em 1849, a Polônia era novamente negada, e a monarquia austríaca, a “negação acabada do estado nacional burguês”⁴⁸⁵, reafirmava a sua vigência política com uma vitória diplomática: após a intervenção russa para sufocar o experimento nacional húngaro, a celebração do acordo de Olmütz, pelo qual Frederico VI, pressionado pelo Czar, abandonava qualquer ambição imperial sobre uma Alemanha unificada, reafirmava enfim o sistema de 1815. A renovada Santa Aliança lograva assim, e sem a necessidade de consumir a “partilha da França”, “restaurar a Restauração”⁴⁸⁶.

⁴⁸⁴ Molnár op. cit, p. 97.

⁴⁸⁵ Perry Anderson, *Lineages*, p. 326.

⁴⁸⁶ A expressão é de Martin Malia, em *Russia under Western Eyes: From the Bronze Horseman to the Lenin Mausoleum*, p. 149.

10 - O século negativo

O exílio de Marx e Engels na Inglaterra coincide, como se sabe, com dois movimentos intelectuais concomitantes em suas trajetórias: de um lado, a concentração, em Marx, no estudo da economia política, e de outro a notável abrangência de seus interesses em questões de política internacional e desenvolvimento social e econômico dentro e fora da Europa. Esse período de intensa produção intelectual também coincide com grandes dificuldades políticas e pessoais, que não deixam de registrar o quanto a reação europeia em 1849 impactou a vida dos dois exilados, de forma particularmente aguda nos primeiros anos da década de 1850. Desse ponto de vista, nas entrelinhas do esforço intelectual dos anos 1850, insinua-se também a necessidade de compreender em um nível mais estrutural a natureza da contra-revolução, da qual o *18 de Brumário de Luis Bonaparte* seria o documento inaugural e mais eloquente⁴⁸⁷.

Não é outra a preocupação central de Marx em seu estudo da política externa das potências europeias, de par com a constante atenção também às condições sociais no interior da Inglaterra, da França, das colônias britânicas na Ásia, e mesmo da Rússia. A sua crítica à política externa de Lord Palmerston e Luis Bonaparte procura antes de tudo evidenciar a armadura e a articulação internacional das linhas de força contra-revolucionárias, sua urdidura progressiva, a construção de um *século negativo* que preside politicamente os movimentos (vertiginosos) do capital⁴⁸⁸ e da

⁴⁸⁷ O *18 de Brumário* pode ser considerado também uma das mais bem sucedidas obras de interpretação histórica em Marx. Charles Tilly menciona alguns “reparos” que podem ser feitos a partir dos avanços da historiografia: Marx teria subestimado a resistência rural e urbana ao golpe de Luis Bonaparte, teria subestimado também a importância do trabalho assalariado e da pequena indústria no campo, colocando “gente demais no seu caso de batatas”. Tilly acredita ainda que a análise das perspectivas de aliança entre o proletariado urbano e o campesinato francês contidas na Luta de Classes na França estaria “mais próxima da verdade” do que o pessimismo do 18 de Brumário. Em todo caso, defende que a sua análise dos acontecimentos permanece “essencialmente correta”, além de provocativa, ao sugerir temas e problemas de pesquisa ainda atuais. Cf. “Karl Marx, Historian”, p. 12.

⁴⁸⁸ Preocupado centralmente com a armadura política da contra-revolução, Marx não descuidará naturalmente de avaliar o ímpeto político dos agentes mais *progressistas* do capital, ou seja, aquilo que chamamos anteriormente de crítica objetiva da burguesia ao sistema de 1815. Ainda em julho de 1849, em Paris, Marx escreve a Ferdinand Freiligrath e comenta as críticas da “Peace Society”, liderada por Richard Cobden, à política externa britânica e à Rússia. Cobden era líder liberal na campanha pela derrubada das leis de grãos. A “peace society”, diz Marx, era apenas outra manifestação do livrecambismo. A crítica objetiva da burguesia ao sistema de 1815 ganhava contornos

sociedade.

Essa é afinal a substância de boa parte da “política externa” dos correspondentes europeus do *New York Daily Tribune*.⁴⁸⁹ O quanto ela se relaciona com as tensões entre o movimento do capital e a *negatividade* do sistema internacional em relação à história social comandada por aquele movimento, fica evidente exatamente em um texto “curioso” como as *Revelações*, e evidencia-se exatamente em seus aspectos mais “curiosos”. Se o posto de observação londrino permite a Marx (com a ajuda de Engels a partir de Manchester) sofisticar enormemente a sua investigação sobre a economia política e o mercado mundial (como evidencia a sua minuciosa coleta de dados empíricos sobre as crises econômicas já a partir de 1852), inclusive em relação aos mercados coloniais e suas implicações para a situação política europeia, ele o joga também no torvelinho da política dos exilados europeus em Londres, cujas disputas e estratégias de sobrevivência física e política podem ser pensadas como o terreno em que floresce o modelo literário da intriga, da polêmica e do *plot*, que marcaria textos como as *Revelações do Julgamento Comunista em Colônia* (1852), *Os Grandes Homens do Exílio* (1852), *Herr Vogt* (1860), e – embora com outro alcance – também a *História da Vida de Lord Palmerston* (1853) e as *Revelações da História Diplomática do Século XVIII* (1856). Em certo sentido, é nesse submundo habitado por espiões prussianos e austríacos, policiais ingleses, agentes de Napoleão III e velhos inimigos democratas e socialistas que circulará também uma figura como David Urquhart, o ideólogo *tory* da russofobia inglesa e líder da oposição conservadora ao liberal Lord Palmerston.

mais políticos, já que Cobden defendia um boicote dos bancos ingleses aos pedidos de empréstimo da Rússia, por simpatia com a causa húngara. Cobden atacava também a reputação das finanças russas em 1849, cujo estado seria desastroso. Além de críticos aos fundamentos do poder aristocrático doméstico, os livrecambistas “pacifistas” passavam a atacar também as suas ramificações externas no continente. Marx observa: “Os livrecambistas ingleses são burgueses radicais que querem romper radicalmente com a aristocracia para governar sem favor ou impedimentos. O que eles não vêem é que assim, malgrê eux, estão trazendo o povo para a cena e para o poder político”. E adiante: “A attitude da burguesia inglesa em relação ao despotismo continental é uma reversão da campanha que conduziu contra os franceses de 1793 a 1815. A importância desse desenvolvimento não deve ser subestimada”. MECW, 38, p. 206. Sobre a relação entre livrecambismo e pacifismo, ver “The Pacifists of the Fifties”, Gavin Henderson, in: *The Journal of Modern History*, v. 9, n. 3 (set. 1937), pp. 314-341.

⁴⁸⁹ Como nota Kevin Anderson, “indiscutivelmente o mais importante jornal nos EUA no século XIX”, com uma linha editorial anti-escravista, alguma simpatia eclética pelo socialismo utópico e indetificado com os interesses industriais do Norte. K. Anderson, op. cit. p. 11.

O fato de que parte da crítica de Marx à política externa dos governos europeus conservadores adquira essa aura não é casual. De uma parte, as condições mesmas de repressão política impostas pela reação europeia terminam fazendo com que Marx admita por um período levar adiante a recriação da Liga Comunista como uma “sociedade secreta”⁴⁹⁰. De outra, refugiado em Londres, sua vida continua em certo sentido dependendo da situação internacional europeia, imersa no emaranhado diplomático que acompanha o dia-a-dia dos exilados, e que se confunde às vezes com a política própria desses círculos. Em 1852, por exemplo, Marx e Engels escrevem ao editor do *The Sun* em um apelo público contra o desejo do governo da Prússia em vê-los expulsos da Inglaterra:

A Santa Aliança, em processo de reconstrução sob a égide da Rússia, ficaria muito contente se conseguisse fazer com que a Inglaterra, o único obstáculo em seu caminho, adotasse uma política reacionária em seu território. O que seria do sentimento anti-russo inglês, das notas diplomáticas e assertivas parlamentares do seu Governo, se fossem comentadas à luz da aplicação da Lei de Estrangeiros, evocada somente pela vingança da Santa Aliança, da qual a Prússia é parte indispensável?⁴⁹¹

Veremos que a Inglaterra decerto não era, para Marx e Engels, um obstáculo à política da “Santa Aliança” propriamente, mas o seu complemento necessário na estrutura do sistema internacional, um pólo não em oposição à Rússia, mas ainda sim um limite objetivo a ela – dualidade que Marx e Engels se esforçariam para transformar em contradição. Porém, os “sentimentos anti-russos” da opinião pública inglesa constituiriam, estes sim, um elemento importante para a “política externa” do NYDT (que era lido também em Londres⁴⁹²) e para as *Revelações*. Se nos anos da *Nova Gazeta Renana* Marx e Engels estavam imersos na política alemã, e tinham em seu horizonte os debates das Assembleias em Berlim e Frankfurt como coordenadas da política revolucionária, em Londres, embora a sua situação política fosse em muitos sentidos marcada pelo isolamento, por outro lado estavam expostos à interação muito mais aberta e

⁴⁹⁰ Cf. Sperber, op. cit. p. 247.

⁴⁹¹ MECW, 10, p. 379.

⁴⁹² Não apenas o NYDT circulava na Inglaterra, como também muitos dos artigos de Marx e Engels foram reproduzidos pelo *People's Paper*, o órgão cartista. Cf. K. Anderson, op. cit. p. 12.

consolidada entre política parlamentar e opinião pública, como mostra o seu apelo ao *The Sun*. Nos artigos de Marx para o NYDT sobre a política externa britânica, que constituem os antecedentes imediatos das *Revelações*, esse é um aspecto fundamental, que no entanto parece ter escapado aos intérpretes. Muito da forma que as *Revelações* adquirem e da sua estratégia expositiva parece dever-se ao exercício de um jornalismo político forjado no seguimento cotidiano dos debates parlamentares sobre política externa e da interação entre esses debates e a opinião pública.

Ao lado contudo desse aspecto mais “luminoso” dos artigos de Marx sobre política externa, fica também evidente, contudo, que muito dos materiais e formas que ele utilizará nas *Revelações* estão em circulação no “submundo”, no universo da intriga, da espionagem, da diplomacia secreta. Marx fora ele mesmo vítima da sedução de um hábil agente secreto austríaco em 1852⁴⁹³. János Bangya, um coronel do exército revolucionário de Kossuth, soube explorar as dificuldades financeiras e pessoais, bem como o desprezo de Marx pelos líderes nacionalistas democratas exilados em Londres, como o próprio Kossuth e Mazzini, e instigar a sua verve crítica contra eles fornecendo-lhe informações falsas e acenando-lhe com contratos de publicação. Engels e outros comunistas do círculo de Marx tiveram grande dificuldade para convencê-lo de que Bangya era um espião austríaco. Finalmente, o insucesso das suas constantes promessas de encontrar um editor para Marx terminou por denunciá-lo. As dificuldades de Marx tornavam-no particularmente vulnerável à adulação inteligente dos espiões. Nessa atmosfera, não surpreende que frequentemente alguns artigos de Marx desses anos apareçam como relatórios de inteligência sobre as movimentações políticas dos exilados e suas conexões com os governos europeus. Para além de qualquer disputa de egos ou por espaço político, há um autêntico interesse em *compreender e denunciar* as relações entre os revolucionários de 1848 e os chefes da contra-revolução que, como Napoleão III e Lord Palmerston, jogavam com uma política baseada no “princípio das nacionalidades”.

⁴⁹³ Cf. Sperber, op. cit. pp. 276-277.

Vê-se por conseguinte que é em relação tanto à substância cosmopolita do ar londrino quanto a essas formas negativas que a teorização dessas conexões se apresenta em Marx com frequência como um conjunto de *revelações*. A aquisição dos materiais sobre diplomacia europeia, a sofisticação expansiva da análise do mercado mundial, o amadurecimento do “tema russo” em contato com novas fontes, e a própria aproximação a Urquhart, podem ser vistos como decorrência direta ao mesmo tempo do cosmopolitismo e da semi-clandestinidade londrina.

Na câmara escura da Biblioteca do Museu Britânico, submetido a esse regime de luz e sombras, não é de surpreender que muitas das imagens de um mundo empírico e teórico em expansão vertiginosa em Marx aparecessem *invertidas*: as categorias da economia política clássica, os discursos justificadores do colonialismo, os enunciados altissonantes da política externa, etc. No discurso que pronunciou no aniversário do *People's Paper*, em abril de 1856, Marx condensou, como é próprio da sua melhor prosa, o sentimento do século invertido. Lembrando que as revoluções de oito anos antes foram apenas “pobres incidentes”, que revelavam contudo a imensidão das energias sociais em movimento sob a superfície política, Marx caracterizou assim o “segredo do século XIX”:

Há um grande fato, característico desse nosso século XIX, um fato que nenhum partido ousa negar. De um lado, a vida industrial e científica conheceu a ação de forças que nenhuma outra época da história humana até então jamais suspeitou. De outro lado, existem sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores registrados nos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece grávido de seu contrário. As máquinas, dotadas do fantástico poder de reduzir e frutificar o trabalho humano, as possuímos famintos e sobrecarregados. As novíssimas fontes de riqueza se transformam, por algum estranho feitiço, em fontes de escassez. (...)

Toda nossa invenção e progresso parecem dotar as forças materiais de vida intelectual, e reduzir a vida humana a mera força material. Esse antagonismo entre a indústria e ciência modernas de um lado, e a miséria e dissolução modernas de outro; esse antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato, palpável, esmagador, que não deve ser contornado. Alguns partidos podem lamentá-lo; outros podem querer descartar as artes modernas, de modo a se livrarem dos conflitos modernos. Ou podem imaginar que tamanho progresso na indústria clama por tamanho regresso na política.⁴⁹⁴

⁴⁹⁴ MECW, 14, p. 655-656.

Mas Marx falava a uma audiência de líderes e militantes cartistas. A eles, diz: “mas nós não nos enganamos sobre a natureza do espírito astuto que marca todas essas contradições”. Era necessário, portanto, apontar um caminho: essas novas forças sociais só poderiam ser dominadas por um “novo homem”, ele mesmo produto delas, tanto quanto a máquina ou a ciência, o trabalhador. Não é à toa que o material teórico “revelado” nesse período, em que o espírito astuto das contradições assume afinal as suas formas mais extremas e exuberantes, continue a provocar todo tipo de discussão epistemológica sobre o sentido da “virada” multidirecional que os projetos intelectuais de Marx e Engels apresentam sobretudo a partir da década de 1850⁴⁹⁵. Como lembra Kevin Anderson, a Londres e que Marx vivera entre 1849 e o fim de sua vida em 1883 era não apenas o centro da única economia industrial efetivamente capitalista do mundo, mas também “o centro de um império”. Em certo sentido, portanto, os escritos do período também refletem a necessidade de transitar entre o centro capitalista e a periferia “não-ocidental”, e de examinar as relações entre esses mundos a partir de uma perspectiva dinâmica. Se retomarmos a imagem da câmara escura a respeito desse sentido dinâmico, podemos dizer que Marx estará preocupado essencialmente em revelar o devir das sociedades periféricas, mas também com o devir do centro capitalista. Nesse movimento, o que aparece são também dois temas *negativos* e mutuamente implicados: o “barbarismo” da colonização, e a “crise” do centro capitalista. O barbarismo como chave do devir das sociedades não-ocidentais, modalidade de seu ingresso revolucionário (e violento) na “história”; e a crise como chave do devir das sociedades centrais em relação à superação revolucionária de seu “barbarismo” interno.

Para Anderson, entretanto, a posição de Marx sobre as “sociedades não-ocidentais” na década de 1850 é marcada por uma evolução: de uma concepção “unidirecional” – mais próxima, portanto, da teoria dos povos sem história – à uma maior abertura teórica à diversidade de caminhos históricos possíveis para o seu futuro desenvolvimento, sobretudo a partir de 1853. É em 1853 que

⁴⁹⁵ Cf. Kevin Anderson, op. Cit. P. 237. E também Kohan, Néstor. *Marx en su (Tercer) Mundo – hacia un socialismo no colonizado*, Buenos Aires: Biblos, 1998.

aparecem nas páginas do NYDT os primeiros artigos sobre o domínio britânico na Índia, e também sobre a “questão oriental” – o futuro do Império Otomano –, inicialmente a cargo de Engels. Em 1853, uma importante passagem política e conceitual já havia ocorrido em Marx e Engels. Sua primeira formulação ocorre na *Luta de Classes na França*, em 1850. Para Sperber, essa passagem reflete a decantação da percepção de que as forças da reação no continente ganhavam terreno, e também o crescente isolamento político de Marx e Engels no interior do movimento revolucionário no exílio⁴⁹⁶. Trata-se da substituição do roteiro de 1848, segundo o qual uma nova revolução europeia teria origem no levante do proletariado da França e na consequente guerra europeia e mundial; pelo roteiro de 1850, segundo o qual uma nova revolução só seria possível no contexto de uma das crises cíclicas do capitalismo, expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o modo burguês de produção. Naturalmente, essa passagem nasce da releitura das revoluções de 1848, como mostra *A Luta de classes na França*, e da importância atribuída nessa análise à crise de 1847⁴⁹⁷.

Com Marx em Londres e Engels em Manchester, essa reflexão sobre os tempos cíclicos de crise e “prosperidade” e as perspectivas revolucionárias se torna cada vez mais sofisticada. Os anos de 1851-1852 marcam uma inflexão decisiva, seja com o golpe de Luis Bonaparte em 2 de dezembro de 1851, o seu 18 de Brumário (a partir do qual a “revolução do século XIX” já não poderia “tirar a sua poesia do passado”⁴⁹⁸), seja com a condenação e prisão dos membros da Liga Comunista seguidores de Marx em Colônia, em novembro de 1852, que levou à dissolução da Liga. Ao mesmo tempo em que os caminhos da ação revolucionária nos moldes de 1848 na França e na Alemanha se fechavam, a análise econômica de Marx avançava. Os artigos de 1852 sobre as perspectivas de uma crise de superprodução na Inglaterra são uma eloquente demonstração do crescente pendor empírico da análise (que vinha sendo alimentado pelos dados sobre reposição do

⁴⁹⁶ Sperber, op. cit. p. 274.

⁴⁹⁷ MECW, 10, p. 165.

⁴⁹⁸ Referência que em certo sentido marca a despedida de Marx em relação ao modelo revolucionário anterior, travejado de analogias com a revolução francesa.

capital fixo que Engels fornecia desde Manchester), e das implicações desse novo modelo⁴⁹⁹. Marx previa que o maciço investimento dos excedentes comerciais ingleses (obtidos sobretudo do comércio com a Índia) em formação de capital fixo na indústria, produziria uma crise muito mais grave do que a antecedente (1847), e com implicações diretas sobre os distritos industriais e sobre a situação do proletariado⁵⁰⁰. Daí por diante, o monitoramento cerrado dos sinais de aproximação das crises figuraria como um dos principais nortes políticos em Marx e Engels, e uma coordenada essencial também para a compreensão das suas preocupações “geopolíticas”.

Não deixa de ser esse o pano de fundo do principal artigo de Marx no começo da década de 1850 sobre a Índia, “O Domínio Britânico na Índia”, de junho de 1853⁵⁰¹, o artigo em que o conceito de “despotismo oriental” faz sua aparição. Entre 1851 e 1852, Engels escrevia desde Manchester a Marx com dados sobre a crescente produção algodoeira⁵⁰², o aumento da produção têxtil destinada ao mercado indiano, e os sinais de superprodução. Em uma de suas cartas, de 1852, Engels nota que, a despeito do enorme volume de mercadorias exportadas para a Índia, elas estavam sendo vendidas novamente a preços razoáveis. A explicação só poderia ser a desorganização da produção indiana artesanal pela concorrência das mercadorias inglesas nas províncias de conquista inglesa mais tardia, como Sind e o Punjab.⁵⁰³

Condensando essa perspectiva comercial e trechos da correspondência com Engels sobre a importância da irrigação para a economia tradicional “asiática”, o texto de Marx nos permite acompanhar a forma como ele percorre o seu inventário de metáforas e ferramentas retóricas políticas para fixar o sentido histórico do colonialismo britânico na Ásia. Começa com a dupla

⁴⁹⁹ Cf. MECW, 11, p. 358.

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ MECW, 12, p. 125.

⁵⁰² Carta de Engels a Marx em 30/7/1851: “Se nenhuma adversidade ocorrer nas próximas seis semanas, a colheita de algodão deste ano chegará a 3.000.000 fardos ou 1,200 milhões a 1,350 milhões de libras em peso. *Jamais on n'a vu la plante aussi florissante*. Ao mesmo tempo, sintomas de comércio declinante: a Índia está abarrotada e grita por uma *interrupção* na importação de produtos de algodão, neste país o mercado de fios e tecidos ainda perturbado pela flutuação dos preços do algodão – se o *crash* no mercado coincidir com uma colheita assim gigantesca, as coisas ficarão de fato animadas”. MECW, 38, p. 395.

⁵⁰³ Engels a Marx em 20/4/1852, MECW, 39, p. 81.

comparação da Índia com a Itália, pela geografia, riqueza do solo, e fragmentação política, e também, socialmente, com a Irlanda, pelas suas “desgraças”. Mas o esforço descritivo de Marx é sempre duplo, e o resultado é o saldo de uma dupla miséria: de um lado o “sistema de vilas” e comunidades indiano, a sua indústria doméstica, diretamente ligada à atividade agrícola, e o auto-governo local, como base para o despotismo oriental, a escravidão da tradição e da superstição, a divisão social entre castas, em suma, uma vida indigna e “vegetativa”, predestinada a toda sorte de agressões e massacres. De outro, a “intrusão” britânica, a única que conseguiu na história ir além da “superfície” da situação social na Índia, atingindo os fundamentos da existência milenar das suas “comunidades semi-bárbaras e semi-civilizadas”, perpetrando portanto uma miséria maior e mais intensa do que todas as dominações estrangeiras antes dela, caracterizada essencialmente pela “perda de seu velho mundo, sem o ganho de um mundo novo”⁵⁰⁴.

A entrada do sistema comunal e despótico no fluxo da história social é obra – prossegue Marx – menos da brutalidade do soldado e do coletor de impostos inglês do que da máquina a vapor e do livre comércio. A Inglaterra primeiro varreu do mercado europeu o algodão indiano, para introduzir o tear mecânico no Hindustão e “inundar a própria terra mãe dos tecidos com seus tecidos”. O crescimento das exportações de tecido da Inglaterra para a Índia é correlacionado em seguida com o declínio populacional das cidades indianas. Ao colocar “o fiandeiro em Lancashire e o tecelão em Bengala” a interferência inglesa provocava a “maior e, para dizer a verdade, a única revolução social” da Ásia. A pergunta fundamental de Marx é se “a humanidade pode realizar o seu destino” sem essa revolução. Não sendo o caso, apesar de seus “crimes” sem precedente, o colonialismo inglês terá sido apenas uma ferramenta da história⁵⁰⁵.

⁵⁰⁴ MECW, 12, p. 126.

⁵⁰⁵ Há uma circunstância concreta que ajuda a esclarecer o sentido global desse primeiro artigo sobre a Índia, e também a relação de Marx com o NYDT. Poucos dias após a sua publicação, Marx escreve a Engels comentando o livro do economista americano Henry Carey sobre a escravidão. Carey teria assumido uma crítica romântica à “centralização” industrial provocada pela concorrência com a manufatura inglesa, que reduziria os demais países à uma agricultura embrutecida, divorciada da indústria. Marx compara o novo tom de Carey ao “anti-industrialismo filantrópico-socialista de Sismondi”. Sob esse “disfarce”, tanto Carey como o próprio NYDT estariam no fundo avançando os interesses protecionistas da burguesia norte-americana – razão pela qual o NYDT mantinha-se como principal jornal norte-americano a despeito de suas “excentricidades socialistas”. Marx elogia um artigo de Engels

É conhecida a análise de Edward Said da vitória final do “romantismo orientalista” em Marx, sobre a denúncia da brutalidade do colonialismo. Para Said, Marx voltaria com “crescente convicção” à conclusão de que apenas o colonialismo britânico seria capaz de realizar a revolução social na Ásia⁵⁰⁶. Anderson procura mostrar, por sua vez, como a dimensão de denúncia ganha cada vez mais fôlego nos artigos de Marx. Em primeiro lugar, mostra que os versos de Goethe com que Marx encerra seu primeiro artigo sobre a Índia (um trecho do *West-östlicher Divan*, de 1815)⁵⁰⁷, e que parecem particularmente importantes para a conclusão de Said, ocorrerem em diversas outras passagens de sua obra (inclusive no Livro I do *Capital*), sempre relacionados ao sentido a um só tempo revolucionário e destrutivo do capitalismo⁵⁰⁸. Em seguida, mostra que em seus artigos subsequentes, Marx tratou de aspectos como a relação entre o crescimento da produção na Inglaterra e o impulso à colonização direta, a superexploração da camponês indiano sob as novas regras de propriedade da terra impostas sobre as formas tradicionais pelo colonizador britânico, e mesmo às epidemias de cólera na Índia, vistas como resultado da extrema pauperização⁵⁰⁹.

O último dos principais artigos sobre a Índia em 1853 (“Os resultados futuros do domínio britânico na Índia”⁵¹⁰) assume, para Anderson, um tom mais dialético. Com efeito, nesse texto Marx leva às últimas consequências a aplicação das leis de ferro do progresso capitalista, e produz uma das imagens mais impressionantes de seu caráter contraditório. Marx argumenta que a Inglaterra deve levar a cabo uma dupla missão na Índia: a destruição da antiga sociedade asiática, com suas formas hereditárias de divisão de trabalho (castas), e a criação das “fundações materiais” da “sociedade ocidental”, o domínio britânico, o único conquistador que escapou de ser “conquistado”

sobre a Suíça em que a importância da centralização era destacada. E diz que ele mesmo dera sequência a essa “campanha clandestina” contra o “anti-centralismo” de Carey e do NYDT em seu artigo sobre a Índia: “no qual a destruição das indústrias nativas pela Inglaterra é descrita como revolucionária. Isso certamente vai *chocá-los*” (grifo no original). MECW, 39, p. 346.

⁵⁰⁶ Cf. K. Anderson, op. cit. p. 17.

⁵⁰⁷ O trecho em inglês diz: “Should this torture then torment us / Since it brings us greater pleasure? / Were not through the rule of Timur / Souls devoured without measure?” (MECW, 12, p. 133).

⁵⁰⁸ Anderson baseia-se em S. S. Prawer, *Karl Marx and World Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

⁵⁰⁹ Anderson, op. cit. p. 21.

⁵¹⁰ MECW, 12, p. 216.

pela “civilização hindu”. Ao fazê-lo, estará assentando também as bases da unidade política indiana (imposta pela espada, fortalecida pelo telégrafo), do surgimento de uma “nova classe” de indianos, dotada de habilidade para o governo e conhecimento científico, e da própria “anexação” do “fabuloso país” ao continente europeu, pelos meios de transporte e comunicação. Na medida em que o domínio britânico deixa de ser apenas mercantil e passa a ser verdadeiramente colonial, passa a existir o interesse de construir a infra-estrutura necessária à agricultura comercial no país. A necessária introdução das estradas de ferro leva, inevitavelmente, à incorporação de ciclos industriais na colônia. A ferrovia é a vanguarda da indústria na Índia, e levará também ao surgimento de uma engenharia indiana. A burguesia inglesa dissolverá assim os antigos entraves ao “progresso indiano” e ao “poder indiano”, e dotará o país das “premissas” necessárias para a sua emancipação⁵¹¹.

Anderson nota com propriedade que Marx aqui vislumbra nada menos do que um movimento de libertação nacional indiano. De nossa parte, notamos que Marx o faz depois de haver postulado a “anexação” física da Índia à Europa. Marx chega mesmo a aludir, entre a *blague* e a pura condescendência, à “nobreza calma” dos indianos e à sua superioridade de caráter em relação aos italianos, além de referir-se à Índia como “a fonte de nossas línguas, nossas religiões”. Completando a relativa inversão do esquema civilização/barbárie, Marx denuncia “a profunda hipocrisia e o inerente barbarismo da civilização burguesa”, que a brutalidade da colonização britânica da Índia poria a nu, na forma de pura corrupção e rapacidade. Esse aspecto de denúncia da brutalidade da colonização britânica – que é também um tema central dos artigos de Marx sobre a China, aí intensificado pelo conflito militar e pela rebelião Taiping – o remete ao repertório anticolonial que vinha se desenvolvendo na Inglaterra desde o final do século XVIII, e que sempre teve na discussão das prerrogativas da Companhia das Índias Orientais o seu principal ponto de referência. Em 1764, denúncias contra a Companhia apareciam em panfletos anônimos em Londres,

⁵¹¹ Idem, p. 221.

que acusavam a sua transformação de uma corporação puramente comercial em uma “corporação militar”, e de seus magnatas de “comerciantes em um domínio estrangeiro, sob a proteção de seus príncipes” em “soberanos desses mesmos príncipes”.⁵¹²

Marx dá um passo crítico importante em relação a essa linhagem “auto-crítica” precisamente ao correlacionar essa passagem de uma dominação privada a uma empreitada militar com as necessidades cada vez maiores da indústria inglesa. É precisamente esse vínculo de *soberania* que deslancha em sua argumentação a consequência de um movimento nacional indiano, por um lado, e da reprodução na Índia das relações sociais de matriz capitalista, de outro. Nesse enquadramento, Marx vai muito além de denunciar os crimes e atrocidades coloniais, mas termina inscrevendo esse momento exterior da dominação burguesa em sua lógica interna. Afinal, ele contempla agora, de maneira “palpável” os “efeitos devastadores da indústria inglesa”⁵¹³ não na Inglaterra – objeto do minucioso estudo de Engels em 1846 – mas em um “fabuloso país” que não conhecia sequer – sempre segundo Marx – a propriedade privada da terra. Vemos que, desse ponto de vista, os textos de Marx sobre o colonialismo descendem diretamente do seu *Discurso sobre o Livre Comércio*, de 1848. O mesmo movimento posto em marcha pela expansão da indústria e pelo mercado mundial, que deveria logo dissolver as diferenças entre as nações, e que dava origem ao “barbarismo no seio da civilização”, estaria em ação na Índia. Revelado em escala mundial, a “influência destrutiva” desse movimento (Marx diz: dessa “centralização”) mostra a vigência universal “das leis orgânicas da economia política”. O “período burguês” da história é marcado pela criação das condições materiais de um “novo mundo”: a interconexão mundial pelo comércio e o desenvolvimento das forças produtivas, com o pleno domínio “científico” da natureza. A criação dessas novas condições pelo comércio e pela indústria dar-se-ia “da mesma forma como as revoluções geológicas criaram a superfície da terra”. Apenas quando a futura revolução social houver “dominado os resultados da época burguesa”, e colocado os “modernos poderes da produção” sob o “controle comum dos povos

⁵¹² Cf. Jack P. Greene, *Evaluating Empire and Confronting Colonialism in Eighteenth-Century Britain*, p. 123.

⁵¹³ MECW, 12, p. 222.

mais avançados”, o progresso deixará de se parecer “aquele odioso ídolo pagão que só bebe o seu néctar no crânio de suas vítimas”⁵¹⁴.

Há um aspecto nessa passagem pouco comentado pelos intérpretes que, como Anderson, vêem em textos como “Os resultados futuros do domínio britânico na Índia” o início de um movimento em Marx em direção a uma visão menos unilateral das sociedades “não-ocidentais” do que a adotada pelo *Manifesto*, ao contemplar afinal algum grau de autonomia “histórica” em relação a essas sociedades, ainda que como consequência da ação “ocidental”. Trata-se da referência, nesse contexto, à ideia de que a futura revolução comunista deverá colocar os meios de produção sob o controle “comum” dos “povos mais avançados”. Aqui temos o retorno daquela (também pouco comentada) “ação unida” dos países “civilizados” do *Manifesto Comunista*. Naturalmente, a ideia de “povos mais avançados” representa uma formulação nova, que pode denotar um deslocamento político importante. Ela pode ser uma pista para a ressignificação política que os textos de Marx indicam, não necessariamente em uma possível direção anti-colonialista apontada por Anderson, mas em relação à nova conformação do sistema internacional e ao consequente ajuste em relação à crítica ao sistema de 1815.

Encontraremos outra pista dessa ressignificação nos textos de Marx sobre a China⁵¹⁵. Marx escreve sobre a China, como lembra Anderson, contra o pano de fundo da rebelião Taiping, o enorme movimento de base camponesa e milenarista contra a dinastia Manchu que durou entre 1850 a 1864. Desde o primeiro artigo de Marx e Engels sobre a China, em 1850⁵¹⁶, o movimento é visto no contexto da dissolução da antiga ordem social pela concorrência das mercadorias inglesas, na linha do *Manifesto Comunista*. Embora sempre muito cuidadosos – e condescendentes – em relação à equiparação da guerra camponesa na China e movimentos revolucionários na Europa

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ Não é o nosso objetivo aqui traçar a relação entre as posições de Marx e Engels sobre o colonialismo e toda a literatura europeia sobre o tema desde Montesquieu, passando por Adam Smith e chegando até Hegel. É interessante contudo observar como os artigos sobre Índia e China não deixam de replicar uma diferença de base presente nessa tradição: a diferença entre uma “admiração qualificada” pela “civilização chinesa”, e o tom “muito mais sombrio” associado à Índia, conforme aponta Perry Anderson (*Lineages*, p. 468).

⁵¹⁶ MECW, 10, p. 266.

(“Podemos dizer que o socialismo chinês está para o socialismo europeu assim como a filosofia chinesa em relação à filosofia hegeliana”⁵¹⁷), Marx e Engels apostam que a rebelião Taiping, uma “revolta social” causada pelos “fardos de chita da burguesia inglesa”, “está destinada a produzir os mais significativos resultados para a civilização”. E observam ironicamente que “os reacionários da Europa”, ao fugirem para o oriente em busca da fortaleza da reação e do conservadorismo, quem sabe encontrariam inscrita nos portões das muralhas da China a divisa revolucionária: “République Chinoise: Liberté, Égalité, Fraternité”⁵¹⁸.

Já em 1853, Marx escreveria que as pressões internas e externas sobre a China – a revolução Taiping e a penetração inglesa com o comércio de ópio – produziriam uma crise, que deprimiria o mercado chinês. O comércio trilateral com Índia e China, mediado pelo ópio, combinado com a situação social chinesa, poderia fornecer, no esquema de Marx, o estopim da crise mundial que seria seguida por revoluções na Europa⁵¹⁹. A eclosão da segunda guerra do ópio em 1856 fez com que Marx adotasse também em relação ao papel da Inglaterra na China a retórica do barbarismo com que definira a brutalidade britânica na Índia. Se a primeira guerra do ópio possuía ainda a dimensão de abertura da China ao comércio, a segunda, que apenas interromperia esse comércio, apresentava, tanto quanto o domínio britânico na Índia, o barbarismo burguês em sua pureza⁵²⁰. Em 1857, em sua tribuna jornalística, Marx denunciaria com uma retórica quase parlamentar os crimes britânicos, inclusive as violações de tratados por cidadãos britânicos na China sob proteção britânica⁵²¹.

Essas pistas todas – a progressiva identificação do colonialismo com a barbárie aberta, a crescente relevância política para a Europa de uma revolução camponesa na China, e até mesmo a *blague* sobre a inscrição revolucionária na Velha Muralha – mostram que *a crítica objetiva da burguesia ao sistema de 1815, não resultando em uma alteração fundamental da situação política europeia* (como demonstra a acomodação conservadora da França sob Napoleão III), *dotou o*

⁵¹⁷ Idem, p. 267.

⁵¹⁸ Ibid.

⁵¹⁹ MECW, 12, p. 98.

⁵²⁰ MECW, 15, p. 163.

⁵²¹ Idem, p. 234.

sistema internacional de novíssimas virtualidades políticas fora dela. A intensificação do sentido *multilateral* desse sistema, sem implicar uma subversão de sua *hierarquia* – afinal, a revolução é ainda um assunto para “os povos mais avançados” – é sem dúvida uma requalificação política, que inclusive diversifica os sentidos e a ocorrência dos esquemas civilização/barbárie, ocidente/oriente. Marx falará em diversas “manifestações do Oriente” como fenomenologia histórica de uma categoria econômica: a ausência de propriedade privada da terra⁵²².

Como nota Lawrence Krader, essa crescente especificação o levará a superar um conceito demasiado amplo de “sociedade oriental” e sua “caricatura”, o “despotismo oriental”, e passar ao “modo de produção asiático”⁵²³. Essa passagem por sua vez, como mostra Perry Anderson, permite a Marx contemplar, nos anos de redação dos *Grundrisse* e em alguns textos das décadas de 1870 e 1880 (especialmente seus escritos sobre a comuna rural russa), a propriedade “tribal-comunal” da terra como verdadeiro fundamento econômico das sociedades “asiáticas”, que se apresenta sob a “aparência” de um monopólio da terra pelo Estado central e despótico, “externo” e “tributário” em relação à dinâmica auto-reprodutiva de vilas autônomas estruturadas sobre a integração entre agricultura e manufatura doméstica⁵²⁴. Anderson observa que, no *Capital*, Marx voltaria à noção mais “clássica” de “despotismo oriental” como resultado da ausência de propriedade privada da terra e da necessidade de grandes trabalhos de irrigação, derivada das condições climáticas e geográficas do continente asiático⁵²⁵. Voltaria, portanto, à teorização mais estável de 1853, uma floração mais direta da linhagem europeia que vai de Montesquieu a Adam Smith. É significativo, por conseguinte, que os períodos em que Marx avança sobre a teorização da propriedade comunal

⁵²² Em carta a Engels em 2/6/1853, MECW, 39, p. 332.

⁵²³ Cf. Krader, op. cit. p. 119. Se consideramos, entretanto, os escritos de Marx de 1853-57 sobre o colonialismo na chave de um redesenho do sistema internacional, em que, alegoricamente, a Índia é uma nova Itália e a China, uma nova França, a categoria “despotismo oriental” ganha outras conotações políticas. Como nota Perry Anderson, a categoria do “despotismo” em Montesquieu contém, ao lado de uma generalização estilizada dos sistemas políticos asiáticos, uma “advertência” quanto à marcha centralizadora do absolutismo francês. Cf. *Lineages...*, p. 464.

⁵²⁴ *Lineages*, pp. 473-483.

⁵²⁵ Sobretudo no Livro I. Em algumas passagens sobre o colonialismo no Livro III, Marx alude ao modo de produção pré-capitalista na Índia e na China como a união entre agricultura de pequena escala com manufatura doméstica baseada no sistema de vilas com propriedade comum da terra.

da terra como fundamento de um modo de produção asiático, que poderia ter uma aplicação geográfica mais ampla (chegando ao México e ao Peru, como nos *Grundrisse*), alcançando, em 1882, a Rússia, sejam marcados por uma hesitação (ou como Perry Anderson prefere, por “oscilações”).

Podemos apenas especular sobre o sentido dessa hesitação, e voltaremos brevemente a ela na conclusão deste trabalho, ao comentarmos as posições de Marx sobre o devir da comuna rural russa. De qualquer modo, o sentido da passagem do “despotismo oriental” ao “modo de produção asiático”⁵²⁶, mesmo que Marx “volte” ao conceito mais estável no momento de escrever o *Capital*, promove dois movimentos: um é o deslocamento de ênfase de um estado burocrático centralizado no topo (despotismo), para as vilas como unidades autárquicas autossuficiente na base (modo de produção); outro é a expansão do escopo geográfico do conceito, para além daquelas sociedades “orientais”, semi-bárbaras, mas também semi-civilizadas que Marx e Engels originalmente contemplaram⁵²⁷. Essa dupla ampliação do escopo é fundamental para que o tratamento das sociedades não-ocidentais em Marx possa cumprir, como o “outro” do desenvolvimento ocidental, três funções apontadas por Kevin Anderson em Marx: ajudar a estabelecer a especificidade histórica do capitalismo no ocidente; contemplar implicitamente modos alternativos de organização social e econômica; e fornecer indicações de alternativas “modernas, progressistas” ao capitalismo⁵²⁸.

Ora, quais seriam portanto, para além da relação imediata com o desenvolvimento do mercado mundial e suas contradições, as funções especificadoras dos escritos sobre o colonialismo da década de 1850 em relação ao sistema internacional europeu? A ausência de uma função óbvia desse tipo demonstra que, em última análise, o “sistema de 1853”, articulando novas virtualidades políticas, é ainda o sistema de 1815. O colonialismo em Marx não sinaliza, portanto, uma mudança na natureza do sistema internacional, ou a procura de determinar uma nova configuração, mas antes

⁵²⁶ Nos “manuscritos econômicos” de 1861-63, Marx utiliza outras fórmulas, ainda mais específicas, como “formas asiáticas de propriedade da terra”. MECW, 31, p. 276.

⁵²⁷ Perry Anderson, *Lineages*, p. 485.

⁵²⁸ *Marx at the Margins*, p. 181.

apenas um desdobramento de sua mesma lógica. Em relação ao estudo econômico da propriedade comunal da terra, a hesitação de Marx parece demarcar uma dificuldade inerente ao sentido *negativo* a partir do qual a investigação é dirigida: a dificuldade de substanciar, historicamente, a *ausência* de propriedade privada da terra, de passar dessa *ausência*, cujos resultados são bem previsíveis – o “despotismo oriental” – à propriedade *comum*, que demandaria outro processo de especificação, com suas próprias determinações concretas, cujos resultados parecem mais expansivos e menos lineares. No limite, indicaria uma história social alternativa, já não meramente negativa.

Esse *controle* que Marx parece exercer obstinadamente sobre os termos da expansão teórica que seu pensamento registra a partir da década de 1850 é bastante significativo, se visto sob a ótica do mercado mundial e do sistema internacional. As metáforas da anexação geográfica e da assimilação (Índia à Itália, China à França) são apenas o seu cartão de visitas. Ali onde a negatividade do “despotismo oriental” parece começar a se dissolver e a se resolver em outro tipo de expansão ou, como prefere Kevin Anderson, de *multilinearidade*, incide também o controle, geográfico e político, que reconduz o andamento categorial, ao menos no *Capital*, de volta à sua função original, de volta à *teoria da não-história*, muito mais do que a uma *teoria das outras histórias*.

Essa pode ser mais uma evidência de que, mesmo no andamento categorial da economia política, vemos a incidência dos marcadores do sistema internacional, cuja expansão é apenas aquela autorizada pela história social, pela lógica e pelo nexo internos do mercado mundial, pelo horizonte político, portanto, da revolução no ocidente. Aqui também a *teorização negativa* – o aparecimento intermitente do modo de produção asiático – é marcada por sua permanência, ainda que sob forma também *negativa* de uma “oscilação”, o que faz com que, como argumenta Perry Anderson, não seja possível derivar uma análise “consistente ou sistemática” dos escritos de Marx e

Engels sobre o assunto⁵²⁹.

A incorporação da Índia e da China ao sistema internacional pela via portanto “normal” e controlada do mercado mundial explica a relativa “tranquilidade” com que Marx pode inscrever – naturalmente como ironia – palavras de ordem da tradição revolucionária francesa na muralha da China, sem temer com isso alguma catastrófica reversão do fluxo natural da história. Ela evoca uma passagem de Marx em um texto de 1847. Em “Crítico Moralizante e Moralidade Crítica”, sobre a relação entre o poder econômico dos proprietários e o poder político do Estado, lemos:

De como a “aquisição de dinheiro” se torna “aquisição de poder”, como “propriedade” se torna “domínio político”, em outras palavras, de como ao invés da rígida diferença à qual o Sr. Heinzen atribui a força de um dogma, há na verdade relações bastante efetivas entre as duas forças ao ponto delas se fundirem, disso ele poderá rapidamente se convencer ao observar como os servos compraram sua liberdade, como as comunas compraram seus direitos municipais, como os habitantes das cidades por um lado, por meio do comércio e da indústria, tiraram o dinheiro dos bolsos dos senhores feudais e vaporizaram sua propriedade da terra em letras de câmbio, e por outro ajudaram a monarquia absoluta em sua vitória sobre os assim enfraquecidos magnatas feudais, e ainda compraram dela seus privilégios, etc etc; como a mais absoluta das monarquias tornou-se dependente dos barões financeiros por meio do sistema de dívida pública – um produto da indústria e do comércio modernos; como, nas *relações internacionais entre os povos, o monopólio industrial se transforma diretamente em poder político*, como por exemplo, os Príncipes da Santa Aliança na “Guerra de libertação alemã” eram meros mercenários contratados pela Inglaterra, etc etc.⁵³⁰

Nos escritos sobre o colonialismo, que estão portanto estruturalmente assentados sobre o nexos europeu, essa dialética entre o mercado mundial e o sistema internacional, ou o que Marx afinal chama de “relações internacionais entre os povos”, é talvez a principal atualização, ao lado de toda a carga de denúncia da brutalidade do “progresso” que compõe, por assim dizer, a versão de Marx para *o coração das trevas*. Em Marx, não há dúvida de que a sua localização geográfica, entretanto, está nas fábricas de Manchester e nos gabinetes de Londres. A transformação do monopólio industrial em poder político, entretanto, atinge também o seu momento dialético. É

⁵²⁹ *Lineages*, p. 483. Não lidamos aqui, naturalmente, com a especificidade dos escritos mais tardios de Marx sobre a China, e sua crítica à revolução Taiping nesses escritos. Para essa e outras questões, incluindo os equívocos factuais de Marx e Engels em sua caracterização das relações sociais na Ásia, referimos o leitor à integralidade da “nota” de Perry Anderson sobre o “modo de produção asiático”. cf. *Lineages*, pp. 462-549.

⁵³⁰ MECW, 6, p. 320. Grifo nosso.

precisamente a dependência econômica da indústria inglesa dos mercados coloniais que dá aos camponeses da China o poder de disparar a revolução europeia. As novas virtualidades políticas do sistema internacional são, portanto, essencialmente *negativas*. Quando muito, exigem uma atualização cartográfica e simbólica, mas não uma mudança radical de estratégia. Não sendo mais necessário impedir a “partilha da França” (antes o centro da crítica revolucionária ao sistema de 1815), a principal preocupação de Marx e Engels passa a ser mover a Inglaterra à guerra efetiva com a Rússia e evitar a “tomada de Constantinopla”. Não por acaso, Marx se aproximará, nesse contexto, e no mesmo ano de 1853 (portanto nos 400 anos da queda de Bizâncio), do campeão da causa do Império Otomano e da russofobia na Inglaterra, o arquiconservador David Urquhart.

10.1 A tomada de Constantinopla: David Urquhart e Lord Palmerston

O “mistério” da aproximação de Marx com Urquhart é um bom ponto de partida para examinarmos os outros dois “mistérios” que cercam os seus escritos sobre relações internacionais e diplomacia na década de 1850, a saber, a acusação de que Lord Palmerston seria praticamente um agente russo (Marx não chegou a dizer publicamente, como Urquhart, que o ministro inglês estaria a soldo do Czar) e a própria denúncia do “espírito russo” da diplomacia inglesa desde o início do século XVIII, o objeto mais decantado da investigação histórica das *Revelações*. Entramos, portanto, na zona de sombras da fase mais expansiva do pensamento de Marx, normalmente associada não apenas a uma profusão de novos interesses, como também ao amadurecimento definitivo da crítica da economia política e mesmo à contemplação, ainda que hesitante, de um desenvolvimento multilinear da sociedade.

O episódio da aproximação com Urquhart nos permite também relacionar essa zona de sombra aos escritos de Marx e Engels sobre o colonialismo. Afinal, as opiniões favoráveis de Urquhart sobre a organização política e social, assim como os costumes, a religião, o idioma e a

literatura do Império Otomano, até então o *outro* por excelência do pensamento político europeu, eram recebidas essencialmente como cômicas por Marx e Engels. Talvez essa comicidade tenha permitido que os dois convivessem de perto com essas ideias, com esse *orientalismo às avessas*, sem a necessidade séria de refutá-lo.

Em uma carta de 9 de fevereiro de 1854⁵³¹, Marx relatava a Engels seu primeiro encontro com Urquhart. Marx se diz surpreso com o “elogio” de Urquhart aos seus artigos sobre Palmeston, que pareceriam escritos por um “turco”. “Trata-se de um completo maníaco”, diz Marx, que entretinha as mais absurdas ideias sobre a natureza do poder russo. Ao mesmo tempo, Marx diz a Engels que o achava ainda mais cômico nas sua teatralidade e afetação porque conhecia “de cor” cada platitude e citação sua.

A atitude de Marx em relação a Urquhart a partir de 1853 pode ser avaliada também pelas referências públicas feitas a ele nos artigos para a NYDT. Marx vale-se de informações e análises de Urquhart sobre a “questão oriental”, chega mesmo a reproduzir alguns de seus “despachos” e discursos, mas também marca com insistência a sua diferença em relação às opiniões de Urquhart em geral, procurando deixar claro que as coincidências limitavam-se à avaliação do papel político de Lord Palmerston e da subserviência da política externa britânica à diplomacia russa.

Em todo caso, as diferenças não o impediram de defender publicamente Urquhart da acusação de ser ele mesmo um agente russo. Para Marx, essa acusação nas páginas do jornal cartista *The People's Paper* era obra do movimento pan-eslavista. A referência parece ter como alvo Banukin, a quem o próprio Urquhart já acusara de estar a mando de São Petersburgo⁵³². Em artigo de novembro de 1853, quando a Turquia já havia declarado guerra à Rússia, e após a publicação dos seus próprios artigos críticos sobre Lord Palmerston, Marx caracteriza Urquhart como um “russóforo maníaco”, e comenta *en passant* que o conservador inglês teria sofrido uma tentativa de

⁵³¹ MECW, 39, p. 413.

⁵³² O próprio Marx alude ao episódio em sua correspondência com Engels, em carta de 28/9/1853, e comenta que seu próprio testemunho havia sido invocado em defesa de Bakunin (MECW, 39, p. 373).

envenenamento pelos russos quando servia na embaixada britânica em Constantinopla. O tom geral de Marx em relação a Urquhart é de condescendência. Ele refere-se à hipótese de que Palmerston fosse um agente russo como uma “ideia fixa” de Urquhart, que compreensivelmente o levava à mania: “como aconteceria com qualquer um que tivesse uma ideia específica que fosse correta, mas da qual não conseguisse convencer o mundo”⁵³³. Marx comenta que Urquhart, em sua mania, chegava a postular que as revoluções de 1848 haviam sido instigadas pela Rússia. Uma observação de Marx sobre o “método” de Urquhart nos chama a atenção: movendo-se sobretudo pela “individualidade e características particulares dos povos”, sua concepção de história “tinha necessariamente de assumir um caráter muito subjetivo”. Para Urquhart, conclui Marx, a história “é mais ou menos exclusivamente resultado da diplomacia”⁵³⁴. Muitos anos mais tarde, Engels formularia um juízo muito semelhante, em seus artigos sobre a política externa dos Czares. Ele reconhece que, embora fosse impossível escrever sobre a política externa da Rússia na Inglaterra sem mencionar Urquhart – “um *Tory* da velha escola, que via claramente que na Inglaterra apenas os *tories* ofereciam resistência efetiva à Rússia” – sua obsessão o levava a ver na diplomacia russa “o único agente ativo na história moderna”⁵³⁵.

Tanto Marx como Engels reconheciam, ao mesmo tempo, o “conhecimento especializado” de Urquhart. Além das muitas vezes que recorreu a seus despachos, livros e artigos para a composição de seus próprios, os excertos e anotações de Marx entre setembro de 1853 e janeiro de 1854, incluindo o período de preparação de seus artigos sobre Lord Palmerston, dão uma dimensão da influência nada trivial de Urquhart sobre a forma como Marx interpretava os acontecimentos diplomáticos do momento⁵³⁶. A decisiva inclinação de Marx e Engels a serem menos críticos em relação aos *tories* do que aos *whigs*, em relação à postura dos partidos quanto à guerra contra a Rússia, parece ter sido também influenciada em alguma medida por Urquhart. Afinal, o “tema

⁵³³ MECW, 12, p. 477.

⁵³⁴ Idem, p. 478.

⁵³⁵ MECW, 27, p. 14.

⁵³⁶ Cf. MEGA, v. 12.

russo” na Inglaterra do século dezenove não obedecia necessariamente aos arranjos partidários. Urquhart e os “pacifistas” da “Escola de Manchester” (Richard Cobden e John Bright), que se contrapunham à guerra contra a Rússia e pregavam uma política externa “mínima”, coincidiam na defesa do livre-comércio. Se recuarmos ao início do século XIX, durante as campanhas napoleônicas, a iniciativa mais radicalmente anti-russa está com os *whigs*. São eles que mais ferrenhamente articulam o *topos* do *barbarismo tártaro*, de que Marx se valerá abundantemente. Os *tories*, por sua vez, assinalavam sobretudo a fraqueza do Czar diante de Napoleão, correspondente às imagens comuns nas “charges” da época do grande urso intimidado pelo pequeno homem. Já em 1815, é sobretudo a imagem do “monstruoso império”, não tanto por seu barbarismo, mas pelo tamanho e poder, que move a russofobia inglesa⁵³⁷.

O contexto político da aproximação de Marx com Urquhart é muito revelador. Afinal, o “tema russo” em Marx e Engels ganhava impulso decisivo em 1853, no momento em que as preliminares da Guerra da Criméia voltavam a estimular a antiga paixão da esquerda europeia “ocidental” contra a Rússia. Essas preliminares tinham um objeto específico: as prerrogativas da França e da Rússia na proteção dos interesses respectivamente dos cristãos latinos e ortodoxos nos “lugares santos”, em Jerusalém e Belém. Esse objeto específico inseria-se no contexto mais amplo da chamada “questão oriental”: o progressivo enfraquecimento do domínio otomano nos Bálcãs – principal fratura do sistema internacional europeu no século XIX. A negatividade política da questão oriental é uma característica importante a reter. Como nota Perry Anderson, era a “falta de qualquer integração tradicional ou estável” da porção europeia do Império Otomano “ao sistema internacional de estados do final do século XIX” que a convertia no barril de pólvora do continente até o ano de 1914⁵³⁸. A “anomalia” do Império Otomano, esse “acampamento provisório do Islã na Europa”⁵³⁹, encontrava em David Urquhart, um calvinista escocês conservador que começara sua

⁵³⁷ Cf. “British Public Opinion and the Russian Campaign of 1812”, M. S. Anderson.

⁵³⁸ *Lineages*, p. 361.

⁵³⁹ Idem, p.

carreira no serviço exterior britânico como entusiasta da independência grega⁵⁴⁰, o seu intérprete mais eloquente, precisamente por obsessivo, exagerado, “romântico”; um orientalista às avessas, ele mesmo, portanto, *anômalo*.

Após sua “conversão” à causa do Império Otomano, Urquhart tornou-se a principal voz no *foreign office* a alertar contra o objetivo russo de conquistar Constantinopla e dominar os estreitos. A tese está no seu *England, France, Russia and Turkey*, de 1834, que ele mesmo enviara a Palmerston a partir da capital otomana, onde servia. Para Urquhart, a Rússia estabeleceria um protetorado sobre a Turquia, sob o pretexto de assegurar a tranquilidade no Império Otomano e a segurança dos cristãos ortodoxos face a problemas internos que ela mesma causaria, em conluio com o clero ortodoxo. As consequências da tomada de Constantinopla pela Rússia, tal como projetadas por Urquhart, seriam desastrosas para a Inglaterra. Os recursos e a vantagem geográfica e estratégica da Turquia passariam, automaticamente, ao controle do Czar, pondo em risco o comércio e as possessões coloniais inglesas na Ásia⁵⁴¹.

Ao panfleto de Urquhart se contrapunha, em 1836, um memorando do embaixador designado por Lord Palmerston para São Petersburgo, o *persona gratissima* Lord Durham, que se havia destacado exatamente pelo tato e pela habilidade com que navegara as divergências anglo-russas por ocasião do levante polonês de Varsóvia, em 1830. Em Petersburgo, Durham coletara dados comerciais que indicavam a importância das exportações russas para a Inglaterra e do mercado inglês para as matérias-primas fornecidas pela Rússia, mas também o relativo declínio da importância do comércio com a Rússia no contexto do crescimento global do comércio internacional inglês. Na vertente política e estratégica, Durham coletara dados sobre o poderio militar russo, e chegara a conclusões opostas às de Urquhart e de muitos outros “russóforos” ativos na imprensa londrina. Embora não recomendasse nenhuma “confiança cega” na moderação russa, ciente de que no passado, em 1829 (no contexto da independência grega) ela lograra manobrar

⁵⁴⁰ Cf. Gleason, *The Genesis of Russophobia in Great Britain*, pp. 164-204.

⁵⁴¹ Cf. Gleason, op. cit. p. 174.

favoravelmente seus “aliados” ingleses, Durham não via motivos para que a Inglaterra duvidasse da disposição pacífica que a Rússia proclamava em 1836. O poder russo naquele momento, para ele, seria “grandemente exagerado”. Os rápidos “avanços em civilização e organização interna” não seriam facilmente conversíveis em vantagem militar, e os elementos de força pareciam compensados por elementos de fraqueza. O seu poder seria, portanto, sobretudo de caráter defensivo. A “impermeável fortaleza” de que fora dotada pela natureza – seu clima e seus desertos – exporia ao mesmo tempo suas tropas a avanços em diferentes flancos. Suas forças militares careciam ainda “daquela energia concentrada e organização efetiva” que tornam formações menores, mas mais “civilizadas”, invencíveis. A dificuldade russa de por a termo o levante de Varsóvia em 1830 evidenciava essa fraqueza⁵⁴².

Palmerston, no posto de ministro das relações exteriores desde 1835, considerava o memorando de Durham – uma espécie de manifesto pela moderação nas relações anglo-russas – um dos mais claros e hábeis documentos recebidos das embaixadas pelo *foreign office*⁵⁴³. Já Urquhart, alertando que o Império Otomano poderia ter o mesmo destino que a Polônia, e defendendo a aliança da Inglaterra com França e Áustria para circunscrever a influência russa na Turquia, fortalecida com o tratado de Unkiar-Skelessi (1833), era visto com desconfiança. Recebeu de Palmerston apenas o posto de cônsul em Constantinopla, quando pleiteava o de embaixador. Mas apesar de excêntrico, Urquhart tinha importantes conexões, e Palmerston foi obrigado a consentir na sua nomeação após pressões do próprio monarca William IV.

Em Constantinopla, Urquhart trabalhava ostensivamente para obter da Porta um tratado de comércio, em linha com o livrecambismo de Palmerston e do governo *whig* de Melbourne. Às escondidas, movido pelo êxito de seus panfletos contra a Rússia, dava curso a sua verdadeira campanha. Decidiu criar o *Portfolio*, o periódico em que levou a cabo a publicação de uma coleção de documentos diplomáticos russos roubados do arquivo público em Varsóvia em posse de

⁵⁴² Idem, pp. 172-173.

⁵⁴³ Ibid, p. 173.

refugiados poloneses em Londres. A militância de Urquhart tinha naturalmente muito mais ressonância na opinião pública do que o conselho confidencial de Lord Durham, restrito aos círculos oficiais. Coube ao político iniciante, o livre-cambista e industrial de Manchester e futuro líder da oposição à Guerra da Criméia, Richard Cobden, contra-atacar. Os panfletos de Cobden defendiam a importância superior do comércio sobre as possessões territoriais, criticavam o mito do poder russo, e celebravam a superioridade industrial e naval da Inglaterra. Se de um lado Urquhart deixava de especificar como a tomada de Constantinopla se traduziria no controle incontestado de todo o Oriente pela Rússia, de outro Cobden tampouco dizia concretamente como a superioridade industrial de Liverpool e Manchester suplantaria o poder militar do Czar⁵⁴⁴.

Urquhart logo passaria da campanha jornalística à conspiração. Buscando levar a Inglaterra a questionar as prerrogativas russas no Cáucaso, obtidas ao fim do conflito russo-turco de 1828-1829, arranjava a expedição de um barco carregado de sal à Circássia, na costa oriental do Mar Negro, com o objetivo de que fosse apreendido pelos russos, em razão das regulações sanitárias que aplicavam na região. A apreensão deveria causar um protesto inglês e deixar claro aos comerciantes ingleses o prejuízo que a ascendência russa no Cáucaso causava à Inglaterra. O *status* do domínio russo na Circássia era disputado pela Inglaterra e pela França, com evidentes interesses comerciais. Os dois países davam assistência a grupos nativos em sua resistência armada ao domínio russo, e baseavam sua posição no fato de que o território não estava sob a soberania otomana quando da guerra russo-turca de 1828, mas apenas em uma união comercial e religiosa com Constantinopla, com quem os russos concluíram o tratado de Adrianópolis em 1829⁵⁴⁵. O plano de Urquhart era portanto colocar a Inglaterra na posição de pronunciar-se sobre o fundamento da presença russa.

⁵⁴⁴ Ibid, pp. 185-186.

⁵⁴⁵ *The Great Game: On Secret Service in High Asia*, Peter Hopkirk, p. 158-159. Em um de seus artigos sobre a questão oriental, em junho de 1853, Marx nos dá ele mesmo um resumo das disposições centrais do tratado de Adrianópolis: “No ano de 1828, quando a Rússia pôde tomar de assalto a Turquia com a guerra, e terminar a guerra com o Tratado de Adrianópolis, que deu a ela toda a costa oriental do Mar Negro, de Anapa no Norte a Poti, no sul, (à exceção da Circássia), e colocou em seu poder as ilhas no estuário do Danúbio, além de virtualmente separar a Moldávia e Valáquia da Turquia, deixando-as sob a supremacia russa – naquela época Lord Aberdeen calhava de ser o Ministro dos Negócios Estrangeiros na Grã-Bretanha. Em 1853 encontramos o mesmo Aberdeen como chefe do 'gabinete misto' no mesmo país”. MECW, 12, p. 142.

Inicialmente, o *plot* pareceu bem-sucedido. O navio britânico foi de fato apreendido pela marinha russa, sob a alegação de que, além de sal, carregava também um contrabando de armas e pólvora destinado aos rebeldes da Circássia. A apreensão produziu, com a ajuda de Urquhart, manifestações de repúdio na imprensa e no parlamento inglês. Mas esses resultados iniciais foram revertidos pela diplomacia de Palmerston e Durham, interessados em apaziguar os ânimos. Palmerston e o ministro russo, Nesselrode, colaboraram no desenho de uma saída diplomática, pela qual a Inglaterra reconhecia o direito russo de estabelecer regulações administrativas, sem necessariamente reconhecer sua plena soberania na região. A bem-sucedida colaboração de Londres e São Petersburgo, mediada por Lord Durham, dava suporte factual à sua política de moderação. A Urquhart, ela aparecia como prova cabal de que Palmerston, evitando todos os caminhos que levariam a uma confrontação no Mar Negro, era na verdade um “agente russo”⁵⁴⁶.

O episódio revela outro aspecto relacionado à análise da correspondência diplomática. Parte dos cuidadosos telegramas de Londres a Lord Durham em Petersburgo foi pensada e calibrada para ser depois tornada pública no Parlamento. Da mesma forma, para que Petersburgo não tivesse razões para suspeitar que o governo britânico estivesse intencionalmente envolvido no episódio, esses mesmos despachos eram mostrados em confidencialidade ao embaixador russo em Londres, ninguém menos do que o Conde Pozzo di Borgo. O episódio resultou naturalmente no fim da missão de Urquhart junto à Sublime Porta. Com a morte do Rei William IV em 1837, Urquhart perdia seu principal protetor, e sua carreira diplomática chegava ao fim. Ao mesmo tempo, sua influência e a de seus colaboradores na imprensa havia se mantido como uma das principais fontes do sentimento anti-russo na Inglaterra⁵⁴⁷.

Na correspondência de Marx e Engels, a primeira menção a Urquhart ocorre em uma carta de Engels, de março de 1853, e coincide, portanto, com o começo do tratamento mais sistemático da “questão oriental” pelos correspondentes europeus do NYDT. Engels refere-se a Urquhart como

⁵⁴⁶ Gleason, op. cit, pp. 192-195.

⁵⁴⁷ Idem, p. 204.

“aquele parlamentar louco segundo quem Palmerston estaria a soldo da Rússia”⁵⁴⁸. Também em março, nas páginas do NYDT, Engels abria a série de numerosos artigos sobre o tema, relacionando diretamente a questão oriental aos movimentos revolucionários na Europa. A Turquia seria “a ferida aberta da legitimidade” na Europa⁵⁴⁹. Nos momentos de avanço da contra-revolução, sem a necessidade de empregar suas tropas para manter a “legitimidade”, o Czar se veria livre para forçar a Turquia a fazer novas concessões. A questão oriental que reemergia em 1853 era mais um passo nessa série. Por outro lado, o apego das potências ocidentais – França e sobretudo Inglaterra – ao princípio do *status quo* garantia que a Turquia, como uma “carcassa em putrefação”, continuasse a emanar “dificuldades diplomáticas”. Para Engels, expressão do apego ao sistema de 1815, a doutrina do *status quo* revelava a mediocridade política dos governos reacionários da Europa, incapazes de promoverem uma solução efetiva para a ferida viva da questão oriental. Como já tivemos ocasião de observar, Engels e Marx cada vez mais veriam na criação de um estado “eslavo”, federado e independente nos Bálcãs, como a resposta à situação do Império Otomano na Europa.

Essa defesa da criação de um estado eslavo não parece, contudo, afastar Engels das posições defendidas por sua “teoria dos povos sem história” em 1849. Ele continua a ver o sul da Europa habitado por “diferentes raças”, entre as quais seria difícil apontar “qual a menos apta ao progresso”⁵⁵⁰. A fraqueza do domínio turco, em todo caso, levando cada vez mais os gregos e eslavos do sul a gravitarem em torno da proteção russa, representava um “obstáculo” ao “progresso” de toda a Europa. Outro traço de continuidade em relação aos seus artigos de 1849 é a referência de Engels à estrutura de classes no Império Otomano. Engels fala da dificuldade de qualificar os turcos como uma “classe dominante” no Império. Apesar dos privilégios em relação aos outros súditos, o seu status especial não os impedia de assumirem os mais diversos papéis e as

⁵⁴⁸ MECW, 39, p. 283.

⁵⁴⁹ MECW, 12, p. 6.

⁵⁵⁰ Idem, p. 7.

mais variadas posições de classe⁵⁵¹. Alguns dias depois, em outro artigo, Engels entra em considerações geográficas sobre o significado da tomada de Constantinopla pela Rússia. As preocupações comerciais inglesas, embora candentes diante do “espectro” da necessidade de constante expansão dos mercados para os produtos industriais, ocupam o segundo plano. Em primeiro plano, sua atenção se volta ao significado estratégico do controle russo da foz dos grandes rios europeus e a projeção naval que adviria do controle dos estreitos. Além de fazer do Mar Negro “um lago russo”, esse controle converteria os Habsburgos em vassalos do Czar, que submeteria a Hungria e mesmo a Prússia, realizando o ideal do grande “império eslavo”. Mesmo para “a sexta potência” do concerto europeu – a Revolução – a tomada de Constantinopla significaria, como já vimos, “uma calamidade indizível”⁵⁵².

A partir desse ponto, em torno do final de março de 1853, as preocupações estratégicas de Engels cederão passo à mordacidade política mais típica de Marx, e a divisão de trabalho entre os dois ficará mais clara. O ponto de entrada de Marx na discussão é a conduta de parte da imprensa inglesa, como o oficialista *The Times*, que vinha defendendo a moderação com que o gabinete Aberdeen (primeiro-ministro de um ministério de coalizão) conduzia a política externa britânica durante a crise. Logo nessa primeira intervenção, Marx deixa claro o seu “anti-*whiggismo*”, para muitos uma característica central da sua crítica posterior a Lord Palmerston⁵⁵³ e mesmo da denúncia da aristocracia *whig* nas *Revelações*. Os *whigs* representariam uma “aristocracia hipocondríaca” disposta a sacrificar os “interesses da Inglaterra” para manter os seus interesses de classe, mesmo que a sustentação do *status quo* significasse consentir na consolidação de um “despotismo juvenil” no oriente⁵⁵⁴.

Convencido de que apenas uma aliança anglo-francesa poderia levar adiante a contenção da Rússia, Marx entretanto acusa Luis Bonaparte de predileção pelo Czar. Ele lembrará mais tarde que

⁵⁵¹ Ibid, p. 8.

⁵⁵² Ibid. pp. 13-17.

⁵⁵³ Cf. por exemplo, Sperber, op. cit. p. 312.

⁵⁵⁴ MECW, 12, p. 20.

a origem das “dificuldades diplomáticas” com a Turquia em 1853 deve ser buscada na política externa do bonapartismo. Fora afinal Napoleão III quem dera início à discussão com a Porta sobre o *status* da igreja latina em Jerusalém, dando ensejo ao ultimato russo de dispor do direito de proteção de toda a população ortodoxa nos domínios do Sultão. Discordando de Urquhart – para quem Bonaparte agiria em conluio com o Czar Nicolas I – Marx dirá que a política externa de Napoleão III em relação à proteção da igreja na Turquia, além de relacionada ao problema do reconhecimento de seu título imperial, visava a consolidar o apoio do clero na França, e com isso também o apoio dos camponeses, o mesmo motivo que levava à sua campanha militar para restaurar o papado na Itália em 1849⁵⁵⁵. No início de 1853, contudo, Marx vê um Napoleão III essencialmente “hesitante”, cuja ambiguidade replicaria, no plano internacional, sua estratégia para ludibriar os partidos na Assembleia Nacional francesa.

O ano de 1853 é marcado pelas preliminares da guerra da Criméria, que conheceria as primeiras hostilidades apenas em novembro. Em março, a crise se torna mais aguda com o ultimato do governo russo à Porta, exigindo o reconhecimento, por tratado, do direito de proteção do Czar em relação aos cristãos ortodoxos, uma extrapolação do tratado de Kutschuk-Kainardji (1774), que dava à Rússia o direito de construção de uma capela ortodoxa em Constantinopla, sob a proteção do Czar. Ao ultimato segue-se a ocupação russa dos principados danubianos, o desdobramento de navios de guerra franceses e, em seguida, ingleses em direção ao Mar Negro (sem contudo cruzar os estreitos, onde a presença de navios de guerra em tempos de paz estava proibida por tratado de 1841) e tratativas diplomáticas em Viena⁵⁵⁶. Na Inglaterra, Marx reporta sobre esses eventos e essas tratativas. Uma das discussões mais vivas no Parlamento britânico diz respeito precisamente a como a Inglaterra devia reagir à ocupação dos principados danubianos pela Rússia. O gabinete Aberdeen, segundo a historiografia tradicional, encontrava-se dividido. Para Marx, apenas a hesitação e a

⁵⁵⁵ Idem, p. 615.

⁵⁵⁶ Cf. The Diplomatic Preliminaries of the Crimean War, Bernadotte E. Schmitt, in: The American Historical Review, Vol. 25, No. 1 (Oct., 1919), pp. 36-67.

fraqueza do governo inglês explicariam a ousadia do Czar no Danúbio⁵⁵⁷ – aspecto em que parece corroborado pela historiografia posterior. Palmerston ocupava não a tradicional pasta do Exterior, que ocupara por muitos anos, mas o ministério do Interior – o que não o impedia de advogar por uma resposta enérgica da Inglaterra à ocupação dos principados danubianos, que deveria ser considerada *casus belli*. Os críticos do gabinete apontavam, não sem razão, que a inação sinalizaria ao Czar o assentimento de Londres à sua conduta na Turquia, além de fazer crer que o partido “pacifista”, de quem o livrecambista histórico Richard Cobden era líder, ganhava ascendência sobre o governo britânico⁵⁵⁸. Nesse contexto, Palmerston era visto como líder do “partido da guerra”⁵⁵⁹.

É interessante observar, portanto, que nesses primeiros meses da crise a posição de Marx e Engels parece aproximar-se da defendida por Palmerston no gabinete Aberdeen, ainda que Marx observe que a posição de Palmerston tornara-se mais assertiva apenas com a decisão de Napoleão III de enviar seus navios ao Mar Negro⁵⁶⁰. De toda forma, as críticas concentram-se sobretudo em Aberdeen e nos porta-vozes do pacifismo. Em certo sentido, há até uma preocupação maior, ao menos em Engels, em demarcar a posição dos dois em relação ao “orientalismo” de Urquhart. Ou seja, o apoio a uma conduta mais enérgica da Inglaterra contra a Rússia não significava de forma alguma um apoio à preservação da integridade do Império Otomano, como queria Urquhart. Em um artigo de Engels no fim de março de 1853, ele refuta o raciocínio de Urquhart de que o Império Otomano encarnaria os valores caros à burguesia inglesa, de liberdade religiosa, moderação política e livre comércio. Para Urquhart, o crescimento do comércio inglês com a Turquia desmentiria a noção de “decadência” do Império Otomano. Para Engels, o fluxo comercial refletiria apenas o fato de que a Turquia constituía a *passagem* para os produtos ingleses em direção ao interior da Ásia, e era devido antes ao empreendedorismo de comerciantes gregos e eslavos, do que à energia

⁵⁵⁷ Marx lembra que em 1828, quando a Rússia conquistou a costa oriental do Mar Negro da Turquia (com exceção da Circássia), Lord Aberdeen era Ministro do Exterior. O fato de o próprio Aberdeen encontrar-se na chefia do gabinete misto em 1853 explicaria “a atitude arrogante” da Rússia. MECW, 12, p. 142 e p. 145.

⁵⁵⁸ Cf. *Historical Dictionary of the Crimean War*, Guy Arnold, p. 28.

⁵⁵⁹ Idem.

⁵⁶⁰ MECW, 12, p. 145.

comercial dos turcos⁵⁶¹.

Em maio de 1853, os artigos de Marx adquirem um tom algo mais urgente. No artigo sobre a “Revolução na China e na Europa”, em que formula a possibilidade de que a revolução Taiping leve à crise econômica e à revolução social europeia, o quadro é de um acúmulo de circunstâncias políticas que tendiam a tornar a crise maior: a extensão sem precedentes das fábricas na Inglaterra, o domínio do estado francês pela aristocracia financeira, as dificuldades financeiras da Áustria (que punham crescentemente em dúvida sua neutralidade no iminente conflito russo-turco), os “interesses conflitantes das próprias potências reacionárias”, e o desejo russo de “conquista” novamente revelado ao mundo⁵⁶². Esse contexto leva Marx a demonstrar uma atitude mais desafiadora em relação ao poder russo e mais confiante na revolução que deveria se seguir a qualquer “guerra generalizada” na Europa. Marx retoma a noção de que os períodos de “retrocesso” no continente foram sempre períodos de “avanço” da Rússia no oriente, mas argumenta que o contexto em 1853 era muito diferente. A Rússia teria tanto motivo para temer a revolução que se seguiria à guerra quanto o Sultão de temer a própria agressão russa. No entanto, ainda que uma coalizão ocidental forçasse a Rússia a recuar, ela teria posto em movimento os “elementos” interessados na dissolução do Império Otomano, agindo, portanto, como “o escravo inconsciente e relutante do *fatum* moderno, a Revolução”⁵⁶³.

O momento de confiança revolucionária de Marx, decerto influenciado pelas perspectivas e sinais recolhidos da análise do estado da economia mundial e inglesa, ao lado da crise política europeia, coincide não apenas com as suas denúncias de que parte da imprensa na Inglaterra dedicava-se à “mistificação” do poder russo⁵⁶⁴, mas também com o tema do método da diplomacia russa. Para Marx, desde 1815, a necessidade das potências reacionárias de se apegarem ao *status quo* de Viena as reduzia à mais “descarnada e vergonhosa subserviência” em relação aos avanços

⁵⁶¹ Idem, pp. 24-26.

⁵⁶² Ibid, p. 100.

⁵⁶³ Ibid, p. 106.

⁵⁶⁴ Ibid, p. 116.

russos. Sobre a constante dessa subserviência, a “arte” da diplomacia russa se convertera em um “maneirismo”, cujos elementos formais poderiam ser traçados inteiramente a partir “dos anais do passado”⁵⁶⁵. Nitidamente, já encontramos aqui o impulso em Marx de investigar a história tanto do maneirismo russo como da subserviência europeia, que seria levado a cabo nas *Revelações*. Mas o passado com que Marx lidará por enquanto é mais recente: a guerra turco-russa de 1828, que resultara no Tratado de Adrianópolis e as reações ocidentais, sobretudo na Inglaterra, de complacência com os resultantes avanços territoriais russos. Para traçar o paralelo entre 1828 e 1853, Marx recorre, pela primeira vez, aos documentos russos publicados por David Urquhart em seu *Portfolio*, em 1836.

Se de um lado Marx dá início ao tratamento mais sistemático dos documentos diplomáticos e à crítica das artimanhas e da arrogância russa, de outro aprofunda também a crítica à aristocracia inglesa. Em julho de 1853, Marx tem a oportunidade de comentar, como fizera cinco anos antes na *Nova Gazeta Renana*, uma nota do chefe da diplomacia russa, o Conde de Nesselrode. A circular russa informava que suas tropas não deixariam os principados danubianos antes que a Turquia aceitasse as exigências russas de proteção dos cristãos ortodoxos, em decorrência do tratado de 1774. Como sempre, Nesselrode procurava mostrar as atitudes russas em relação ao Império Otomano como atos de benevolência e sincera preocupação com a sua integridade, e alude à suposta “moderação” dos termos que o Czar impusera à Turquia após a vitória militar de 1829. Moderação, diz-nos Marx, imposta não pelo respeito à integridade do Império Otomano, mas pela “condição miserável” do próprio exército russo. Com essas características, a circular de Nesselrode representaria “o mais irônico documento que o Oriente jamais ousara jogar na face do Ocidente”, e portanto, documento também “da degradação europeia sob a contra-revolução”⁵⁶⁶. Em contraponto a essa degradação, eram os trabalhadores ingleses, liderados pelo velho Ernest Jones, antigo líder cartista, que poderiam regenerar a civilização europeia. Nesse ponto, fica claro que a “política

⁵⁶⁵ Ibid, p. 165.

⁵⁶⁶ Ibid, pp. 195-196.

externa” de Marx e Engels nas páginas do NYDT procurava afirmar-se como referência para o movimento operário inglês, no interior do qual Jones esforçava-se para revitalizar o movimento cartista. Isso significa que Marx e Engels disputavam espaço, portanto, com os “pan-eslavistas”, Bakunin e Alexander Herzen e pacifistas pelas simpatias dos antigos representantes do movimento operário inglês. Após expor a subserviência da contra-revolução aos desígnios de Nesselrode, Marx relata com entusiasmo a forma como Ernest Jones conseguira reverter o resultado de um encontro “pacifista” organizado em Halifax pela “escola de Manchester”, de Cobden. A resolução proposta por Jones no encontro era um protesto contra o gabinete Aberdeen e um chamado à guerra, mas um chamado “qualificado”, de forte apelo junto à opinião inglesa: na ausência de “liberdade”, a paz seria um “crime”⁵⁶⁷.

Em artigo subsequente, de 19 de julho, Marx oferece afinal um “resumo” da posição que o “partido revolucionário” deveria assumir diante da questão oriental: na busca de acesso ao Mediterrâneo, o Czar avançava sobre a Turquia, separando as suas “partes”, até que o “coração”, Constantinopla, parasse de bater. Suas intervenções seriam calibradas de acordo com os sinais de consolidação do império turco, ou de emancipação dos eslavos nos Bálcãs, contando sempre com a “covardia” das potências ocidentais. A política pusilânime e inconsistente dessas potências, resultado de sua fraqueza e suspeitas mútuas, vinha ao lado de sua incapacidade de promover uma solução para a questão oriental, por meio do estabelecimento de uma República Federativa dos Estados Eslavos. A manutenção do *status quo* impedia a emancipação do Sultão do Czar, e dos eslavos do Sultão. O partido revolucionário poderia se regozijar da consequente “humilhação” das potências reacionárias, incapazes de defender a “civilização europeia”. Esse fracasso haveria de insuflar ainda mais indignação entre os povos derrotados pela contra-revolução em 1849. Nesse contexto, a iminente crise industrial seria agravada e acelerada pela questão oriental e pelas “dificuldades” na China⁵⁶⁸. Marx não chega a dizer que o quadro se apresentava como

⁵⁶⁷ Ibid, p. 196.

⁵⁶⁸ Ibid, pp. 212-213.

iminentemente revolucionário, mas deixa assim traçadas as linhas de força que nos permitem reconstituir o seu “programa” de 1853, muito além, por conseguinte, da mera defesa da guerra contra a Rússia.

Essa necessidade de qualificar o apoio à guerra mostra que Marx e Engels, embora esperassem que o conflito levasse a uma nova vaga revolucionária, estavam antes em compasso de espera pela próxima crise industrial. A guerra poderia ser um fator complicador e catalizador da crise, mas não mais, como fora em 1848, o principal horizonte revolucionário. Marx continuará, nos artigos subsequentes, explorando o tema do “intrínseco barbarismo” da diplomacia russa e dos seus métodos insidiosos de expansão⁵⁶⁹. É nesse contexto que arrisca uma primeira incursão na história russa, vista como uma paciente busca pela supremacia na Europa. A transferência da capital da dinastia Rurik de Novogorod para Kiev era já uma aproximação a Bizâncio, que mostraria a obstinação dos objetivos russos:

A unidade, portanto, dos objetivos da política russa é dada pelo seu passado histórico, por suas condições geográficas, pela necessidade de obter portos marítimos abertos no Arquipélago assim como no Báltico, em sua busca pela supremacia na Europa. (...)

Se o êxito dessa política hereditária prova a fraqueza das Potências Ocidentais, o maneirismo estereotipado daquela política prova o intrínseco barbarismo da própria Rússia. (...)

A política russa, com sua tradicional habilidade, trapaças e subterfúgios, pode impor-se sobre as cortes europeias que são elas mesmas objetos tradicionais, mas se provará completamente impotente com os povos revolucionados.⁵⁷⁰

Em agosto de 1853, Marx ainda não acredita que a questão oriental levará a Inglaterra à guerra com a Rússia, tampouco a uma aliança com a França⁵⁷¹. Por isso, continua sua crítica ferrenha aos pacifistas e aos que acreditavam que a Rússia não chegaria de fato a tomar Constantinopla. Marx desacredita o argumento – não de todo irrazoável – de que a Rússia, invadindo a Turquia, punha em risco o próprio sistema de 1815⁵⁷². Nessa crítica, vale-se dos dotes

⁵⁶⁹ Ibid, p. 229.

⁵⁷⁰ Ibid, pp. 230-231.

⁵⁷¹ Ibid, p. 257.

⁵⁷² Ibid, p. 259.

de experimentado debatedor parlamentar de Lord Palmerston para refutar a argumentação pacifista e pró-russa da escola de Manchester de Richard Cobden⁵⁷³, deixando transparecer o misto de desgosto e fascínio que marcaria, alguns meses mais tarde, a série de oito artigos publicados originalmente no *People's Paper* dedicados a “desmascarar” Palmerston, o “mais inglês dos ministros”, que gozava naqueles meses não apenas de grande popularidade, como também da reputação de representar, no gabinete Aberdeen, a heróica oposição à Rússia.

Não é necessário levar o leitor a percorrer as intrincadas acusações desses artigos, publicados entre o final de outubro e dezembro de 1853, para transmitir-lhe o seu sentido geral⁵⁷⁴. Para tanto, bastará sublinhar alguns aspectos mais significativos e referir-nos à correspondência de Marx no período. O prefácio do volume 39 dos MECW, que contém essa correspondência, já nos adverte elegantemente haver algumas “deficiências” na crítica de Marx a Palmerston, particularmente “uma avaliação tendenciosa da sua política como indulgência direta em relação ao Czarismo russo”⁵⁷⁵. Escrevendo a Engels em novembro de 1853, após o início da publicação dos artigos sobre Palmerston no *People's Paper*, Marx confessa haver chegado “por estranho que possa parecer”, às mesmas conclusões de Urquhart, “aquele monomaniaco”, ou seja, de que Palmerston esteve “por diversas décadas”, “a soldo da Rússia”⁵⁷⁶. Marx pede ainda a Engels sua opinião sobre os artigos – algo de que o amigo sempre se esquivaria. E ressalta a importância de haver estudado mais detidamente a diplomacia do início só século XIX: “nós negligenciamos em grande medida esse aspecto, e é necessário saber com quem se está lidando”⁵⁷⁷.

Meses mais tarde, em junho de 1854, Marx escrevia a Ferdinand Lassale. Ele relata que havia pessoalmente interferido contra a republicação dos artigos sobre Palmerston por Urquhart, para não ser considerado um de seus “seguidores”. Nessa ocasião, Marx reafirma considerar Urquhart um reacionário romântico, um “turco”, que “alegremente guiaria o Ocidente de volta aos

⁵⁷³ Ibid, p. 276.

⁵⁷⁴ A introdução de Lester Hutchinson é um hábil resumo. Cf. op. cit, pp. 139-165.

⁵⁷⁵ MECW, 39, p. xxxii.

⁵⁷⁶ Idem, p. 395.

⁵⁷⁷ Ibid.

padrões e estruturas turcas”⁵⁷⁸. Marx dá a entender que Lassale não concordava com sua conclusão sobre o pendor russo de Palmerston, e argumenta:

o que contribuiu para a minha própria visão não foi este ou aquele fato isolado – cada fato isolado admitindo variadas interpretações – mas a concatenação de todos os passos adotados por esse homem, todo o contexto de suas atividades desde 1829. Aí eu descobri um plano consistente que assume formas variadas e frequentemente contraditórias na aparência, mas sempre dirigido ao mesmo objetivo, um plano uniformemente executado com o mesmo supremo desdém.⁵⁷⁹

No entanto, o que dá unidade aos artigos sobre Palmerston é antes a dissonância entre os discursos parlamentares e declarações oficiais de política e os limites práticos da diplomacia britânica. Ou ainda, mais do que isso, a leveza cavalheiresca com que as frases de Lord Palmerston justificam a inação com base nos mesmos princípios e tratados que prescreveriam, idealmente, o ativismo. É impossível não suspeitar que o fascínio de Marx por Palmerston – e pela linguagem diplomática de modo geral – não decorra em alguma medida da *virtuose linguística* e argumentativa empregada como ferramentas de falseamento. A caracterização inicial que ele faz do ministro inglês no primeiro artigo da série é muito significativa a esse respeito. Palmerston é Alcina do *Orlando Furioso* de Ariosto: a velha bruxa que se disfarça de jovem encantadora; e a opinião pública inglesa é Ruggiero, o herói que, conhecendo o disfarce, mesmo assim não consegue evitar seu encanto. Fica evidente desde o início, portanto, o objetivo de solapar a popularidade do grande político *whig*, então em alta. Mais ainda, a abertura permite a Marx caracterizar a sua performance como essencialmente teatral. Encarnando, tipicamente, a essência do *whiggismo*, Palmerston é a expressão mais acabada da hipocrisia aristocrática, de uma astúcia oligárquica que consegue se apresentar como defensora dos povos oprimidos apenas para encontrar-se, nos momentos decisivos, como aliado involuntário dos opressores.

Nenhuma paráfrase faria remota justiça à caracterização de Marx. Ele investe alguns parágrafos nessa dissecação, não tanto de uma psicologia, mas antes dos gestos típicos por meio dos

⁵⁷⁸ Ibid, p. 454.

⁵⁷⁹ Ibid.

quais a aristocracia se livra de fazer valer os compromissos que diz celebrar. De um “espírito infatigável”, o velho aristocrata encontra nos assuntos internacionais do império inglês matéria de entretenimento, “complicações”, no desfazimento das quais emprega toda a sua “atividade”: troca de notas diplomáticas, movimentos da armada, violentos debates parlamentares. “A seus olhos”, resume Marx, “o próprio movimento da história é nada mais do que um passatempo, expressamente inventado para a sua privada satisfação”⁵⁸⁰.

A dubiedade de Palmerston, por outro lado, funciona como a determinação complementar do *método bárbaro* da diplomacia russa. Em certo sentido, temos a impressão de que as ações de Palmerston, tal como caracterizadas por Marx, constituem o outro pólo do mecanismo russo de operar na teia das relações internacionais. Daí, precisamente, que os fatos isolados precisem ser concatenados para formar uma interpretação inteligível. Uma das passagens mais significativas dos artigos de Marx é a sua crítica às vezes em que Palmerston, na tribuna do parlamento inglês, evocou a honra do Czar. Nessa passagem, Marx alude ao fato de que Palmerston, quando fez seus comentários, já teria tido contato com a correspondência diplomática secreta russa, roubada do arquivo público de Varsóvia e relevada e publicada por Urquhart em 1836, uma correspondência que revelaria não a honra, mas a perífia da política de São Petersburgo:

Agora ocorre que o nobre *lord*, no momento em que expressava “sua mais implícita confiança na honra e boa fé” do Czar, acabara de tomar conhecimento de documentos, ainda secretos para o resto do mundo, que não deixavam dúvidas, ainda que as houvesse, sobre a natureza da honra e boa fé russas. Não era necessário sequer arranhar a superfície do Moscovita para encontrar ali o Tártaro. Palmerston tinha diante de si o Tártaro em sua descarnada hediondez. Ele tinha nas mãos as auto-confissões dos principais ministros e diplomatas russos, tirando seus mantos, revelando seus mais secretos pensamentos, desdobrando sem constrangimentos seus planos de conquista e sujeição, escarnecendo da credulidade imbecil das cortes e ministros europeus, ridicularizando os Villèles, os Metternichs, os Aberdeens, Cannings e Wellingtons; e planejando, em comum, com o cinismo selvagem do bárbaro, mitigado pela ironia cruel do cortesão, como semear desconfiança contra a Inglaterra em Paris, contra a Áustria em Londres, contra Londres em Viena, como levá-los todos pelas orelhas, e como fazê-los todos meros instrumentos da Rússia.⁵⁸¹

⁵⁸⁰ MECW, 12, pp. 346-347.

⁵⁸¹ Idem, p. 386.

Marx faz uma detalhadíssima antologia das tiradas parlamentares de Palmerston, recuando ao começo da sua carreira política. Entre os episódios que provariam a sua colusão com a Rússia figuram as revoltas polonesas de Varsóvia (1830) e Cracóvia (1846), quando a atuação de Palmerston teria sido no sentido de levar a Inglaterra a assentir à afirmação do domínio russo na Polônia, e o episódio do barco inglês apreendido pela Rússia na Circássia em 1836, a provocação urdida por Urquhart e seu grupo anti-russo – no interior do qual Marx chega mesmo a arrolar o Rei William IV. Marx não apenas adota o ponto de vista de Urquhart no relato do incidente e da conduta inglesa, mas chega a novamente defendê-lo como o infatigável antagonista de Palmerston por mais de vinte anos, o seu único verdadeiro adversário, imune aos “encantos” de Alcina⁵⁸².

Após a publicação dos artigos sobre Palmerston, que foram reproduzidos em diversos periódicos, atraindo uma atenção compatível com a popularidade do ministro, as contribuições de Marx ao NYDT passarão a tratar Aberdeen e Palmerston no mesmo patamar⁵⁸³. Pouco antes do início da publicação dos artigos, o Império Otomano havia declarado guerra à Rússia, e antes da publicação do último artigo da série, a guerra já registrava as primeiras hostilidades no Mar Negro. A guerra fora saudada pela opinião pública inglesa, à exceção dos pacifistas liderados por Richard Cobden, que pouco antes chegaram a enviar emissários a São Petersburgo para audiências com o Czar Nicolas I⁵⁸⁴. Palmerston advogava então, mesmo antes da declaração de guerra pelas potências ocidentais, uma postura assertiva da marinha inglesa em apoio à Turquia. Para ele, a declaração de guerra turca não alterava a postura da Inglaterra e França na disputa. As duas nações deveriam continuar a apoiar a Turquia e a buscar diplomaticamente a retirada russa dos principados. O interesse maior da Inglaterra era o de evitar a qualquer custo a tomada da Turquia pela Rússia. Palmerston fazia essas considerações em uma carta de 1 de novembro ao Príncipe Albert. Era a sua resposta a um memorando enviado pelo Príncipe, com a proposta de um plano para forçar a retirada

⁵⁸² Ibid, p. 390.

⁵⁸³ Ibid, p. 527.

⁵⁸⁴ Cf. Jasper Ridley. *Lord Palmerston*. p. 523.

turca da Europa e o estabelecimento de um “Império grego” nos Bálcãs. Para Palmerston, a ideia implicaria, na prática, “mudar de lado e apoiar a Rússia contra a Turquia”⁵⁸⁵.

No início da guerra, a popularidade do gabinete Aberdeen crescia, indissociável da figura de Palmerston. Ao mesmo tempo, crescia também a oposição a Palmerston dentro do ministério. Uma proposta de reforma eleitoral, introduzida por Lord Russel, e que ampliava pontualmente o sufrágio em relação a classes trabalhadoras urbanas foi duramente combatida por Palmerston, levando-o a pedir sua resignação. Palmerston, em sua carta a Aberdeen, não poupou críticas à política inglesa em relação à questão oriental, pela falta de apoio decisivo à Turquia. A pedido do Príncipe Albert, contudo, essas críticas não vieram a público. O motivo ostensivo da renúncia de Palmerston ficava assim restrito à reforma eleitoral, no momento em que os russos infligiam à Turquia a primeira brutal derrota marítima na batalha naval de Sinop. As notícias do massacre dos marinheiros turcos, enquanto os navios ingleses não haviam sequer ainda cruzado o Bósforo, teve enorme repercussão em Londres, e as críticas a Aberdeen e agora também ao Príncipe Albert acentuavam-se⁵⁸⁶. A saída de Palmerston nesse contexto, para Marx, era um “lance de mestre”, que confirmava a tese dos seus artigos. Palmerston salvava a sua popularidade, sacrificando a do gabinete, e ao mesmo tempo tornava-se um elemento indispensável em qualquer gabinete que sucedesse ao de Aberdeen⁵⁸⁷. Ao mesmo tempo, sua popularidade crescia mesmo entre os setores mais radicais, que desejavam a reforma eleitoral. Palmerston aparecia como o principal “inimigo” do Czar, e conseguia assim que os “radicais” relevassem o seu apoio a Napoleão III e a sua dubiedade em relação aos movimentos nacionalistas de Mazzini e Kossuth⁵⁸⁸. O Visconde voltaria ao ministério poucos dias depois, a

⁵⁸⁵ Idem, p. 524.

⁵⁸⁶ Ibid, pp. 565-568.

⁵⁸⁷ Uma das hipóteses sobre a resignação de Palmerston corrobora a análise de Marx de que teria sido um “lance de mestre” calculado para transformá-lo em “herói” da nação. Ao pedir demissão alegando ostensivamente o tema da reforma eleitoral, Palmerston deixava à opinião pública a faculdade de especular que sua real motivação era a conduta britânica na guerra. Ao mesmo tempo, impedia que o autor da proposta de reforma eleitoral, e um defensor ainda mais ardente do que ele da causa turca, Lord Russel, também renunciasse e dividisse com Palmerston os louros da popularidade. O episódio mostra que o apoio popular à guerra contra a Rússia era mais relevante para Palmerston do que a posição dos setores populares mais radicais em favor da ampliação do sufrágio. Cf. Ridley, op. cit. p. 570.

⁵⁸⁸ Ibid, p. 571.

pedido de Aberdeen. Em 1855, após a crise causada pelas dificuldades do exército britânico na Criméia, ele se tornaria Primeiro-Ministro, em sintonia com a opinião pública que o considerava o único político capaz de reverter o curso da guerra.

É importante ter em conta, por conseguinte, que os ataques de Marx vinham no exato momento em que a popularidade de Palmerston não apenas encontrava-se no auge, mas aumentava precisamente junto aos trabalhadores. Na década de 1840, onde Marx busca boa parte do material incriminador contra Palmerston, as atitudes contrárias a reformas populares e a ausência de apoio mais resolutivo às grandes causas nacionais da Polônia e da Itália, entre outras, faziam do Visconde o alvo frequente da crítica dos cartistas⁵⁸⁹. Nesse momento, seus adversários, como Cobden, o consideravam uma espécie de herói da pequena-burguesia, um “Feargus O’Conner da classe média” (referência de Cobden ao líder cartista). Já na década de 1850, o cenário começa a mudar, e o apoio “plebeu” a Palmerston cresce, em razão inclusive de gestos contemporizadores em direção aos cartistas e radicais (como o perdão a prisioneiros irlandeses e o asilo a Kossuth, em 1851)⁵⁹⁰. O grande apoio popular à guerra, sobretudo em Londres, fazia convergirem radicais, cartistas e liberais, entre os quais Palmerston ganhava apoiadores⁵⁹¹.

O entusiasmo dos setores progressistas ingleses por Palmerston tornava a crítica de Marx, portanto, ainda mais “necessária”, de seu ponto de vista. O principal alvo dos radicais era o Príncipe Albert, acusado justamente de conspirar com as cortes europeias para defender a Rússia e destruir Palmerston⁵⁹². Marx escreve então que a resignação do “mais inglês dos ministros”, em novembro de 1853, enfraquecendo um ministério de coalizão já visto externamente como meramente transitório, convertia-o em uma “nulidade”: “e nunca houve uma época em que o desaparecimento da Inglaterra da cena pública, mesmo por uma semana ou duas, pudesse ajudar tanto o Autocrata”,

⁵⁸⁹ Cf. “Palmerston and Radicalism, 1847-1865”, Antony Taylor, in: *Journal of British Studies*, Vol. 33, No. 2 (Apr., 1994), pp. 157-179.

⁵⁹⁰ Idem, p. 162

⁵⁹¹ Ibid, p. 165.

⁵⁹² Ridley, op. cit. p. 571.

escrevia Marx, referindo-se ao Czar Nicolas I⁵⁹³.

Marx faz menção aos seus próprios artigos no *People's Paper* como parte de um movimento destinado a desmascarar o “mais inglês dos ministros”, sem deixar de reconhecer que a liderança desse movimento cabia a David Urquhart⁵⁹⁴. A popularidade de Palmerston seria consolidada em 1855, quando assume a primatura e conduz o esforço de guerra com maior ímpeto. Em 1856, quando as negociações de paz levam ao Tratado de Paris, o governo inglês tem que enfrentar a crítica dos cartistas, que pediam a humilhação completa da Rússia, e não uma paz moderada. Identificado com o momento de maior empenho da Inglaterra na guerra, Palmerston é poupado das críticas. A campanha de Marx e Urquhart, por conseguinte, e apesar do grande interesse editorial que os artigos de Marx despertaram, não foi capaz de reverter o apoio popular ao Visconde⁵⁹⁵.

Na imagem invertida de Palmerston que Marx projeta, podemos ver sua câmara escura em funcionamento, registrando os personagens ao contrário a partir das dissonâncias entre discurso e ação política. Subjacente a essa inversão, e como resultado dela, tem-se uma história que, se não é nem um “passatempo” artificial (como para Palmerston), nem uma “mania” subjetiva (como em Urquhart), não deixa de sugerir um critério próprio, uma história regulada pela “justiça histórica”, mas construída em certo sentido a partir dessas referências, entre o capricho e a obsessão. Há, ainda nesse mesmo delineamento semântico, um aspecto biográfico importante a notar sobre a zona de sombras dos anos 1850. Marx escreveu os artigos sobre Palmerston pouco tempo de descobrir que seu amigo János Bangya era um espião austríaco⁵⁹⁶. Por essa razão, na mesma carta em que confessa a Engels haver chegado às mesmas conclusões de Urquhart sobre Palmerston, Marx diz: “Toda diplomacia é a reprodução, em larga escala, de Stieber, Bangya & Cia”⁵⁹⁷.

⁵⁹³ MECW, 12, p. 545.

⁵⁹⁴ Idem, pp. 545-546.

⁵⁹⁵ Taylor, op. cit. p. 166.

⁵⁹⁶ Marx continuaria a seguir os passos de Bangya depois dessa descoberta. Nos artigos “Um traidor na Circássia” (MECW, 15, p. 236), “Uma curiosa peça da história” (Idem, p. 539), e “Outros estranho capítulo da história moderna” (MECW, 16, p. 21), Marx o encontra como comandante dos rebeldes muçulmanos da Circássia, que lutavam contra a Rússia, passando-se por coronel do exército otomano que teria liderado consigo voluntários poloneses para lutar no Cáucaso. Para Marx, Bangya estaria na Circássia infiltrado a mando da Áustria e da Rússia.

⁵⁹⁷ MECW, 39, p. 396.

Certamente a história não é, para Marx, o resultado concatenado das manobras diplomáticas russas, mas ele é obrigado a contemplar – lendo os documentos diplomáticos, os discursos parlamentares, e os livros de Urquhart, e refazendo os passos de Lord Palmerston – os mecanismos que atribuem materialidade histórica a essas manobras. Nesse sentido, não é surpreendente que visse na movimentação e nos esquemas dos espões europeus em Londres a miniatura das tratativas diplomáticas. O que a frase de Marx a Engels sobre a diplomacia revela talvez seja mais precisamente essa busca por um modelo, pelo liame entre o *modus operandi* dos espões e a lógica das ações dos governos reacionários.

Os autores que tentam explicar o “mistério” das críticas a Palmerston e da aproximação a Urquhart para além desses aspectos biográficos tendem a acentuar, como Sperber, um elemento político e o que poderia ser visto como uma certa análise de “classe”: o “anti-whiggismo” de Marx, uma espécie de equivalente inglês, menos desenvolvido teoricamente, do bonapartismo⁵⁹⁸. A explicação é pertinente⁵⁹⁹, mas nos parece por si só insuficiente, um pouco como a tentativa de explicar a teoria dos povos sem história de Engels como um mero incidente de justificação hegeliano da política da NGR. Assim como em relação a Engels, há no *Palmerston* de Marx um elemento de *auto-engano*, se fôssemos utilizar a expressão de Rosdolsky. Pouco tempo depois da publicação das *Revelações*, no começo de 1857, Marx debruça-se sobre o panfleto *La Russie et L'Angleterre*, de 1854, da autoria de seu antigo adversário, o “Crítico Crítico”, Bruno Bauer. Para Bauer a prevaricação da Inglaterra diante da Rússia na guerra da Criméia era uma demonstração de sua fraqueza, e evidenciava a força com que a Rússia se impunha como árbitro da Europa. Bauer também argumenta que a Rússia vivia, assim, a sua passagem ao Ocidente. A refutação de Marx (em manuscrito que nunca publicou) evoca os idos da Ideologia Alemã, na devoração cerrada de cada frase de Bauer, e conclui que o “segredo” da força russa deveria ser

⁵⁹⁸ Cf. Sperber, op. cit. p. 312.

⁵⁹⁹ Com efeito, além de Urquhart, um “tory da velha escola”, como dizia Engels, Marx em diversas ocasiões mostra a sua admiração por Benjamin Disraeli. Cf. Sperber, op. cit. p. 318.

buscado não na “fraqueza” da Inglaterra, mas nas “canalhices”⁶⁰⁰ de Lord Palmerston. A rigor, uma pesquisa mais abrangente mostra que Palmerston ocupa portanto um lugar clássico na teorização negativa de Marx após a vitória da contra-revolução em 1849: ele é, para a política externa britânica, o *usurpador*. Em um artigo de outubro de 1861 para o NYDT, Marx retoma esse tema, ao denunciar a ingerência de Palmerston no *The Times*. Marx mostra que a influência do Visconde sobre aquele periódico, em assuntos de relações internacionais, era completa. Por isso, em nenhuma outra parte da Europa as classes médias seriam tão “ignorantes da política externa de seus próprios países” como na Inglaterra. Desde os dias da Revolução Gloriosa a aristocracia havia monopolizado a gestão da política externa, e a “progressiva divisão do trabalho” fazia com que a classe média se ocupasse cada vez menos de qualquer assunto que não os seus “estreitos” interesses mercantis, deixando à aristocracia a gestão aborrecida da diplomacia (pode-se intuir aqui uma crítica *en passant* ao programa de uma política externa “mínima” da Escola de Manchester). O monopólio aristocrático produzia uma gestão oligárquica da diplomacia, e o ato final dessa usurpação, consumada em 1855, é a sua completa concentração nas mãos de uma única pessoa: Lord Palmerston⁶⁰¹.

Em Palmerston como em Urquhart, o “tema russo” em Marx encontra portanto matéria “empírica” para a sua permanente re-articulação à luz da nova realidade política que Marx contempla em Londres. Assim como a sua “pesquisa” sobre o mercado mundial alcança um novo patamar, também a teorização negativa do sistema internacional atinge novo plano, e alguns dos elementos centrais das *Revelações*, como vemos, já se apresentam. Palmerston e Uruquhart alimentam decisivamente o repertório da teoria negativa, e da crítica política que Marx, contra a corrente patriótica daqueles anos, esperava ainda levar o movimento operário inglês a fazer.

Naturalmente, não se deve ao mesmo tempo tomar os escritos de Marx sobre Palmerston como algo que eles não são. Muniz Goçalves Ferreira, por exemplo, aponta que um “traço curioso

⁶⁰⁰ Na tradução dos MECW (vol. 15, p. 193), “knaveries”.

⁶⁰¹ MECW, 19, pp. 22-23.

desses escritos é a ausência quase completa da utilização dos conceitos fundamentais do ‘materialismo histórico’” e sublinha o que lhe parece a “fixação” de Marx em “provar a ‘russofilia’ de Palmerston a todo custo”⁶⁰². Ao contrário das *Revelações*, o Palmerston de Marx não é precedido de um enunciado metodológico, e tampouco está articulado como uma explicação histórica segundo esse enunciado. Segundo estamos argumentando, a explicação mais abrangente dos escritos de Marx sobre Palmerston reside na *teorização negativa do sistema internacional*, mas ao contrário das *Revelações*, esses escritos não encerram uma ambição teórica em relação a qual podemos acusar a *ausência* do materialismo histórico. Dito de outro modo, a sua natureza de um panfleto político pode ser reivindicada com mais facilidade. Basta lembrar que o “anti-whiggismo” de Marx produziu também uma série de artigos satíricos sobre outro político do gabinete Aberdeen, outra voz favorável à guerra contra a Rússia, o liberal Lord John Russell⁶⁰³. Nos artigos sobre Russell, assim como em muitos outros, tampouco estão presentes as categorias do materialismo histórico.

Portanto, essa ausência parece ser menos importante para mostrar a incidência da teorização negativa do que o elemento de compulsão, ou “fixação”⁶⁰⁴, como nota Ferreira, em relação a Palmerston, e a correspondente complacência em relação a Urquhart. Essa fixação comporta sem dúvida um elemento de fascínio, cujos rastros estão presentes nos artigos de Marx, a começar pela evocação de Alcina, o personagem de Ariosto. O registro da “fixação” não deixa de ser uma forma de denotar o fato de que Marx dedicou a Palmerston e Urquhart a sua característica disciplina de leitura, como forma de contemplar a lógica interna da história como “passatempo”, ou da história como “mania”. No caso de Urquhart, um elemento a mais parece corroborar essa hipótese: assim como na *Introdução à crítica da filosofia do Direito de Hegel* a história traveste de “comédia” as formas sociais moribundas, para que possamos nos despedir delas com alegria, talvez Marx tenha se deixado atrair pelo aspecto cômico e deslocado de Urquhart, exatamente porque essa “forma” lhe

⁶⁰² Muniz Gonçalves Ferreira, *Mercados, Diplomacia e Conflitos*. Tese de doutorado (USP), p. 212.

⁶⁰³ Os artigos sobre Lord Russel foram publicados a partir de julho de 1855, no jornal alemão *Neue Order-Zeitung*. MECW, 14, p. 373.

⁶⁰⁴ Também Molnár, como já observamos, recorre a expressões psicológicas ou psicanalíticas para descrever o conjunto dos escritos de Marx sobre a Rússia e a diplomacia.

facultava contemplar sem assombro toda incidência contra-histórica da diplomacia russa na formatação dos acontecimentos políticos na Europa, e com ela a suspensão das leis da “história social” na indeterminação do sistema internacional. A metafísica e o exotismo de Urquhart talvez tenham permitido a Marx incorporar definitivamente a visão da “tomada de Constantinopla” pela Rússia como o signo da catástrofe.

10.2 A guerra negativa

Uma análise mais detalhada da cobertura jornalística da guerra da Criméia por Marx e Engels, e particularmente dos artigos de Engels sobre seus aspectos militares, nos afastaria do eixo principal da teorização negativa. É interessante registrar, de qualquer forma, o sentido crítico dos escritos militares de Engels. Em setembro de 1855, por exemplo, Engels ironiza a proposta de um comitê legislativo para investigar a campanha de Sebastopol, já que “a liderança miserável do exército britânico é o resultado inevitável do governo de uma oligarquia antiquada”⁶⁰⁵. No seu longo artigo sobre “os Exércitos da Europa” (publicado em agosto de 1855 no *Putnam's Monthly*), contrasta a disciplina pretoriana do exército de Napoleão III à “apodrecida” organização do exército britânico⁶⁰⁶; além de comentar a dependência russa da superioridade numérica, apesar de um exército “mais avançado do que o estado geral de civilização do país”⁶⁰⁷.

Os artigos sobre a guerra propriamente dita permitem ver como as expectativas de Marx e Engels em relação ao seu alcance vão se rebaixando, na medida em que fica cada vez mais clara a sua natureza essencialmente limitada. Algumas das páginas dos artigos de Marx e Engels no período podem ser vistas como contribuições contemporâneas à linhagem de interpretações históricas que ao longo do século XIX iriam sublinhar o caráter limitado e desnecessário da guerra

⁶⁰⁵ MECW, 14, p. 542.

⁶⁰⁶ Idem, p. 416.

⁶⁰⁷ Ibid. p. 447.

que terminou caracterizada pelo nome da remota península que foi o palco accidental de sua principal batalha. Uma guerra que terminou com mais de meio milhão de mortos em 29 meses, a única que viu o enfrentamento militar direto russo e inglês na história moderna, não é um conflito trivial, e Marx e Engels tinham também essa clara percepção. Engels escreveu, por exemplo, que a batalha de Sebastopol iria notabilizar-se na história militar⁶⁰⁸. Ao mesmo tempo, após o fim do cerco a Sebastopol, em agosto de 1855, Marx e Engels falavam em um conflito que figuraria na história militar como a “guerra incompreensível”⁶⁰⁹, de “grandes tratativas combinadas com a mínima ação, vastos preparativos e resultados insignificantes (...)”.

Se em diversos momentos do conflito os dois buscavam os sinais de que a guerra poderia se ampliar, tornar-se uma guerra europeia, e portanto um fator revolucionário, também tiveram que reconhecer, com uma linguagem que traduz a sua amargura, que a reposição da lógica do sistema de 1815 terá sido o aspecto predominante. Lendo os artigos de Marx e Engels no período, a impressão que temos é a de que a guerra da Criméia foi – militar como politicamente –, a despeito dos novos métodos, do telégrafo e dos correspondentes, a guerra negativa por excelência: uma guerra a favor das virtualidades políticas e regulatórias do sistema de 1815, em certo sentido uma cerimônia de boas-vindas à bem-sucedida reintegração da França àquele sistema⁶¹⁰. Apesar da amargura do Czar Alexandre II com a derrota em Sebastopol e com as restrições sobre o acesso russo ao Mar Negro, a reconciliação com a França foi rápida e o aproximou de Napoleão III, em razão da mútua rivalidade com a Áustria⁶¹¹. Já em maio de 1856 o embaixador russo em Londres, o Barão Brunow, era recebido com brindes e banquetes de volta à corte da Rainha Vitória⁶¹². E mesmo a Rússia, já em 1870, depois da derrota de Napoleão III na guerra franco-prussiana, anunciava à Europa já não se

⁶⁰⁸ MECW, 13, p. 509.

⁶⁰⁹ MECW, 14, p. 484.

⁶¹⁰ Como comentaria Engels muitos anos mais tarde, no manuscrito sobre “O papel da força na história” (que traça uma história da unificação, “pelo topo”, da Alemanha), a Guerra da Criméia “tornou a França a principal potência da Europa e fez do aventureiro Luis Napoleão o grande homem daquela época, o que não quer dizer grande coisa”. MECW, 26, p. 461.

⁶¹¹ Cf. Alan Palmer, *The Banner of Battle*. Nova York, Dorset Press: 1992, p. 248.

⁶¹² Idem.

considerar obrigada pelas cláusulas do Tratado de Paris referentes ao Mar Negro. Sua abrogação unilateral do tratado receberia a sanção de uma nova convenção das potências europeias em Londres, em maio de 1871, por meio da qual as prerrogativas soberanas russas no Mar Negro eram restauradas, sendo que o Império Otomano poderia autorizar a passagem de navios de guerra pelos estreitos, mesmo em tempos de paz, caso julgasse as demais cláusulas do Tratado de Paris ameaçadas⁶¹³.

Como o próprio Engels analisaria dois anos mais tarde, a guerra da Criméria afetou não o território ou sequer o “prestígio” da Rússia, ao menos no Oriente, mas antes o princípio segundo o qual a Rússia jamais cederia territórios conquistados e o edifício burocrático militar construído por Nicolas I⁶¹⁴. Comentando a campanha italiana de Napoleão III em 1858-59, Marx previu que o militarismo do imperador francês não pararia ali, sendo condição para a sua manutenção no trono. Mas como Napoleão III era uma “falsificação” de seu tio – prossegue Marx – suas guerras seriam sempre “estéreis”, sob falsos pretextos, meros derramamentos de sangue e recursos sem qualquer benefício concreto para o povo francês, “como fora a guerra da Criméria”⁶¹⁵.

Logo no início da guerra Engels já anotava que, confinado a França e Inglaterra em apoio à Turquia, de um lado, e a Rússia de outro, o conflito jamais se tornaria “uma guerra europeia como a que vimos em 1792”⁶¹⁶. No calor dos acontecimentos, alguns cenários mais ou menos absurdos vão sendo considerados, como aquele em que, estando as tropas inglesas e sobretudo francesas divididas entre posições extremas (o Oriente e o Báltico), deixariam desguarnecido o centro da Europa, expondo Paris a uma invasão austro-prussiana, em aliança com a Rússia⁶¹⁷. Da mesma forma, sobretudo nos artigos de Engels, aqui e ali vemos abrir-se uma oportunidade para o ressurgimento da “sexta potência”, a revolução, a única capaz de defender Paris no cenário acima descrito. Em outros artigos, mesmo já no começo de 1855, vemos Engels ainda considerar a possibilidade de que

⁶¹³ Ibid, p. 249.

⁶¹⁴ MECW, 16, p. 121.

⁶¹⁵ Idem, p. 444.

⁶¹⁶ MECW, 12, p. 557.

⁶¹⁷ MECW, 13, p. 206

o desfecho do cerco de Sebastopol (que durou um ano, entre setembro de 1854 e setembro de 1855) culminasse com a inviabilização das tratativas de paz e impulsionasse o conflito a “resultados mais decisivos”, o que levaria provavelmente a uma guerra europeia⁶¹⁸.

O tom predominante, contudo, é o da guerra negativa. Marx e Engels escrevem em agosto de 1854 o artigo “Aquela tediosa guerra” (“That bore of a war”). Depois de uma breve descrição dos fatos da guerra até ali, o desdobramento das frotas e exércitos ingleses e franceses, as manobras russas e os movimentos turcos, o artigo conduz o leitor por uma sucessão de desencontros e oportunidades perdidas. Posições turcas estratégicas têm que ser abandonadas para não ferir suscetibilidades austríacas. A diplomacia, portanto, impõe-se sobre a estratégia. O texto, finalmente, desiste: “É completamente inútil entrar nos detalhes militares deste presente estágio da campanha”. As ações têm “pouco interesse tático”, são movimentos diretos, frontais, os deslocamentos das tropas obedecendo mais a “considerações diplomáticas” do que “a objetivos estratégicos”⁶¹⁹. As tropas inglesas e francesas, experimentadas nas guerras coloniais, entregavam-se ao *dolce far niente* “com grande decoro”. Do lado russo, o panorama de inação e incapacidade militar é o mesmo. Embora a conjuntura da guerra fosse mudar em pouco tempo, levando Marx e Engels a novamente apostar na generalização do conflito, esses meses de apatia dão lugar a uma primeira formulação do conflito como uma guerra conservadora, uma guerra feudal travada no sistema internacional do absolutismo com as primeiras inovações sociais do capitalismo:

O fato é que a Europa conservadora – a Europa da “ordem, propriedade, família, religião” – a Europa dos monarcas, senhores feudais, dos endinheirados, independentemente de como estejam distribuídos os diferentes países – está uma vez mais exibindo sua extrema impotência. A Europa pode estar podre, mas uma guerra deveria ter erguido os elementos sadios; uma guerra deveria ter posto em relevo algumas energias latentes (...). Mas não. Não apenas são a Inglaterra das classes médias, a França dos Bonapartes, incapazes de uma guerra decente, calorosa, duramente combatida, mas mesmo a Rússia, o país da Europa menos infectado pela infiel e enervante civilização, é também incapaz de algo do tipo.⁶²⁰

⁶¹⁸ Idem, p. 614.

⁶¹⁹ Ibid, p. 336.

⁶²⁰ Ibid, p. 338.

Naquele momento, qualquer sinal de uma dinâmica revolucionária que pudesse de alguma forma precipitar o ambiente europeu na guerra generalizada era saudado com entusiasmo. Marx e Engels vêem na revolta espanhola que começara em fevereiro de 1854 nas ruas de Zaragoza o elemento que parecia faltar. A revolta espanhola, independente de seu desfecho, guardaria com a futura revolução continental a mesma relação que os movimentos na Itália e a guerra civil na Suíça, em 1847, com as revoluções de 1848. Além das fissuras políticas entre os militares na Espanha, a revolta trazia de volta o espectro das barricadas. Progressivamente, contudo, essa busca pelo aparecimento da sexta potência na Europa ia se revelando infrutífera, e cedendo lugar à denúncia dos mecanismos que, à vista de todos, iam tecendo a rearticulação da ordem conservadora na Europa.

Com a entrada da Inglaterra no conflito, em 1854, Marx encontraria mais material para sua pesquisa sobre a diplomacia secreta nos documentos dos ministros britânicos tornados públicos por exigência do Parlamento, e naqueles que a própria Rússia divulgaria na imprensa, como parte de sua propaganda. Esse material é discutido por Marx principalmente em dois artigos, “Os documentos sobre a partilha da Turquia”, de 21 de março de 1854, e “A correspondência diplomática secreta”, de 24 de março. O tema são as tratativas anglo-russas, em 1844 (quando da visita do Czar à Inglaterra) e em 1853, sobre o futuro da “questão oriental”. No primeiro, Marx trata inicialmente do memorando escrito pelo Conde de Nesselrode sobre os assuntos discutidos com Lord Aberdeen na visita do Czar, em 1844. Fica acertado entre os dois países que a melhor política em relação ao Império Otomano é um “sistema de indulgência”, a manutenção do *status quo*, sem interferências em seus assuntos internos, de modo a garantir a paz na Europa. Para Marx, como já vimos, esse sistema significava para a Rússia uma licença para interpretar a seu favor os tratados com a Porta, e exigir cada vez mais concessões. A novidade trazida pelo memorando de Nesselrode estaria na firme disposição russa de excluir a França de qualquer coordenação ou ação conjunta na Turquia. O documento refere-se também, já em 1844, ao tema do tratamento dos cristãos pelo

Sultão. Para o Czar, qualquer *démarche* dos gabinetes ocidentais em relação ao assunto junto à Porta deveria ser unânime e previamente coordenada.

Marx vê aí os antecedentes diretos da pretensão russa do estabelecer um protetorado sobre a população ortodoxa do Império. Vê também a antecipação do problema da dissolução do Império Otomano, no cinismo do Czar ao indicar que mesmo a política de “indulgência” não seria ao cabo capaz e deter os elementos de desagregação no Império Otomano. O importante para a Rússia, no caso da “morte natural” da Turquia, seria que a Rússia e a Inglaterra agissem de comum acordo – aspecto que, segundo o documento russo, teria contado com o assentimento de Londres. O documento provava, portanto (a interpretação de Marx é sempre muito categórica, sobretudo ali onde a linguagem é mais ambígua) que Inglaterra e Rússia punham-se assim de acordo sobre a partilha do Império Otomano já em 1844, e mais: que em certo sentido caberia à Rússia estipular as “circunstâncias imprevistas” que viessem a acelerar o processo de morte natural da Turquia⁶²¹.

E é exatamente o que ocorre, segundo Marx, quase dez anos depois, em janeiro de 1853, a contar pelos despachos secretos do embaixador britânico em São Petersburgo, Hamilton Seymour, dirigidos a Lord Russell, o ministro do Exterior no então recém-formado gabinete Aberdeen – poucos meses antes, por conseguinte, do ultimato russo à Turquia que poria em movimento as dinâmicas do conflito. Cabia, como previsto, ao governo russo anunciar que o Império Otomano se aproximava do seu fim, e que o acordo anterior de uma concertação prévia, à revelia da França, passava a valer. Segundo o relato de Seymour citado por Marx, em janeiro o Czar movimentava suas tropas em direção ao Danúbio, em gesto de provocação à Turquia, e dizia ao embaixador britânico que se a Rússia e a Inglaterra estivessem de acordo sobre o que fazer, a opinião dos demais países do concerto europeu era irrelevante. Para o Czar, a Turquia entrava em sua fase terminal, e a morte não deveria ocorrer sem que todos os preparativos estivessem prontos – essencialmente, um acordo entre Inglaterra e Rússia sobre a distribuição de seu território. Seymour

⁶²¹ MECW, 13, p. 76.

mostra-se surpreso com as investidas do Czar, e relata a Londres haver retorquido com a importância de que os “fortes” e “generosos” tratassem “o homem doente” com “delicadeza”. Para o embaixador britânico, o teor de sua conversa com o Czar apresentava à Inglaterra um dilema: se se recusasse a entrar em tratativas sobre o “futuro” do Império Otomano com a Rússia, corria o risco de ser confrontada com um “arranjo” desfavorável; se aceitasse as tratativas, estaria de alguma forma consentindo na “catástrofe” que desejava evitar.

Em uma segunda entrevista com o embaixador, o Czar explicaria melhor o sentido de sua apreensão: embora o *status quo* fosse o melhor cenário para a Europa, uma morte “súbita” do “homem doente” o confrontaria com o destino dos milhões de ortodoxos que viviam sob a soberania turca, mas que viam o Czar como seu protetor. Essa morte súbita, portanto, a menos que “preparada” por algum “esquema”, levaria certamente à “guerra europeia”⁶²², ao por em movimento essas placas tectônicas sob o manto turco. O Czar nega com franqueza ao embaixador britânico que tenha qualquer desígnio de tomar Constantinopla, mas teme que, em circunstâncias imprevistas (um levante em massa da população cristã?) e sem prévio acerto, seja levado pela situação a ocupar a cidade, “temporariamente”.

Como sempre atentíssimo à linguagem empregada, Marx sublinha o tom paternal da peroração do Czar a Seymour: a “civilização do século Dezenove”, dizia o soberano, alcançaria um nobre triunfo se o “vazio” deixado pelo fim do domínio islâmico na Europa fosse preenchido “sem interrupção da paz geral”, e em razão das precauções tomadas pelos “dois principais governos mais interessados nos destinos da Turquia”. Para Marx, estando a Inglaterra realmente interessada na preservação da integridade da Turquia, as insinuações do Czar, de tão aberrantes, não mereceriam sequer uma instrução escrita a Seymour, bastando uma comunicação de frontal recusa ao Embaixador russo em Londres. Em todo caso, Marx elogia a resposta enviada por Lord Russell a São Petersburgo, que fora publicada pelo oficialista *The Times*, e que ele mesmo reproduz no

⁶²² Idem, p. 77.

NYDT: “Qualquer um acostumado ao tom subserviente e abjeto adotado por todos os ministros ingleses desde 1814 (...) nas suas comunicações com a Rússia” haveria de considerar a resposta um momento “heróico” da parte do governo inglês⁶²³.

A hábil resposta inglesa ao Czar contesta tanto a premissa de que o Império Otomano estava em vias de cair, quanto a lógica de que um arranjo prévio entre Inglaterra e Rússia, excluindo França e Áustria, contribuiria para a paz europeia. Dispor das províncias da Turquia antes de sua queda poderia aliás precipitá-la, suscitando a rivalidade das outras potências e insuflando os elementos internos de instabilidade. França, Áustria e Inglaterra não consentiriam na posse de Constantinopla pelo Czar, e um estado forte nos Bálcãs poderia representar uma ameaça à Rússia. A melhor política, por conseguinte, era a indulgência, a negociação, e não a imposição de demandas à Porta. A Inglaterra concorda, entretanto, que cabe à Porta observar o tratamento equânime e liberal de sua população cristã, diante do qual a Rússia não teria razão para exercer o seu incômodo dever de proteção, “sancionado por tratado”⁶²⁴.

No artigo subsequente, Marx não deixará de apontar algumas “estranhas passagens” na “heróica” resposta inglesa. Submetido a seu regime de uma quase hiper-leitura, o despacho de Lord Russell a Seymour é escrutinado em cada palavra. Marx conclui que a Inglaterra não “ousa” responder ao Czar no mesmo “tom” com que o Czar se sente à vontade para falar à Inglaterra. Se ele dissesse claramente que não admitiria uma hipotética ocupação de Constantinopla pela Inglaterra, a Inglaterra parece assentir a uma muito mais provável ocupação russa, desde que “temporária”. Outro detalhe apontado por Marx refere-se ao fato de que a resposta inglesa utiliza subterfúgios, como o de dizer que uma eventual presença do Czar na “Roma do Leste” despertaria a oposição e os ciúmes de outras nações européias. Evita assim dizer diretamente que também a Inglaterra se oporia a esse desfecho. Vemos nesse ponto a atuação do regime de leitura da correspondência diplomática que Marx levaria às últimas consequências dali a dois anos, nas *Revelações da História*

⁶²³ Ibid, p. 80.

⁶²⁴ Ibid, p. 82.

Diplomática do Século XVIII. Estão aqui, absolutizados, o estilo direto russo, e a “humildade” inglesa. Está também presente a sua leitura excessiva, desmedida, que insinua em cada volteio ou concessão retórica típicos da linguagem diplomática uma demonstração de tibieza ou assentimento.

Marx retira desses gestos retóricos as mais extremas conclusões, naturalmente como armas de crítica pública, como a de que o Czar lograra converter o ministério inglês em seu gabinete particular⁶²⁵. Em alguns pontos a sua análise é mais verossímil, como quando critica Lord Russell por considerar que os direitos de proteção do Czar sobre a população ortodoxa seriam “sancionados por tratados”. Nesse ponto, trata-se realmente de uma extrapolação russa do tratado de 1774 que a Inglaterra parece tolerar. O “mistério” desse tratamento quase abusivo a que Marx submete a linguagem diplomática é exatamente a sua incapacidade de ver na cortesia da resposta britânica um falseamento equivalente às promessas de moderação e benevolência russas. É sempre surpreendente constatar como a ironia de Marx, ao tratar da linguagem diplomática, parece colocar-se em suspenso, incapaz de ver o cinismo embutido na temperança racional da argumentação inglesa, e no registro aristocrático das descrições que os diplomatas ingleses fazem de seus diálogos com os soberanos russos.

Sabemos que muito da crítica de Marx à linguagem diplomática deve ser vista também à luz do debate público de que ele participava, e no qual os sentimentos patrióticos ingleses estavam particularmente a florados. A crítica de Marx e Engels à doutrina do *status quo* em relação à Turquia é uma crítica à política da aristocracia *whig*, em relação à qual a aristocrática linguagem diplomática dos ministros britânicos é apenas a *expressão*. Marx, no entanto, levava seus estudos de história diplomática muito a sério, como vemos em sua correspondência com Engels e Lassale, e procura obstinadamente na expressão da linguagem diplomática o signo de uma atitude mais típica, uma via de acesso ao mecanismo mais estrutural por meio do qual a política inglesa é levada a colaborar com os objetivos russos.

⁶²⁵ Ibid, p. 87.

O artigo de Marx prossegue, e volta ao trilho da crítica mais substanciada. Marx espanta-se que o governo inglês, cada vez melhor informado sobre a disposição do Czar de preparar uma invasão da Turquia, insistisse em suas comunicações com a França na necessidade de “confiar” no Imperador da Rússia. E reproduz novos despachos de Seymour, em que o Czar entra abertamente em detalhes de suas determinações sobre o futuro do Império Otomano na Europa. Para o soberano russo, era importante: não permitir nem a sua fragmentação em “pequenas repúblicas”, nem a “restauração do Império Bizantino”⁶²⁶; podia-se tolerar as independências tuteladas dos principados danubianos, da Sérvia e Bulgária, e conceder que o Egito passe ao domínio britânico. Do silêncio do Czar sobre Constantinopla, só se poderia deduzir que a Rússia se via como a protetora da Roma do Leste. Para Marx, todos os elementos da conspiração czarista estavam agora postos às claras, inclusive o futuro mapa da Europa, e o protetorado de Constantinopla pelo Czar, já que nenhuma outra solução é apontada.

Transmitidas a Londres por Seymour, as considerações de Nicolas I foram novamente respondidas pelo governo inglês, cuja pasta do Exterior estava agora sob o comando do Conde de Clarendon. Uma nova resposta britânica leva a uma nova crítica de Marx. Para ele, ao responder às considerações do Czar em seus próprios termos, mesmo que para refutá-las, o governo inglês as legitimava. A resposta de Clarendon diz que a Inglaterra, embora não acreditasse na queda iminente do Sultão, concordava que a ocupação de Constantinopla por qualquer das potências europeias seria inadmissível, por incompatível com a manutenção do equilíbrio de poder na Europa; que não estariam dados os elementos para a reconstrução do Império Bizantino; e que um estado de fragmentação e anarquia nos Bálcãs seria indesejável. Esse cenário, para a Inglaterra, levaria necessariamente a um novo “Congresso Europeu”, à revisão do sistema de 1815, e portanto à perspectiva de uma guerra com a França, que buscaria rever as obrigações impostas a ela em 1815. Por todas essas razões, explica Clarendon, a política inglesa desejava ardentemente a manutenção

⁶²⁶ Ibid, p. 90.

do *status quo* no Oriente, já qualquer perturbação poderia levar à guerra no Ocidente, onde “qualquer grande questão assumiria um caráter revolucionário, e abrangeria a revisão de todo o sistema social”⁶²⁷. Aqui, é o governo inglês que adverte o Czar da existência de “*materiais em constante fermentação sob a superfície da sociedade*” – curiosamente, a mesma imagem que seria usada por Marx, pouco tempo depois, para se referir às revoluções de 1848 em seu discurso no aniversário do “*People's Paper*” (em 1856).

Curiosamente, Marx não se detém sobre esse último e decisivo aspecto, a exposição tão simples e eloquente da preocupação essencialmente anti-revolucionária da Inglaterra na busca obstinada de evitar uma guerra no Oriente. Para Marx, a resposta de Clarendon permite observar “o ministro inglês prostrado aos pés de seu Senhor tártaro e servilmente ecoando as suas palavras”⁶²⁸. A revelação mais importante do documento seria a confissão de que apenas a perspectiva de uma guerra com a França e de uma nova onda revolucionária na Europa impediam a Inglaterra de aceitar tomar parte da partilha da Turquia.

Além de mostrarem uma etapa importante na gênese das *Revelações*, esses artigos de Marx sobre os bastidores diplomáticos das preliminares da guerra da Criméia nos apresentam um dos momentos mais nítidos da sua interpretação do sistema internacional de 1815. Como já vimos, cada vez mais a guerra assumia para Marx e Engels a sua natureza de uma “falsa guerra” (“sham-war”), que levaria à uma “falsa paz”, o Tratado de Paris⁶²⁹. A percepção de que os governos reacionários dirigiam militarmente o conflito sobretudo para circunscrevê-lo ficaria confirmada pela doutrina da “guerra local para objetivos locais” proposta por Napoleão III, que propunha como objetivo apenas a destruição da preponderância russa no Mar Negro⁶³⁰. Mas é sobretudo em um pequeno artigo de junho de 1855, antes da queda de Sebastopol, que Marx articulava de forma mais acabada a

⁶²⁷ Ibid, p. 97.

⁶²⁸ Ibid, p. 96.

⁶²⁹ Ver, por exemplo, a série de Marx sobre a queda de Kars, publicada no *People's Paper* em abril de 1856, MECW, 14, p. 623.

⁶³⁰ MECW, 13, p. 278.

interpretação da guerra da Criméia à luz do sistema de 1815⁶³¹.

Marx lembra a avaliação do abade Dominique de Pradt, no seu *Congrès de Vienne*, de 1815, segundo a qual o Congresso estabelecia as fundações da supremacia russa na Europa e a sancionava. A guerra de “independência” da Europa contra a França terminava, portanto, levando à sujeição da Europa à Rússia. Após retomar essa imagem eloquente da “reversão” do fluxo da “história social”, Marx conclui: se a guerra contra Napoleão era um conflito contra a Revolução, ela naturalmente “transferia a influência do Ocidente para o Oriente”. O Congresso de Viena era, portanto, a conclusão natural da guerra anti-jacobina, e a sanção natural à “supremacia russa”. Para Marx, não terá sido a subserviência da Prússia o fator a impedir que Castlereagh, Metternich e Talleyrand erguessem barreiras territoriais eficientes ao avanço russo, mas antes a própria lógica contra-revolucionária da qual o sistema de 1815 não podia escapar. O Tratado de Viena era portanto “inseparável” da “preponderância russa”, e uma guerra contra a Rússia que não pusesse em questão o Tratado de Viena estava destinada a ser “um tecido de falsidades, ilusões e colusões”. A guerra da Criméia pertencia, para Marx, a essa categoria: uma guerra travada não para superar o sistema de 1815, mas antes para consolidá-lo, por meio da introdução da Turquia no Tratado de Viena, como um dos “protocolos de 1815”. Essa incorporação significaria, para Marx, nada menos do que a “aurora do milênio conservador”, quando a força agregada das potências reacionárias poderia ser empregada completamente na manutenção da “tranquilidade” do “espírito europeu”.

Esse desenvolvimento da crítica de Marx à política do *status quo* é muito sugestivo, ao mostrar a aguda percepção da lógica do sistema de 1815 em funcionamento. Marx percebe que a reincorporação plena da França ao sistema só é possível com a completa inversão, com a negação, do *napoleonismo* – que deixa de significar um chamado à guerra pela revisão do Tratado de Viena, para significar a guerra pela expansão do Tratado de Viena. Eis a missão histórica da farsa de Napoleão III. Portanto, uma guerra contra a Rússia que não revisasse todas as suas disposições, que

⁶³¹ “Excentricidades da política”, Ibid, p. 283.

não implicasse a “reabertura” das questões polonesa, italiana, alemã, seria sempre uma guerra a favor da Rússia. Esse é sem dúvida um dos momentos de maior clareza em Marx na sua interpretação da natureza do sistema de 1815 e da sua dinâmica política. Ele explica em parte o fato de que as *Revelações da História Diplomática do Século XVIII* vêm a lume logo depois do fim da guerra, quando cartistas e radicais vão às ruas em Londres protestar contra o precoce tratado de paz. Em Marx, a percepção de uma consolidação internacional conservadora é mais forte, em 1856, do que qualquer sinal de que a história pudesse, finalmente, estar de volta fluindo do Ocidente para o Oriente, abrindo um processo de crise do czarismo e inaugurando perspectivas revolucionárias na Rússia.

Pensar as *Revelações* como uma continuação dessa trajetória de Marx e Engels até os seus escritos de 1854-1855 nos permite compreender a origem de algumas das suas características mais particulares. Podemos ver, por exemplo, a estrutura do texto como uma replicação não apenas do sentido, como apontou David Riazanov, mas também da *forma* do debate inglês do século XIX sobre a Criméia. A analogia é bastante direta. Urquhart acaba desempenhando farsescamente o papel do Conde Gyllenborg. A atitude dos diplomatas britânicos no século XVIII é a mesma excessiva deferência ao seu “mestre tártaro” que Marx acusa no gabinete Aberdeen. Os interesses comerciais, o papel dos diferentes jornais e do parlamento, são de alguma forma replicados nas polêmicas e na literatura de panfletos que caracterizava o debate “público” britânico do século XVIII. Em boa medida, portanto, a arquitetura das *Revelações* sobre a qual já nos debruçamos adquire também o sentido de uma estratégia de familiarização do leitor do século XIX, uma poderosa analogia política, que evoca os personagens do drama europeu dos anos 1850. Esse esforço potencializa o alcance da denúncia de que, já no começo do século XVIII, os gabinetes ingleses eram povoados pelos ancestrais políticos de Palmerston, e de que já em 1714 a incapacidade do governo e do parlamento de levarem em consideração as advertências de Gyllenborg resultara na grande *entrée* da Rússia na Europa, esse transbordamento geológico que

permitiria ao cabo a formação do sistema de 1815.

Embora Marx situe a partilha do espólio imperial sueco como antecedente da partilha da Polônia, e embora publique as *Revelações* após a paz de Paris, a analogia nitidamente evoca um paralelo entre a Suécia e o Império Otomano, entre o Báltico e o Mar Negro. Desse ponto de vista, as *Revelações* parecem ter sido apenas nominalmente escritas em 1856. Sua estrutura, argumentos, materiais e sentido geral já vinham sendo desenvolvidos, como vimos, desde 1853. Talvez possamos ver agora com mais clareza, contra o panorama traçado desde 1842 até 1855, a razão pela qual a categoria “Rússia”, coincidindo com o lastro político fundamental do sistema de 1815, representa a pura exterioridade do poder, um poder sem história, ou contra a história. Ela é o momento negativo por excelência da teorização do sistema internacional como o *medium* multilateral e indeterminado no qual as relações de poder se apresentam historicamente como puras exteriorizações; ou, nas próprias palavras de Marx, como meros “fantasmas de poder”. O que está postulado negativamente nessa construção é precisamente essa natureza “vazia” do sistema internacional, como o produto histórico do surgimento do estado absolutista na Europa, que ao conferir materialidade a essa fantasmagoria do poder coloca em suspeita, ou suspensão, a marcha da história social – suspendendo também a lógica das suas categorias, e exigindo a criação de outras, capazes de articular e interpretar as suas relações vazias e contra-históricas, e ainda oferecer ao movimento revolucionário uma política externa *histórica*.

Aqui, por conseguinte, o nosso estudo sobre a teorização negativa do sistema internacional na formação da política externa do proletariado em Marx e Engels, tendo como principal ponto de referência as *Revelações*, atinge a sua conclusão teórica e cronológica. Mas um fecho mais apropriado nos exige apontar, ainda que muito sumariamente, algumas das principais ramificações dessa teorização negativa na trajetória do pensamento de Marx e Engels depois de 1856.

11 - Epílogo: a questão difícil

A longamente esperada crise econômica, cuja antecipação é o subtexto de toda a produção “jornalística” de Marx e Engels entre 1851 e 1856, finalmente se materializou em 1857, colocando fim à “época de ouro” da economia capitalista até ali: os anos de expansão sem precedentes do comércio e da indústria entre 1850-1857. Embora afetasse diretamente a situação econômica de Marx e Engels, a crise foi saudada por ambos e coincidiu com um renovado vigor intelectual e prático da parte de Marx⁶³². Como nota Hobsbawn, ela não significou, do ponto de vista econômico, o desastre de grandes e generalizadas proporções esperado por eles – foi antes a “interrupção da era e ouro do crescimento capitalista” que precedeu outro ciclo de vertiginosa expansão entre 1860 e 1873 –, mas teve o efeito político de deflagrar a nova etapa das lutas revolucionárias na Europa, dos movimentos nacionalistas e da organização dos trabalhadores, em um contexto que não deixou de ser marcado pela continuação dos conflitos entre as grandes potências europeias, sobretudo na esteira do militarismo de Napoleão III, pela guerra civil norte-americana (1861-1865) e pela questão da emancipação dos servos na Rússia (1861). A nova fase de atividade política a que Marx se dedicaria nos anos da sua atuação como principal autor dos documentos programáticos da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1873)⁶³³ terminaria por refletir, por conseguinte, essa nova e complexa realidade internacional.

Por essa razão, ela permite também analisar de que maneira os tradicionais eixos a partir dos quais Marx e Engels procuraram formular a política externa do proletariado – o internacionalismo e o “tema russo”, na crítica ao sistema de 1815 – se articularam quando uma nova oportunidade de ação política se apresentava. Esse exame nos permite ver que o legado da *teorização negativa* da década anterior incorporou-se na leitura política que Marx e Engels fizeram das novas

⁶³² Sperber, op. cit. 320-325. Apesar do novo ânimo, as dificuldades econômicas e políticas de Marx se acentuariam no começo da década de 1860, ano de sua amarga polêmica com Karl Vogt.

⁶³³ Cf. a esse respeito, Rubel, Maximilien, “La Charte de la Première Internationale. Essai sur le 'marxisme' dans l'Association Internationale des Travailleurs”, In: *Marx Critique du Marxisme*, pp. 25-41.

circunstâncias criadas pela crise, pela expansão do mercado mundial, pela situação interna russa, e pelo aprofundamento do militarismo na Europa. E mais: que essa incorporação, para além de uma forma de apreensão crítica da realidade das relações internacionais, ajudou a plasmar decisivamente a política externa programaticamente adotada pela I Internacional. Retomemos, portanto, os eixos do internacionalismo e do “tema russo” com que começamos a analisar a formação da “política externa do proletariado”. Em relação ao primeiro, analisaremos as linhas de força que são retomadas por Marx na “Mensagem Inaugural” da I Internacional, o texto que, para tantos autores, é um dos principais documentos do internacionalismo comunista, ao lado do próprio *Manifesto Comunista*. Em relação ao tema russo, veremos como Marx reagiu à questão da emancipação dos servos entre 1858 e 1861, como interpretou a influência russa sobre os conflitos na Europa entre 1859 e 1870, e como respondeu à consulta dos revolucionários russos sobre a viabilidade de um desenvolvimento revolucionário da comuna russa, em 1882. Esperamos que um breve comentário sobre essas duas linhas de interpretação nos ajude a sugerir que tipo de alcance os elementos da teorização negativa do sistema internacional estabelecidos em sua forma mais articulada em 1856 continuariam a ter nos anos subsequentes na formulação política de Marx e Engels.

11.1 O novo Manifesto

O novo “Manifesto” que Marx redige em 1864 representa uma marcada virada em direção às questões emergentes da organização política autônoma dos trabalhadores, tendo como objetivo a sua preparação para a “conquista do poder político”. Desse ponto de vista, é um documento programático menos dependente do advento das circunstâncias que levarão à emergência de uma nova vaga revolucionária, e mais voltado à condensação de princípios organizativos e doutrinários extraídos do aprendizado revolucionário desde 1848. Isaiah Berlin atribui esse novo tom à lição deixada pelo “agudo desapontamento” de Marx e Engels com o avanço da contra-revolução nos

anos anteriores, e ao fato de que a crise de 1857, à exceção “da Itália agrícola”, não levou a desenvolvimentos revolucionários. Daí, segundo Berlin, que haja no texto de 1864 “menos menção a crises inevitáveis, e mais discussão sobre a organização de um partido revolucionário”⁶³⁴.

Em outubro de 1858, Marx escrevia a Engels sobre a convocação da nobreza russa pelo Czar Alexandre II para discutir medidas destinadas à emancipação dos servos⁶³⁵. No contexto das evidências de recuperação econômica na Inglaterra e na França após a crise de 1857, as notícias da Rússia eram um “consolo”. Marx menciona também “movimentos excepcionais” entre os escravos na Boêmia, os quais, “apesar de contra-revolucionários”, forneciam um impulso ao movimento revolucionário na Europa. O movimento interno na Rússia poderia retirar os revolucionários alemães da condição de meros “satélites” da França. Quanto à situação do mercado mundial, Marx reconhece, entretanto, que a própria expansão mundial do capitalismo, o segundo “século XVI” da sociedade burguesa, exigia que se avaliasse a perspectiva de uma revolução europeia sob nova luz:

Não se pode negar que a sociedade burguesa experimentou pela segunda vez o seu século XVI, um século XVI, eu espero, que soará a sua hora fatal, assim como o primeiro a espalhou pelo mundo. A tarefa da sociedade burguesa é a criação do mercado mundial, ao menos em seu contorno, e da criação da produção baseada nesse mercado. Como o mundo é redondo, a colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão parecem ter completado esse processo. Para nós, a *questão* difícil é a seguinte: no continente a revolução é iminente e, mais ainda, assumirá instantaneamente um caráter socialista. Não será ela necessariamente *esmagada* nesse pequeno pedaço da Terra, uma vez que o *movimento* da sociedade burguesa é ainda *ascendente* em uma área muito maior?⁶³⁶

Essa “questão difícil”, formulada em 1858, é sem dúvida um ponto de inflexão crucial para o conceito de história social que subjaz à dinâmica do mercado mundial. Ela mostra como, a partir da década de 1850, a relação que Marx e Engels estabelecem entre crise e revolução complica imensamente a narrativa do *Manifesto Comunista*, e como as novas virtualidades políticas criadas pela expansão do mercado mundial permitem não apenas que as contradições nas “margens” do

⁶³⁴ Berlin, op. cit, p. 164.

⁶³⁵ MECW, 40, p. 346.

⁶³⁶ Idem, p. 347.

sistema detonem a crise nos países centrais, mas também que as contradições sociais nos países de capitalismo mais avançados sejam *desarmadas* pelo movimento ascendente da sociedade burguesa no resto do mundo. A rigor, a “questão difícil” coloca um problema sobre o verdadeiro tempo do mercado mundial em relação ao tempo social da Europa. Se antes os elementos feudais proviam politicamente a ordem necessária à manutenção dos privilégios econômicos burgueses, em 1858 pareceria que a alavancagem mundial desses privilégios poderia garantir a sobrevivência das formas políticas reacionárias na Europa, colocando em cheque não apenas a revolução, como o seu caráter socialista. Se até então vínhamos acompanhando em Marx e Engels uma temporalidade política baseada na aceleração da história, vemos aqui pela primeira vez a sutil admissão de uma possível descalibragem política criada pela própria expansão espacial do capital. A relação entre modernização burguesa e a miséria política europeia mostrava-se portanto sob o seu ângulo mais desconjuntado. Para Francisco Fernández Buey, a formulação dessa “questão difícil” responderia à tarefa em Marx de interrelacionar, em 1858, o significado da crise de 1857, as consequências das políticas anunciadas por Alexandre II na Rússia, a maré montante dos movimentos nacionalistas na Europa, a emergência definitiva dos EUA no sistema internacional⁶³⁷, e as resistências anti-coloniais na Índia e na China⁶³⁸.

A “questão difícil” não é tanto uma questão sobre o devir da revolução, mas sobre o seu *esmagamento*. Ela postula que a revolução no continente é iminente⁶³⁹. Ao mesmo tempo, essa iminência é confrontada com o novo fôlego que a expansão do mercado mundial injeta na expansão da indústria. A questão difícil diz respeito, portanto, aos efeitos políticos dessa expansão sobre as

⁶³⁷ Como já anotamos anteriormente, o escopo deste trabalho não nos permitiu analisar as opiniões de Marx e Engels sobre o papel dos EUA no sistema internacional. Apenas muito lateralmente, terão ocorrido algumas menções a aspectos específicos e à visão em geral positiva do “mais jovem” representante do “ocidente”. Essa visão se desdobraria nos artigos sobre a guerra civil norte-americana, e sofreria uma relativa inflexão em 1871, após a Comuna de Paris (ver, a respeito, “The Impact of the Paris Commune in the United States”, de Samuel Bernstein, in: The Massachusetts Review, Vol. 12, No. 3, 1971, pp. 435-446), sem impedir que Marx defendesse em 1872 a transferência do Comitê Central da I Internacional para Nova York.

⁶³⁸ “Marx sobre Rússia II”, op. cit. p. 87.

⁶³⁹ Desintegração dos partidos na Inglaterra, revoltas servis na Rússia, a doença do Rei da Prússia e disputas na corte, e estagnação econômica na França compõem o panorama de uma nova situação pré-revolucionária Europa, segundo Marx em artigo para o NYDT de 11 de junho de 1858, MECW, 15, pp. 568-569.

contradições sociais acumuladas na Europa – tanto aquelas produzidas pelo capitalismo mais avançado, como a situação dos trabalhadores ingleses, como as que reúnem todas as demandas liberais e nacionais negadas pela contra-revolução desde 1849 no continente.

A “mensagem inaugural” de 1864 pode ser vista como uma tentativa de resposta à questão difícil na formulação do internacionalismo comunista, assim como o internacionalismo do *Manifesto*, em 1848, repousava sobre a “história social” como realização progressiva e violenta do mercado mundial pela generalização implacável das relações sociais burguesas. Em 1864, contudo, a narrativa da construção do mercado mundial reflete o aprofundamento da crítica da economia política, resultado, como afirmava Marx, da necessidade de descer “da superfície política às profundezas da vida social”⁶⁴⁰. Nesse sentido, se a premissa do *Manifesto Comunista* é a descrição algo abstrata do movimento revolucionário burguês na destruição do mundo feudal e na criação das condições de sua própria destruição, a premissa da “mensagem inaugural” de 1864 é a contradição concreta da miséria das “massas trabalhadoras” no período do “desenvolvimento sem paralelos de sua indústria e crescimento do seu comércio”⁶⁴¹: uma contradição que nada diz necessariamente sobre a inevitabilidade histórica da revolução, mas sim sobre a centralidade da luta pela conquista do poder político.

A “mensagem inaugural” abre-se com a longa descrição das condições da classe trabalhadora inglesa entre 1848 e 1864, a partir das estatísticas oficiais produzidas por inquéritos parlamentares. O objetivo é mostrar que nenhum avanço tecnológico, nenhuma “aplicação da ciência à produção”, nenhum avanço das comunicações, abertura de novas colônias, emigração, abertura de novos mercados ou medida de livre-comércio havia conseguido “eliminar a miséria das massas industriais”; ao contrário, argumenta Marx, “cada novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho tende a aprofundar os contrastes sociais e tornar mais agudos os

⁶⁴⁰ Em artigo de 30 de março sobre a crítica de Mazzini a Napoleão III, em que Marx entusiasma-se com o fato de que o revolucionário italiano havia afinal abandonado a fraseologia romântica de seus manifestos e adotado um tom direto e vigoroso ao apontar os problemas sociais que se acumulavam na França do segundo Império. MECW, 15, p. 485.

⁶⁴¹ “Inaugural Address of the Working Men's Association”, MECW, 20, p. 5.

antagonismos sociais”⁶⁴².

Segue-se um argumento histórico sobre a vitória da contra-revolução em 1849, tanto como obra da “mão de ferro da força”, quanto de uma época de “febre industrial, marasmo moral e reação política”. A derrota da classe trabalhadora no continente havia sido urdida em parte pela “diplomacia do Governo inglês, agindo ontem como hoje em fraternidade solidária com o Gabinete de São Petersburgo”⁶⁴³, e lograra restaurar a auto-confiança dos “senhores de terras e senhores do dinheiro” na Inglaterra. O movimento trabalhador inglês, explorando um momento de fissura no interior da classe dirigente britânica, lograra alcançar sua mais importante vitória até ali, a aprovação da jornada de 10 horas, em 1847, uma vitória não apenas de grande alcance prático – prossegue Marx – como também de grande alcance político, ao constituir a primeira vitória da “economia política da classe trabalhadora”⁶⁴⁴ sobre a “economia política do capital”. Lograra também demonstrar, com o movimento cooperativista, que a produção em larga escala podia ser levada a cabo “sem a existência de uma classe de senhores empregando uma classe de braços”, e que o “trabalho contratado”, assim como o trabalho escravo e servil, era apenas uma forma “transitória e inferior”.

Para que o trabalho cooperativo pudesse fazer face ao “crescimento em progressão geométrica do monopólio” ele exigiria, diz Marx, realizar-se em escala nacional, pressupondo a nacionalização dos meios de produção, tarefa a ser levada a cabo por “meios nacionais”, isto é, por meio do controle do poder político. Mas os “senhores da terra e do capital” resistiriam à dissolução de seus privilégios políticos e de seus monopólios econômicos. Prova disso – aponta Marx – era o “escárnio” com que Lord Palmerston na sessão Parlamentar de 1863 havia derrotado a demanda dos deputados irlandeses pela limitação dos direitos do senhorio e compensação das benfeitorias feitas pelos arrendatários, lembrando a eles que a Casa dos Comuns era uma casa de “proprietários de

⁶⁴² Ibid, p. 9.

⁶⁴³ Ibid, p. 10.

⁶⁴⁴ Ibid, p. 11.

terras”⁶⁴⁵. Na luta pela conquista do poder político, os trabalhadores possuíam um dos requisitos: o número. O outro era a própria tarefa da I Internacional: garantir que “o laço de irmandade que deve existir entre os trabalhadores de diferentes países” jamais fosse desconsiderado. A implementação desse requisito implicava a adoção de uma política externa comum por parte do proletariado, avessa aos “desígnios criminosos”, à exploração dos “preconceitos nacionais”, às guerras em que o sangue e os tesouros dos povos eram “saqueados”. A classe trabalhadora inglesa demonstrara a sua capacidade de resistência ao impedir a participação da Inglaterra “em uma cruzada infame pela perpetuação e propagação da escravidão no outro lado do Atlântico”: a guerra civil norte-americana. A “aprovação desavergonhada” ou “indiferença idiota” com que as classes dirigentes europeias recebiam os avanços territoriais da Rússia na Cáucaso e a supressão da Polônia – “os imensos e irresistidos avanços daquela potência bárbara cuja cabeça está em São Petersburgo e as mãos em cada gabinete da Europa” – haviam ensinado às classes trabalhadoras a necessidade de “instruírem-se elas próprias nos mistérios da política internacional”, vigiar a diplomacia de seus governos, contrarrestá-la, denunciá-la e reivindicar que o “intercurso entre as nações” seja regulado pelas mesmas “simples leis da moral e justiça” que devem governar “as relações entre indivíduos privados”⁶⁴⁶.

Já tivemos ocasião de indicar que esse programa de política externa da I Internacional constitui sem dúvida um ponto de chegada particularmente feliz da trajetória da crítica de Marx à diplomacia secreta das grandes potências do século XIX. Não é difícil sustentar que a sua conclusão sobre a necessidade de estrita vigilância, pelos trabalhadores, das atitudes dos governos na condução da sua diplomacia constitui uma formulação passível de constar em qualquer programa democrata, sem necessidade de maiores ressalvas. Já a ideia de que a luta por uma política externa baseada na moralidade e na justiça comuns constitua parte integrante de uma estratégia para a tomada do poder político pelos trabalhadores nos leva a outras considerações. O modelo ciclópico

⁶⁴⁵ Ibid, p. 12.

⁶⁴⁶ Ibid, p. 13.

da Rússia como uma “cabeça” capaz de dominar as ações dos governos europeus, as duas menções no texto a São Petersburgo, a referência à cooperação das diplomacias inglesa e russa na contra-revolução, a menção à Polônia e o aparecimento de ninguém menos do que Palmerston como símbolo da resistência política das classes proprietárias sugerem que os elementos da *teorização negativa* do sistema internacional continuam presentes mesmo nessa formulação mais essencialmente política do problema.

Fato é, contudo, que a “mensagem inaugural”, sendo assim tributária desse processo de decantação teórica da experiência da contra-revolução em Marx, apresenta o repertório da teorização negativa sob nova luz. Podemos nos perguntar se o problema colocado pela “questão difícil”, sugerindo uma discreta saída de cena do conceito de “história social”, dando lugar a uma descrição do processo de valorização do valor menos pautado pelas cartografias históricas da Europa com que Marx e Engels operam, não terá contribuído para essa re-escrita do “problema” do sistema internacional em 1864. Talvez ao desacoplar, ao menos relativamente, o motor da história social da leitura política dos processos reais, e ao voltar-se sobre a centralidade da estratégia política do proletariado a partir, essencialmente, da “economia política da classe trabalhadora”, Marx tenha iluminado afinal o sistema internacional não como pura exterioridade, reino arbitrário do poder sem fundamentos sociais e históricos, mas afinal como o *medium* em que a coordenação das classes dirigentes, por meio da própria característica histórica do poder político, produzia configurações capazes de refluírem sobre as situações internas dos países.

A permanência da teorização negativa – suas categorias e personagens, países abstratos e indivíduos com força de instituições – aparece aqui subsumida ao plano estratégico que domina o texto, e à lógica da economia política da classe trabalhadora, que substitui a marcha da história social. Ela é ainda mais significativa conhecendo-se a natureza do texto, e os cuidados que Marx tomou para evitar tanto a fraseologia “democrática” dos “proudhonistas” franceses, socialistas alemães e nacionalistas italianos, como também para acomodar as noções de moralidade e justiça

sem as quais a inclusão das diferentes organizações trabalhadoras europeias sob a Internacional poderia ser prejudicada. Não por acaso, nos parece, aqui já não está presente a noção de que a revolução proletária seria, em última instância, a obra das nações mais avançadas, ou da ação unificada dos “países mais civilizados”.

Dito de outra forma, é como se a “mensagem inaugural”, compreendida como desdobramento estratégico da “questão difícil” colocada em 1858, nos permitisse reconstruir a teorização negativa como um argumento sociológico, ou descobrir o seu “núcleo racional”. Nesse sentido, o sistema internacional figura como uma qualidade sociológica do poder político historicamente determinado, que na Europa de 1848 a 1864 colocava à disposição das classes dirigentes – as mais socialmente heterogêneas, e as mais desprovidas de “sabedoria” – um mecanismo de coordenação capaz de ampliar em muito a sua margem de manobra frente tanto à contestação interna das classes sociais, como às pressões externas transmitidas pelo mercado mundial, precisamente a margem de manobra que a classe trabalhadora deveria se esforçar por diminuir.

Usando uma metáfora do universo da economia política, podemos intuir que o sistema internacional é, para Marx em 1864, a qualidade exterior do poder político tal como configurado pela formação dos estados absolutistas na Europa (o sistema de 1815) que permite, nas relações políticas entre os Estados, a geração de um “excedente de poder”, tanto maior quanto mais livre for a ação diplomática em relação à participação política da sociedade. Excedente gerado precisamente a partir da *diferença entre os tempos sociais* (de que afinal os “preconceitos nacionais” são manifestação), ele permitia aos detentores do poder político colocar em suspensão a relação entre revolução política e “história social”, parecendo portanto, como Palmerston e o Czar, detentores da faculdade fantasmagórica de influir sobre a realidade política *a partir de fora da história*. Marx parece chegar à conclusão, por conseguinte, de que cabe à classe trabalhadora, estabelecendo a sua própria diplomacia, evitar que o excedente político internacional dos senhores de terras e senhores

de dinheiro logre *adiar artificialmente o tempo social* por meio de suas relações internacionais. Ela precisa, por isso mesmo, vencer os preconceitos nacionais, anular as diferenças entre os tempos sociais que são a fonte do excedente internacional de poder, *universalizar-se politicamente, tanto quanto* se organizar internamente para a conquista do poder político nacional.

Essa sociologia implícita das relações internacionais no internacionalismo de 1864 seria de alguma forma posta à prova na formulação de uma orientação para o movimento internacional dos trabalhadores durante a guerra franco-prussiana. Como já indicamos, Marx e Engels continuariam a se defrontar com o fenômeno dos conflitos entre as grandes potências no interior do sistema de 1815. Na “mensagem” da Internacional sobre a guerra franco-prussiana, o conflito é visto como desdobramento lógico da usurpação política de Napoleão III na França, a “farsa feroz do Império Restaurado”. Embora a posição da Prússia seja apresentada como defensiva, Marx a mostra como resultado de uma conspiração de Bismark com Luis Bonaparte para permitir o “esmagamento da oposição popular” e a “anexação” da Alemanha “à dinastia Hohenzollern” (podemos inferir, portanto, que também a guerra no sistema internacional pode ser também uma forma de gerar excedentes políticos). O regime bonapartista, “que até então florescera apenas em uma das margens do Reno, encontrava agora a sua imitação na outra”. A tarefa do proletariado alemão era a de evitar a todo custo que a guerra perdesse “o seu caráter estritamente defensivo”. Marx vê, por fim, no “pano de fundo dessa luta suicida”, a “figura sombria da Rússia”, já que a guerra eclodira exatamente quando o governo russo terminava a construção de linhas de ferro estratégicas e começava a movimentar tropas em direção aos principados danubianos. A mensagem mantém um engenhoso equilíbrio na linguagem no contexto de um conflito que suscitaria essencialmente, para Marx e Engels, o grande perigo que era o fortalecimento do nacionalismo alemão *contra a França*: por mais justificada que fosse a simpatia dos trabalhadores com a causa alemã contra a “agressão” bonapartista, a prioridade para os trabalhadores alemães era naturalmente evitar que o governo prussiano recorresse ao “socorro” da Rússia (“pedir, ou aceitar, a ajuda dos Cossacos”). Evitar, por

consequente, que o sistema de 1815 voltasse a se impor sobre a Alemanha⁶⁴⁷.

11.2 Duas Rússias

Se o ganho de clareza obtido com a entrada em cena da “economia política da classe trabalhadora” permite à “mensagem inaugural” de 1864 restituir o sentido crítico da teorização negativa do sistema internacional, subordinando-a à tarefa política maior do proletariado, ela permite também ver as referências à Rússia, à diplomacia inglesa (e Lord Palmerston) e também à Polônia, já não como *categorias* projetadas sobre o plano de um sistema internacional como terreno da contra-história, mas como *marcadores históricos*, que dão concretude à crítica da diplomacia secreta e permitem especificar a realidade histórica do sistema internacional e o seus principais pontos de referência. A própria categoria Rússia, presente e central no texto, parece perder algo de sua aura anterior. Embora a imagem da “potência bárbara” evoque o Leviatã, acoplado tentacularmente aos centros de poder europeus, a estrutura do texto dilui a sua potência, apresentada no quadro de uma crítica mais geral às classes dirigentes, que aceitam a sua progressão com apatia, idiotia ou aprovação “desavergonhada”, mas ainda assim, ativamente, “aceitam”. A Rússia na “mensagem inaugural” aparece instrumentalizada, subordinada ao poder político socialmente determinado pela estrutura de classes. Resta saber se essa despotenciação corresponde a um movimento no interior do que estamos chamando de “categoria Rússia”, ou antes a um efeito que deve ser atribuído à contundente colocação do problema político do proletariado no texto de 1864.

Em 1858, como vimos, Marx já via o início da discussão sobre a abolição da servidão na Rússia como um sinal de revolução, um consolo diante da recuperação da economia mundial, mas ao mesmo tempo reconhecia não dispor ainda de informação suficiente para fixar o sentido e alcance das anunciadas reformas. De todo modo, 1858 marca, como sustenta Buey, o

⁶⁴⁷ MECW, 22, pp. 3-7.

“descobrimento” de uma outra Rússia em Marx⁶⁴⁸. Esse descobrimento está sinalizado de diversas formas. Em outubro de 1858, Marx publica seu primeiro artigo sobre o assunto no NYDT, em que já analisa as medidas propostas por Alexandre II como ruinosas para os interesses políticos e econômicos da nobreza russa. A iniciativa reformista do Czar, vista como resultado direto dos “sacrifícios” econômicos impostos à população comum pela guerra da Criméia⁶⁴⁹, e também como resposta às revoltas servis que se espalhavam por diversas províncias, levaria necessariamente à “decomposição de toda a superestrutura do Estado apoiado sobre uma base social tão lastimável”. Afinal, a abolição da servidão na Europa não havia sido possível sem “revolução ou guerra”⁶⁵⁰. O artigo encerra com uma pergunta: podemos ver a convocação da nobreza por Alexandre II como “um novo ponto de partida na história russa?”⁶⁵¹

Marx voltaria ao assunto em dois artigos de dezembro de 1858, em que comenta a “aceleração” da iniciativa do Czar, com a apresentação de propostas concretas para a reforma da servidão⁶⁵². Como nota Buey, esses artigos demonstram que Marx “melhorou a sua informação sobre a situação russa”⁶⁵³. De fato, Marx considera detidamente os efeitos das reformas propostas sobre as diferentes facções da nobreza russa, inclusive à luz de considerações econômicas como a quebra do crédito decorrente das hipotecas rurais contraídas com o Estado, fatores que fariam prever a resistência da nobreza às reformas. Outro aspecto significativo é a analogia histórica com a revolução francesa, na qual a atitude da nobreza é vista como o possível gatilho de um “4 de agosto” russo. Trata-se de um sugestivo “batismo” histórico da Rússia nos escritos de Marx. Finalmente, a história interna russa parece merecer um tratamento mais ou menos equivalente ao de outras “sociedades não-ocidentais”. Marx discute o mérito das reformas de Alexandre II e seu

⁶⁴⁸ Op. cit. p. 92.

⁶⁴⁹ Marx reconhece não apenas o impacto econômico da guerra, como também o impacto político da derrota russa: “A guerra, ademais, levou a uma humilhação e a uma derrota, aos olhos aos menos dos servos, que não podemos esperar sejam iniciados nos mistérios da diplomacia”. MECW, 16, p. 53.

⁶⁵⁰ Idem, p. 52.

⁶⁵¹ Ibid, p. 53.

⁶⁵² Ibid, pp. 139-147.

⁶⁵³ op. cit. p. 93.

impacto sobre as estruturas de auto-governo tradicionais da comuna russa, e questiona se elas não terminariam por substituir esse sistema pelo “governo patriomonal do senhorio”, como as leis rurais prussianas de 1808 e 1809, impostas por Napoleão, fizeram na Prússia. E, ao recordar as revoltas camponesas na Rússia, que vinham se intensificando desde 1842, conclui que a implementação das reformas de Alexandre II poderia fazer soar “o 1793 russo”, uma enorme conflagração rural: “o reino de terror desses servos semi-asiáticos será algo inédito na história”, mas poderá finalmente “colocar uma civilização autêntica e geral no lugar daquela imitação introduzida por Pedro, o Grande”⁶⁵⁴.

Como observa Buey, não houve um 1793 russo, mas apenas a publicação dos decretos de emancipação em 1861, seguida de sublevações camponesas nas províncias, dirigidas sobretudo contra os senhores de terras, e não contra o Czar⁶⁵⁵. Marx, em 1860, seguiria frequentando os encontros dos *urquhartistas* em Londres, convencido da necessidade, maior do que nunca, de contrarrestar a diplomacia czarista⁶⁵⁶. Em 1860, em uma carta a Ferdinand Lassale, Marx vê-se obrigado a se defender explicitamente da acusação de que a sua denúncia da diplomacia russa era uma manifestação de ódio anti-russo:

Quanto à nossa atitude em relação à Rússia, creio que você está enganado. A visão que eu e Engels formamos é bastante independente, havendo evoluído, posso dizer, laboriosamente ao longo de muitos anos do estudo da diplomacia russa. Certo, a Rússia é odiada na Alemanha e, desde o primeiro número da *Nova Gazeta Renana*, nós apresentamos uma guerra anti-russa como a missão revolucionária da Alemanha. Mas odiar e compreender são duas coisas completamente diferentes.⁶⁵⁷

Nos anos subsequentes, o estudo da “outra Rússia”, que já surgira nos artigos sobre a questão servil em 1858, ganharia cada vez maior fôlego em Marx, na forma da coleta de informações sobre a realidade social das comunidades rurais, material que se destinaria à seção do *Capital* sobre a propriedade da terra. Como se sabe, esse estudo está por trás da sua decisão de aprender russo em

⁶⁵⁴ MECW, 16, p. 147.

⁶⁵⁵ Op. cit. p. 100.

⁶⁵⁶ Cf. Sperber, op. cit. p. 329.

⁶⁵⁷ MECW, 41, p. 193.

1870. Mas esse eixo conviveu com a continuidade ou até mesmo a acentuação de certos aspectos do antigo “tema russo”, a denúncia da política externa de São Petersburgo. Uma guerra da Alemanha contra a Rússia – um aspecto importante de sua polêmica na I Internacional com Bakunin – continuaria a ser a única forma de garantir que a Prússia fosse “absorvida” na Alemanha (e não o contrário), e a via privilegiada para livrar a Europa da “ditadura de Moscou”, abrindo espaço mesmo para uma “revolução russa”⁶⁵⁸. Em 1877, a reemergência da “questão oriental” e a nova guerra russo-turca fazia ressurgirem os esquemas analíticos de 1853. Além de entusiasmar-se com a valentia do campesinato turco, Marx via no conflito um possível fator de precipitação da decomposição política do czarismo⁶⁵⁹.

A permanência da crítica à política externa do Czar anda de par, naturalmente, com a permanência da questão polonesa como “ponto de honra” da política externa do proletariado. O contexto político da I Internacional, contudo, não é simples a esse respeito, sobretudo pela influência dos “proudhonistas” franceses. Para Buey, a crítica de Marx à diplomacia russa segue uma linha de continuidade em relação aos anos 1850, mas carrega a partir de 1859 uma desconfiança mais acentuada sobre o papel europeu da França bonapartista. A primeira reação de Marx ao levante polonês de janeiro de 1863 é reveladora nesse sentido. Marx escreve a Engels em 13 de fevereiro de 1863, e avalia que a nova sublevação na Polônia significava a reabertura da temporada revolucionária na Europa. Ao mesmo tempo, mostra toda a distância percorrida desde 1848: “agora sabemos o papel que a estupidez desempenha nas revoluções, e como elas são exploradas pelos canalhas”. De alguma forma, a desconfiança maior do papel da França e a nova situação russa incidem sobre a avaliação do novo levante polonês: “Desta vez, esperemos, a lava fluirá do Oriente para o Ocidente, e não no sentido oposto, de maneira que possamos ser poupados da 'honra' de uma iniciativa francesa”⁶⁶⁰. O levante polonês de 1863, nascido de protestos contra

⁶⁵⁸ Cf. Buey, op. cit. p. 127.

⁶⁵⁹ Idem.

⁶⁶⁰ MECW, 41, p. 453.

conscrição pelo exército imperial russo, não teve um destino diferente das revoltas anteriores. Além das execuções, deportações e medias de repressão por parte do governo russo, o Czar adotou também a emancipação dos servos como forma de angariar o apoio do campesinato e enfraquecer ainda mais as elites e o oficialato polonês. A “russificação” do Reino da Polônia ganhou também maior ímpeto após a supressão do levante⁶⁶¹.

Já tivemos ocasião de aludir ao debate que Marx e Engels travaram na I Internacional contra os “proudhonistas” em torno da Polônia. Advogar a centralidade da causa polonesa significava, para os proudhonistas, reconhecer o “princípio das nacionalidades” de Napoleão III, e afastar-se do verdadeiro internacionalismo. Já nos referimos aos artigos de Engels sobre a Polônia elaborados a pedido de Marx como uma resposta aos proudhonistas. Se a crítica da diplomacia russa em Marx é o traço de continuidade com a teorização negativa de dos anos 1850, os artigos de Engels em 1866 estabelecem uma ligação direta com a teoria dos povos sem história de 1849. Mas o argumento de Engels precisa sofisticar-se para mostrar que o “princípio das nacionalidades” do bonapartismo é uma invenção russa para dominar a Polônia. Engels precisa agora distinguir entre nações, como grandes unidades históricas e políticas, e as meras nacionalidades, muitas vezes absorvidas dentro de nações maiores e sem uma existência política própria. A causa polonesa só poderia ser efetivamente defendida à luz do que Engels chama do direito das “grandes e bem-definidas nações históricas da Europa” à sua existência separada e independente⁶⁶².

Um ano mais tarde, em 1867, a necessidade de reafirmar a importância da causa polonesa, para uma geração de trabalhadores e radicais que já se distanciava da sua ressonância nos anos 1830-1840, e contra a cerrada oposição dos proudhonistas, levou Marx a trazer de volta as formulações mais ríspidas da teorização negativa e do “tema russo”. O seu discurso sobre a Polônia

⁶⁶¹ Cf. Andrew Kier Wise, “Russia as Poland's Civilizational 'Other'”, in: *The East-West Discourse: Symbolic Geography and Its Consequences*, Alexander Maxwe (ed). Berna: Peter Lang AG, 2011, p. 75.

⁶⁶² “O que têm as classes trabalhadoras a ver com a Polônia”, MECW, 20, pp. 156-157. Adiante, Engels afirma: “O princípio das nacionalidades, de fato, só poderia ter sido inventado na Europa do Leste, onde a maré da invasão asiática, por mil anos, retornou repetidamente, e deixou na praia aqueles montes de ruínas de nações emaranhadas, que até hoje o etnologista tem dificuldade em separar”, p. 158.

em janeiro de 1867 é o documento a um tempo da vitalidade desses elementos, como também de uma sutil defasagem. Marx fazia, no encontro conjunto do Comitê Geral da I Internacional e da Seção Central da União dos Exilados Poloneses em Londres, a defesa de uma simples resolução, que dispunha apenas: “Que a liberdade não poderá ser estabelecida na Europa sem a independência da Polônia”⁶⁶³. O seu discurso é a síntese de sua defesa da independência polonesa nos anos anteriores. Mesmo o levante de Varsóvia em 1830, cujo caráter aristocrático Marx havia denunciado, aparece agora como o levante heróico que poupou a Europa de uma “segunda guerra anti-jacobina”. Em 1848, a Polônia mais uma vez, o “cavaleiro imortal da Europa”, no contexto da revolução alemã, havia mantido “o Mongol” longe da revolução, até ser “traída” pela pequena-burguesia alemã, o que permitira à Rússia sufocar a revolução na Hungria. Marx critica as “tolas vozes” para as quais a Polônia já havia deixado de ser “uma nação necessária”. Afinal, o perigo russo era mais significativo do que nunca. De um lado, porque a política do Czar era “imutável”: apenas a sua tática poderia variar, orientada pela “estrela fixa” do império mundial. De outro, porque os “meios” à sua disposição eram consideravelmente maiores do que em 1848. A guerra da Criméia, vencida pela França e Inglaterra, dera à Rússia o domínio do Cáucaso, a primazia no Mar Negro, e os “direitos marítimos” que os czares russos desde Catarina II tentavam conseguir dos ingleses⁶⁶⁴. Marx contesta ainda os argumentos de que a abolição da servidão na Rússia e o novo poder da Prússia haviam alterado o quadro. Para ele, a emancipação dos servos na Rússia fora antes – confirmando as suspeitas que seus artigos de 1858 levantavam – a emancipação do Czar em relação à nobreza, enfraquecida diante da sua ação centralizadora. Além disso, a emancipação criara as condições para um maior recrutamento para o exército russo, destruía a propriedade comunal da

⁶⁶³ MECW, 20, p. 196.

⁶⁶⁴ Em 1861, Marx refere-se à declaração sobre direitos marítimos assinada em Paris em 1856, após a guerra da Criméia, que abolia o direito de apreensão dos bens de beligerantes em navios mercantes de países neutros. Para Marx, a Inglaterra, “vitoriosa” na guerra, renunciava a uma das suas mais importantes “armas”. Sob o argumento “humanitário” de abolir uma prática análoga à pirataria, a declaração, para Marx, transformava a guerra de “uma guerra entre os povos” em uma “guerra entre os governos”, atribuindo à propriedade uma inviolabilidade que negava aos seres humanos, e protegendo o comércio “dos horrores da guerra”. Marx vai além, notando, como era de se esperar, que a declaração só havia sido assinada pela Inglaterra por determinação de Palmerston. MECW, 19, pp. 124-125.

terra, insulara os camponeses, e reforçara a sua “fê” no seu “Papa-Autocrata”⁶⁶⁵. Já em relação à Prússia, Marx argumenta com notável precisão que a manutenção da partilha da Polônia era a condição para que o processo de unificação alemã se desse sob a primazia prussiana – a absorção da Alemanha na Prússia, e não o contrário. A condição de sua existência como potência separada ou primaz em relação à Alemanha era o apoio russo, especialmente no contexto de sua crescente rivalidade com França e Áustria. É interessante ver que a capacidade de Marx de lançar uma luz crítica sobre esses dois processos, a emancipação na Rússia e o poder da Prússia, anda de par com o recurso a fórmulas políticas metafísicas, de provável inspiração *urquhartista*⁶⁶⁶, que parecem exageradas mesmo em relação aos escritos da década de 1850, como a busca do “império mundial” pela Rússia.

Marx conclui que uma nova revolução europeia que falhasse em restaurar a Polônia seria esmagada pela Rússia, em relação a cujo poder nenhum pacifismo era justificado. Já em 1848, prossegue, não foram apenas os representantes do poder feudal que ansiaram pela chegada dos “cavaleiros cossacos”, mas também “todas as bolsas de valores” da Europa. A restauração da Polônia, portanto, mais do que em 1848, era em 1867 a única forma de evitar que uma nova revolução europeia fizesse com que o “barbarismo asiático sob a liderança moscovita” desabasse como uma avalanche sobre o continente europeu.

A sutil defasagem que o discurso de 1867 nos mostra decorre em parte desse exagero da imagética do barbarismo russo, no momento em que os conflitos europeus centrais, em torno do militarismo francês e alemão, parecem mais urgentes. O subtexto do discurso de Marx é a voz das novas gerações em certo sentido cansadas da antiga bandeira polonesa, preocupadas com o alcance do militarismo na Europa, e apostando que a luta do proletariado contra a burguesia no século XIX seria menos sangrenta e menos violenta do que as revoluções burguesas contra o feudalismo nos

⁶⁶⁵ MECW, 20, pp. 199-200.

⁶⁶⁶ Cabe ter em conta, entretanto, que mesmo havendo continuado a sua “colaboração” limitada com Urquhart, Marx não deixava de ironizar a sua obsessão anti-russa. Em carta a Engels de 13/2/1863, Marx comenta com ironia que os “Urquhartites” haveriam de considerar o levante polonês como uma conspiração instigada pela Rússia. MECW, 41, p. 454.

séculos XVII e XVIII.

É claro que o confronto com essas novas atitudes no contexto da I Internacional, como já tivemos ocasião de notar, era para Marx também uma forma de afirmar a sua liderança intelectual. Um episódio em particular ilustra esse aspecto. Marx envolveu-se em 1864 em uma polêmica com Peter Fox, membro do Conselho Central da I Internacional. Em novembro, o Conselho da Internacional decidira adotar uma mensagem pelo aniversário da insurreição polonesa de 1830. Fox, que era Presidente da Liga Nacional Britânica pela Independência da Polônia, ficara encarregado de elaborar o texto. Em uma passagem de sua proposta, caracterizou a política externa francesa nos séculos XVI e XVII como tradicionalmente favorável à independência da Polônia e contrária, portanto, aos interesses russos. Marx contestou essa afirmação valendo-se da sua Rússia moderna como princípio político. Enfatizou primeiro que, nos séculos XVI e XVII, ainda não havia a Rússia, “no sentido moderno da palavra”, mas apenas “o Grão-ducado de Moscou” – argumento que desenvolvera nas *Revelações*. Em seguida, sustentou que a política francesa no século XVII era dirigida não contra a Rússia, mas contra Alemanha e Áustria⁶⁶⁷. O que o argumento de Marx contra Fox encerra é uma analogia política entre o sistema de 1815 e o sistema de Westphalia. Nessa analogia, a paz de Westphalia é o antecedente dos tratados de Viena, a França substitui a Rússia, e Luis XIV desempenha o papel do Czar na busca pela expansão territorial às expensas da Alemanha, Itália, Espanha, e mais tarde Holanda. Marx argumenta ainda que fora na política externa de Luis XIV que os diplomatas russos teriam buscado os seus modelos de manipulação e pilhagem territorial. Daí que, afinal, a independência da Polônia assuma um significado verdadeiramente sistêmico: ela significaria o fim desse longo ciclo de partições, perfídia e “vandalismo” que caracteriza a formação dos estados absolutistas e a feroz competição interestatal que a acompanha. Sem esse “fecho” histórico, as virtualidades do sistema de 1815, em certo sentido herdadas do sistema de Westphalia, continuariam capazes de acomodar novos atores, como a Alemanha e a Itália

⁶⁶⁷ MECW, 20, p. 311.

unificadas “pelo alto” e a França reintegrada como potência conservadora, sem que o momento democrático da política europeia encontrasse uma forma de expressão no plano do sistema internacional. A criação da I Internacional, nesse contexto, parece corresponder exatamente a uma percepção profunda e decantada desse bloqueio político, cujas determinações repousam na longa trajetória do sistema internacional na Europa desde 1648.

Ao mesmo tempo, entre as novas vozes com as quais Marx passa a dialogar na I Internacional, entrariam em cena também os delegados russos. No final de década de 1860, o fio da meada teórico que Marx começava a trazer a partir do interesse pela comuna rural russa encontrava nos seus jovens “amigos russos” (Daniel'son, Lopatin, entre outros) um ponto de convergência. Como sustenta Buey, Marx via no componente russo da I Internacional uma oportunidade de contrarrestar a influência de Bakunin, especialmente ao detectar entre os jovens ativistas, que o procuraram em 1868 interessados em traduzir o *Capital* para o russo, uma disposição contrária ao romantismo otimista de Herzen e mais próxima da linha de Nikolai Chernichevski, de quem Marx e Engels tornariam-se grandes admiradores⁶⁶⁸. Se a via de uma “renovação” das opiniões de Marx sobre a Rússia aparecia bloqueada em relação ao seu papel internacional, mesmo após os artigos de 1858, para Buey é no estudo da comuna russa que devemos buscar a principal inflexão do pensamento de Marx em relação às possibilidades históricas que poderiam despontar com os novos “ventos do leste” que seus jovens “amigos russos” traziam.

O interesse de Marx pelo tema da comuna russa respondia, segundo Buey, a duas necessidades: contestar a ideia de que a propriedade privada da terra correspondia à forma primitiva de exercício da agricultura, e noção de que a comuna russa constituiria um caso “único” na Europa⁶⁶⁹. Para Marx, a forma arcaica de propriedade comum da terra tinha em toda a Europa a mesma origem indiana.⁶⁷⁰ Além dessas necessidades teóricas que se apresentavam no tratamento do

⁶⁶⁸ Buey, op. cit. p. 114-115. Para a relação de Marx com os populistas russos, referimos o leitor ao artigo já citado de Buey, e também ao artigo de Henri Eaton, “Marx and the Russians”, In: *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Vol. 41, No. 1 (Jan. - Mar., 1980), pp. 89-112.

⁶⁶⁹ Op. cit. pp. 108-109.

⁶⁷⁰ Cf. Carta a Kugelman de 17/2/1870, MECW, 43, p. 433.

tema da propriedade da terra, Buey identifica também no interesse de Marx pela comuna russa o “retorno dialético a um princípio cultural e socialmente enriquecido”, a imagem de um “comunitarismo igualitário tecnicamente aprimorado” no momento mesmo em que os revolucionários russos estavam diante não apenas dos obstáculos objetivos à revolução social, como também da difícil “decisão” de trilhar o caminho da implantação do capitalismo, com seus inevitáveis horrores.⁶⁷¹

Marx respondeu a essa encruzilhada, tomando como referência o destino da comuna russa, pelo menos em duas ocasiões bem conhecidas, em 1881 e 1882: na sua carta (e nos três rascunhos) a Vera Zasulich⁶⁷² e, com Engels, no prefácio da segunda edição russa do *Manifesto Comunista*⁶⁷³. Já tivemos ocasião de nos referir ao fato de que Marx e Engels, no prefácio de 1882, aludem à Rússia e aos EUA como os dois países que “faltavam” no esquema do *Manifesto*. Nos EUA, o surgimento das grandes fazendas, a formação de um numeroso proletariado e uma “fabulosa concentração de capital” sinalizavam a acumulação de energia revolucionária. Na Rússia, o Czar, antes chefe da reação europeia, convertia-se em prisioneiro de guerra da revolução em seu próprio país. Mas na Rússia, onde o desenvolvimento do capitalismo e da propriedade burguesa da terra apenas começavam, mais da metade das terras era de propriedade comum dos camponeses, por meio do sistema da *obshchina*. Poderia essa forma sobrevivente de propriedade comunal da terra “passar diretamente ao estágio mais desenvolvido de propriedade comum comunista”? Ou teria, necessariamente, de passar pela “dissolução” da via capitalista conforme o desenvolvimento histórico do Ocidente? A resposta, bem conhecida, é a de que apenas se a revolução na Rússia encontrar o seu *complemento* em uma revolução proletária no Ocidente a *obshchina* poderia desempenhar o papel de “ponto de partida” para o desenvolvimento comunista. Essa resposta é uma retomada do tema da prioridade histórica da revolução nos países avançados do ocidente, um tema

⁶⁷¹ Idem, pp. 122-123.

⁶⁷² MECW, 24, pp. 346-371.

⁶⁷³ Idem, pp. 424-425.

fundamental, como vimos, para o internacionalismo do *Manifesto Comunista*.

Essa primazia da revolução no ocidente está também contida nos três “rascunhos” da carta de Marx a Vera Zasulich, mas também aí, a forma como Marx coloca o problema parece suavizar essa relação hierárquica entre Ocidente e Oriente, muito embora as formulações mais elaboradas nesse sentido não tenham sido mantidas na lacônica versão final que a missiva afinal assumiu. A versão final limita-se a estipular que o processo de expropriação do produtor agrícola descrito no *Capital* reconstrói apenas o movimento histórico na Europa ocidental, a passagem entre duas formas de propriedade privada da terra, da propriedade individual dos produtores à moderna propriedade capitalista baseada no trabalho assalariado. Na Rússia, tratar-se-ia, antes, de transformar a propriedade comunal em propriedade privada. Marx afirma que, com base em seus estudos da comuna russa, para que ela pudesse funcionar como o “fulcro da regeneração social na Rússia”, seria necessário eliminar as “influência deletérias” que a ameaçavam e permitir “as condições normais de seu desenvolvimento espontâneo”⁶⁷⁴.

Não teríamos espaço aqui para uma digressão sobre todas as possíveis razões pelas quais a resposta final de Marx assumiu essa forma lacônica ou esse vocabulário específico relacionado à ideia de regeneração social⁶⁷⁵. Basta assinalar que Marx conhecia bem os termos do debate sobre o devir da comuna russa entre os próprios revolucionários russos e terá possivelmente levado esses termos em consideração. A ideia que queremos assinalar é o esquema temporal presente nos rascunhos, que foi abandonado na formulação final, e que repousa sobre a ideia de que uma “combinação única de circunstâncias” permitiu a sobrevivência da propriedade comum da terra na Rússia, em escala nacional, contemporânea com a produção capitalista no ocidente. Marx assinala: é precisamente essa contemporaneidade que abre a possibilidade de que a propriedade comum da terra na Rússia passe diretamente à condição de um “elemento de produção coletiva”, depurado de

⁶⁷⁴ Idem, p. 371.

⁶⁷⁵ Referimos o leitor ao texto de Riazanov, reproduzido em *Late Marx and The Russian Road: Marx and 'Peripheres of Capitalism'* (organizado por Teodor Shanin).

suas características primitivas. Esse esquema depende de outros dois fatores essenciais: o fato de que a Rússia está conectada ao mercado mundial, mas sem estar sujeita a um “invasor estrangeiro”, como as Índias Orientais. É como se Marx estivesse olhando o paradoxo russo – o país atrasado que concentra o poder de árbitro absoluto do sistema internacional – a partir de sua base. Dessa outra ótica, a Rússia não é mais um *princípio político*, mas um *puro princípio social*, guardado à margem do tempo pela força de um guardião extravagante, capaz tanto de conectá-la ao mundo como de mantê-la a salvo dos invasores estrangeiros.

Daí que a comuna russa possa, em tese, apropriar-se dos desenvolvimentos positivos do capitalismo, sem passar pelos seus “assustadores infortúnios”. No primeiro rascunho da carta, essas características são reiteradas e enfatizadas. A ideia de contemporaneidade é desdobrada: a comuna russa sobreviveu não apenas para encontrar-se com a produção capitalista no mercado mundial, mas para encontrá-la no momento mesmo de sua superação, no momento em que essa produção se acha, na Europa como nos estados Unidos, “em uma batalha tanto com a classe trabalhadora, com a ciência e com as mesmas forças produtivas que ela engendra – em uma palavra, em uma crise que terminará com a sua eliminação, com o retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo 'arcaico' de propriedade e produção coletivas”⁶⁷⁶. Ela se torna assim, graças à sobrevivência vegetativa que o czarismo lhe faculta (Marx não chega a dizer isso), um ponto de partida “direto” para o tipo de sociedade em direção à qual o desenvolvimento do capitalismo aponta.

No segundo rascunho, o conceito de contemporaneidade que Marx utiliza ficaria mais claro: a Rússia era o único país da Europa onde a propriedade comum da terra continuou a existir em escala nacional ao lado da própria existência da Rússia “no ambiente histórico moderno”, contemporânea de uma “cultura mais elevada”, ligada ao “mercado mundial”, já dominado pela “produção capitalista”. A possibilidade de apropriação dos “ganhos” do capitalismo sem passar por seus infortúnios ficava demonstrada pela própria expansão da indústria no mundo sem a

⁶⁷⁶ MECW, 24, pp. 353-354.

necessidade de que os seus processos de “incubação” da engenharia e do maquinário fossem reproduzidos, assim como a propagação dos sistemas bancário e de crédito sem a necessidade e que em cada parte suas fases formativas fossem novamente percorridas⁶⁷⁷.

Naturalmente, como indica o primeiro rascunho e o prefácio à segunda edição russa do *Manifesto*, a realização do potencial da comuna russa de prover a base para uma forma superior de produção coletiva em larga escala dependeria de ela ser alcançada pela revolução no Ocidente. Mesmo suavizada, essa hierarquia não se perde. O destino da comuna russa depende da revolução proletária e das condições de contemporaneidade dadas pelo mercado mundial. A impressão, inevitável, é a de que Marx e Engels estão olhando para uma futura divisão do trabalho internacional pós-revolucionária, na qual naturalmente a *obshchina* desempenharia a sua vocação rural. Esse desenvolvimento, de qualquer forma, adiciona uma nova virtualidade ao conceito de mercado mundial, e em certo sentido abre uma fissura no conceito de história social. O problema colocado pelas respostas de Marx e Engels, é se a comuna russa será capaz de *durar* (no sentido mesmo hegeliano do termo, de estar a salvo da história), até o momento oportuno do seu resgate pelo movimento da história que atravessa o mundo capitalista. O esquema temporal desse raciocínio, o conceito de contemporaneidade e duração, permitem a Marx e Engels contemplarem essa outra não-história *positivamente, como uma reserva de futuro*, afastando-se, portanto, de uma compreensão do sistema internacional apenas como meio pelo qual os tempos sociais superados, feudais, *contra-revolucionários*, impõem-se sobre o presente. A identidade entre história, dissolução, infortúnio e mercado mundial se completa, ao mesmo tempo em que a coexistência internacional no mesmo tempo histórico permite abrir essa janela para um salto sobre a história.

Se em relação ao conceito de “modo de produção asiático” podemos identificar uma hesitação ou intermitência teórica em Marx, é inegável que o contraste entre os rascunhos da carta a Vera Zasulich e sua versão final abre terreno para especulações sobre eventuais desconfianças ou

⁶⁷⁷ Idem, p. 362.

mesmo um recuo diante do possível alcance de suas formulações mais elaboradas. As intercorrências que terão igualmente afetado a sua capacidade de trabalho no fim da vida entram também nessa linha de considerações. Em todo caso, nesses rascunhos, Marx está lidando novamente com uma hipótese de suspensão, ou um *atalho*, de qualquer modo uma alteração no fluxo natural da história social. Não a sua reversão, que produzira a teorização negativa, mas talvez um paralelismo entre história e não-história, uma hipótese de pactuação futura entre a história e a simples duração, motivada por um conceito de desenvolvimento histórico capitalista cada vez mais marcado pela incidência dos seus inevitáveis infortúnios, do progresso como catástrofe.

Que seja afinal a Rússia, ainda que uma outra Rússia, a suscitar esse movimento, é uma ironia que já não tem qualquer originalidade apontar. Esse ponto de chegada do desenvolvimento do “tema russo” em Marx e Engels, essa bifurcação, talvez indique também a forma pela qual a teorização negativa do sistema internacional continuou a operar em Marx apesar da janela positiva aberta ao desenvolvimento da comuna russa. Afinal, em nenhum momento Marx atribui à ausência da propriedade privada da terra na Rússia o caráter específico da diplomacia czarista. A descoberta de um “princípio social” na Rússia é cuidadosamente separada do “princípio político”, muito embora apenas o princípio político tenha sido a condição de “preservação” daquele conteúdo social. A bifurcação do tema russo permite ao poder do Czar continuar a apoiar-se no vazio das relações internacionais e suas intrigas, sem conexão com o que se passa nas profundezas da vida social, a única exceção sendo o momento em que Marx aponta a emancipação da servidão como um fator de expansão do poder militar russo, curiosamente, o momento em que ele acredita que a *obshchina* seria finalmente ferida de morte.

A resistência teórica em Marx em ancorar o significado social do poder da diplomacia russa nas próprias condições sociais russas o leva a contemplar a forma mais definitiva de isolamento da “base” de sua “superestrutura”, sugerindo mesmo um corte de natureza étnica entre o campesinato e a aristocracia. Essa passagem, que parece selar a bifurcação de que falamos, ocorre em uma carta a

Kugelmann de 17 de fevereiro de 1870. Marx ali polemiza contra certa literatura alemã da época sobre a natureza da propriedade da terra na Europa. Nega que a propriedade comum da terra seja a causa do pauperismo camponês – ela seria antes um fator de estabilidade no campo, sendo a passagem ao sistema de exploração e a alta taxa de exploração imposta pelo absolutismo a verdadeira causa da destituição dos camponeses. Nega também a sua origem “mongol”, afirmando em contrário a origem comum indiana, e a semelhança entre as formas de propriedade comum entre os escravos russos, os escravos não-russos, e os camponeses alemães. Nega, por fim, a afirmação de Franciszek Duchinski, o historiador polonês nacionalista, de que a “grande raça russa” seria “mongol”, e não eslava. Na verdade, Marx não nega a afirmação de Duchinski, mas a *qualifica*, aproveitando-a para des-eslavizar a aristocracia russa, essencializando em termos étnicos a estrutura de classes na Rússia: “não o campesinato russo, mas apenas a aristocracia russa é fortemente misturada a elementos mongol-tártaros”. E mais ainda, sustentava Marx, “o fato de que o Estado russo representa o mogolianismo em sua política em relação à Europa e à América” já não passaria, àquela altura, de uma “platitude”⁶⁷⁸.

⁶⁷⁸ MECW, 41, p. 435.

Conclusão

Como vimos, a filosofia da história que Marx e Engels adotam no começo da década de 1840, na Alemanha, pressupõe uma cartografia política da Europa⁶⁷⁹, e um movimento no interior dessa cartografia. Esse movimento é a universalização de um determinado tipo de relações sociais, que pela via do mercado mundial, da “concorrência universal” aberta pela burguesia, dissolveria progressivamente não apenas aquela cartografia política, mas a própria política, afirmando a primazia do social, reintegrando a humanidade em si mesma. Na medida em que precisam formular a estratégia de ação da classe social “universal” responsável por consumir esse movimento, Marx e Engels redescobrem as estruturas e o relevo político daquela cartografia, que haviam sido determinantes para a interrupção do movimento da história social em 1815.

O próprio movimento da história social que Marx e Engels querem acelerar assume um contorno que reflete o relevo político europeu. Assume uma geografia, estabelece sua cidadania no solo romano-germânico, estipula uma hierarquia de “nações civilizadas” que dirige o processo de aburguesamento do mundo. No seu ponto de partida, esse movimento, acoplado às condições históricas do sistema internacional, já pressente a materialidade dos fatores que o circunscrevem em uma tessitura política herdada: aquela que reflete não apenas a grande interrupção de 1815, mas o arco conservador sucessivamente rearmado dali em diante. Exatamente por ter um sentido definido, uma direção e uma hierarquia, o movimento da história social, que deve fluir do ocidente para o oriente, comporta uma sombra. Como dissemos anteriormente, se o mercado mundial é o meio pelo qual as contradições sociais prevalecentes nas condições mais avançadas se propagam e se generalizam, o sistema internacional, que dá relevo e geologia à velha cartografia política, acena com uma ameaça em sentido contrário: ele possui a qualidade de permitir a universalização vazia

⁶⁷⁹ Fredric Jameson fala em um “substrato geopolítico da filosofia” ao comentar a influência da “triarquia” de Moses Hess em Marx e Engels, em seu prefácio ao livro de Stathis Kouvelakis (*Philosophy and Revolution: From Kant to Marx*, p. xxi).

dos tempos sociais “vencidos”; de negar, portanto, a história social.

O que caracterizamos como a teorização negativa do sistema internacional em Marx e Engels foi precisamente a formação irregular, subordinada, particularista de um regime teórico próprio, ele também negativo, extravagante, fantasmagórico, para responder a essa realidade. Esse regime surge precisamente da necessidade política inscrita no internacionalismo, e guarda as marcas dessa exigência. Ele alimenta-se dos materiais disponíveis no repertório do “tema russo”: o correspondente ideológico, no “ocidente”, do processo de generalização do absolutismo na Europa, com sua “duração complexa” e seus resultados divergentes, comprimidos em uma mesma ordem política no tempo e no espaço. Vimos também que esse regime teórico, na sua forma mais acabada, reivindica seus modelos, seu repertório, seus objetos e o seu método. Reflete a suspensão da história social ao substituir a causalidade pela analogia. Orientadas pela potência histórica da contra-revolução, suas ferramentas analíticas detectam estruturas e atores relevantes, mas negam, ao mesmo tempo, a sua historicidade concreta em favor de recortes e rupturas exteriores, que acabam atribuindo materialidade às representações: exatamente a crítica que Marx com frequência movia contra seus adversários no campo da economia política, como Proudhon, e também contra os economistas burgueses.

Ao investirmos na ideia de que uma boa parte dos escritos de Marx e Engels sobre política internacional podem ser explicados a partir da teorização negativa como um regime teórico próprio, em uma relação subordinada e determinada pela filosofia da história implicada no conceito de história social, estamos participando de um debate bem demarcado. Já tivemos ocasião de mapear esse debate, ao aludirmos ao mal-estar que textos como as *Revelações da História Diplomática do Século XVIII* causaram no interior da tradição teórica e política do marxismo europeu. Nossa interpretação pode ser vista como uma formulação alternativa dos termos desse debate, entre as atitudes que pretendem, ou bem contornar, ou “normalizar” o regime da teorização negativa. Essa alternativa parte da necessidade de compreender o desvio, de procurar o sentido da força

gravitacional que a determinada altura nos textos que percorremos – quando eles se aproximam do centro dinâmico da contra-revolução – faz com que as leis da análise histórica materialista deixem de “funcionar”. Essa alternativa permite integrar a teorização negativa ao sentido crítico do materialismo histórico e incorporar ao debate o valor que os próprios autores obstinadamente atribuíram aos textos e às análises em que ela incide.

Mas há ainda um outro debate em curso, no qual a hipótese da teorização negativa se inscreve ao postular ao mesmo tempo um regime teórico próprio, e uma relação de determinação negativa entre esse regime teórico e o movimento da história social em Marx e Engels. Esse debate pode ser ilustrado pelas conclusões a que chega Miklós Molnár em seu estudo sobre a política internacional em Marx e Engels⁶⁸⁰, e pelas conclusões de Kevin Anderson sobre o tratamento das sociedades “não-ocidentais” em Marx⁶⁸¹. Molnár conclui o seu estudo com uma reflexão sobre o eventual grau de “autonomia” das posições de Marx e Engels sobre os temas internacionais em relação aos predicados teóricos do materialismo dialético. Defende que as posições de Marx e Engels face aos problemas internacionais estão coerentemente subordinadas à sua “filosofia do progresso”. Mas ao se questionar sobre a relação teórica entre aquelas posições e essa filosofia, é obrigado a reconhecer que Marx e Engels terminam tratando as categorias “políticas” utilizadas pelos “historiadores vulgares” do século XIX – civilização, ocidente, barbárie – como *categorias sociais*. Eis a subordinação: a guerra entre civilização e barbárie, entre ocidente e oriente, apareceria como “a luta de classes e a revolução social em escala mundial, por intermédio das potências”. Vemos, portanto, que a ausência de uma compreensão sobre a *negatividade* dessas categorias em Marx e Engels faz com que Molnár elabore quando muito uma *analogia* com as categorias do materialismo dialético, sem conseguir elucidar a razão da sua percepção acertada de que as categorias políticas adquirem materialidade social.

Kevin Anderson, como já aludimos, argumenta que a partir de 1853, quando começa a se

⁶⁸⁰ op. cit, pp. 333-351.

⁶⁸¹ op. cit, pp. 237-245.

debruçar sobre o colonialismo inglês na Índia, Marx abandona progressivamente um modelo unilinear de desenvolvimento social em favor de uma teoria social cada vez mais plural e multidirecional – uma teoria dialética da transformação social que não seria nem “unilinear” nem “exclusivamente baseada em classes”. O sentido multilinear dessa teoria ficaria bem demonstrado no tratamento do tema das sociedades pré-capitalistas nos *Grundrisse* e no seu esforço de circunscrever o conceito de acumulação primitiva à descrição da experiência histórica do ocidente, um esforço levado a cabo na revisão da tradução francesa do *Capital* e também, como vimos, nas cartas a Vera Zasulich sobre a comuna russa, em 1882. Aqui também o momento de integração teórica dessa interpretação se mostra problemático. Para Anderson, uma conclusão central é coexistência em Marx entre uma “teoria universalizante da história e da sociedade” e o cuidado em reconhecer as formas específicas que a potência universalizante do capital assumia em cada sociedade particular. Mas ao levar adiante essa dialética sem negação, apaziguada, entre universal e particular, Anderson diz que a teoria social de Marx termina sendo uma “totalidade” ampliada, que não somente oferece “considerável escopo para a particularidade e para a diferença”, como também permite que essas particularidades e diferenças – nacionalidade, “raça”, etnicidade – sejam, “ocasionalmente”, os elementos determinantes da totalidade. Uma totalidade cuja determinação é cambiante, ocasional, não chega, entretanto, a constituir propriamente uma teoria social dialética. Ela é antes um modelo descritivo, que tem o mérito de apontar tensões importantes no pensamento de Marx a partir de 1853.

Em Molnár e Anderson está presente a intuição de uma dualidade constitutiva, de uma especificidade que recobre alguns dos conjuntos textuais de Marx e Engels, sem poder ser apartada do que em certo sentido constitui a ciência “normal” do materialismo dialético. O que está ausente nos dois autores, e termina fazendo com que recorram a saídas como uma luta de classes entre ocidente e oriente, ou uma totalidade cuja determinação depende da ocasião, é precisamente o liame negativo que torna essa teoria da contra-revolução, nascida a contrapelo das premissas da história

social, um elemento constitutivo da forma como o materialismo histórico praticado por Marx e Engels foi capaz de teorizar sobre as realidades políticas do século XIX. Esse liame negativo, naturalmente, não é fixo. Onde quer que a reversão da história social ocorra, o campo da teorização negativa estará aberto.

A teorização negativa deve ter algo a dizer, por conseguinte, tanto sobre o sistema internacional quanto sobre os pressupostos teóricos do materialismo dialético, além de tentar dar fisionomia aos impasses políticos que o internacionalismo enfrentou no século XIX. Cabe perguntar, por conseguinte, qual é afinal o seu saldo, o seu rendimento propriamente teórico, tanto para a ação política de Marx e Engels, como para a nossa compreensão contemporânea de fenômenos em relação aos quais o materialismo dialético continua a ser uma ferramenta de desvendamento.

Como procuramos mostrar, ela é o eixo crítico da política externa do proletariado em Marx e Engels, e se mostra bastante produtiva em relação à afirmação da liderança intelectual de Marx no movimento revolucionário. No contexto da I Internacional, constitui uma importante ferramenta política integrada ao repertório diplomático mais amplo das lutas sociais. Tanto que, às vésperas da I Guerra Mundial, ela ainda reverbera nos debates da social-democracia europeia, como mostra a crítica de Riaznov a Marx. Sua intuição forte sobre o sistema internacional fica particularmente clara na formulação “democrática” que o contexto da I Internacional em 1864 lhe permite assumir: ela ajuda a iluminar a forma como o sistema de Estados pode produzir excedentes políticos e colocá-los à disposição das classes politicamente dominantes, o que exige a permanente vigilância do proletariado.

Mas esse é um alcance ainda em alguma medida conjuntural. Há um saldo particularmente enriquecedor, relacionado à amplitude do seu repertório – um repertório que, fora do seu âmbito, raramente é associado a Marx e Engels. Muito desse repertório advém do fato de que a *realidade* que a teorização negativa secretamente quer apreender é portadora de uma *estranha igualdade*,

expressa no sistema de reconhecimentos recíprocos da diplomacia, que dignifica nulidades, valida usurpações, dá trânsito às imitações e, por conseguinte, à dissimulação. Permite que essa ciência falsa adquira uma materialidade desconcertante, a qual é necessário, contudo, compreender. Daí a centralidade que personagens como os diplomatas ingleses do século XVIII, Palmerston, Pozzo di Borgo e tantos outros adquirem para a crítica de Marx à diplomacia das grandes potências. Daí a tessitura em que podemos ver o papel propriamente “histórico” que Marx atribui a esses indivíduos: essa estranha igualdade das formas diplomáticas representa a qualidade que o sistema internacional possui de “nivelar” os diferentes tempos sociais e fazer com que os atos e omissões dos políticos recobrem, afinal, um sentido causal.

Talvez seja ainda em relação a essa igualdade formal que devemos avaliar a escolha de Marx de mergulhar a “história diplomática” do século XVIII na perspectiva e na linguagem de seus atores, talvez buscando nos fazer sentir as deformações de estilo que esse encontro de tempos sociais divergentes provocava. Vemos aqui uma diferença importante entre a teorização negativa e a crítica da economia política. Afinal, como lembra Jorge Grespan, a igualdade é um momento necessário nas relações capitalistas, ao viabilizar a compra da força de trabalho por meio da troca de equivalentes, mas não corresponde ao “fundamento do sistema”, que continua baseado em uma desigualdade essencial entre possuidores e não-possuidores dos meios de produção, produtora de excedente econômico. A igualdade não é portanto “ilusória” em si mesma, mas seria ilusório explicar as relações burguesas a partir dela⁶⁸². Na teorização negativa, a igualdade que o sistema de reciprocidade diplomática supõe termina ganhando um peso totalizante, já que precisa absorver toda a potência política e histórica que a contra-revolução exhibe em seus reiterados triunfos. Não à toa, a linguagem diplomática, um artifício calculado para dissimular os processos políticos, que precisamente manipula as ilusões da igualdade e da reciprocidade formal, ganha em Marx uma dignidade quase conceitual.

⁶⁸² *O negativo do Capital*, p. 114.

Podemos constatar essa intuição sobre o papel da igualdade formal no sistema internacional também ao observarmos a importância do direito internacional para Marx e Engels, ao lado daquele “direito da história” que Engels estipula para fundamentar a sua teoria dos povos sem história. A relação de Marx com o direito internacional mereceria um estudo próprio, que contemplasse não apenas a estrutura acusatória das *Revelações*, como também a denúncia do bombardeio de Copenhague em 1807⁶⁸³, das atitudes de Lord Palmerston, de muitas das atrocidades britânicas na Índia e na China, das violações russas da soberania otomana, entre muitas outras. Entre esses dois direitos, a teorização negativa termina por postular implicitamente um conceito de *legitimidade*, em relação ao qual Marx organiza um desfile de espectros vencidos e repúblicas assassinadas (Novgorod, Suécia, Polônia-Lituânia), e em relação ao qual também incide uma das principais categorias da teorização negativa, a *usurpação*. Quase todos os personagens da crítica de Marx são usurpadores: os Czares russos, a aristocracia *whig*, George I, Palmerston, Luis Bonaparte. Toda essa denúncia da ilegitimidade convive, como mostramos, com a ordem do “direito da história”, com a clareza de que a crítica do sistema internacional de 1815 se resolveria também no plano do direito internacional, mas com a revogação dos tratados de Viena, ao cabo de uma guerra europeia e mundial.

Por fim, a integração da teorização negativa no materialismo histórico produz um último saldo: ela provoca uma abertura necessária no seu campo de visão político que lhe permite contemplar – na linha da sugestão de Walter Benjamin – um conceito de progresso “fundamentado na ideia de catástrofe”⁶⁸⁴, sendo que a catástrofe não é necessariamente “o que está por acontecer”, mas também “a ameaça de o *status quo* ser mantido”⁶⁸⁵. Afinal, a teorização negativa é povoada de *perigos*, não apenas as grandes calamidades para a causa revolucionária, como a tomada de Constantinopla pelos russos, mas também por um incômodo perigo permanente – um estado de

⁶⁸³ MECW, 12, p. 349.

⁶⁸⁴ *Passagens*, p. 515.

⁶⁸⁵ *Idem*, p. 517.

catástrofe – que é o *status quo*, a fonte mesma dessa ilegitimidade constante que as obsessivas referências de Marx à usurpação exprimem. A teorização negativa registra a catástrofe que o conteúdo histórico vazio da contra-revolução, universalizado, impõe ao presente como um estado, uma condição. O seu regime teórico *extravagante* talvez seja a forma que permite ao materialismo histórico incorporar a realidade negativa desse devir vazio. É natural, portanto, que a teorização negativa, escrevendo com seus exageros, omissões e analogias uma história da usurpação, uma memória dos espectros vencidos, fazendo a crítica da linguagem dissimulada do poder, se resolva afinal em uma *advertência*.

Referências

Obras de Karl Marx e Frederick Engels:

Marx, Karl. *Karl Marx / Friedrich Engels: Gesamtausgabe (MEGA). Bd. 12: Exzerpte und Notizen September 1853 bis Januar 1855*. Ed.: Manfred Neuhaus e Claudia Reichel. Berlin: Akademie Verlag, 2007.

_____. *Karl Marx/Frederick Engels: collected works*. New York : International Publishers, 1975-2004. Vols. 1-47.

_____. *La Russie et l'Europe*. Org.: Benoît Hepner. Paris : Gallimard, 1954.

_____. *Secret Diplomatic History of the Eighteenth Century and The Story of the Life of Lord Palmerston*. Org.: Lester Hutchinson. New York: International Publishers, 1969.

_____. *The Eastern Question*, Londres: Swan Sonnenschein & Co., 1897.

_____. *The Russian Menace to Europe: A collection of articles speeches, letters and news dispatches*. Ed.: Paul Blackstock, Bert Frank Hoselitz. Glencoe: Free Press, 1952.

_____. *Marx y Engels contra Rusia*. Org. Maximilien Rubel. Trad.: M. H. Giacchini. Buenos Aires: 1965.

_____. *Surveys from exile*. London/New York: Verso, 2008.

_____. *Secret Diplomatic History of the Eighteenth Century*. Londres: Swan Sonnenschein & Co., 1899.

Livros:

Abramsky, Chimen e Collins, Henry. *Karl Marx and the British labour movement: years of the first International*. London: Macmillan, 1965.

Alexander, John T. *Catherine the Great: Life and Legend*. New York: Oxford University Press, 1988.

Anderson, Kevin. *Marx at the Margins. On nationalism, ethnicity and non-western societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

Anderson, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. London/New York: Verso, 1980.

Arantes, Paulo. *Hegel – A ordem do tempo*. São Paulo: Hucitec, 2000.

Arnold, Guy. *Historical Dictionary of the Crimean War*. Lanham: Sacarecrow Press, 2002.

- Bain, Robert Nisbet. *The Daughter of Peter the Great*. Westminster: Archibald Constable & Co., 1899.
- Benjamin, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte, Editora UFMG/ Imprensa Oficial de São Paulo, org. Willi Bolle, 2006.
- Billington, James. *The Icon and the Axe – an interpretive history of Russian Culture*. New York: Random House, 1966.
- Black, Jeremy. *Debating Foreign Policy in Eighteenth-Century Britain*. Burlington: Ashgate, 2011.
- _____. *Natural and Necessary Enemies: Anglo-French Relations in the Eighteenth Century*. London: Duckworth, 1986.
- Braudel, Fernand. *Écrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- Buey, Francisco Fernández. *Marx sem ismos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- Cobbett, William. *Parliamentary History of England: 1714-1722*, Vol. 7. London: R. Bagshaw, 1811.
- Cohen, Gerald Allan. *Karl Marx's theory of history: a defense*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- Cowling, Mark (org). *The Communist manifesto : new interpretations*. Nova York: New York University Press, 1998.
- Deudney, Daniel H. *Bounding Power: Republican Security Theory from the Polis to the Global Village*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- Draper, Hal e Haberkern, E. *Karl Marx's Theory of Revolution, vol V: War and Revolution*. Alameda: Center for Socialist History, 2005.
- Etkind, Alexander. *Internal Colonization – Russia's Imperial Experience*. London: Polity, 2011.
- Fleisher, Helmut. *Marxism and History*. New York: Harper & Row, 1973.
- Gleason, John Howes. *The Genesis of Russophobia in Great Britain – a study of the Interacton of Policy and Opinion*. New York: Octagon Books, 1972.
- Greene, Jack P. *Evaluating Empire and Confronting Colonialism in Eighteenth-Century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Grespan, Jorge Luis da Silva. *O Negativo do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Hobsbawn, Eric. *Age of Capital, 1848-1875*. Londres: Abacus, 1995.
- _____. *Age of Revolution. 1789-1848*. New York: Vintage Books, 1996.

- _____. *Sobre História*. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Hopkirk, Peter. *The Great Game: On Secret Service in High Asia*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- Hosking, Geoffrey. *Russia and the Russians – a History*. Boston: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
- Hughes, Thomas S. *History of England, Vol. 15: From the death of George the Second in 1760, A. D. 1776 to A. D. 1777*. London: A. J. Valpy, 1835.
- _____. *History of England. From the Ascension of George III. 1760 to 1835. Vol II*. London: A. J. Valpy, 1836.
- Kahan, Arcadius. *Russian Economic History: The Nineteenth Century*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- Kaminsky, Howard. *A History of the Hussite Revolution*. Los Angeles: University of California Press, 1967.
- Kaplan, Herbert. *Russian Overseas Commerce With Great Britain: During the Reign of Catherine II*. Filadélfia: America Philosophical Society, 1995.
- Kemple, Thomas M. *Reading Marx's writing: Melodrama, the Market, and the "Grundrisse"*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- Kissinger, Henry. *A World Restored: Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace, 1812-1822*. Boston: Mariner Books, 1973.
- Koch, William. *History of Revolutions in Europe, from the Subversion of the Roman Empire in the West to the Congress of Vienna*. 2 vols. New York: B. N. Pratt, 1836.
- Kohan, Néstor. *Marx en su (Tercer) Mundo – hacia un socialismo no colonizado*. Buenos Aires: Biblos, 1998.
- Kouvelakis, Stathis. *Philosophy and Revolution: From Kant to Marx*. Trad.: G. M. Goshgarian. New York: Verso, 2003.
- Krader, Lawrence. *The Asiatic Mode of Production*. Assen: Van Gorcum & Comp. B. V., 1975.
- Levinger, Matthew. *Enlightened Nationalism: The Transformation of Prussian Political Culture, 1806-1848*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- Levy, Jack S. *War in the Modern Great Power System, 1495-1975*. Lexington: University of Kentucky Press, 1983.
- Madariaga, Isabel de. *Britain, Russia, and the Armed Neutrality of 1780: Sir James Harris's Mission to St. Petersburg During the American Revolution*. Yale: Yale University Press, 1962.

- Maiorova, Olga. *From the Shadow of Empire: Defining the Russian Nation through Cultural Mythology, 1855–1870*. Madison: University of Wisconsin Press, 2010.
- Malia, Martin. *Russia under Western Eyes: From the Bronze Horseman to the Lenin Mausoleum*. Boston: Harvard University Press, 2000.
- Maxwe, Alexander (ed). *The East-West Discourse: Symbolic Geography and Its Consequences*. Berna: Peter Lang AG, 2011.
- Mazzini, Giuseppe. *A Cosmopolitanism of Nations – Giuseppe Mazzini's Writings on Democracy, Nation Building and International Relations*. Stefano Recchia e Nadia Urbinati (orgs). Princeton: Princeton University Press, 2009.
- Molnár, Miklós. *Marx, Engels et la politique internationale*. Paris: Gallimard, 1975.
- Montesquieu, Le Baron de. *Deux Opuscules de Montesquieu*. Paris: J. Rouam & C, 1891.
- Newman, Francis. *Four Lectures on the Contrasts of Ancient and Modern History*. Londres: Taylor and Walton, 1847.
- Paddock, Try R. E. *Creating the Russian Peril: Education, the Public Sphere, and National Identity in Imperial Germany, 1890-1914*. Rochester: Camden House, 2010.
- Palmer, Alan. *The Banner of Battle: The Story of the Crimean War*. New York: Dorset Press, 1992.
- Payne, Robert. *The Unknown Marx*. New York: NYU, 1971.
- Proudhon, Pierre-Joseph. *Si les traités de 1815 ont cessé d'exister?* Paris: E. Dentu Libraire-editeur, 1862.
- Rapport, Mike. *1848: Year of Revolution*. New York: Basic Books, 2009.
- Riazanov, D. B. *Marx and Anglo-Russian relations and other writings*. Org. Brian Pearce. Londres: Francis Boutle Publishers, 2003.
- Rosdolsky, Roman. *Engels and the Nonhistoric Peoples: the National Question in the Revolution*. Glasgow: Critique Books, 1986.
- Rose, Sven-Erik. *Jewish Philosophical Politics in Germany, 1789-1848*. Lebanon: Brandeis University Press, 2014.
- Rousseau, Jean-Jacques. *Du Contrat Social ou Principes de Droit Politique*. Genebra: Marc-Michel Bousquet, 1784.
- Rubel, Maximilien. *Marx critique du marxisme*. Paris: Payot, 1975.
- Said, Edward. *Orientalism*, Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1978.
- Scott, H. M. *The Emergence of the Eastern Powers, 1756-1775*. Cambridge: Cambridge University

Press, 2001.

Ségur, Count Philip de. *History of Russia and of Peter the Great*. London: Treuttel and Würtz, Treuttel Jun. and Richter, 1829.

Shanin, Teodor (org). *Late Marx and The Russian Road: Marx and 'Peripheres of Capitalism'*. New York: Monthly Review Press, 1983.

Sperber, Johnatan. *Karl Marx: A Nineteenth-Century Life*. Nova York: Liveright, 2013.

Stalin, J. V. *Works*. v. 14. Londres: Red Star Press, 1978.

Stanhope, Philip Henry Stanhope, Earl of. *History of England from the peace of Utrecht to the peace of Paris, Vol. 1*. London: D. Appleton and Co., 1849.

The Armed Neutralities of 1780 and 1800 - A Collection of Official Documents Preceded by the Views of Representative Publicists. Ed.: James Brown Scott. New York: Oxford University Press, 1918.

Tristram Hunt. *Marx's General: The Revolutionary life of Friedrich Engels*. New York: Holt Paperbacks, 2010.

Williams, Basil. *The Whig Supremacy, 1714-1760*. Oxford: Clarendon Press, 1939.

Wolff, Larry. *Inventing Eastern Europe: the Map of civilization on the Mind of the Enlightenment*, Stanford: Stanford University Press, 1994.

Wood, Ellen Menskins. *The Origins of Capitalism – a longer view*. Londres: Verso, 2002.

Zea, Leopoldo. *Discurso desde a marginalização e a barbárie e A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Artigos:

Adamson, Walter. “Marx's Four Histories: An Approach to His Intellectual Development”, in: *History and Theory*, Vol. 20, No. 4, *Studies in Marxist Historical Theory* (1981), p. 390.

Ana Siljak, "Between East and West: Hegel and the Origins of the Russian Dilemma", in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 62, No. 2, 2001, pp. 335-358.

Anderson, Matthew. “English Views of Russia in the Age of Peter the Great”, in: *American Slavic and East European Review*, Vol. 13, No. 2 (1954), pp. 200-214.

Anderson, M. S. “British Public Opinion and the Russian Campaign of 1812”, in: *The Slavonic and East European Review*, Vol. 34, No. 83 (Jun., 1956), pp. 408-425

Appleby, John H. "James Spilman, F.R.S. (1680-1763), and Anglo-Russian Commerce". In: *Notes and Records of the Royal Society of London*, Vol. 48, No. 1 (Jan., 1994), pp. 17-29.

- Ball, Terrence. "History: Critique and irony", in: *The Cambridge Companion to Marx*. Org.: Terrel Carver. Cambridge: Cambridge University, 1991.
- Bély, Lucien. "Les enjeux européens - la diplomatie de la Russie". In: *L'influence française en Russie au XVIIIe siècle*. Org.: Jean-Pierre Possou. Paris: Presse de la Université de Paris-Sorbonne, 2004.
- Berlin, Isaiah. "Russia and 1848", in: *The Slavonic and East European Review*, Vol. 26, No. 67 (1948), pp. 341-360.
- Bernstein, Samuel. "The Impact of the Paris Commune in the United States", in: *The Massachusetts Review*, Vol. 12, No. 3, 1971, pp. 435-446.
- Black, Jeremy. "Essay and Reflection: On the 'Old System' and the 'Diplomatic Revolution' of the Eighteenth Century", in: *The International History Review*, Vol. 12, No. 2, 1990, pp. 301-323.
- Borowska, Ewa. "Marx and Russia", in: *Studies in East European Thought*, Vol. 54, No. 1/2, *Polish Studies on Russian Thought* (Mar., 2002), pp. 87-103.
- Buey, Francisco Fernández. "Evolución de las opiniones de Karl Marx sobre Rusia". Partes I e II. *Revista Mientrastanto*, n. 19 e 20. Barcelona, 1893.
- Burtsev, Vladimir. "Russian Documents in the British Museum", in: *The Slavonic Review*, Vol. 4, No. 12, 1926, p. 684.
- Chance, J. F. "The Northern Question in 1717", in: *The English Historical Review*, Vol. 20, No. 77, 1905, pp. 33-60.
- Collyer, D'Arcy. "Notes on the Diplomatic Correspondence between England and Russia in the First Half of the Eighteenth Century", in: *Transactions of the Royal Historical Society*, New Series, Vol. 14 (1900), pp. 143-174.
- Colp Jr., Ralph. "The Contacts Between Karl Marx and Charles Darwin", in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 35, No. 2, Apr. - Jun., 1974, pp. 329-338.
- Corcoran, Paul E. "Introduction – Karl Marx and Historical Inquiry", In: *History of European Ideas*, v.12, n. 6, 1990, pp. 725-729.
- Eaton, Henri. "Marx and the Russians", in: *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, Vol. 41, No. 1 (Jan. - Mar., 1980), pp. 89-112
- Evans, Chris; Owen Jackson, Göran Rydén, "Baltic Iron and the British Iron Industry in the Eighteenth Century" in: *The Economic History Review*, New Series, Vol. 55, No. 4 (Nov., 2002), pp. 642-665.
- Fritz, Paul S. "The Anti-Jacobite Intelligence System of the English Ministers, 1715-1745", in: *The Historical Journal*, Cambridge University Press, Vol. 16, No. 2 (1973), pp. 265-289.

- Gibert, Allan. "Marx on Internationalism and War", in: *Philosophy & Public Affairs*, Vol. 7, N. 4 (1978), p. 352.
- Gráda, Cormac; Vanhaute, Eric; Paping, Richard; "The European subsistence crisis of 1845-1850: a comparative perspective", In: *When the Potato Failed: Causes and Effects of the Last European Subsistence Crisis, 1845-1850*, Gráda Cormac (ed), Turnhout: Brepols Publishers, 2007.
- Haderson, Gavin. "The Pacifists of the Fifties", in: *The Journal of Modern History*, v. 9, n. 3 (set. 1937), pp. 314-341.
- Hammen, Oscar J. "Marx and the Agrarian Question", in: *The American Historical Review*, Vol. 77, No. 3 (Jun., 1972), pp. 679-704.
- Krieger, Leonard. "Marx and Engels as Historians", in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 14, No. 3 (Jun., 1953), pp. 381-403.
- Lindgren, Reymond E. "A Projected Invasion of Sweden, 1716". *Huntington Library Quarterly*, Vol. 7, No. 3 (1944), pp. 223-246.
- Lodge, Richard. "The first anglo-russian treaty", in: *The English Historical Review*, Vol. 43, No. 171 (Jul., 1928), pp. 354-375.
- Löwy, Michael. "Marxists and the National Question", in: *New Left Review*, 96 (mar-abril 1976), pp. 82-93.
- Lubimenko, Inna. "The Correspondence of Queen Elizabeth with the Russian Czars", in: *The American Historical Review*, Vol. 19, No. 3 (Apr., 1914), pp. 525-542.
- _____. "The Struggle of the Dutch with the English for the Russian Market in the Seventeenth Century" in: *Transactions of the Royal Historical Society*, Fourth Series, Vol. 7 (1924), pp. 27-51.
- Madariaga, Isabel de. "The Use of British Secret Funds at St Petersburg", 1777-1782, in: *The Slavonic and East European Review*, Vol. 32, No. 79, 1954, pp. 464-474.
- Murray, John J. "Scania and the end of the northern alliance", in: *The Journal of Modern History*, Vol. 16, No. 2 (1944), p. 85.
- _____. "An Eighteenth-Century Whitebook". in: *Huntington Library Quarterly*, Vol. 13, No. 4 (1950), pp. 371-382.
- Nardeen, Bruno. "Marx and Russia", in: *History of European Ideas*, v.12, n. 6, pp. 783-797, 1990.
- Ostrowski, Donald. "The End of Muscovy: The Case for circa 1800", in: *Slavic Review*, Vol. 69, No. 2 (2010), pp. 426-438.
- Paul, Diane. "'In the Interests of Civilization': Marxist Views of Race and Culture in the Nineteenth Century", in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 42, No. 1 (Jan. - Mar., 1981), pp. 115-138.

- Poe, Marshall. "Wolff, Larry. Inventing Eastern Europe: The Map of Civilization on the Mind of the Enlightenment", in: *Russian Review* 55, no. 4 (1996), p. 711-737.
- Przeworski, Adam. "Material Interests, Class Compromise and Transition to Socialism". In: *Politics & Society*, 1980, vol. 10 no. 2, pp 125-153.
- Riquelme, John Paul. "The Eighteenth Brumaire of Karl Marx as Symbolic Action", in: *History and Theory*, Vol. 19, N. 1, 1980, p 59.
- Roberts, Michael. "Great Britain and the Swedish Revolution, 1772-73", in: *The Historical Journal*, Cambridge University Press, Vol. 7, No. 1 (1964), pp. 3-29.
- Rodkey, Frederick Stanley. "Conversations on Anglo-Russian Relations in 1838", in: *The English Historical Review*, Vol. 50, No. 197 (1935), pp. 120-123.
- Rosdolsky, Roman. "Worker and Fatherland: a note on a Passage in the *Communist Manifesto*", in: *Science and Society*, v. 29, 1965, pp. 330-337.
- Schmitt, Bernadotte E. "The Diplomatic Preliminaries of the Crimean War", in: *The American Historical Review*, Vol. 25, No. 1 (out., 1919), pp. 36-67.
- Schroeder. Paul W. "Did the Vienna Settlement Rest on a Balance of Power?" in: *The American Historical Review*, Vol. 97, No. 3 (Jun., 1992), pp. 683-706.
- Schweizer, Karl e Leonard, Carol S. "Britain, Prussia, Russia and the Galitzin Letter: A Reassessment", in: *The Historical Journal*, Cambridge University Press, Vol. 26, No. 3 (1983), pp. 531-556.
- Tilly, Charles. "Marx the Historian: Address to the Karl Marx Centennial Conference University of Michigan", Center for Research on Social Organization working paper n. 284, 1983.
- Taylor, Antony. "Palmerston and Radicalism, 1847-1865", in: *Journal of British Studies*, Vol. 33, No. 2 (abril, 1994), pp. 157-179.
- Wolfe, Bertram D. "Nationalism and Internationalism in Marx and Engels", in: *American Slavic and East European Review*, Vol. 17, No. 4, Dec., 1958, pp. 403-417.

Teses:

- Ferreira, Muniz Gonçalves. *Mercados, Diplomacia e Conflitos: uma abordagem histórica das relações internacionais, a partir dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no período de 1851/1862*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Departamento de História Econômica, 1999.
- Gassner, Florian. *Germany versus Russia: A Social History of the Divide between East and West*. Tese de doutorado. The University of British Columbia (Vancouver), The Faculty of German Studies, 2012.

Mapas

Europa em 1648

Fonte: Universidade do Texas
Disponível em: http://www.lib.utexas.edu/maps/historical/ward_1912/europe_1648.jpg

O Báltico em 1701

Fonte: "Perry-Castañeda LibraryMap Collection", Universidade do Texas
Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/historical>

O Báltico em 1772

Fonte: "Perry-Castañeda Library Map Collection", Universidade do Texas
Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/historical>

Expansão da Rússia na Europa, 1300-1796

Fonte: "Perry-Castañeda LibraryMap Collection", Universidade do Texas
Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/historical>

Império Otomano em 1801

Fonte: "Perry-Castañeda LibraryMap Collection", Universidade do Texas
Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/historical>

Grande Guerra do Norte (1700-1721), de Riga à Batalha de Poltava (1709)

Fonte: By S. Bollmann [GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>) or CC BY-SA 3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>)], via Wikimedia Commons

Grande Guerra do Norte (1700-1721), de Poltava (1709) ao tratado de Nystad (1721)

Fonte: By S. Bollmann [GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>) or CC BY-SA 3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>)], via Wikimedia Commons

Partições da Polónia

Fonte: By Halibutt [GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>) or CC-BY-SA-3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>)], via Wikimedia Commons .

Europa em 1815

Fonte: Universidade de Nevada, Las Vegas. Disponível em: <https://faculty.unlv.edu/pwerth/Europe-1815-3.jpg>

Revoluções de 1848-1849

The Revolutions of 1848 – 1849

Fonte: Mount Holyoke College. Disponível em:

<https://www.mtholyoke.edu/courses/rschwartz/hist151/StatesNationalities1848&later/album/slides/Revolutions1848.htm>

1

Nacionalidades no Império Austro-Húngaro

Fonte: Universidade de Nevada, Las Vegas. Disponível em: <https://faculty.unlv.edu/pwerth/Aus-Hung-Nats-2.jpg>